



Universidade Estadual de Campinas

Guilherme Gitahy de Figueiredo

# A Guerra é o Espetáculo

Origens e Transformações da Estratégia do EZLN

Dissertação de Mestrado

FEVEREIRO/2003



Guilherme Gitahy de Figueiredo

A Guerra é o Espetáculo  
Origens e Transformações da Estratégia do EZLN

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de  
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.  
Dr. Tomas Patrick Dwyer.**

BANCA

Prof. Dr. Tomas Patrick Dwyer

Prof. Dr. Ádrian Gurza Lavalle

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz

FEVEREIRO/2003

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Figueiredo, Guilherme Gitahy de  
F 469 g A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN /  
Guilherme Gitahy de Figueiredo. - - Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Thomas Patrick Dwyer  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Guerrilhas. 2. Movimentos sociais. 3. Estratégia. 4. Comunicação.  
5. Participação. 6. Autonomia. 7. Democracia. 8. Índios. 9. Maias.  
I. Dwyer, Thomas Patrick. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## Resumo

### Dissertação de mestrado - Guilherme Gitahy de Figueiredo

Em 1994 levantou-se no estado mexicano de Chiapas o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), formado majoritariamente por indígenas maias. Numa transformação muito peculiar, esta guerrilha mudou de uma estratégia que tinha como fundamental a organização política e militar da população para a tomada revolucionária do poder, para outra em que predominam práticas, formas de organização, discursos e objetivos que têm a comunicação e a criação de mecanismos de participação como elementos fundamentais. Deixou de almejar a tomada do poder, passando a ter como horizonte uma democracia que se constrói na mesma medida em que aquelas práticas vão se estabelecendo. A primeira parte da dissertação aborda a pesquisa de campo realizada entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999. A segunda e a terceira parte correspondem à narrativa histórica das origens e transformações da estratégia do EZLN e do contexto até o começo de 1997, quando os principais aspectos da estratégia atual já estavam dados. A confrontação da narrativa histórica com a pesquisa de campo permite, nas conclusões, a realização uma análise que aponta alguns paradoxos da experiência zapatista.

## Abstract

### Dissertation of Master Degree - Guilherme Gitahy de Figueiredo

The guerrilla movement known as the Ejército Zapatista de Libertación Nacional (EZLN), rebelled in 1994, is constituted primarily by the autochthon Mayan population in the Mexican State of Chiapas. In an unusual move, the guerrilla movement changed its fundamental strategy from one that aimed towards developing a political and military organization capable of taking over the government by armed struggle to one in which predominate forms of organization, discourse and objectives that emphasize communication and participatory mechanisms of political organization. The goal of taking power has been replaced by the development of a democracy and this is constructed to the extent that participatory mechanisms become part of practice. In the first part of this dissertation fieldwork carried out in Chiapas between December 1998 and February 1999 is discussed. The second and third parts of this study consists of a narrative of the context, origins and the development of EZLN policy up to early 1997, when the principal aspects of the present strategy were already defined. The confrontation of this historic narrative with fieldwork permits, in the conclusion of the dissertation, an analysis that reveals certain paradoxes of the Zapatista experience.



*A Sofia Souza Gitahy de Figueiredo  
e a Beatriz de Ávila Gitahy  
que acabam de chegar.*



Agradeço a todos parentes, amigos(as) e companheiros(as) que contribuíram com seus saberes, suores e amores para que este trabalho se concretizasse. Um agradecimento especial aos que deram as contribuições mais decisivas: Décio Saes, Tom Dwyer, Leda Gitahy, Enrique de la Garza, Francisco Zapata, Jorge Luis Cruz Burguete, Lupita, Álvaro Comin, José Arthur Gianotti, turmas de bolsistas do CEBRAP em atividade nos anos 2000 e 2001, Ádrian Gurza e Omar Thomaz.



## Índice

Prólogo	13
Parte I: Atrás das Telas de Computador	31
1. Cidade do México	33
2. Mazatlán Villa de Flores	41
3. San Cristóbal de Las Casas	55
4. Las Margaritas	87
Parte II: A Guerra	97
5. O Ogro Filantropo	99
6. A Cauda do Leão	109
7. O Êxodo	115
8. A Alternativa Armada	131
9. A Guerra Popular Prolongada	139
10. A Primeira “Derrota” do EZLN	155
Parte III: O Espetáculo	169
11. O Furacão	171
12. A Guerra Simbólica	197
13. A Ampliação do Zapatismo	225
14. A Esperança de Uma Segunda “Derrota”	253
15. Todas as Formas de Luta	279
16. A Palavra e o Silêncio	305
(In)conclusões: Os Paradoxos do Zapatismo	327
Siglas	349
Mapa 1	353
Mapa 2	355
Mapa 3	357
Pesquisas de Campo e Referências Bibliográficas	359



## Prólogo

“(…) Sei que o homem que marcha tredo e cautelosamente apalpando as trevas, e que não ousa confessar altamente as suas ações, muito se assemelha àquela ave de mau agouro, cujos olhos não podem suportar a luz do dia, cujo canto é um anúncio de desventura; sei que tão grande mistério pode encobrir uma virtude muito preclara, ou um vício muito vergonhoso. Dizei que ides praticar uma dessas virtudes cobertas com o precioso manto da modéstia, diáfano para Deus, impenetrável para os homens.” Velho Alcoforado, personagem da peça *Leonor de Mendonça*, de Gonçalves Dias.

No começo dos anos noventa dizia-se que o século XX havia terminado<sup>1</sup>: em 1989 havia caído o Muro de Berlim e em 1991 a União Soviética desfez-se por completo. Era o fim do “mundo bipolar”, que na América Latina se fez acompanhar pelo fim da guerra civil na Nicarágua e em El Salvador em prol do modelo democrático liberal, no que parecia ser o último capítulo da incorporação de regimes comunistas e movimentos de luta armada no processo de democratização continental<sup>2</sup>. Esperava-se que Cuba estivesse com os dias contados. Se no Brasil não se sentia tanto a crise das esquerdas, dado o crescimento constante do Partido dos Trabalhadores (PT) nas últimas duas décadas, e a compensação do enfraquecimento do sindicalismo com o crescimento da luta pela terra, no mundo ela foi talvez mais forte e acompanhada do amargo otimismo *yuppie* com o modelo econômico neoliberal. Na América Latina, o México era considerado, pelos EUA e pela imprensa internacional, o seu expoente mais promissor. O colosso latino da América do Norte vinha abandonando, desde 1982, o ideário nascido da Revolução Mexicana

---

<sup>1</sup> Na obra “A Era dos Extremos”, Hobsbawm (1995) afirmou que o séc. XX havia acabado em 1991 com o colapso da União Soviética. Mas na entrevista concedida a Antônio Polito e publicada em 2000 sob o título “O Novo Século”, Hobsbawm (2000: 10) mesmo reflete sobre o caráter arbitrário (uma “convenção” diz ele) da escolha de datas para periodizações, e ressalta que apenas passado muito tempo é que se pode “saber com exatidão” o fim de um período. Para lembrarmos do espírito daquela época, vale lembrar também do tão detratado Fukuyama e sua teoria do “fim da história”, cuja fama talvez se deva mais às críticas feitas à sua obra do que a algum mérito próprio.

<sup>2</sup> Jorge G. Castañeda, cientista político mexicano, publicou dois meses antes do levante zapatista a primeira edição de “La Utopía Desarmada” (1995) que, partindo do exame da história da esquerda latino americana das últimas décadas, concluía que estava descartada a possibilidade de uma revolução em nosso continente num futuro próximo, seriam mínimas as potencialidades de qualquer programa revolucionário, e que a via armada era uma proposta em vias de extinção. A esquerda “reformista” teria finalmente triunfado sobre a “revolucionária”. Embora os anos posteriores tenham trazido eventos que tornam problemáticas essas conclusões, elas se afinavam com o senso comum então reinante diante da queda do bloco soviético, e os acordos de paz de El Salvador e Nicarágua no final dos anos 80 e início dos 90.

de 1910 e estava, nas vésperas de 1994, prestes a efetivar a sua entrada no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC) que entraria em vigor no primeiro dia do ano.

Na madrugada de 1994 até três mil combatentes<sup>3</sup>, quase todos homens e mulheres de seis etnias maias<sup>4</sup> e alguns mestiços de origem urbana, invadiram sete cidades no até então pouco conhecido estado mexicano de Chiapas<sup>5</sup>. Na manhã do mesmo dia as notícias do levante começaram a circular nas mídias mexicanas, e logo nas de todo o mundo, dando visibilidade para o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e para os graves problemas políticos, econômicos e sociais do país que estava sob a égide da propaganda neoliberal<sup>6</sup>. Se no Brasil, cuja esquerda vinha despontando senão como vanguarda, ao menos como referência enquanto reformismo consistente e comprometido com as causas populares no cenário latino-americano, aquele evento foi recebido segundo Coggiola (palestra, notas de campo, São Paulo, 10/06/2002) com temor e ceticismo, como se fosse um “novo Sendero Luminoso”<sup>7</sup>, as circunstâncias do levante zapatista redundaram especialmente atrativas para o imaginário das esquerdas do México e do mundo. O movimento surpreendeu a todos e teve, segundo Saint-Pierre (2000: 207), a “força de um ‘buraco negro’, ameaçando devorar tudo à sua volta”. Era primeira luta armada a aparecer após a queda do Muro, “o primeiro arranhão na ‘nova ordem’ mundial”. E vinha com uma especial habilidade propagandística, destacando-se o discurso fortemente influenciado pela

---

<sup>3</sup> Segundo Tello (1996: 13-22), em San Cristóbal de las Casas entraram cerca de 900 guerrilheiros, em Chanal 100, talvez 400 em Altamirano, entre 300 e 600 em Las Margaritas, entre 500 e 600 em Ocosingo e ao redor de 300 em Oxchuc. Somadas essas estimativas chega-se a um número entre 2500 e 2900. Mas deve-se levar em conta que devia haver outros grupos atuando na retaguarda, em operações de logística, além de outras não apontadas por este autor.

<sup>4</sup> De acordo com Marcos (*em*: EZLN, 1994: 95), as seis etnias maias presentes no EZLN eram a tzeltal, tzotzil, chol, tojolabal, mam e zoque.

<sup>5</sup> Chiapas fica no sudeste do México, fazendo fronteira com o estado de Tabasco ao norte, com a Guatemala a leste, e com os estados de Oaxaca, Veracruz e o Oceano Pacífico a oeste (Para Entender Chiapas, 1997).

<sup>6</sup> “No artigo ‘México: as veias reabertas?’ publicado no jornal O Estado de São Paulo de 8 jan. 1994, p.2, dizíamos: ‘Na cabeça ainda aturdida de Salinas de Gortari, certamente retumbava a sentença de Norberto Bobbio: ‘num mundo assim, julgar que a esperança da revolução se desgastou, e acabou exatamente porque a utopia comunista fracassou, é sinônimo de fechar os olhos e não ver’. Mas não ver o que? Que as necessidades que o chamado ‘socialismo real’ não conseguiu satisfazer e as esperanças não concretizadas não caíram com o Muro, mas ainda estão aí, como o grande desafio do século que teima em não acabar” (Saint-Pierre, 2000: 206).

identidade indígena mas com demandas políticas para a nação e gestos de forte apelo simbólico, como a escolha do dia e a tática de invadir as cidades.

Com efeito, em poucos anos a nova guerrilha foi capaz de atrair a simpatia e estabelecer vínculos com pessoas e organizações em todo o mundo, ganhando enorme destaque nos cenários políticos nacional e internacional. No Brasil, o entusiasmo com o zapatismo tomou fôlego por volta de 1996, época da realização na Selva Lacandona de Chiapas dos primeiros encontros internacionais organizados pela guerrilha (os chamados Intergaláticos). Já no segundo trimestre de 1995 apareceu um dos primeiros artigos a tecer elogios e a apresentar a “originalidade” do EZLN: “Guerrilheiros do Século XXI” de Igor Fuser, junto com outras reportagens sobre o México na revista Teoria e Debate do PT<sup>8</sup>. No mesmo ano este autor lançou “México em Transe” (1995), o primeiro a abordar o tema publicado por uma editora brasileira.

O EZLN começou a ser formado em 1983 com a entrada, na Selva Lacandona, de um grupo de guerrilheiros ligados às Forças de Libertação Nacional (FLN)<sup>9</sup>, organização marxista leninista de inspiração cubana fundada em 1969. Eles tinham como objetivo formar um exército popular, parte do dispositivo nacional que as FLN vinham preparando desde o final dos anos 60. O EZLN foi o único órgão das FLN que conseguiu crescer e se enraizar na população local, e o fez quase sem ser descoberto, surpreendendo o México e o mundo em 1994. Após doze dias de combate nunca mais a guerrilha disparou uma bala que pudesse ser alardeada pela imprensa e, tendo já como seu principal líder o subcomandante Marcos, começou a fazer uma “guerra de papel”: comunicados, ações espetaculares e a criação de espaços e

---

<sup>7</sup> O Sendero Luminoso, visto como “louco”, acabava de ser exterminado. E Coggiola (palestra, notas de campo, São Paulo, 10/06/2002) relata ainda que em seguida o EZLN teve negado o direito de participar no Fórum de São Paulo.

<sup>8</sup> Fuser, então editor de Internacional desde 1990 da revista Veja, estava numa posição particularmente propícia para acompanhar os acontecimentos no México. Chama a atenção que ele tivesse que escrever na revista do PT (da qual era membro do Conselho de Redação) para falar sobre o EZLN. Acompanha o artigo uma entrevista a Carlos Castañeda.

<sup>9</sup> Embora os relatos dos guerrilheiros confirmem a época em que entraram na Selva, e debatam alguns dos eventos atribuídos às FLN como próprios, passaram anos sem admitir abertamente terem pertencido a esta organização. Devem pesar para isto a afirmação da identidade do EZLN, a imagem das FLN associada à forma “clássica” da luta armada, e talvez o risco permanente de que pessoas sejam processadas por suas supostas ligações com a guerrilha a partir de informações dos órgãos de segurança, fonte da qual se serviram os autores que abordam a história das FLN. Na bibliografia utilizada nesta pesquisa, o único autor

mecanismos de participação política. E seu objetivo primordial deixou de ser a tomada do poder por uma vanguarda política para instaurar um regime socialista, como consta nos documentos internos das FLN, para se tornar a democratização política e social do país através da comunicação e da participação. Agostini (1997: 19-21) relata o que respondeu o comandante David quando Alain Touraine o interpelou a respeito do como iria se dar a articulação da “defesa comunitária local” com a democratização do México pregada pelo EZLN. O encontro deles foi num dos auditórios do I Encontro Intercontinental convocado pela guerrilha e realizado em Chiapas em 1996. E David respondeu: “Nós os zapatistas apenas convocamos as pessoas para que contribuam com suas idéias, seus pensamentos em busca de alguma alternativa que se possa seguir que não seja a das armas. Isto é o que queremos, que digam sua palavra, que digam seu pensamento” (Agostini, 1997: 20). A articulação indagada pelo sociólogo estava se dando no próprio instante em que era feita a pergunta, e a democracia proposta pelos zapatistas ia ganhando esta forma, a de expressar-se nos próprios mecanismos de participação e diálogo que iam sendo inventados como táticas para a democracia.

O que se pretende nesta dissertação é narrar analiticamente as situações das origens e transformações da estratégia do EZLN. Para Saint-Pierre (2000: 160-161 e 208-213), todo “fenômeno bélico” se desdobra em três níveis: o político, o estratégico e o tático. O primeiro corresponde aos objetivos da guerra, ao controle ético dos meios empregados, à definição dos aliados e dos inimigos, às alianças estratégicas e às relações diplomáticas. Se a política define a conduta *da* guerra, a estratégia fixa a conduta *na* guerra, o que inclui as atitudes e o planejamento que levam em conta a guerra na sua totalidade espacial, temporal e os recursos disponíveis. Finalmente, a tática está relacionada com a coordenação de momentos da guerra, definindo a conduta em cada batalha. No caso do EZLN, este autor considera que ele possui um nível político cujo objetivo não é substituir o sistema, mas reformá-lo. Sua estratégia, inovadora, coloca a violência armada a serviço da abertura de espaços de diálogo com o governo. E a maior novidade estaria nas táticas que

---

simpatizante do EZLN a aceitar em parte as versões oficiosas sobre as FLN é o brasileiro Fuser (1995), aproveitando a distância em relação aos problemas políticos mexicanos.

incluem o uso da *internet*, que permitiu a formação de uma rede de comunicação e solidariedade internacional que foi o diferencial na guerra.

Na presente dissertação elabora-se uma definição diferente para o conceito de estratégia, que aqui corresponde aos **padrões da prática, da organização e do discurso que estão relacionados à sobrevivência e aos objetivos do movimento**. Não se trata, portanto, dos planos mais gerais do EZLN, mas da maneira como na prática esta guerrilha, e depois o movimento zapatista mais amplo formado ao seu redor, foi se formando do amálgama dos resultados de esforços voluntários e de adaptações inconscientes às realidades encontradas. O movimento zapatista, talvez melhor do que qualquer outro, convida a redefinir o conceito de estratégia como se arrisca fazer aqui. Pois da maneira mais explícita, até para os seus atores, teve que mudar drasticamente os seus objetivos e táticas, a ponto de passar por mudanças de composição e organização que eram inimagináveis. Ou seja, as mudanças nas formas como o EZLN procura sobreviver e atingir os seus objetivos transcenderam tanto os planos mais gerais de seus líderes, que o conceito de estratégia como projeto consciente se mostra insuficiente para dar conta deste caso. Assim, para evitar confusão, chamaremos de “plano estratégico” quando nos referirmos ao discurso do EZLN sobre o planejamento geral da sua luta, e de “estratégia” as formas práticas assumidas por esta luta, incluindo-se o discurso. Para dar conta dessa *praxis* aproveita-se os dados obtidos em pesquisa de campo, sobretudo a realizada no México entre 1998 e 1999, e em seguida realiza-se a reconstituição histórica densa do movimento zapatista, selecionando-se os dados mais relevantes para a análise das origens e mudanças na sua estratégia.

Foram privilegiadas as fontes convencionalmente chamadas de primárias (entrevistas, obras jornalísticas e documentos) e, entre as fontes secundárias, as narrativas históricas que fornecem fartas e discrepantes informações sobre o percurso da estratégia zapatista. Isto se deve à metodologia utilizada nesta pesquisa: a *grounded theory*. Mills (1972) afirma que seria desejável que os cientistas sociais desenvolvessem, nas suas pesquisas, as suas próprias teorias. Noções como essas tiveram grande êxito nas ciências sociais americanas, principalmente depois da publicação da obra *The Discovery of Grounded Theory* de Glaser & Strauss (1967). A

*grounded theory*, em resumo, postula que o trabalho de análise teórica se apóie sobretudo na coleta e análise de dados empíricos. Podem ser utilizados tanto conceitos formulados sociologicamente, quanto elaborados a partir dos dados coletados, mas o que sustenta a análise são os dados coletados e não a sua filiação a uma teoria consagrada. E é a densidade da análise que permite e emergência de teorias consistentes, para as quais não se pretende a universalidade, mas que são instrumentais para as reflexões particulares sobre os fenômenos abordados (Strauss, 1987). Uma das vantagens dessa metodologia é que nos ajuda na busca das originalidades do zapatismo. Giddens (1989) argumenta que fenômenos sociais novos exigem a criação de novos conceitos. Mas, como preconiza a *grounded theory*, é a coleta e análise dos dados que merece o maior cuidado, pois é neles que se fundamenta o adensamento analítico e formulações teóricas.

No trabalho de pesquisa, cujos resultados são aqui apresentados, há um esforço maior no levantamento de dados e descrições do que no adensamento analítico e teórico. Embora a coleta e a exposição de dados sejam sempre mediadas por análises e referenciais teóricos mais ou menos conscientes, a escolha por concentrar um maior esforço naquelas dimensões tem como resultado uma consistência teórica menor do que muitos leitores desejariam. Em compensação, torna esse trabalho mais fértil para etapas futuras de investigação sobre o EZLN, subtemas ou assuntos relacionados, que poderão ser realizadas em outras oportunidades e também por outros autores. Como afirma Castañeda, “contar bem o ocorrido vale muitas conceitualizações abstratas e obtusas” (Castañeda, 1994: 15). E vale comentar que embora deva ser comum que um especialista, quando começa a sentir segurança sobre suas análises, sempre se depara com algum dado novo que volta a lança-lo em confusão, o zapatismo é um tema particularmente fecundo em ambigüidades e rico em dados desconhecidos. Certamente haverá continuidade na reformulação das análises mais gerais contidas nas (in)conclusões finais desta obra.

Vale salientar que aqui não se leva rigorosamente a sério a distinção entre fontes primárias e secundárias, pois se considera que todos os atores que falam sobre o zapatismo oferecem interpretações, frutos das mais variadas mediações entre fenômeno e reflexão. Todos os autores da bibliografia e entrevistados contribuem

com alguma forma de saber, e a “ciência” não está isenta de sérias limitações. Mas há diferenças óbvias e outras não tão óbvias assim entre o saber produzido por jornalistas, cientistas sociais, políticos e, por exemplo, uma pessoa analfabeta. Cada um desses autores lida de maneiras diferentes com o tempo da produção do saber, as técnicas e métodos de obter, analisar e difundir informações, e se inscrevem em contextos e tipos de ação social que também correspondem a diferenças entre seus discursos. Como esta dissertação procura dar relevo às várias vozes relacionadas com o fenômeno zapatista, ao invés de elaborar um debate entre especialistas em que os outros atores passam a ser apenas “construídos como objetos sociológicos”, ela tem uma fragilidade, que é a de colocar aparentemente num mesmo plano discursos muito diferentes. Procura-se compensar esta deficiência através da exposição, sempre que possível, da caracterização das principais fontes utilizadas, apontando a época em que foram produzidas, e a trajetória dos principais informantes.

A dissertação está dividida em três partes. A primeira se chama “Atrás das Telas de Computador”, pois narra os dados obtidos na pesquisa de campo no México. Poderia se chamar também “o que há por trás dos livros que falam sobre o zapatismo”, mas provavelmente a circulação de informações e o debate sobre o zapatismo ocorrem com maior intensidade através do mais modernos meios eletrônicos de comunicação. Esta dissertação parte da pressuposição de que as próprias telas e livros constituem parte do fenômeno zapatista, lugares do seu espetáculo, mas que os seus outros espaços também precisam ser investigados. Aqui a ênfase recai sobre os lugares sociais do EZLN, as comunidades e cidades de Chiapas e do México, e algo das redes internacionais zapatistas, também lugares da política enquanto espetáculo.

Segundo Balandier (1980), em todas as épocas e em todas as sociedades um dos elementos constitutivos da política é o espetáculo. Sennett (1988), por sua vez, afirma que o “estudo dos papéis”, ou a análise que tem por referencial a metáfora do teatro, a tradição do “*theatrum mundi*”, tem longa data e a citação mais antiga feita pelo autor é a da vida humana como um espetáculo de fantoches encenados pelos Deuses, visão de Platão nas “Leis”. Em “A Condição Humana”, Arendt distingue a “ação” da “fabricação”. Se esta liga o homem à natureza e seus resultados

correspondem à idéia anterior feita sobre o produto, aquela se faz em meio à teia intangível das relações humanas. Embora a iniciativa da ação possa estar em um indivíduo, ela se produz necessariamente acompanhada de um discurso que confere identidade à ação, mas que é incapaz de prever os seus resultados. Pois como a ação se produz com outros homens, tem um “caráter de revelação”, e se produz desencadeando reações e sofrendo a influência de outras ações, de maneira que os seus resultados se perdem nas teias inefáveis. Por isso é somente nas narrativas posteriores que a ação pode adquirir um significado geral. Mas “o caráter de revelação, específico da ação e do discurso, a manifestação implícita do agente e do autor das palavras, está tão indissolivelmente vinculado ao fluxo vivo da ação e da fala que só pode ser representado e ‘reificado’ mediante uma espécie de repetição, a imitação ou *mimesis* que, segundo Aristóteles, existe em todas as artes mas só é realmente adequada ao *drama*, cujo próprio nome (do verbo grego *dran*, ‘agir’) indica que a representação teatral é na verdade uma imitação da ação”. Por isso o teatro seria a arte política por excelência e somente no teatro a esfera política “é transposta para arte”. Os comentários desta autora ajudam a compreender a vitalidade que a metáfora do teatro adquiriu em várias teorias sociais modernas que abordam as relações entre os espaços público e privado, como as de Erving Goffman e Richard Sennett. Thompson (1998), por sua vez, privilegia o conceito de “visibilidade” para tratar do espaço público – este teria dois sentidos, o primeiro opondo o privado ao Estado, e o segundo opondo o invisível em relação ao visível. Ele dialoga com Habermas, cuja reflexão sobre o espaço público teria a falha de considerar este âmbito como equivalente àqueles em que os atores sociais interagem num mesmo ambiente físico. Com o conceito de visibilidade, Thompson procura dar conta das transformações do espaço público com o advento dos modernos meios de comunicação.

A pesquisa de campo no México, naturalmente, teve a finalidade de transpor os limites de visibilidade e interação colocados para a pesquisa no Brasil: acesso apenas à parte do espetáculo zapatista constituída por livros, artigos e *sites* da *internet* acessíveis à distância. Mas ir a campo implica o encontro de outros espetáculos, outros limites de visibilidade e interação, e por isso faz-se necessária uma introdução

sobre as dificuldades peculiares da viagem que embasa a primeira parte desta dissertação.

A pesquisa de campo no México durou quase três meses, entre dezembro de 1998 e 1999. Foi uma das primeiras etapas da pesquisa, antecedendo a leitura de livros e documentos que puderam ser obtidos, em sua maioria, nesta mesma viagem. A intenção formal era realizar um levantamento sobre os êxitos e as dificuldades na construção da democracia participativa proposta pelos zapatistas, que tinha entre os seus principais ícones as chamadas comunidades e municípios autônomos implantados pelos rebeldes. Através da visita a algumas comunidades zapatistas, seria possível observar a cultura e as formas de organização políticas, as relações de poder, além de outros aspectos da vida nas comunidades rebeldes e suas interações com o entorno social. E comparando os dados obtidos em ao menos três comunidades, pretendia-se avançar na reflexão, proposta pelos próprios zapatistas e reproduzida por muitos autores, de que a guerrilha marxista-leninista teria sido absorvida pelas comunidades indígenas radicalizadas, e que estas lhe teriam dado um novo perfil, pautado pela democracia de base e pela linguagem indígena, e cujo discurso político enfatiza o direito universal à vida com dignidade. No íntimo, buscava-se também desvendar as origens de um discurso político renovado, feito de poesia, paixão, piadas, terror, crítica social, solidariedade, tradição indígena e que ressalta a vontade de democracia, justiça e paz. Valores que se tornam inseparáveis na disposição de morte zapatista. “As nossas vidas valem um mundo melhor”.

Chegando ao México as dificuldades logo ficaram patentes. O trabalho de pesquisa foi, de certa forma, clandestino, pois este tipo de pesquisa não era algo bem visto pelo governo mexicano, e menos ainda quando realizada por um estrangeiro. Havia um clima medo: já na Cidade do México as pessoas ficavam bastante cuidadosas quando se tocava no assunto, não era recomendado o uso de telefones com esta finalidade, temia-se os informantes dos órgãos de segurança e outros aspectos dos dispositivos de vigilância. Com isso, era preciso contornar também a desconfiança, e para encontrar os caminhos para chegar aos zapatistas foi necessária a apresentação de informante a informante, partindo-se dos estudantes da capital e seguindo os laços de amizade e confiança, muitas vezes bastante fragilizados pelo

temor e pelo risco. A fragilidade das relações de confiança se mostraram especialmente nas duas ocasiões em que um informante manifestou a desconfiança de que a pessoa que o havia apresentado fosse informante governamental: eu supostamente estava sendo apresentado de amigo em amigo, de pessoa confiável a pessoa confiável. Havia ainda as dificuldades de locomoção, sobretudo no que diz respeito aos bloqueios militares, policiais e de agentes de migração, que freqüentemente acusavam estrangeiros de praticar ilegalmente atividades políticas no país o que, em centenas de casos, levava à expulsão do país.

Por fim, não foi possível fazer a observação das ao menos três comunidades zapatistas. Não que sejam inacessíveis. Mas a aproximação através de laços de amizade e confiança levou à opção por um trajeto que colocava para uma possível segunda viagem a visita através do circuito mais realizado por estrangeiros e que é, por isso mesmo, mais vigiado e controlado tanto pelo governo quanto pelo EZLN: a ida aos chamados Aguascalientes, como são chamadas as comunidades que servem como centros políticos zapatistas, e aos acampamentos de paz, instalações da sociedade civil com os objetivos principais de realizar a observação pelos direitos humanos e servir de escudo contra a repressão. A ajuda oferecida por uma organização de projetos produtivos que trabalha com mulheres de comunidades zapatistas abriu a possibilidade de entrevistar alguns zapatistas sem sair dos centros urbanos de Chiapas, evitando o risco dos bloqueios nas estradas. E seria realizada, com a ajuda desta mesma organização, uma visita a três comunidades nas últimas semanas da viagem. Infelizmente ocorreu um conflito interno na primeira comunidade que seria visitada e, após uma recomendação insistente para evitar-se a presença nesta comunidade em circunstâncias como essa, que podem levar a situações de violência, não foi possível comparecer ao ponto de encontro com o contato que me levaria às outras comunidades. Em compensação, graças à ajuda de El Colegio de La Frontera Sur (ECOSUR), foi possível conhecer uma comunidade não zapatista (ou de minoria zapatista) que teve um papel importante na história da formação dos movimentos indígenas independentes de onde vieram grande parte das lideranças zapatistas, e que vem adotando uma estratégia de luta e sobrevivência distinta das comunidades rebeldes.

O resultado acabou sendo um saldo de aproximadamente 40 horas gravadas e notas de campo de entrevistas e conversas com intelectuais, estudantes, lideranças indígenas de Oaxaca e Chiapas, indígenas zapatistas e não zapatistas, visitantes estrangeiros, e ativistas da sociedade civil mexicana envolvida com a luta zapatista. Nas entrevistas gravadas, que podiam durar de 30 a 120 minutos ou mais, enfatizou-se a interrogação sobre a experiência imediata e a trajetória de cada ator relacionado com o conflito, o que ajudou a abrir pequenos e fragmentários vislumbres qualitativos nas teias sociais tão amplas que correspondem ao fenômeno do zapatismo. Além disso optou-se, quando possível, pela hospedagem na casa dessas pessoas, facilitando a realização de uma observação permanente e um envolvimento intenso. Não foi possível, porém, realizar uma observação mais detalhada e que permitisse uma aproximação mais consistente em relação à cultura política e às formas de organização, e a literatura levantada também nem sempre ajuda na abordagem desses aspectos. Com relação às formas de organização das comunidades zapatistas e do EZLN, foi ainda mais difícil obter informações que transcendessem os seus aspectos formais, até porque este é justamente um dos maiores objetivos dos informantes dos órgãos de segurança, e as perguntas deste tipo levavam inevitavelmente ao desconforto e cuidado por parte dos entrevistados mais intimamente ligados ao EZLN.

Com esses resultados da pesquisa de campo e a bibliografia disponível mudou o objetivo da pesquisa, que passou ser aquele já mencionado. Através dos livros e documentos, e aproveitando-se parte das narrativas do entrevistados, inventou-se uma narrativa histórica farta em citações descritivas e às vezes contraditórias que procura reconstituir as práticas e discursos do zapatismo, bem como os aspectos do contexto político e da história mais relevantes para se compreender as origens e transformações da estratégia desse movimento. É a narrativa apresentada nas partes II e III da dissertação, que começa com uma caracterização do regime político formado a partir da Revolução Mexicana do começo do século XX, se adensa na abordagem da trajetória do EZLN e do movimento zapatista mais amplo do que ele que começa depois do levante de 1994, e vai basicamente até o começo de 1997, quando já

tenham se consolidado as principais características da estratégia que se mantêm até os dias de hoje.

Para lançar luz sobre muitos aspectos da estratégia - práticas e discursos relacionados aos objetivos e à sobrevivência das organizações e redes - do movimento zapatista (o que inclui outras organizações além do EZLN) que não poderiam analisados apenas com os dados obtidos através da bibliografia, a parte I aborda as observações e as narrativas dos atores entrevistados na pesquisa de campo. A maneira escolhida para expor esses dados, tão fragmentados em relação às teias sociais, e ao mesmo tempo tão cheios de significado no interior das próprias narrativas, foi narrar a minha própria trajetória e observações no que ela tinha de mais revelador a respeito dos cenários em que os atores entrevistados proferiam suas narrativas. E descrever esses cenários é ao mesmo tempo abordar aspectos do espetáculo zapatista e fornecer as características que diferenciam os discursos dos seus atores. O resultado é uma espécie de documentário com narrativas sobre os lugares e entrevistas, em que só falta a imagem e o som. Os nomes em itálico são falsos, e muitas vezes os nomes de comunidades, organizações e relações entre as pessoas e organizações foram propositalmente omitidas para dificultar a identificação daqueles que preferiram o anonimato.

As partes II e III foram elaboradas como uma narrativa histórica que procura abordar as transformações da estratégia do zapatismo em seu contexto, complementando a parte I antes de se tecer as análises das (in)conclusões finais. Para tanto foram aproveitadas especialmente as descrições encontradas na bibliografia, outros documentos, parte das entrevistas da pesquisa de campo e os discursos do EZLN. Mas é preciso dizer algo sobre a polarização política que inclui as principais fontes bibliográficas desta dissertação, para que o leitor tenha pistas para receber criticamente essas citações.

Quando estalou o levante em janeiro de 1994, o governo mexicano procurou caracterizar o EZLN como um grupo de “profissionais da violência” que incluía estrangeiros e que estaria incitando os índios à revolta a despeito dos investimentos estatais para melhorar as condições de vida na região. E nos setores de esquerda,

generalizou-se a interpretação de que o levante era popular, resultado da desigualdade social e do autoritarismo sofridos por aquela população e que, embora a luta armada fosse condenável, explicitava os graves problemas sociais e políticos do país que vinham sendo maquiados pela até então bem sucedida propaganda oficial que apresentava o México como um país que caminhava para o primeiro mundo (vários documentos e artigos de jornal *em*: Díaz & López, 1997: 103-169).

São justamente estas as linhas gerais das duas interpretações antagônicas que passaram a permear a literatura acadêmica e jornalística que buscava explicar o levante. Entre os que melhor fundamentaram as suas análises com descrições históricas, Collier (1994), Benjamin (1995), Harvey (1998) e outros começaram a buscar explicações para o levante na deterioração das condições de vida dos índios chiapanecos e no autoritarismo, destacando-se a atuação da Igreja ligada à teologia da libertação, de organizações políticas que chegaram à região para ajudar na politização, organização e desenvolvimento de projetos econômicos e sociais com indígenas, e dos movimentos camponeses independentes que durante mais de duas décadas quase não tiveram as suas demandas atendidas e que foram duramente perseguidos. Com relação à história do próprio EZLN anterior ao levante, em geral estes autores se limitam a reproduzir as versões contada pelos seus membros. Por outro lado, Tello (1996) e De La Granje & Rico (1997) enfatizaram, para explicar o levante, a reconstituição da trajetória dos militantes do EZLN no período anterior a janeiro de 1994, utilizando-se para isso sobretudo das fontes propiciadas pelos órgãos de segurança. Ofereciam assim retratos que se afastavam da face mascarada, romântica, poética, bem humorada e dramática dos “neozapatistas”, e que se aproximavam de uma realidade menos perfeita, mais crua, mais parecida com as lutas armadas “clássicas” que pareciam já estar condenadas pela opinião pública. Os autores simpáticos aos indígenas privilegiavam a análise social e, como afirma Lenkersdorf (1996: 18), os detratores procuravam “culpados”. Este autor afirma que os detratores procuram reduzir o problema a Chiapas, e a procurar “os responsáveis dos acontecimentos que, é claro, não podiam ser indígenas”. Para além dos próprios guerrilheiros, os dedos acusatórios apontaram o bispo da região do conflito Samuel Ruiz Garcia, os agentes de pastoral, homens e mulheres da diocese e sobretudo os

estrangeiros e os teólogos da libertação, numa produção em série de bodes expiatórios que “consideramos um sinal de desorientação, consciente ou inconsciente”.

A parte II, que se chama “A Guerra” – por fazer referência à situação histórica do México e de Chiapas em particular em que milhares de indígenas começaram a organizar um exército popular para atingir seus objetivos – e vai até as vésperas do levante, utilizando como fonte principalmente os autores já mencionados e que estão divididos entre uma corrente que fornece mais dados e análises sobre as condições sociais e outra que destaca a trajetória dos guerrilheiros, além dos relatos do próprio EZLN. A parte III se chama “O Espetáculo”, pois aborda o período que começa com o levante que transformou o zapatismo num fenômeno público para todo o mundo. A bibliografia sobre esse período tende a se especializar em temas mais específicos, sinal da complexidade e amplitude desse fenômeno a partir de 1994. Entre as obras mais citadas na dissertação estão: Reyes e Zebadúa (1995), que fazem uma história do conflito com ênfase no papel do bispo Samuel Ruiz até a ofensiva do governo em fevereiro de 1995, Harvey (1998), que privilegia as relações entre o EZLN e os movimentos indígenas de Chiapas, Avilés (Avilés & Minà, 1998), que se ocupa dos rumos do conflito entre fevereiro de 1995 e o começo de 1997, justamente o período da última fase de transformações importantes na estratégia do EZLN, e Condearena (1997), o único na bibliografia levantada a tentar produzir uma narrativa histórica abrangente e detalhada do movimento zapatista desde a fundação do EZLN, que fornece um panorama muito rico sobre o período após o levante, mas que evita utilizar os autores que detratam o zapatismo para abordar o período anterior a 1994, reproduzindo também o que dizia o EZLN.

Na parte III, há um único capítulo que escapa um pouco à narrativa histórica: é o capítulo 11 que se chama “A Guerra Simbólica”. No começo de 1994, a relação entre o EZLN e a grande mídia começou a ter uma importância muito grande, e como a maior parte das características da relação entre o EZLN e a imprensa, da capacidade de promover ações simbólicas e dos comunicados do EZLN já estavam dadas naquele momento, este capítulo avança um pouco na análise dessas dimensões, preparando

assim o terreno para uma melhor compreensão dos acontecimentos narrados nos capítulos posteriores.

A parte III é também mais rica na diversidade das fontes e citações, e isso está relacionado com uma outra dificuldade encontrada nesta pesquisa: a enorme abundância de informações disponíveis e obras publicadas. Segundo Lenkersdorf (1996: 17) os indígenas de Chiapas conseguiram algo nunca visto: tornar-se um dos temas mais debatidos do México. Uma das conseqüências foi o que Gordillo y Ortiz (1994) chamou de “uma ampla bibliografia nunca antes vista”. Num levantamento bibliográfico realizado por este autor poucos meses após o levante armado, aparecem 7 livros (sem contar as coletâneas e compilações), além de 147 artigos reunidos em obras que também reproduziam documentos, comunicados e entrevistas, somando um total de 146 autores. Estes números não pararam de crescer, com publicações no México e no mundo. Em um *e-mail* de divulgação das atividades do Comitê Avante Zapatistas de 22 de agosto de 2001 a professora Lúcia Skromov da PUC-SP e membro do Comitê, afirmava que já havia no Brasil cerca de “300 teses, artigos e livros publicados sobre o tema zapatismo”. Numa busca realizada em 8 de julho de 2002 através do Altavista na *internet*, com a palavra chave “EZLN”, foram encontradas 388 páginas no Brasil e 40.929 no mundo.

Naturalmente essa explosão de dados se deve entre outras coisas à grande habilidade que o EZLN tem para lidar com a comunicação, e pelas redes de solidariedade que ampliaram o zapatismo (parte delas se considera “zapatista”, outra não) por todo o mundo, e que pautam boa parte das suas atividades pelo trabalho de levantamento, análise, organização, disponibilização e ações de divulgação das informações. Claro que a disponibilidade de informações e publicações facilita esse trabalho e estimula o surgimento de novos interessados em realizá-lo, tratando-se portanto de um fenômeno que se autoalimenta. Dessa maneira, não há uma grande diferença entre os efeitos das atividades dos comitês de solidariedade, dos jornalistas e de pesquisadores. Simpáticos ou não, todos acabam por multiplicar ainda mais esse vendaval de informações<sup>10</sup>. Por outro lado, tanto esta quanto outras pesquisas são

---

<sup>10</sup> Um fato curioso, é que o número de livros publicados no México por detratores do zapatismo é relativamente pequeno mas, em compensação, tiveram enormes tiragens. As obras simpáticas são inúmeras, o

obrigadas a se basear apenas em fragmentos desta farta oferta de informações sobre o tema.

O começo da “guerra de papel” deu uma relevância nova para as obras intelectuais, pois elas passaram a receber a influência e a incidir de maneira decisiva no desenrolar dos acontecimentos. Foram tragadas por uma luta que colocou a comunicação e a criação de mecanismos de participação numa posição tão importante que passou a disputar, com a violência ou com a ameaça de violência, a posição de instrumentos centrais da estratégia zapatista. Entre o levante em 1994 e a ofensiva das forças governamentais de fevereiro de 1995, o EZLN manteve uma tensa ambigüidade entre as alternativas de luta armada e pacífica. Depois, o EZLN nunca mais ameaçou seriamente retomar a luta armada e, após o êxito da primeira grande consulta nacional em meados de 1995, consolidou a comunicação e a participação como elementos centrais da sua estratégia. Embora o EZLN nunca tenha revogado a Declaração de Guerra ao Estado, essas mudanças corresponderam a uma aproximação progressiva da chamada sociedade civil mexicana e internacional que, inspirando e inspirada na transformação da estratégia do EZLN, assumiu um papel ativo na contenção da violência e promoção da democracia através da promoção de espaços de participação e comunicação, procurando abrir às pressas uma via pacífica de reconstrução da nação. Com o tempo, boa parte da sociedade civil foi passando do papel de mediadora para a solução pacífica do conflito entre o EZLN e o governo a formas de atuação cada vez mais organicamente relacionadas e identificadas com o zapatismo. E o subcomandante Marcos não poupou esforços para atrair o apoio de artistas e intelectuais, trocando cartas e convidando-os a participar diretamente dos esforços de solidariedade às comunidades indígenas, de reconstrução da nação e de diálogo com o governo. Ora, com a comunicação e a participação emergindo como alternativa democrática à violência, a produção intelectual foi elevada a um papel da maior importância, para não dizer de urgência, e passou a ser exercida com uma visceralidade poucas vezes vista. Ela foi chamada ao *front*: tornou-se uma literatura polarizada, visceral, muitas vezes maniqueísta. E não é para menos: qualquer

---

que mostra uma heterogeneidade maior de interpretações e um esforço maior em produzir publicações sobre o tema.

ingrediente que sirva à deterioração da imagem do EZLN pode levar ao agravamento da repressão, pois é justamente o seu êxito junto à opinião pública que tornou possível a contenção da guerra e o deslocamento parcial do conflito para os meios de comunicação e outros espaços de participação. Nesta pesquisa, optou-se pela utilização de versões apresentadas pelos dois ou mais lados desta guerra da “palavra” pois, em geral, cada lado deixa em aberto temas que o outro se esforça em preencher. E esta não deixa de ser uma dissertação engajada, fruto do sentimento de culpa pela impotência frente aos sofrimentos alheios, da simpatia que despertam os ideais e a poesia dos principais zapatistas, dos sofrimentos pessoais vividos intensamente diante do contraste entre a beleza dos ideais zapatistas e a imperfeição dos seus atores, e dos compromissos éticos e políticos que estabeleci de maneira tácita e pessoal com meus informantes. No começo da pesquisa de campo, na cidade do México, estive em uma boate onde se realizava uma festa de solidariedade às comunidades zapatistas. Lá conheci um jovem fotógrafo francês, que ao saber dos meus objetivos disse: “você vai ter surpresas felizes e decepções, vai ver que são seres humanos”.



## Parte I: Atrás das Telas de Computador

“Todas as mágoas são suportáveis quando fazemos delas uma história ou contamos uma história a seu respeito”

Isak Dinesen<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Epígrafe utilizada por Arendt (1987) no capítulo “Ação” em “A Condição Humana”.



## 1. A Cidade do México

A pesquisa de campo no México, com duração de cerca de três meses, entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999, havia sido precedida de uma pesquisa de iniciação científica com duração de um semestre, interrompida com a entrada no mestrado e a realização das disciplinas correspondentes ao primeiro ano do programa. Alguns aspectos dessa trajetória anterior ao campo são reveladoras do próprio fenômeno zapatista. Em primeiro lugar a grande disponibilidade de informações, especialmente na *internet*, tornara possível uma primeira pesquisa à distância. O primeiro relatório de pesquisa, que concluía um semestre de atividades, fora feito quase inteiramente com artigos e documentos obtidos através da *internet*. Como a maior parte dos sites dedicados ao tema e seus artigos e documentos eram produzidos por simpatizantes mais ou menos deslumbrados pelas chamadas novidades do zapatismo, destacava-se neles a combinação paradoxal e instigante entre a disposição dos zapatistas de morrer por democracia e justiça social para os indígenas de Chiapas e para todos os mexicanos com o pacifismo colocado em prática na busca de soluções negociadas, numa estratégia que colocava a comunicação e o espetáculo no primeiro plano da resistência, bem como a também incomum combinação entre a renúncia à luta pelo poder e por demandas locais combinada com a formação de um amplo movimento através da criação de alianças, redes de solidariedade, espaços de participação direta e indireta: em resumo, a mobilização social para a construção da democracia a partir das bases desorganizadas ou desarticuladas da sociedade mexicana. Tanto a disposição para a morte, como a renúncia ao poder, conferia ao EZLN uma forte áurea de sinceridade, inocência e carisma.

Ao mesmo tempo, o enorme êxito de publicidade e na criação dos vários mitos ou simbologias zapatistas, e o impressionante processo de organização da sociedade civil mexicana e internacional em novas e revigoradas redes de resistência mais ou menos estimuladas e influenciadas pelo epicentro chiapaneco, completavam o conjunto de aspectos mais chamativos das narrativas sobre este movimento. O tom dessas narrativas era o reproduzido no primeiro relatório da pesquisa de iniciação científica e no projeto de pesquisa para o programa de mestrado. Ir a campo, como

deve ocorrer em qualquer investigação séria, significou ir atrás dos cenários mexicanos tematizados por este fascinante espetáculo visto sobretudo através da *internet*. Se o teatro é a metáfora preferida das teorias que analisam a política em sua dimensão espetacular, é pertinente uma exposição que comece na cidade do México e termine no interior da zona de conflito em Chiapas, abrindo-se as cortinas uma a uma e deixando que apareçam os atores onde eles foram encontrados. E revelo também os aspectos da minha própria trajetória que ajudam a compreender estes cenários, até porque não deixo de ser um dos seus atores.

Aproveitando os contatos que a vida universitária no Brasil propiciam, a chegada à cidade do México iniciou-se com encontros com intelectuais e estudantes mais ou menos envolvidos ou simpáticos com o zapatismo. Alguns aspectos da chegada já eram reveladores do clima de insegurança gerado pelas atividades de intimidação e controle político empregados pelo governo mexicano entre 1998 e 1999. Embora eu tenha sido recebido formalmente pela academia mexicana para a realização de atividades de pesquisa, foi recomendada a discrição sobre as mesmas, e que elas fossem reveladas às autoridades apenas em caso de possíveis dificuldades que pudessem surgir com os órgãos de controle migratório e de segurança. Foi recomendada a utilização de um visto de turista, cujo prazo foi estendido na cidade do México com a ajuda de documentos propiciados por El Colegio de México. Em todos os outros momentos da viagem, tive que me apresentar como turista, a não ser diante das pessoas que ajudaram nas atividades da pesquisa como anfitriões e informantes. Todas essas precauções se baseavam na afirmação de membros da academia de que o governo mexicano não tinha nenhum interesse na presença de pesquisadores abordando este tema. Vale lembrar que se tratava de um contexto em que a difusão de informações sobre o zapatismo já havia se consolidado como um dos principais trunfos deste movimento, e que muitos estrangeiros acusados de se envolver em atividades políticas mexicanas estavam sendo expulsos do país. Em Chiapas, o governo não queria ninguém além de turistas. E a regra para os estrangeiros era clara: um turista só podia realizar atividades de turista, o que exclui a participação em atividades políticas, por exemplo.

Interrogar as pessoas sobre o zapatismo nem sempre era tarefa fácil. Muitas vezes os interlocutores se mostravam apreensivos, pois era generalizado o temor a informantes do governo e até de outros países. Além disso, os telefones pessoais de militantes e intelectuais de esquerda não eram considerados veículos seguros para assuntos como este, pois havia sempre a suspeita de que estivessem grampeados. *Tonico* (notas de campo, cidade do México, 12/98), um ativista estudantil da Universidade Autônoma Metropolitana (UAM) chegou a mencionar que filmadoras eram instaladas em espaços públicos para identificar os militantes presentes em passeatas e outras ações políticas. Mas era um controle exercido de maneira seletiva. Contrastava com a grande abundância de informações e imagens do zapatismo que se podia encontrar na capital mexicana: em qualquer livraria era possível se adquirir volumes que tinham este tema como destaque, diariamente se podia acompanhar nos jornais as notícias sobre Chiapas, não era difícil encontrar cartões postais e os mais variados *souvenirs*, e até mesmo nas lojas de CDs os mais variados músicos e especialmente as bandas de rock tinham o zapatismo nos temas das suas músicas ou encartes. Foi quando conheci, por exemplo, o mundialmente famoso CD *Clandestino*, do Mano Chau, que traz trechos com a voz do subcomandante Marcos discursando mixadas em suas últimas faixas.

Logo após a chegada na cidade fui convidado para conhecer e comer comidas típicas em Coyoacán, bairro localizado onde Cortés se instalou para vigiar a destruição de Tenochtitlán, que abrigou Diego Rivera, Frida Kahlo e Trotsky e onde moram atualmente personalidades como presidentes e intelectuais. Seus espaços públicos são “descontraídos e estudantis” (Descubre México, 1995: 66), dada a proximidade da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), e em sua praça passeiam muitas famílias nos domingos. Em meio às famílias, encontrei uma banca com artigos zapatistas, onde eram colhidas inscrições para uma caravana que iria realizar atividades de solidariedade em Chiapas. Naturalmente, era uma primeira alternativa para conhecer o EZLN, mas era necessário considerar a advertência dos meus anfitriões do meio universitário de que essas caravanas eram muito vigiadas por órgãos de segurança. Apesar disso, a banca se harmonizava com aquele local turístico da cidade. Poucos dias depois, fui levado a uma festa animada ao som de salsa em

uma boate, que tinha por objetivo arrecadar fundos para os indígenas. As pessoas bonitas da classe média bailavam em solidariedade aos zapatistas. O clima de medo e desconfiança que se podia notar ao se demonstrar excessiva curiosidade sobre o tema diante de ativistas e simpatizantes, poderia facilmente passar despercebido para um turista ou visitante estrangeiro. E talvez fosse invisível também para setores conservadores ou menos politizados da população da capital mexicana.

Durante a estadia na cidade do México, os primeiros fragmentos do imaginário sobre o zapatismo foram colhidos no meio intelectualizado da classe média. O clima de medo nos setores dissidentes urbanos era percebido por *Claudia* (notas de campo, cidade do México, 12/98), uma estudante secundarista de 17 anos, de família de esquerda, que não estava envolvida diretamente com o zapatismo. Na sua escola, havia duas pessoas suspeitas de serem informantes do governo. Afirmava sentir pessimismo com o movimento, e não ver melhoras para o futuro. Para ela, o EZLN tinha muito apoio, principalmente no exterior. Mas entre os jovens ela se incomodava com o que chamava de “zapatismo enquanto moda”. Dizia que, para muitos, o zapatismo era uma festa, e sentia falta de um verdadeiro “compromisso” das pessoas com a causa. Criticava também a idealização dos indígenas e a identificação com eles expressa no lema “somos todos índios”. “Eu não sou índia”, dizia, lembrando ainda que eles também não são perfeitos, como por exemplo na maneira como tratam suas mulheres. Segundo ela, muita gente de classe média quer educar os índios, mas sem uma idéia de troca cultural.

*Daniel* (notas de campo, cidade do México, 12/98), um estudante universitário, revelou desconfiar que as fortes relações do EZLN com organizações estrangeiras ocultam interesses econômicos internacionais sobre os recursos naturais de Chiapas. Caso a autonomia desse aos indígenas o controle sobre os recursos naturais, essas organizações poderiam tirar proveito. Claramente esse estudante não tinha muita simpatia pelo zapatismo. E me apresentando um pouco da sua cultura, explicou que a alegria do mexicano é um disfarce: o mexicano é um solitário, pois não tem identidade, e essa carência de uma identidade foi o resultado da mestiçagem. Raciocínio estranho para alguém acostumado com o “mito da democracia racial” e a exaltação da mestiçagem tipicamente brasileiras. Na mesma conversa surgiram pistas

para iluminar esta comparação. No Brasil, as camadas médias e seus burocratas e intelectuais foram historicamente os mestiços, enquanto no México as camadas médias se formaram com os filhos dos espanhóis nascidos na colônia.

Enrique de la Garza (notas de campo, cidade do México, 12/98), um sociólogo do trabalho da UAM que esteve no primeiro grande encontro da guerrilha com a sociedade civil na Selva Lacandona, em 1994, dizia que os zapatistas são muito imaginativos. São originais por usarem contos e poesias em seus discursos, enquanto que a política tradicional é feita com um tom muito solene: o Partido da Revolução Democrática (PRD), o mais importante partido de esquerda, faz a política tradicional que é entediante. Para ele Marcos é um “político poeta”, e não um “poeta político” como Pablo Neruda, por exemplo. Por outro lado, criticava a preocupação exagerada do EZLN em ocupar o espaço dos grandes assuntos nacionais, esquecendo que há outros problemas e outros atores: a falta de uma proposta para os operários, por exemplo. Para Francisco Zapata (notas de campo, cidade do México, 12/98), professor do El Colegio de México, os zapatistas da cidade do México são basicamente de classe média, e colocam questões de classe média. De la Garza (notas de campo, cidade do México, 12/98) disse ainda que entre os grupos de esquerda que não entraram no PRD, muitos puderam se reencontrar no zapatismo civil. Mas entraram no novo movimento de massas levando suas antigas posições políticas, o que implicou em brigas de difícil solução e dificultou a busca por novas formas de se fazer política. E houve também os casos de intelectuais de esquerda que, após terem o prestígio eclipsado com a queda dos regimes comunistas, o recuperaram através do envolvimento com o novo zapatismo.

O contexto político apresentado por essas pessoas evocava as tradições revolucionárias e autoritárias do país. O sociólogo Zapata (notas de campo, cidade do México, 12/98) afirmou que a elite mexicana havia se formado na Revolução Mexicana de 1910 e estava no Estado. E há uma tradição mexicana de que as guerrilhas estejam envolvidas, até certo ponto, em lutas intestinas do Estado, de maneira que, por alguns anos, chegou-se a pensar que o levante zapatista estivesse ligado às eleições presidenciais de 1994. Isso explicava, também, que o Exército Popular Revolucionário (EPR), guerrilha nos moldes clássicos que apareceu em 1996

inicialmente no estado de Guerrero, não tivesse sido aniquilado. Segundo De la Garza (notas de campo, cidade do México, 12/98), o EPR é totalmente clandestino e armado, com a participação individual de camponeses e seus intelectuais são professores de primeiro e segundo graus, um setor radical por trabalhar em regiões pobres. Mas se desconfiava que o EPR fosse um grupo infiltrado pelo governo. Eles já tinham assassinado o presidente do partido comunista de Guerrero e um guarda do jornal esquerdista La Jornada, alegando “reformismo” por parte das vítimas. O governo poderia estar usando o EPR para dividir ainda mais as esquerdas. Sobre a situação do EZLN, afirmou que as negociações estavam enfraquecidas com a recusa do governo em cumprir os “Acordos de San Andrés” com a guerrilha, e a situação estava muito delicada. Embora o Exército pressionasse por uma solução militar, esta geraria uma reação internacional muito forte, e o sociólogo mencionava como exemplos as visitas que os zapatistas vinham recebendo de parlamentares estrangeiros e até de Oliver Stone, que pretendia fazer um filme sobre o tema. Por outro lado, a situação de impasse e imobilidade não era só com o EZLN. Garza afirmou que todas as forças políticas mexicanas estavam tendo dificuldade para estabelecer negociações entre si, um problema tratado até pela imprensa. E ele chegou a comentar que se temia pelo risco de uma guerra civil. Para Zapata (notas de campo, cidade do México, 12/94), o sistema político corporativo mexicano estava em crise não apenas pela falta de recursos econômicos, mas também por causa do amadurecimento das massas, que estavam mais difíceis de se manipular. Coloquei a ele que eu já podia notar no debate político mexicano presente na imprensa uma ênfase forte sobre os meios do processo político (a democracia e seus mecanismos, diálogo, respeito, escutar o outro, etc) e que parecia haver uma forte dose de intransigência, e sua explicação para essas constatações foi que estava havendo lutas muito duras pelo poder e muito medo de que elas levassem à violência. E lembrou ainda que as milhares de mortes da Revolução de 1910 haviam marcado o povo mexicano, fortalecendo o desejo por democracia.

Tive ainda a oportunidade de visitar o Instituto Federal Eleitoral (IFE) para saber um pouco mais sobre o incerto e lento processo de democratização pelo qual vinha passando o país. Pude adquirir os vários volumes dos “Cadernos de Divulgação

da Cultura Democrática” produzidos pela instituição e, curiosamente, o único volume esgotado era o que abordava o tema “Diálogo e Democracia”. “Diálogo” era a expressão mais utilizada para se fazer referência a negociações políticas. A observação das atividades de uma sessão do Conselho do IFE revelava a amplitude das prerrogativas deste órgão que, composto por representantes do partidos políticos, do legislativo, e conselheiros eleitorais, podia deliberar sobre temas tão importantes quanto a forma de financiamento das candidaturas e o registro dos eleitores. Uma funcionária do IFE afirmou que já fazia dois anos que a instituição começara a ganhar autonomia<sup>12</sup>, mas que esta estava ameaçada por causa do processo contra irregularidades no financiamento da campanha do então presidente Ernesto Zedillo. O clima era de que as reformas tinham que ser cautelosas ou se poderia colocar tudo a perder.

O cenário político encontrado na cidade do México era o de um regime autoritário em crise, porém ainda muito forte e ameaçador, que cedia através de reformas lentas à luta pela democracia. Mas o alcance dessas transformações era ainda muito limitado. Temia-se um retrocesso repentino ou a dilaceração que poderia provocar uma guerra civil. Temia-se também o próprio Estado e seus órgãos de segurança, que mantinham os militantes sob constante vigilância<sup>13</sup>. E à medida que se iam abrindo espaços para a participação e a concorrência entre partidos, herdava-se porém uma cultura política autoritária: a intransigência e a dificuldade para negociar eram problemas crônicos que contribuíam para manter o clima de tensão e de impasse sobre os rumos do país. Nesse contexto o EZLN havia conseguido se projetar na vida política nacional. Tinha uma imensa presença na mídia e, mais do que isso, havia se convertido numa moda. O aspecto misterioso dos zapatistas indígenas, que suscitava tanto ufanismo e tantas desconfianças, assim como a criatividade de Marcos, contribuíam para alimentar a curiosidade e o interesse pelo movimento. Mas, esse êxito trazia limites que são próprios da indústria cultural contemporânea, entre eles o de ter que disputar as manchetes jornalísticas com outros temas políticos igualmente

---

<sup>12</sup> Dois anos antes o PRI pela primeira vez tinha deixado de ter maioria absoluta da Câmara dos Deputados, responsável pela nomeação de membros do Conselho do IFE.

<sup>13</sup> “A repressão mexicana é eficaz porque é seletiva. Nos pontos que realmente interessam ao regime, o jogo é duro, muito duro” (Fuser, 1995: 20).

importantes<sup>14</sup>. Era preciso manter-se no centro das atenções, embora parte dos setores populares não estivesse incluída em suas propostas, demandas e programas. Por outro lado, o movimento conseguira instaurar um debate e uma reflexão intensa sobre a questão indígena entre setores da classe média, num país onde cerca de 10% da população se comunica em línguas indígenas e 80% da população é mestiça. Um tema que remete não só ao racismo, à justiça e à democracia no México, mas à própria busca de uma identidade nacional.

---

<sup>14</sup> Para uma análise das condições de ação e interação política relacionadas com a grande mídia ver Thompson

## 2. Mazatlán Villa de Flores

No meio universitário da cidade do México surgiu a oportunidade de me juntar a uma caravana de observadores eleitorais que iria garantir a limpeza e a tranquilidade nas eleições que ocorreriam no município indígena chamado Mazatlán Villa de Flores, em Oaxaca, estado vizinho de Chiapas e também um dos mais pobres. Foi a oportunidade de conhecer um movimento indígena diferente do zapatista e uma variedade de ativistas da cidade do México que estavam presentes como observadores: estudantes de filosofia, letras, economia, gente do sindicato dos eletricitistas, da Intersindical e ONGs. A possibilidade de descrever, ainda que rapidamente, outros movimentos indígenas além do zapatista, permite a comparação que ajuda lançar luz sobre aspectos da estratégia do EZLN e do seu contexto. E observar o impacto do zapatismo e suas relações com esses movimentos e ativistas se mostrou uma tarefa de importância considerável: entre os observadores eleitorais que prestavam solidariedade aos indígenas mazatecos estavam ativistas que eram ou já tinham sido bastante envolvidos com o zapatismo, e os próprios líderes locais já tinham tido participações importantes no que podemos chamar de “zapatismo civil” (notas e gravações de campo, Oaxaca, 12/98).

Rapidamente me alertaram que se tratava de uma zona de conflitos e que isso significava que estrangeiros não eram bem vindos para as autoridades estatais, policiais e para os antigos *caciques* ligados ao PRI<sup>15</sup>. Era uma das conseqüências dos recentes anos de forte interesse internacional pelas lutas sociais mexicanas despertado pelo zapatismo. Explicaram-me que fazia parte do acordo para a observação eleitoral que não houvesse a participação de estrangeiros, e por isso fiquei sem a proteção da credencial de observador e pediram-me para ‘manter a boca fechada’, para passar despercebido enquanto não terminasse o processo eleitoral. Oaxaca era o único estado onde uma lei estadual já permitia que as eleições seguissem os “usos e costumes” indígenas, e foi isso o que eu pude observar: com um sistema que se aproximava do modelo deliberativo indígena da assembléia, formavam-se filas para que cada pessoa pudesse dar publicamente o seu voto para cada candidato. Essa lei

---

(1998).

estadual não significou para eles um avanço tão grande, pois há lugares onde o sistema antigo é mantido graças à repressão e a cooptação, e outros onde sistemas indígenas são adotados mas ainda assim sofrem manipulações (notas de campo, Oaxaca, 12/98).

A chegada a Mazatlán foi precedida por uma parada na estrada, já nos limites do município, em que foi feita uma homenagem a 3 pessoas da Assembléia Comunitária que haviam sido assassinadas em uma emboscada. No local havia três cruzeiros, uma para cada vítima, para que estas mortes fossem sempre lembradas (uma tradição popular). O coordenador do grupo de observadores e um anfitrião indígena deram explicações sobre a violência política naquela região, e depois foram plantadas flores junto às três cruzeiros. A eleição daquele dia em Mazatlán tinha um ar pesado, com uma forte presença da polícia que, no principal local de votação, chegou a fazer uma pequena barricada com sacos de areia. A polícia e as autoridades eleitorais estaduais tinham naturalmente uma clara cumplicidade com os *caciques* do PRI, e os observadores eleitorais não escondiam a preferência pela Assembléia Comunitária e seus líderes, que se inspiravam no anarquista e revolucionário mexicano do começo do século passado Flores Magón, que é não apenas um dos heróis nacionais como também filho daquelas terras (notas de campo, Oaxaca, 12/98).

Segundo Melquiades e Domingo, os principais líderes do movimento, eles já tinham conquistado a prefeitura em 1991 (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98), mas vinham desenvolvendo o que chamavam de autonomia – e que vinha sendo basicamente a prática do governo municipal através da assembléia formada pelas autoridades comunitárias - e resistindo às hostilidades dos antigos *caciques* a duras penas (Domingo Garcia Mijangos, entrevista, Oaxaca, 12/98). Desde 1995, 26 pessoas da Assembléia Comunitária já tinham sido assassinadas por um grupo armado ligado ao Partido Revolucionário Institucional (PRI)<sup>16</sup> que gozava de uma quase total impunidade – apenas 1 pessoa até então tinha sido presa (gravação de discurso de Jaime Gonzáles V., Oaxaca, 19/12/98). Em 1995 Melquiades, que tinha sido o primeiro prefeito eleito pela Assembléia Comunitária, chegou a ser

---

<sup>15</sup> Elites políticas locais e regionais formadas sob o controle político do partido hegemônico.

<sup>16</sup> Partido oficial que governou o país da Revolução Mexicana de 1910 até as eleições presidenciais de 2000.

preso. Na época, eles estavam fazendo uma primeira tentativa de criar uma frente de prefeitos regional para exigir recursos do governo do estado (Domingo Garcia Mijangos, entrevista, Oaxaca, 12/98), já que os comerciantes locais se recusavam a pagar impostos para o município. E poucos meses antes dessa eleição de 1998, o grupo armado tinha tomado a prefeitura pela força e implantado um “verdadeiro estado de sítio”, o que só foi contornado graças a uma greve de fome de 15 dias realizada pelos líderes da Assembléia Comunitária em frente ao Senado na capital do país (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98). A grande novidade dessa votação era que o município passava a ter uma autoridade eleitoral local. Foi a Assembléia Comunitária que organizou as eleições, e era a primeira vez que um município ganhava esse grau de autonomia legal no México. A eleição transcorreu com uma razoável tranqüilidade e a Assembléia Comunitária saiu vitoriosa. Nos dias seguintes, porém, houve conflitos em algumas poucas comunidades ligadas ao PRI cujos moradores tentavam se desvincular das lideranças priístas para se integrarem à Assembléia Comunitária. O caso mais grave foi o de uma comunidade ligada ao PRI na qual um conflito relacionado ao não pagamento prometido em troca de votos acabou levando ao assassinato de 3 pessoas. “Já estão se matando entre si”, era o que se comentava (notas de campo e gravações, Oaxaca, 12/98).

A história desse movimento de indígenas mazatecos confunde-se com a história de vida de Melquiades, o seu principal líder. Nascido em 1962 em Mazatlán, cedo teve que morar com os avós porque os pais tinham ido trabalhar na cidade do México. Com quatro anos foi morar com sua mãe na capital do país, onde começou a se alfabetizar. Na época do presidente Echeverría, começo dos anos 70, as fábricas onde trabalhavam seus pais foram fechadas e ele voltou a Mazatlán, onde começou a cuidar de porcos e a recuperar a língua mazateca, que ele ainda entendia mas já não conseguia falar. Em 1976 instalou-se a paróquia de Mazatlán, e Melquiades notou que o padre procurava se aproximar das pessoas que falavam espanhol “porque era mais fácil, por uma preguiça mental”. Foi então que o padre, vendo que ele falava espanhol, pediu à sua mãe que ele passasse um ano trabalhando na Igreja. Em troca, o sacerdote o ajudaria a terminar os seus estudos. Melquiades acabou entrando para o Seminário de Santa Cruz de Tlatelolco, estudou 3 anos de filosofia e 4 anos de

teologia e teve contato com a teologia da libertação e as idéias que procuravam mesclar as teorias religiosas com as teorias sociais e que procuravam valorizar a cultura indígena. Teve a influência de autores como Leonardo Boff, John Sobriño, Enrique Dulce, Jorge Píseley, Clodovis Boff, Ella Curia, Emanuel Levinas, Xavier Subiri e Gramsci. Ele se recordava especialmente de um professor que teve e que era da etnia nahuatl, que dizia aos seus alunos que eles tinham que se tornar “intelectuais orgânicos”. Foi com esse instrumental que ele voltou a Mazatlán, onde foi ordenado Diácono em 1990. No dia da sua ordenação, o ritual foi completado com aspectos da tradição indígena: cada comunidade do município lhe entregou um bastão de mando, o que significava que os indígenas estavam de acordo em que ele os servisse (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98).

Naquela época, o poder político estava nas mãos dos *caciques* ligados às estruturas corporativas do Estado, que ficavam com as verbas estatais, não desejavam o desenvolvimento econômico e social e procuravam manter os indígenas na ignorância. Melquiades afirmou que escutava deles frases como: “não dê leitura para o filho do pobre, ou um dia ele vai despertar e vai te matar a pedradas”, “o povo é como frango, se você dá migalhas ele vem”, “Mazatlán não necessita nada, com isso já é o suficiente”. Os *caciques* eram os intermediários entre as comunidades indígenas e o mundo exterior, procuravam manter os indígenas isolados da informação, e podiam controlar o que entrava e o que saía do município. Exemplos disso é que eram eles que recebiam os funcionários do governo, não deixavam ninguém sair para dar continuidade aos estudos, por exemplo, a não ser alguns poucos, e deixavam entrar o Partido Popular Socialista (PPS), que na época era “de direita”. O prefeito tinha sido eleito pelo PRI, mas ao mesmo tempo era secretário geral do PPS. Melquiades conta que os seminaristas que abandonavam a carreira religiosa com frequência se tornavam burocratas do Estado, e foi aproveitando os contatos dos tempos de seminário que ele conseguiu descobrir a quantidade de recursos que recebia o município e que não chegava às comunidades (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98). Domingo chamou a atenção para o colorido das roupas das mulheres nos dias de hoje, para lembrar como aquela época era cinzenta. Com a exceção das cerca de duas horas de feira no fim de semana em

que se via a animação da população local, os indígenas não eram bem vindos no centro urbano do município (entrevista com Domingo Garcia Mijangos, Oaxaca, 12/98). Como exemplo do racismo por parte dos *coletos*, que ali são os que vivem no pequeno centro urbano, basicamente são os comerciantes e professores do ensino básico<sup>17</sup>, e que na época tinham garantido o monopólio sobre a venda de cada tipo de produtos, Melquiades conta o seguinte diálogo: chega alguém de fora e pergunta a um deles “você é índio?”, “não, os índios estão trabalhando nas roças”, “então você é mestiço?”, “não, sou índio” (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98).

Quando Melquiades chegou para cumprir com um mandato religioso em Mazatlán, a população dos municípios por toda a Serra Mazateca estava em efervescência e surgiam movimentos por todos os lados contra a elite de *caciques*. Em Mazatlán, as suas atividades como Diácono que sabia falar a língua mazateca contemplavam toda a população mais pobre, e logo ele acabou se tornando também o homem a quem os indígenas confiavam suas reclamações e descontentamentos. Isso acabou fazendo com que os *coletos* fizessem intrigas com o padre da época, dizendo que Melquiades havia se tornado o verdadeiro padre, e ele acabou sendo deslocado de suas atividades na paróquia. Quando os indígenas se mobilizaram e tomaram a prefeitura em 1991, um grupo da Assembléia foi pedir a ele para que aceitasse se candidatar a prefeito, e como o Bispo da região não se opôs a isso, a Assembléia Comunitária elegeu Melquiades o seu primeiro prefeito. Como os *coletos* se recusavam a pagar seus impostos ao município, que passou ainda a sofrer a perseguição e oposição por parte dos *caciques* locais, regionais e do governo do estado, foi apenas com muitas marchas e plantões na cidade de Oaxaca, capital do estado, que o município foi obtendo os recursos para melhorar e ampliar as estradas e serviços como saúde e educação (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98). Se antes os recursos paravam na prefeitura e nas suas agências, passaram a chegar de maneira mais equitativa nas varias comunidades. E além das verbas

---

<sup>17</sup> Em toda a literatura abordada nesta pesquisa a expressão *coletos* se refere aos habitantes de San Cristóbal de Las Casas, e em situações similares os informantes usavam a expressão *ladinos*. Melquiades, no entanto, usa a expressão “pequenos *coletos*” para se referir a esse tipo social do seu município, agregando um “podemos chama-los assim”. Talvez isso seja um exemplo de como o vocabulário do conflito chiapaneco já tinha se irradiado para outras lutas e outros contextos. Apesar do risco da confusão que isso pode causar nos leitores, optou-se por manter o uso da palavra feito pelo informante.

estaduais, o município conta com a *faena*, que é um dia semanal de trabalho comunitário que cada indígena oferece.

Na época dessas entrevistas, a prefeitura já contava com um corpo técnico para ajudar as comunidades a formular e executar seus projetos, como por exemplo um grupo de advogados familiarizados com a questão da repartição de justiça levando-se em conta as tradições indígenas e que, antes de serem contratados, atuaram em Chiapas, mas depois resolveram contribuir para outras lutas escapando à entropia que centraliza as atenções sobre os indígenas zapatistas. Contava também com vários comitês, como por exemplo o comitê de comunicação que conecta todas as comunidades com um recente sistema de rádio comunicadores. E já se planejava ter um computador por comunidade sob a responsabilidade de um comitê formado por jovens que receberiam preparo técnico. Com os comitês, procurava-se ampliar ainda mais a participação, que na Assembléia se restringia às autoridades nomeadas nas assembléias de cada comunidade. E as mulheres também vinham procurando ter uma participação cada vez maior desde 1991, e começaram a notar isso quando elas começaram cada vez mais a participar dos trabalhos comunitários, a *faena* (Domingo Garcia Mijangos, entrevista, Oaxaca, 12/98). Segundo Melquiades, eles já tinham em mente a criação de uma *regidoria* de mulheres na prefeitura. E vinham aumentando cada vez mais os laços com grupos de fora para ajudar a realizar projetos produtivos, de educação, etc, embora boa parte dos projetos fosse da própria assembléia comunitária (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98). A relação com a imprensa foi também um elemento importante para resistir e avançar nas suas lutas. Eles têm como chefe de imprensa uma jornalista que trabalha também em dois jornais, inclusive no *La Jornada*, um dos mais importantes diários de circulação nacional com viés esquerdista. A presença na mídia foi vital para libertar Melquiades da prisão, por exemplo. E uma vez organizaram uma marcha com 600 crianças “para romper o estado de sítio”, que foi capaz de atrair até mesmo as câmaras da Televisa. O interesse dos indígenas dos municípios vizinhos com os êxitos de Mazatlán era cada vez maior, o que alimentava a perspectiva de tentar retomar futuramente a idéia organizar a autonomia regional que incluiria outras etnias (Domingo Garcia Mijangos, entrevista, Oaxaca, 12/98).

Curiosamente, ao contrário do que costuma sugerir um certo censo comum, foi justamente através da autonomia que o desenvolvimento de Mazatlán ganhou impulso e as comunidades do município começaram cada vez mais a se integrar com a nação. Melquiades afirmou que na Igreja há a visão de que é preciso preservar a cultura indígena, e que por isso se busca o isolamento das comunidades. Ele mesmo chegou a aceitar essas idéias, mas depois percebeu que é justamente no encontro com os diferentes que os indígenas reafirmam e recriam suas identidades. Como exemplo disso contou que alguns companheiros estavam perguntando de onde vinha esse homem que diziam ser de tão longe – referiam-se ao pesquisador brasileiro -, ao que ele respondeu que a terra era redonda, e que abaixo do México vinha a Guatemala, e que então baixando-se mais ainda, muito mais, chegava-se finalmente ao lugar de onde o tal misterioso estrangeiro vinha. A reação deles foi exclamar: “ahh, então os avozinhos [como se referem aos antepassados] estavam certos quando diziam que havia o lado de baixo da terra! Ele vem do lado de baixo!” (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98).

Um indicador do prestígio que esse movimento já tinha alcançado está nas palavras de Jaime González V, o sindicalista membro da Intersindical e da Rede Zapatista, que estava coordenando o grupo de observadores eleitorais e que era um entusiasta da autonomia de Mazatlán e da estratégia do seu movimento que, para ele, poderia servir como um modelo a ser projetado nacionalmente. Não de uma maneira mecanicista, advertia, mas observando-se as diferenças de contexto e esperando-se o momento oportuno para se propor o modelo em cada caso. Mas e a autonomia dos municípios zapatistas? Segundo Jaime, que nunca morou em Chiapas mas acompanha o conflito através de companheiros que vivem lá, a autonomia das comunidades zapatistas não funcionam como em Mazatlán. Lá havia municípios muito grandes, por exemplo, e o que o EZLN fez foi propor uma nova divisão dos municípios e instalar as suas autoridades militares neles. “Há instituições de saúde, têm instituições políticas para fazer atas de nascimento e distintos trâmites, mas tudo sob uma estrutura militar.” Para ele era natural que fosse assim, considerando-se o permanente acosso militar por parte do governo que essas comunidades sofrem em Chiapas. “Mas por outro lado se pode imaginar que isso não é a solução política que se pode projetar

para o resto do país”. Ele comentou também que havia exceções, como o município autônomo Tierra y Libertad, que fica no território no município oficial de Las Margaritas. Este “realmente era um modelo de muitos pontos de vista”: eram autoridades civis, havia eleições, e tinham um peso tal que até mesmo organizações ligadas ao PRI se dirigiam às autoridades do município autônomo para dirimir seus conflitos. “Há outros municípios [zapatistas] que se aproximam disso, mas infelizmente essa não é a regra”. São mais comuns os municípios que ficam na “zona de conflito”, que corresponde ao território que o EZLN chegou a controlar até fevereiro de 1995, que havia sido conquistado militarmente, e que depois passou a gozar de uma certa proteção por parte da Lei de Concórdia e Pacificação que visava criar condições para o diálogo com o governo. Os municípios rebeldes que estão fora da “zona de conflito”, como Tierra y Libertad, foram conquistados politicamente e por isso não estavam sob a hierarquia militar do EZLN, e além disso encontraram um ambiente favorável para desenvolver seus movimentos e as práticas de autonomia, aproveitando a crise do governo de Chiapas desde 94, que assistiu à queda prematura de vários de seus governadores. Porém, foram justamente esses municípios que começaram a ser desmantelados a partir de 1998 pelo governo do estado, que alegava que eles não estavam protegidos pela Lei de Concórdia e Pacificação: é o caso dos municípios Flores Magón (Taniperla), o primeiro a ser desmantelado, San Juan de La Libertad (El Bosque) “onde mataram, levaram vários presos e os devolveram mortos de uma maneira horrível” e Roberto Barrios, um município ao mesmo tempo zapatista e legalmente governado pelo PRD mas que foi igualmente atacado pelo governador Albores. Com relação às comunidades que estão dentro da área considerada “zona de conflito” pela Lei, Jaime afirma que “é uma boa pergunta saber se realmente há municípios democráticos” nesse território, mas que “não há elementos para se dizer que há um procedimento democrático de eleição, um direito à destituição ou uma prestação de contas à cidadania, porque a situação não é uma situação regular, é uma situação de guerra” (Jaime Gonzáles V., entrevista, Oaxaca, 12/98).

Na opinião de Jaime, o EZLN tinha entrado num ‘beco sem saída’. Por mais que tivesse dado ênfase à “propaganda armada” e ao diálogo, ele não tinha revogado

a declaração de guerra de 1994, e não podia fazer isso porque a insurreição tinha tido um impacto impressionante. E embora a insurreição fosse legítima e perfeitamente justificável considerando-se a situação de extrema opressão e falta de canais democráticos em Chiapas, “não corresponde ao que está fazendo o resto da população”, “fazer um chamado à revolução hoje na cidade do México é uma loucura”. A tentativa de criar uma nova organização nacional civil nacional, por sua vez, fracassava pelo fato de o EZLN se manter isolado em Chiapas e ser uma organização armada, o que o incapacitava para assumir a sua responsabilidade como dirigente da nova organização. O EZLN apenas apontava as características genéricas que a nova organização deveria ter, mas tanto a Convenção Nacional Democrática (CND)<sup>18</sup> como depois a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN)<sup>19</sup> não tinham sido capazes de elaborar um programa político. A FZLN tinha se reduzido às atividades de solidariedade com o EZLN. A guerrilha poderia ter procurando se aliar com as organizações já existentes, mas ao invés disso fez a crítica dos velhos partidos e procurou criar uma nova organização com uma nova maneira de se fazer política, sem assumir a responsabilidade de elaborar um programa e dirigir esse processo. E quando as coisas davam errado, se sentia no direito de “dar broncas” através de seus comunicados. E quanto às alianças do EZLN com as organizações da sociedade civil? Jaime contou que a Intersindical tinha acabado de ter uma reunião com a guerrilha sobre a terceira grande consulta<sup>20</sup>, que iria se realizar em 1999, mas que isso não era realmente uma aliança: “queríamos ter uma aliança, nos encantaria”. *Ricardo*, que estava junto a Jaime durante a entrevista, afirmou que nem mesmo as organizações que o EZLN considera suas aliadas vêm que esta aliança existe de fato. Mas a atuação do EZLN, objetei, não poderia estar ao menos contribuindo para a transformação da cultura política, dando ênfase aos valores democráticos? Isso seria correto em termos, pois “se estou chamando a uma insurreição, mas admito que a

---

<sup>18</sup> A primeira iniciativa do EZLN para reunir o mais amplo espectro possível de atores da sociedade civil contra a hegemonia do PRI e para a realização de uma transição democrática, foi através da convocação da CND, que se reuniu pela primeira vez em Chiapas, em agosto de 1994.

<sup>19</sup> Em primeiro de janeiro de 1996 o EZLN lançou a convocatória para a formação da FZLN, que seria a organização zapatista civil que abria a perspectiva de uma possível dissolução do EZLN, que nunca chegou a acontecer.

maior parte da população está sob sindicatos e centrais agrárias corporativas, e que há muitos municípios controlados pelo PRI, então o que estou dizendo? Que o país não está pronto para a insurreição”. E a situação era crítica: os sindicatos estavam avançando muito lentamente, bem atrás dos movimentos camponeses. Pior que isso, “estamos num momento em que os sindicatos estão perdendo membros e o campesinato está completamente na defensiva” (Jaime Gonzáles V., entrevista, Oaxaca, 12/98).

Jaime não é um militante que descarta a violência política, mas ele acredita que as estruturas democráticas devem se desenvolver antes da revolução ou de situações em que se calcule que a violência é necessária. E para ele esse era o exemplo que Mazatlán estava dando, ao colocar o desenvolvimento das estruturas democráticas em primeiro lugar. A estratégia deste movimento mazateco, que foi o único na região que prosperou entre aqueles que haviam surgido em 1990, era não responder às provocações dos *caciques* do PRI. Quando a prefeitura de Mazatlán foi ocupada pelo grupo armado dos antigos *caciques*, por exemplo, a Assembléia Comunitária poderia ter expulsado o bando pela força e isso teria tido uma enorme repercussão na mídia. A repressão que isso teria atraído, porém, faria com que a luta política mais lenta de ir fortalecendo a participação de base, as comunidades, tivesse um retrocesso equivalente a anos de trabalho (Jaime Gonzáles V., entrevista, Oaxaca, 12/98). Os outros movimentos que haviam surgido na região em 1990 foram todos desmantelados porque respondiam às provocações dos *caciques*, dando assim a justificativa para a repressão por parte do Estado (notas de campo, Oaxaca, 12/98).

Embora Jaime estivesse concentrado em fazer uma crítica política ao EZLN durante a entrevista, não deixou de observar que o EZLN tinha “limpado a honra” do México, levantando-se numa época em que todos estavam iludidos com a modernidade de Salinas, um mandatário eleito através da fraude eleitoral. Tinham mais do que qualquer outro movimento sido capazes de levantar a questão indígena, e colocaram a questão da democracia. Comentou que quando Vargas Llosa escreveu

---

<sup>20</sup> O EZLN realizou, com a ajuda da sociedade civil, três grandes consultas nacionais e internacionais sobre suas demandas e rumos. Uma no primeiro semestre de 1994, outra em 1995 e uma terceira estava sendo preparada durante a pesquisa de campo.

um artigo afirmando que o EZLN tinha apenas conseguido deixar as suas comunidades mais pobres e rodeadas pelo Exército, Lorenzo Meyer respondeu que havia uma causalidade direta entre o levante de janeiro de 1994 e a nomeação dos conselheiros eleitorais independentes por parte de Salinas<sup>21</sup>. Além disso, as ONGs começaram a ter uma visibilidade muito maior depois do levante, até mesmo aquelas que não tiveram relações diretas com o zapatismo, como por exemplo o Greenpeace. “É a partir da insurreição zapatista que as ONGs começaram a ter o impacto que têm tido”. Não há “comparação entre a participação de ONGs antes de 94 e depois, nem no nível de interesse do mundo no México. É uma mudança de época”. E o EZLN conseguiu isso “impactando as pessoas, dizendo as coisas evidentes que as pessoas já não viam. E conseguiram através de uma forma, a forma mais espetacular politicamente de chamar a atenção que é a insurreição armada” (Jaime Gonzáles V., entrevista, Oaxaca, 12/98).

Segundo Domingo, em 1993 a Assembléia Comunitária de Mazatlán começava a dar os seus primeiros passos na prefeitura do município, mas eles se sentiam “sozinhos” e havia uma forte incerteza diante da oposição dos antigos caciques locais, regionais e do governo do estado. Foi quando veio o levante zapatista que ajudou a romper esse isolamento (Domingo Garcia Mijangos, entrevista, Oaxaca, 12/98). Melquiades relata que para eles foi uma surpresa. Mazatlán, junto com os prefeitos de 9 municípios da região, fizeram uma moção de apoio ao EZLN em 1994. E eles não têm notícia de que outras autoridades legalmente constituídas tivessem feito o mesmo (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98). Estiveram nos Diálogos de San Andrés, quando a guerrilha chamou intelectuais e dirigentes indígenas para participar da mesa de negociações com o governo sobre Direitos e Cultura Indígena em 1995, no Fórum Nacional Indígena que visou ampliar a participação nas discussões antes de se chegar a um acordo com o governo, e que foi o embrião para a organização do Congresso Nacional Indígena (CNI). Melquiades chegou a integrar a Comissão de Seguimento que estava dirigindo o processo de organização do CNI, e os líderes de Mazatlán chegaram a se reunir diretamente com

---

<sup>21</sup> Jaime se referia a uma das reformas que começaram a criar as condições para a existência de eleições limpas no México. Os conselheiros a que se refere são membros do Conselho do Instituto Federal Eleitoral

os dirigentes do EZLN no final de 95, quando a Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA) formada por legisladores federais estava tentando propor uma reformação dos textos dos Acordos de San Andrés sobre direitos e cultura indígena que fosse aceita por todas as partes, e que levasse a uma reforma constitucional que desse fim ao conflito. Impasse que não se resolveu por causa da recusa do governo em aceitar o conceito de autonomia, embora tivesse assinado o Acordo de San Andrés meses antes. Depois eles acabaram se afastando da direção do CNI. Para Domingo, o EZLN errou logo de partida, quando chamou intelectuais e dirigentes e não as comunidades indígenas para participar dos diálogos. Havia lideranças indígenas realmente representativas, mas muitos falavam apenas o que pensavam e não o pensamento dos seus povos. E o CNI padecia justamente do problema de ser dirigido por pessoas sem representatividade, quando é preciso que as comunidades sejam ouvidas, que se formem redes de comunicação entre as comunidades. “Mas isso ainda pode mudar, nós somos o CNI” (Domingo Garcia Mijangos, entrevista, Oaxaca, 12/98). Um problema do EZLN era que seus dirigentes haviam se tornado “como deuses”, e não podiam ser criticados (Domingo, notas de campo, 12/98). Melquiades afirmou que eles mantêm uma postura solidária e distante em relação ao EZLN, respeitando a sua forma de luta e se mantendo atentos aos convites, como por exemplo para participar da Consulta (Melquiades Rosas Blanco, entrevista, Oaxaca, 12/98). Domingo chegou a me recomendar a realização de uma pesquisa sobre como eram as bases do EZLN, pois afirmou que eles já sabiam bastante sobre os dirigentes, mas pouco sobre como eram suas bases.

Entre os observadores eleitorais que estavam em Mazatlán estava *Nina*, uma jovem da cidade do México que morou um ano em La Realidad, principal centro político do EZLN após fevereiro de 1995. Nos encontramos depois na cidade do México, onde ela me ajudou a traçar um primeiro esquema sobre como o EZLN estava organizado. Segundo *Nina* os líderes zapatistas são indígenas muito preparados, como o comandante David, por exemplo, que antes foi um catequista da diocese de San Cristóbal. A direção zapatista era formada pelos que eram líderes nas suas comunidades e os que tinham maior influência intelectual, o que era importante

---

(IFE).

por causa da comunicação com a mídia e com a sociedade civil. E tinham muita responsabilidade, pois os líderes perdem apoio se suas comunidades não vêm respostas às suas necessidades. Os comandantes do EZLN se relacionavam com as comunidades nos 5 Aguascalientes, comunidades onde no final de 1996 foram construídas instalações para receber ativistas da sociedade civil, e para onde se dirigiam os representantes de cada comunidades. “Seria muito difícil ser representante de uma comunidade e ao mesmo tempo estar na *Comandancia*, pois os representantes se ocupam das atividades das comunidades que são muitas”, e além disso eles se tornariam um alvo fácil para as forças de segurança. La Realidad era a comunidade onde aparecia a *Comandancia* para reuniões. E os representantes eram eleitos nas assembléias das comunidades para representá-las externamente, não possuindo autoridade para impor nada. O papel deles era informar a comunidade sobre as coisas que iam acontecer e colher sugestões. A *Comandancia* também não tinha uma autoridade automática: “ela faz propostas e as comunidades decidem se sim ou se não, mas ela marca a vida das comunidades por ter a iniciativa das propostas do movimento e por anteciparem e distribuírem as informações em função das atividades prioritárias”, tais como os encontros e consultas. A *Comandancia* definia “que dia acontecem as coisas” e a estratégia política: “o que dialogar e com quem”. E decidia também quem de fora do EZLN seria recebido e quem iria sair para representar o movimento. Quando eram tomadas decisões que afetavam todas as comunidades, como a participação em eleições ou o diálogo com o governo, todas eram consultadas. Quando a decisão afetava apenas uma ou parte das comunidades, tais como aceitar projetos produtivos ou realizar encontros com a sociedade civil, eram consultadas apenas as comunidades afetadas. E quando o grupo zapatista em uma comunidade era muito pequeno, não chegava a ser consultado. Hospitais, por exemplo, eram controlados pelas comunidades. A situação de guerra, porém, aumenta a subordinação das comunidades, pois elas não têm conhecimentos militares. “As comunidades não têm armas, são ‘bases de apoio’ (notas de campo, cidade do México, 12/99).

*Nina* chegou a ajudar na contabilidade do EZLN, e afirmou que o financiamento vinha sobretudo de ONGs e comitês de solidariedade de países da

Europa como a Alemanha, Itália e Espanha, e vinha sob a forma de projetos sociais – educação, clínicas, instalação de luz elétrica, granjas – cujo avanço era verificado a cada três meses, por exemplo, por representantes dessas ONGs. E as caravanas formadas por estudantes da UNAM, Sindicato dos Eletricitários, La Red, La Neta, etc, levavam comida, roupas, livros e pequenos projetos produtivos de carpintaria, cozinha, frutas em conserva, etc. A produção agrícola era familiar e com exceção do Aguascalientes Oventic, que produzia artesanatos, geralmente comercializava-se o café. “Se levanta uma lista dos que produziram o café, e um grupo da comunidade vende e depois redistribui o pagamento”. O cerco militar do Exército Mexicano, porém, diminui o comércio. E em todas as comunidades as mulheres trabalham mais que os homens (notas de campo, cidade do México, 12/99).

Em relação à minha viagem a Chiapas, *Nina* alertou que não se pode falar sobre a estrutura do EZLN nas comunidades. Não se pode falar sobre os comandantes, sobre o EZLN ou sobre opiniões pessoais. “Todos, até as crianças, prestam atenção no que você faz (...) é difícil ganhar a confiança, é melhor perguntar aos oficiais, se você pergunta aos outros pensam mal de você, é preciso pedir autorização”. O medo que se sente nas comunidades é por causa dos helicópteros, que deixa as pessoas em pânico e faz muitas chorarem, que entrem os comboios do Exército, que os comandantes não voltem de suas saídas, e da presença de arapongas. “Não têm medo da morte” (notas de campo, cidade do México, 12/99).

### 3. San Cristóbal de las Casas

San Cristóbal foi a cidade mais importante ocupada pelo EZLN em janeiro de 1994. Cidade colonial onde o célebre bispo Bartolomé de Las Casas fez uma contundente defesa dos índios em meados do século XVI, é também a antiga capital do estado e fica nos Altos de Chiapas, região da elite mais tradicional e racista do estado, onde até os anos 60 havia toque de recolher para os indígenas. É também a porta de entrada mais importante dos turistas, que chegam para conhecer a arquitetura colonial da cidade e fazer os passeios para as ruínas da civilização maia e as belezas naturais como o Cañión del Sumidero (Descubre México, 1995: 210) onde, segundo Vos (1995) reza a lenda que a desaparecida etnia chiapaneca realizou um suicídio coletivo se lançando no precipício, para não se deixar dominar pelos colonizadores que sufocaram a sua rebelião em 1534 após dois anos de resistência. Esta foi apenas a primeira de uma séria de revoltas indígenas, das quais as mais importantes foram a dos zendales entre 1712 e 1713 e a dos chamulas entre 1867 e 1870, e que habitam a memória oral dos indígenas de Chiapas.

Quatro séculos depois da luta de Bartolomé Las Casas, a sede da diocese de San Cristóbal passou a ser habitada por Samuel Ruiz, o bispo ligado à teologia da libertação que teve um papel importante para a formação dos movimentos indígenas independentes em cujo seio cresceu o EZLN. O levante zapatista mudou a vida desta cidade. Após sair de Mazatlán, apenas passei na cidade do México para arrumar as coisas e fazer as ligações necessárias para viajar o mais rapidamente possível a San Cristóbal. A viagem foi durante a noite de ano novo em que o levante fazia o seu aniversário de 5 anos. Instalei-me em uma pousada e logo na noite seguinte assisti a uma espécie de comício em frente à Catedral, onde cerca de 100 pessoas escutavam o último comunicado de Marcos através de caixas de som. No dia seguinte fui encontrar meu primeiro contato na cidade, que me permitiu a hospedagem em sua casa alertando que as listas de hóspedes dos hotéis e pousadas eram enviadas para os órgãos de segurança. Era uma cidade onde se dizia que até mesmo os telefones públicos são grampeados, e em cujas esquinas se encontravam militares vigilantes com armas monstruosas: San Cristóbal havia se tornado a porta de entrada do

“turismo político”. Nas lojas se podia encontrar cartões postais com o subcomandante Marcos, nas livrarias ou em alguma banca nas praças se achavam os mais variados textos, fitas, vídeos e camisetas. E entre os artesanatos que indígenas vendiam nas ruas e praças também eram vendidos os rebeldes: a toda hora vinha alguma criança pobre tentar vender pequenos bonecos mascarados com arminhas de madeira.

A sede da FZLN local, e o Enlace Civil eram as que mais recebiam os milhares de ativistas do país e do mundo inteiro que a cada ano chegavam para visitar as comunidades zapatistas. Tive a oportunidade de assistir a uma das às vezes até diárias palestras do Enlace Civil, destinadas aos ativistas recém chegados e devidamente recomendados por entidades, movimentos e ONGs de todas as partes do mundo. Ali recebiam as instruções necessárias antes de partirem para os acampamentos de paz, comunidades e Aguascalientes, nome dado aos principais centros políticos e culturais do EZLN. O conteúdo da palestra que assisti ao lado de cerca de uns 10 visitantes mexicanos e estrangeiros foi revelador sobre a situação de Chiapas: embora se falasse da história do zapatismo e da sua situação naquele momento, e da luta por autonomia, ao menos metade do tempo e a maior parte da atenção eram reservados à repressão, aos cuidados necessários para se atravessar bloqueios militares e, no caso dos estrangeiros, como se evitar a expulsão do país. O governo já não estava mais aceitado a presença de “observadores de direitos humanos”, e tinha baixado uma lei que, se seguida à risca, não permitiria a uma pessoa com visto de turista sequer assistir a uma manifestação de rua. Para cada destino era necessário um destino falso, como se alegar o passeio a uma cachoeira que fica logo depois da comunidade a ser visitada. E diante das autoridades era necessário evitar palavras comprometedoras, como “problema” ou “social”. Que jamais fosse pronunciada uma palavra dessas! A presença de estrangeiros, por outro lado, era um “remédio” para as comunidades, tranquilizando seus habitantes e permitindo que levassem uma vida normal. Mas os visitantes tinham que seguir uma série de regras: não fazer promessas aos indígenas, não dar presentes como balas para alguma criança, por exemplo (os presentes deviam ser entregues ao encarregado da comunidade) e as relações amorosas com eles eram proibidas. Gravações e fotos também tinham que passar pela aprovação do encarregado da comunidade. E o

palestrante alertou também para o sério problema do lixo deixado pelos visitantes nas comunidades e cidades. A ênfase da palestra e das conversas cotidianas entre os ativistas a respeito da repressão sofrida pelas comunidades, da vigilância e da “guerra psicológica” que sofriam os estrangeiros, bem como a ostentação da força militar e do controle político por parte das forças oficiais, lançavam os ativistas no medo e num inevitável maniqueísmo. Como refletir criticamente sobre o zapatismo diante de tão odiosa repressão e guerra psicológica por parte do governo? E no entanto todos os meus entrevistados demonstraram possuir senso crítico (notas de campo, Chiapas, 1/99).

Tive a oportunidade de entrevistar o rapaz que havia dado a palestra. Erasto Molina (entrevista, Chiapas, 1/99) tinha as lutas sociais do México cravadas na história da sua família. Seu avô foi um importante líder indígena agrarista em Chiapas, que chegou a ser deputado pelo partido governante antes de ser assassinado, na época em que o presidente Lázaro Cárdenas dava impulso à reforma agrária e abria espaços para a incorporação institucional dos movimentos camponeses nas estruturas corporativas que depois serviram para exercer um forte controle sobre estes setores. A perseguição política levou seus pais a mudarem para a cidade do México, onde participaram do movimento estudantil de 1968. Mas após a experiência da prisão abandonaram definitivamente a militância. Molina começou a se aproximar da política pouco antes do levante de 1994, quando estava no segundo grau, fotografando manifestações para um jornal estudantil. Em 1994, quando soube do levante pela imprensa, sua reação foi fora do comum. Se todos estavam muito alegres e queriam se tornar guerrilheiros, ele estava triste e temia por um estado de sítio, compartilhando preocupações nas conversas telefônicas com os parentes de Chiapas. Durante 1994 ele estava se dedicando a realizar um vídeo sobre as manipulações da mídia que acabou não sendo editado por falta de financiamento, e em 1995 acabou indo viver em Chiapas para se somar ao zapatismo civil. “Na cidade do México os partidos eram muito manipulados e os grupos estudantis estavam completamente infiltrados, não era como hoje que já estão mais organizados e unidos”, e além disso em San Cristóbal ele conhecia melhor os ativistas. Contribuía com atividades “simples porém eficazes”, geralmente ligado às suas aptidões artísticas e de culinária,

como produzir panfletos, cartazes ou ajudar a alimentar os ativistas em ações políticas. Não tinha interesse em chamar a atenção para si, e se dedicava ao trabalho de base, por exemplo ajudando os indígenas em ocupações de rádios.

A vida de San Cristóbal mudou muito após o levante, tinha se tornado uma cidade mais cosmopolita, onde circulavam os ativistas e indígenas de outras partes do país. O impacto nos *coletos*, palavra para designar os seus habitantes e especialmente reivindicada por sua elite conservadora e racista era mais difícil de se saber. Eles sempre foram fechados, “ficam trancados dentro de suas casas e não conversam muito”, e após o levante ficaram mais fechados ainda. Eram vítimas de uma situação paradoxal: não queriam a presença dos ativistas, e por isso pediram para que os diálogos do EZLN com o governo não fossem mais na cidade, como em fevereiro de 1994; mas quando as negociações foram retomadas em 1995 na cidade de San Andrés, acabaram pedindo para voltar a ser sede dos diálogos, pois o comércio da cidade já tinha se tornado dependente da presença do “turismo político” (Molina, entrevista, Chiapas, 1/99). Ele estimava que cerca de 3 mil ativistas visitantes tinham passado pelas comunidades zapatistas em 1998 (notas de campo, Chiapas, 1/99). Quem são esses novos “turistas”?

Duas dessas estrangeiras passando por Chiapas eram as italianas *Flávia* e *Elena*, que viajavam juntas. *Flávia* era locutora na Rádio Onda Rosa, uma rádio fundada em 1976<sup>22</sup> que já passou pela clandestinidade e que, transmitindo perto do Vaticano, tinha programas de coletivos latino-americanos, do Sirilanca, Filipinos, feministas, de lésbicas, onde se podia ter notícias até do MST brasileiro, que abria espaços para outros coletivos, para a transmissão de eventos na cidade, na Itália ou até no mundo e onde havia também a preocupação em inovar nas linguagens radiofônicas. “Quando ocorre algo como uma bomba ou uma manifestação, nós nos encontramos e falamos disso e depois transmitimos o que acontece. Mas nem sempre é muito fácil, pois como são diferentes organizações que se ocupam da mesma coisa muitas vezes elas não se querem muito” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). *Elena* era

---

<sup>22</sup> A Rádio Onda Rosa nasceu do Comitê Autônomo Operário, um dos grupos mais extremistas e que apoiava as Brigadas Vermelhas. Quando o Comitê foi dissolvido, em 1993, estavam começando as ocupações de

do movimento feminista, que na Itália começou nos anos 60. Mas se até os anos 70 se tratava de um movimento que lutava pela igualdade com os homens e por carreiras políticas, *Elena* era da nova geração do “feminismo das diferenças”. Tratava-se de um movimento fragmentado, sem uma coordenação nacional. “Em 1993 se tentou fazer um grande debate nacional, mas não há muita unidade” (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Quando houve o levante zapatista em 1994 a grande mídia falou pouco sobre o assunto, e dizia que “não era grave, que o México estava na NAFTA<sup>23</sup>”. Em alguns jornais de direita se dizia que não era um levante puramente indígena, mas controlado por europeus ou pessoas de outros lugares, pois se fosse de índios não seria possível que houvesse comandantes mulheres, que usassem a internet ou falassem sobre direitos. Depois passaram a não falar mais do zapatismo, e quando o Exército Mexicano chegava nas comunidades ou havia enfrentamentos, havia no máximo matérias de meio minuto sobre isso (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99).

“O que acontece é que o zapatismo tem uma capacidade de comunicação muito forte, como uma estratégia, por exemplo a *internet*, então isso foi muito útil para todos. Para nós também, por exemplo a história da Lei Revolucionária das Mulheres<sup>24</sup> que é de 1993. As mulheres falaram muito sobre isso. É como se pela primeira vez em um movimento, num levante armado, se falasse do papel da mulher” (entrevista com *Elena*, Chiapas, 1/99).

*Elena* ficou muito tocada, pois nunca tinha ouvido falar de uma guerrilha que tivesse uma lei de mulheres e onde mulheres fossem comandantes (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99). E as palavras de *Flávia* revelaram como o feminismo zapatista significou a ampliação dos horizontes de uma reivindicação que ela vê como universal:

---

espaços abandonados da cidade para a formação de coletivos de ativistas e centros culturais (entrevista com *Flávia*, Chiapas, 1/12).

<sup>23</sup> No Brasil é mais conhecido como Tratado de Livre Comércio da América do Norte ou TLC.

<sup>24</sup> Quando o EZLN se levantou em 1994, junto com a sua Primeira Declaração da Selva Lacandona vinham as leis revolucionárias que entrariam em vigor nos territórios libertados, entre as quais estavam as das mulheres.

“Pode ser que uma mulher mexicana viva sem sapato, se levante às quatro horas da manhã para fazer *tortillas*<sup>25</sup> e vá depois à plantação de café carregando seu filho e uma mulher na Itália não, mas o que é a diferença de gênero e as necessidades básicas são as mesmas na Itália, México, Brasil, Alasca. E se a política em geral chega verticalmente, a das mulheres é horizontal porque é algo que nunca se falou senão entre elas” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Outros pontos que chamavam à atenção no zapatismo eram a valorização das diferenças, o debate sobre a autonomia, e de como se pode alcançar a autonomia jurídica e econômica, pois na Europa há muitos conflitos relacionados com isso, como no país Vasco e em Cosovo. “Esse foi o tipo de discussão que o zapatismo criou na Europa, sobre as diferenças das culturas, de como se respeita com dignidade, com as três palavras “dignidade, democracia e justiça” que não existem uma sem a outra. E isso é uma discussão muito forte, muito interessante, cada um tem sua posição muito diferente mas se pode falar muito sobre isso” (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99). Também o fato de ser uma guerrilha e que lutava por seus povos chamou muito a atenção, pois segundo *Flávia* os últimos grupos armados na Itália foram os que lutaram contra o fascismo e o nazismo. Como muitos tinham o mito de Che Guevara e gostavam de palavras como “revolução” e “guerrilha”, a história de um novo homem que passou dez anos na selva e uniu as pessoas para um levante, e que tinha uma imagem forte usando sua máscara, fez do subcomandante Marcos um novo Che Guevara. E era impressionante que fosse uma guerrilha de indígenas que falavam várias línguas, que não tinham estradas e nem luz elétrica “mas te diziam o que queriam no computador”. Era a primeira vez que revolucionários do outro lado do mundo falavam com todos, dizendo para se unirem contra um inimigo comum, o neoliberalismo. “E a Europa é um dos principais pontos de apoio do neoliberalismo” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/98). Para as pessoas mais impactadas com o personagem máximo de Chiapas, *Elena* dizia que “não há que mistificar as pessoas, não é Marcos mas a luta dos indígenas”. Para ela foi muito importante o discurso do EZLN, pois a guerrilha dizia que não era para se lutar apenas por eles, mas que cada um procurasse lutar em sua região. Assim era possível começar uma luta contra o

---

<sup>25</sup> Pão típico do México feito à base de milho.

neoliberalismo na Itália, por exemplo, a partir da luta zapatista (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Flávia afirmou que as informações chegavam pela *internet*, às vezes diretamente do México, mas também de grupos que trabalhavam na América Latina, Europa e EUA (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). E segundo Elena havia muita coisa disponível, como o primeiro manifesto do EZLN, entrevistas com Marcos, uma entrevista com a comandante Ramona falando sobre os direitos das mulheres, “e isso foi uma união entre todo o mundo, começamos a falar com a França, com a Espanha” sobre as coisas que estavam acontecendo. O EZLN, além de ser um tema que permitia se falar do presente, ao contrário das lutas dos anos 60 e 70, trazia também um discurso aberto: “é algo que pode se transformar, que pode mudar, que se pode interpretar”, uma capacidade que o zapatismo tem para fazer o seu discurso se produzir entre as pessoas, “dar a possibilidade de se discutir o neoliberalismo, fazer um novo pensamento entre todos e todas as palavras diferentes”. Na Itália, antes do zapatismo “ninguém compreendia nada”. A esquerda estava ou “servindo ao sistema” e dizendo por exemplo que o feminismo estavam fora de moda, ou estava em grupos muito fechados que mantinham o mesmo discurso dos anos 70. “Agora com essa coisa de zapatismo se está abrindo mais a discussão. Por exemplo há lugares em que se fala com a Igreja também ou com a sociedade civil” (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99). Além da *internet*, já em 1994 alguns companheiros delas tinham viajado a Chiapas para conhecer o movimento e ver o que poderiam levar à Itália. Em 1996 foi fundado por companheiros delas o Consulado Rebelde do México em Brescia, que também foi uma nova fonte de informações. E quando chegavam mexicanos através da organização Ya Basta, elas procuravam se aproximar para saber mais coisas (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99).

O zapatismo contribuiu também para a renovação das linguagens dos movimentos na Itália: a palavra “dignidade”, por exemplo, que faz parte da tradição mas estava fora de uso:

“Ela começou a ser colocada outra vez nas palavras que usamos para falar entre nós, e falar da dignidade dos camponeses mexicanos era usar uma palavra diferente mas que era a mesma, se permitia usa-la outra vez, falar de uma maneira diferente. Porque

agora posso dizer a um companheiro ‘agora você vai lutar por esse povo, mas o que você vai fazer pela dignidade da gente com a qual vive no dia a dia?’” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99).

*Elena* afirma que também passou a haver uma discussão mais ao nível simbólico. Uma parte do movimento se apropriou das palavras do zapatismo, usando expressões como “a voz do silêncio”, e faz isso para atuar na política da Itália e não apenas em solidariedade a Chiapas, como é o caso do Consulado Rebelde. A organização Ya Basta! é muito grande, mantém relações com as instituições políticas (“estão no governo”) argumentando que “é preciso haver diálogo entre todos”, e dizendo que já não há mais a fratura com os anos 70” (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99). “Que agora está tudo em paz na Itália” completa *Flávia*. Eles realizam grandes manifestações em que dizem “todos somos palestinos” ou “todos somos zapatistas” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). O novo discurso é bastante atraente para jovens que nunca tinham tido atuação política e agora vão às manifestações com o rosto coberto como Marcos, por exemplo, e são os que têm o subcomandante como um novo mito, mas que não têm muita informação sobre o que se passa realmente e não fazem política no dia a dia. “Assim é fácil decidir que eles são os que são mais fortes como zapatistas italianos” (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99).

O Ya Basta! articulou o projeto de se construir uma turbina na comunidade La Realidad<sup>26</sup>, e contou para isso com verbas da Igreja e da prefeitura de Veneza, que fica no norte na Itália, que é mais rico e onde há um debate mais forte sobre a autonomia. Isto foi o mote para que fossem dois comandantes do EZLN, um homem e uma mulher, visitar a Itália. A programação organizada para eles, porém, incluía o encontro com políticos como o chefe do Partido da Refundação Comunista e receberam a chave da cidade, mas foram isolados das organizações menores que fazem a solidariedade com os zapatistas e têm posições diferentes do Ya Basta!, como a Rádio Onda Rosa. Isso gerou muita crítica e vários grupos escreveram cartas ao EZLN, e Marcos respondeu que não sabia que isso podia se passar (*Elena e Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99).

“Tudo o que fazem, todos os estrangeiros que chegam para trabalhar aqui, tudo está bem, se são católicos, do Vaticano, de direita, não me importa não? Se for ajuda está bem. Mas em nossos países é diferente, não se pode monopolizar, não têm o direito de fazê-lo, porque não é sua luta pessoal, é a luta de outros (...) você pode ajuda-los, mas sem dizer que é a sua luta (...) eu não sou zapatista, eu apoio o zapatismo (...) que seja dito não o que você pensa, mas o que eles pensam, que são os verdadeiros e vivem a cada dia o que se passa” (*Flávia*, entrevista Chiapas, 1/99).

Após anos recebendo informações elas sentiram a necessidade de conhecerem a realidade mexicana pessoalmente, e foi assim que decidiram ir a Chiapas. Havia muitos grupos diferentes que se ocupam do zapatismo na Itália “que muitas vezes não se querem entre si”, e os que viajavam a Chiapas se achavam os únicos que podiam dizer o que realmente estava se passando. E elas chegavam com um projeto de realizar um vídeo sobre a situação das mulheres antes e depois da Lei de Mulheres (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). Além disso não é possível entender o Chiapas sem conhecer mais sobre o México (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Com a viagem descobriram que não se tratava apenas de “México, Marcos e zapatismo”, mas que em cada estado mexicano há grupos lutando (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). E em Chiapas encontraram uma realidade mais dura do que podiam imaginar. Quando eu as entrevistei tinham acabado de passar 10 dias em La Realidad, onde está um dos cinco Aguascalientes zapatistas inaugurados no ano novo de 1995 para 1996, centros políticos e culturais preparados para receber visitantes da sociedade civil. Tinham chegado lá nas vésperas da festa de ano novo em que se comemorava os 5 anos do levante, e viram como chegaram indígenas que caminharam até 2 ou 3 dias para participar da festa. Entre eles estavam algumas indígenas que não tinham permissão para sair de suas comunidades porque eram mulheres, mas que conseguiram sair com o pretexto de que tinham que fazer uma consulta para saber sobre os seus direitos (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). Com esse contato descobriram que havia uma grande diferença entre a realidade das comunidades onde estão os Aguascalientes, que recebem grande parte da

---

<sup>26</sup> Esta comunidade passou a ser uma espécie de capital do território zapatista, substituindo Guadalupe Tepeyac que se tornou um quartel militar após ser invadida na ofensiva militar do governo mexicano em fevereiro de 1995.

solidariedade da sociedade civil e onde há uma presença mais forte das mulheres *insurgentes* que vivem nas montanhas<sup>27</sup>, e as comunidades mais distantes, que estavam desamparadas, e onde as mulheres tinham um contato menor com as *insurgentes*, com quem poderiam falar mais à vontade sobre seus problemas e direitos. Até onde elas puderam observar a situação das mulheres tem mudado lentamente, pois ainda há mulheres que são vendidas, por exemplo (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99), e mesmo em La Realidad notaram como na escola havia mais meninos do que meninas, pois as meninas entre 4 e 5 anos têm que carregar seus irmãos menores quando os pais vão trabalhar. Por outro lado, em La Realidad e nos outros Aguascalientes há umas casinhas que são apenas para as mulheres, sendo que em Roma há apenas dois lugares assim e é muito difícil conseguir um quarto só para mulheres, “você tem que explicar e falar e explicar, e explicar”, e “aqui é um direito que têm (...) é como se estivessem há 1000 anos à nossa frente” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). A tradição indígena é muito pesada em relação às mulheres, fazem delas objetos, mas já há um começo de mudança. Quando houve a mesa de Cultura e Direitos Indígenas nos diálogos de San Andrés, as mulheres indígenas colocaram o duplo aspecto da tradição, que por um lado é uma forma de resistência e por outro é uma opressão e precisa ser mudada. “E sempre a parte das mulheres é mais lenta, tomar consciência de uma revolução é mais fácil do que a parte das mulheres nessa revolução” (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99). As mulheres que lutaram nas guerrilhas italianas contra o fascismo e o nazismo, por exemplo, quando voltaram para a casa após a guerra não podiam sequer ir ao cinema. “Há uma concepção em que o feminismo não é parte da revolução, mas que se não há antes uma revolução entre os gêneros não há uma real revolução” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Sobre a autonomia, antes de ir a Chiapas *Elena* achava que tudo era “mais fácil, mas rápido e que as pessoas estivessem mais felizes com isso. É como dizer ‘agora estou livre, no meu lugar, com minhas tradições, com meus companheiros, e faço uma luta muito forte’” (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99). E *Flávia* não pensava na repressão, que fosse tão forte. Achava que os militares perseguiam os guerrilheiros

---

<sup>27</sup> Ela citou Morelia como um Aguascalientes onde há uma presença mais forte das mulheres *insurgentes*, ou seja, mulheres que vivem nas montanhas como guerrilheiras em tempo integral (entrevista com *Elena*,

que estavam nas montanhas, mas não imaginava a presença dos militares nas comunidades (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). E não imaginava que fosse pesado também para os estrangeiros: após a saída de La Realidad, quando chegaram ao centro urbano de Las Margaritas (município que oficialmente compreende a comunidade zapatista) se aproximavam pessoas estranhas que diziam de maneira hostil “chegaram os amigos de Marcos”, e em San Cristóbal de Las Casas elas começaram a ser seguidas por dois policiais, até mesmo quando foram assistir uma missa do bispo Samuel Ruiz na Catedral (*Elena e Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). Para elas isso não era tão grave, pois consideravam que o máximo que poderiam fazer com elas era a expulsão do país. Mas em La Realidad, por exemplo, cada vez que passava um helicóptero havia uma menina que corria assustadíssima para debaixo de uma árvore. *Flávia*, tentando reconfortar a menina, dizia “não se preocupe, estou aqui, não vai acontecer nada”, e escutou a resposta “não sei, porque os helicópteros têm bombas; já bombardearam ali, e olhe aquele buraco ali, ali bombardearam e destruíram esta casa e esta e esta” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Para *Elena* a autonomia das comunidades de Chiapas se via justamente na repressão que elas sofrem (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99). Em La Realidad elas viram que, todos os dias, atravessava a comunidade um comboio com cerca de 40 veículos militares, alegando que estavam apenas se movimentando entre acampamentos militares. E os estrangeiros que estão no acampamento de La Realidad se mobilizam para ficar nos dois lados da estrada contando o número de soldados e registrando os tipos de armas que ostentam (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). A autonomia está também na recusa de ajuda governamental, o que é mais fácil nas comunidades que, em compensação, têm “observadores de direitos humanos” e projetos de ONGs. Mas há por exemplo a comunidade de Santa Rosa, onde “a autonomia é como a morte”, pois não chega dinheiro e não há um Aguascalientes (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99). E há a autonomia de regras. *Flávia* cita o exemplo que lhe contaram de uma comunidade aonde chegou um habitante bêbado, e chamaram um jovem de apenas uns “10, 15 anos” que era o representante de justiça da comunidade. Nas comunidades zapatistas são proibidos o álcool e as drogas, então

---

Chiapas, 1/99).

o jovem disse ao bêbado que ele escolhesse entre ficar preso ou fazer trabalhos comunitários, e ele escolheu a segunda opção. “Na Itália nós também lutamos contra a prisão, contra a justiça institucional e isso é um progresso incrível, não?”. E há comunidades onde se um homem bate em sua mulher, uma foto sua é fixada por todos os lados da comunidade para que todos saibam “que é um homem que não é bom e esta é a sua pena” (*Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99).

“É muito difícil a autonomia em muitas comunidades (...) é muita coragem, é a autonomia de uma lei, o respeito a uma cultura (...) mas há muitos problemas, por exemplo há famílias que começam a pedir dinheiro para o governo senão não têm nada (...) então a verdadeira autonomia é quase utópica agora, então é o começo de algo” (*Elena*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Quando foi realizada a entrevista, elas estavam aguardando a autorização por parte da comunidade de La Realidad para realizar o vídeo sobre as mulheres, enquanto já começavam a fazer novos contatos. Quando voltassem à Itália já poderiam falar com mais autoridade sobre o tema, e pretendiam dar melhores orientações para outras pessoas que fossem ao México, como dizer que não existem apenas os Aguascalientes, mas que há outras comunidades que precisam de ajuda também, um problema que inclusive elas queriam retratar do vídeo (*Elena e Flávia*, entrevista, Chiapas, 1/99). Segundo *Flávia*, o que mais havia chamado sua atenção em La Realidad foi o controle que havia na comunidade, por causa da grande quantidade de visitantes de fora e de outras comunidades. Era preciso pedir permissão para tudo. Elas puderam observar o centro da comunidade, mas não os cafezais. E só ficaram sabendo da existência de outras comunidades aonde não chegava ajuda da sociedade civil porque conseguiram ganhar a confiança das mulheres que tinham ido até a festa de ano novo buscar informações sobre os seus direitos. “Foi necessário verem que éramos compreensivas” (notas de campo, Chiapas, 1/99).

O meu contato em San Cristóbal não estava na rota habitual dos milhares de ativistas que visitavam Chiapas. *Janis* é uma mulher que trabalhava há 26 anos no campo chiapaneco. Ela tinha sido responsável regional em uma “organização de homens” que se ocupava da capacitação, salubridade, alimentação, produção, comércio, proteção ao meio ambiente, etc.. Nessa época ela começou a ter uma

penetração maior nas comunidades e passou a procurar saber o que elas necessitavam, pois era comum que se levasse projetos aos grupos sem que eles fossem consultados sobre suas necessidades, o que levava ao fracasso dos projetos. Em 1995 ela saiu com uma dissidência dessa organização porque o grupo dela era contra a participação nas negociações com o governo federal paralelas às negociações que este começava a realizar com o EZLN<sup>28</sup> (o que os afastaria dos zapatistas), e também porque notou que estava havendo corrupção e que os dirigentes estavam agindo como os *coiotes*, comerciantes que com a ajuda de políticos monopolizam o comércio regional e impõem os preços. Como os dirigentes do movimento tinham nexos diretos com as comunidades e comercializavam os seus produtos, se aproveitavam para comprar por preços muito abaixo do mercado usando justificativas como o grau de isolamento geográfico da comunidade. Ela tentou fazer com que as pessoas organizassem comissões para controlar as receitas, as vendas e a qualidade dos produtos mas a direção não permitiu (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

“O sistema no México é basicamente caudilhista, impositivo. Então quando um dirigente diz que isso é verde ao invés de azul, a base tem que dizer que é verde também e além disso tem que defender o dirigente, ainda sabendo que o dirigente está roubando. Têm medo de ficarem sozinhos, têm uma grande necessidade de alguém que os ajude porque eles não sabem o que fazer. E então os dirigentes, que são camponeses saídos do seio das comunidades, fazem todas aquelas manhas que aprendem nas cidades (...) então todos esses tipos de corrupção ocorrem também porque a base permite. Não tenho conseguido observar, dentro do movimento camponês, uma verdadeira direção coletiva e democrática, uma direção que se componha de representantes de todas as comunidades para que verdadeiramente possam fazer uma direção coletiva” (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

A primeira organização na qual tinha participado reunia grupos indígenas de 46 comunidades, mas por desinteresse ou por causa da distância sobravam apenas 28 quando houve a dissidência. Depois, entre os dissidentes, houve uma divisão entre os dirigentes que adotavam a estratégia de realizar manifestações e marchas, e *Janis* que queria organizar uma união de mulheres que tivesse um trabalho mais discreto e

---

<sup>28</sup> Trata-se da segunda negociação do governo com o EZLN, iniciada em 1995 e conhecida como “diálogos de

relacionado com o desenvolvimento de projetos para a auto-suficiência das comunidades (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

“Para mim as marchas servem de válvula de escape, as pessoas já estão acostumadas, há intolerância nas cidades, e não se consegue nada: ‘ah, outra vez’, ‘lá vem os índios, vão deixar tudo sujo, urinado’! ‘já queremos saiam’, ‘estão a serviço do governo?’” (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

Para não perderem comunidades, os outros dirigentes aceitaram que as comunidades participassem ao mesmo tempo das duas organizações, e *Janis* aceitou o mesmo desde que os grupos das comunidades não ficassem passando informações de um lado ao outro que levassem a intrigas e conflitos: “se eu soubesse que contaram algo seriam expulsos”. Outro critério para que participassem da organização era que entrassem todas as pessoas que formavam uma assembléia comunitária de uma comunidade<sup>29</sup>, ela não aceitava adesões de grupos menores, e foi assim que sua organização começou a crescer. A união de mulheres começou com 12 grupos, chegou a 26 e na época da entrevista tinha regredido a 5. Eram grupos de comunidades zapatistas e não zapatistas dos Altos e da Selva Lacandona, e participavam também homens e crianças. Embora fosse contra a lei as crianças trabalharem, como elas trabalhavam de qualquer maneira era melhor que ganhassem algo com isso. Era uma organização pobre pois era independente, afinal não havia interesse no relacionamento com instituições governamentais “paternalistas” que apenas ofereciam “projetos paliativos”, embora pudesse rever essa posição quando as instituições oferecessem novas alternativas. Mas o momento não era nada propício para algo assim, pois em outro momento da entrevista ela comentou que naquela época havia a tendência por parte do governo de procurar impedir que os camponeses se organizassem (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

Segundo *Janis* a união de mulheres “de alguma forma” operava através da assembléia de representantes das comunidades, a “assembléia geral”, e nas comunidades através das assembléias comunitárias. Deu muito trabalho evitar que se

---

San Andrés”.

<sup>29</sup> Em geral as comunidades estão divididas entre zapatistas e não zapatistas, entre grupos ligados ao PRI ou ao PRD, entre protestantes e não protestantes, então pode haver mais de uma assembléia por comunidade.

“ressaltasse” uma dirigência, e no final acabaram resolvendo formar uma “mesa diretiva” que, como “é uma organização de mulheres”, não poderia ser “só de homens”. Os homens não respeitavam as mulheres, chegavam até a bater quando elas queriam participar. *Janis* também teve dificuldades com isso, mas acabou sendo aceita pois eles dependiam dos conhecimentos e dos aspectos raciais dela para a elaboração de projetos e para a interação com instituições e grupos urbanos. A maioria das mulheres nas comunidades eram “passivas”, mas algumas comunidades estavam muito “avançadas” e as mulheres participavam (*Janis*, entrevista, Chiapas, 1/99). O relato de *Janis* sugere existir uma correlação entre o grau de democracia de uma comunidade, o seu desenvolvimento econômico, e o grau de isolamento geográfico:

“Uma das comunidades mais atrasadas que está participando na organização está a doze horas de caminhada pela montanha. E nessa comunidade as crianças morrem a cada momento e os homens tomam muito álcool, as crianças apanham, morrem, as mulheres também são golpeadas, também morrem, e ninguém sabe ler e escrever (...) As comunidades mais desenvolvidas são as em que já chegou a estrada, têm mais acesso às cidades, vão adquirindo mais experiência. Os grupos de mulheres que estão na área de La Independência e Las Margaritas são grupos em que os homens então numa organização de café muito desenvolvida. Conseguiu gerar sua própria estrutura interna, seu próprio organismo democrático de controle, de organização (...) é claro que portanto as mulheres aprendem com eles e conseguiram realizar já muito trabalho e estão muito bem.” (...) (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

*Janis* nutria naquele momento um certo pessimismo e ressentimento com a chamada sociedade civil, que nas descrições que faz aparece como fratricida e onde prevalecem interesses pessoais. Ela tinha o costume de falar sempre o que pensava nas assembléias, e isso fazia com que muitas vezes fosse perseguida por outras lideranças. E uma das suas piores experiências foi quando uma pessoa resolveu atingi-la por motivos pessoais, e para isso acusou-a de ser informante do governo. “Nunca me atacavam de frente, diziam que eu era do governo, e isso é muito comum

por problemas pessoais ou disputas de poder”.<sup>30</sup> Como ela trabalha também com comunidades zapatistas, se não fosse o fato dela ser conhecida no EZLN poderia ter tido uma sorte infeliz. Essa incursão em sua vida pessoal ajuda a compreender a visão tão negativa que vem a seguir<sup>31</sup>, mas é também um indicador de como os movimentos sociais em Chiapas passavam por um forte desgaste naquela época de repressão insistente por parte do governo (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

A maioria dos jornalistas era mercenária, e muitos jornalistas eram policiais. Ela soube de fotógrafos que chegaram a vender as fotos de zapatistas mortos por até 3 mil pesos, e que não dividiram nada com movimentos ou com as famílias dos defuntos. Este não era o caso do jornalista Herman Bellinghausen, por exemplo, que chegou a recusar um prêmio de jornalismo afirmando que apenas o receberia quando se chegasse a um acordo de paz. Os antropólogos, por sua vez, pegam informações e vão embora publicar seus livros, quando deveriam ser comprometidos em ajudar as comunidades. “É importante que a experiência profissional seja aplicada em benefício do grupo com o qual se vai trabalhar, sempre respeitando o entorno, seus princípios e necessidades”. E com o levante muitas pessoas descobriram que poderiam fazer do zapatismo uma forma de vida, e cada vez há mais oportunistas envolvidos: “afinal de contas, todo aquele apoio que tem saído não está chegando às comunidades porque nem sabem como fazer isso, e é claro que o que era um projeto comunitário financia escritórios, salários, câmaras, caminhonetes”, com dinheiro da Europa “onde não há corrupção como aqui”. Na opinião dela os salários de uma ONG não devem ultrapassar 40% do orçamento de um projeto, e ela conhece casos de ONGs que consomem 70%. Há também o machismo, “não aceitam que uma mulher pense, tenha propostas, alternativas”. E outro problema é que a maior parte do dinheiro estrangeiro se destina às comunidades zapatistas (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

---

<sup>30</sup> Considerando também outras conversas que tive durante a pesquisa de campo, pude confirmar que essa maneira de atacar ou gerar desconfianças sobre uma pessoa sem que se tenha certeza, por paranóia ou mesmo com má fé ocorre com bastante frequência.

<sup>31</sup> Segue-se uma crítica sobre os atores da sociedade civil. Seus relatos sobre os movimentos indígenas de Chiapas após o levante foram incluídos na terceira parte da dissertação, para facilitar a comparação com as narrativas históricas extraídas da bibliografia.

“Há comunidades modelo, que são comunidades muito visitadas, muito queridas por turistas estrangeiros e mexicanos e há outras comunidades que são igualmente zapatistas e nem sequer aparecem no mapa. Uma vez comentei com pessoas que vinham numa caravana que nós necessitávamos de umas sementes. Eu disse: ‘você tem semente o suficiente nessa caravana, me dê um pouco para que eu possa levar à organização’. E a resposta: ‘se você não é de uma comunidade zapatista, então não posso dar nada’. E eu: ‘É que não se trata de ser zapatista ou não, se trata de sobreviver e avançar com dignidade, e talvez não sejamos zapatistas mas somos independentes e estamos tratando de lutar por nós com nosso próprio esforço’. ‘Não, isso vai direto para a comunidade Morelia’ (é uma das comunidades modelo, no meu ponto de vista). Então eu lhe disse: ‘é que a Morelia sempre vai tudo e nunca chega nas outras’. E a resposta foi que ‘bom, esse é um problema seu, não podemos fazer nada’” (*Janis*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Essas caravanas são formadas por pessoas da sociedade civil que chegam regularmente com ajuda humanitária. “De um paternalismo institucionalizado estamos passando a um paternalismo da sociedade civil”. Na opinião dela, o que realmente ajudaria as comunidades seria que trouxessem sementes, ferramentas e capacitação, e não latas, vestidos estragados e gravatas. Quando os zapatistas pela primeira vez chamaram a sociedade civil para dialogar com eles na Selva, na Convenção Nacional Democrática, aquilo foi um clamor, a expressão de uma angústia, um pedido de ajuda. O EZLN apostou tudo na sociedade civil, mas ela “está atomizada” e ainda por cima vive uma “cultura do medo”, uma “cultura do ‘não’”, sempre há uma ameaça em tudo. E a sociedade civil não tem iniciativa, se restringindo a responder às iniciativas do EZLN e do governo. Além disso, os que responderam ao chamado zapatista foram principalmente os intelectuais, filhos de artistas, círculos estudantis, grupos do Partido da Revolução Democrática, donas de casa e grupos com interesses específicos (terra, etc.). “Os pobres não têm dinheiro para ir ao ‘zapatour’, eles existem mas não aparecem, não tomam um papel protagônico”. Antes de 94 “não havia mobilização”, agora há poucos grupos com caudilhismo, personalismo, brigas, etc.. Quando o EZLN veio à luz “todos os esquerdistas se posicionaram dentro da plataforma zapatista” e se fizeram maioria no movimento, “formaram a CND que nunca se consolidou por causa das rivalidades entre os dirigentes, e pelas diferentes tendências que nunca puderam chegar a um

acordo para alcançar uma estrutura de luta”. E há ainda o caráter religioso do zapatismo: não se aceita críticas, “a sociedade civil te castiga” (*Janis*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Com relação à participação dos indígenas nas comunidades zapatistas, *Janis* acha que houve muito pouco avanço. “São poucas as comunidades que respondem a essa proposta (...) há muita insegurança (...) é uma cultura que não é a sua”. A maioria não tem clareza sobre o que significa o conceito de “autonomia”, por exemplo. “Quando olho, algumas das propostas [do EZLN] me parecem urbanas, a maioria vem dos assessores” com os quais o EZLN passou a contar durante os diálogos com o governo em San Andrés iniciados em 1995. No final de 1994 *Janis* fez uma pesquisa em uma comunidade que não era zapatista, mas que era “bem colada” a uma comunidade zapatista, para ver o que se sabia sobre “constituição”, “liberdade”, “democracia”, etc.. e descobriu que o único conceito que manejavam bem era o de “marginalização”. “Apenas uns 10% sabem realmente o que é o acordo de San Andrés” assinado entre o governo e o EZLN no começo de 1996. O discurso zapatista se baseia também na cosmovisão maia, mas nas comunidades são poucos os que conseguem entender os comunicados dos seus dirigentes. O discurso do zapatismo civil é mais intelectual, mas também tem um componente místico. “O misticismo foi o que atraiu as pessoas para o zapatismo, gostaram disso no discurso, e havia também a atração que Marcos exercia sobre as mulheres” (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99).

“Eu também passei por um período utópico. (...) Quando houve o levante eu acreditei no levante, acreditei em tudo e esqueci de ser crítica. Comecei a querer fazer uma organização democrática na época do levante. O levante reforçou as coisas em que acreditava, e como muitos eu idealizei os zapatistas e comecei a me equivocar em algumas coisas” (*Janis*, entrevista, Chiapas, 4/1/99)

Em janeiro de 1999 havia também quatro estudantes universitários da cidade do México aproveitando suas férias para realizar atividades voluntárias para as comunidades, através da união de mulheres de *Janis*. Um deles era *Matias*, um jovem

de uma família tradicional e católica de Guadalajara<sup>32</sup>. Quando houve o levante em 1994, ele achou que não fosse possível que existissem grupos armados mexicanos e que deviam ser centro-americanos, e depois achou que ao menos os dirigentes fossem estrangeiros. Acompanhar as notícias era muito excitante, pois durante toda a sua infância e adolescência escutava que havia tantos problemas sociais no país e não se fazia nada pra resolvê-los. Na escola e na imprensa tivera contato com noções sobre o que era o socialismo, e de vez em quando aparecia algum ex-revolucionário dos 60 e 70, mas era sempre um discurso repetitivo. Ele se lembra que as notícias sobre vida política, em três ou quatro anos antes do levante, eram sempre iguais. E não acreditava nos movimentos sociais, que para ele não tinham propostas e não levavam a nada na prática. Nesse contexto o EZLN exerceu um forte magnetismo sobre ele e seu círculo de amigos abastados, que costumavam conversar sobre o que liam nos jornais. Eles costumavam dizer que não se levantariam em armas como os indígenas, pois estavam bem de vida, mas que se estivessem na situação deles seria diferente. E brincavam com idéias como explodir bombas. Da sua roda de amigos dois viraram economistas e um, ironicamente o de menos recursos, se tornou corretor da bolsa de valores. Ele foi estudar comunicação na UAM, na cidade do México, onde acabou se envolvendo com o movimento estudantil e começou a freqüentar a sala onde se reuniam os jovens que eram chamados de zapatistas pelos seus colegas, afinal decoravam o espaço com cartazes zapatistas (*Matias*, entrevista, Chiapas, 1/99).

No começo *Matias* achava apenas que o movimento estudantil não oferecia nada de prático, não sentia afinidade com seus militantes, e embora concordasse com o que diziam achava que tinham um discurso que não era atraente pois era repetitivo, os folhetos não tinham fotos, etc. Foi justamente para fazer comentários sobre a comunicação do movimento que ele começou a ter os primeiros contatos com os ativistas. E com a reflexão sobre a falta de democracia no governo e nos partidos, que a alternativa era a sociedade civil e que era preciso modificar a dinâmica das suas organizações, foi que ele resolveu se envolver. A momento em que entrou foi para ajudar na organização de um grande concerto de rock no começo de 1997 para

---

<sup>32</sup> Segunda maior cidade do México, fortemente industrializada e com mais de 3 milhões de habitantes, fica na região central do país é onde surgiram tradições mexicanas como os *mariachis*, a tequila e o baile do

arrecadar apoio humanitário para as comunidades indígenas zapatistas. A BOLA, que reunia várias organizações estudantis, com a finalidade de organizar os grandes concertos de solidariedade a Chiapas, precisava de muita gente nos momentos da realização dessas atividades, e foi assim que ele foi convidado a dar uma contribuição mais efetiva e entrou para a comissão de imprensa. Quando começou a participar das reuniões do movimento estudantil, notou que estava errado sobre a falta de propostas no movimento. Havia muitas, mas então porque não eram colocadas em prática? Foi então que começou a conhecer as dificuldades do movimento, tais como as dinâmicas de poder e o *protagonismo* - tendência de alguns se destacarem como pretensos líderes (*Matias*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Após a organização do concerto de rock, os estudantes foram em caravana levar a ajuda humanitária a Roberto Barrios<sup>33</sup>, e resolveram ficar lá um pouco para que a ajuda não se limitasse ao apoio material, mas que pudessem conversar com as pessoas e dar um apoio moral. Nessa visita *Matias* ficou surpreso de ver como até num Aguascalientes<sup>34</sup> zapatistas a comunidade era dividida entre grupos ligados ao EZLN, PRD e PRI. Nas conversas para avaliar os resultados desta ação, começou a haver a reflexão de que faltava um intercâmbio cultural e um envolvimento maior com as comunidades. “Destas viagens eu me lembro mais dos estudantes que foram comigo do que dos indígenas, e não é a mesma coisa ler os comunicados do EZLN e conversar com eles”. Os estudantes voltaram com uma inquietude, refletia-se que as doações eram apenas paliativos e que deviam organizar brigadas para compartilhar seus conhecimentos com as comunidades. Foi então que apareceu *Janis*, apresentada por um dos músicos, com a proposta de que os estudantes trabalhassem em atividades de educação, saúde, capacitação para o desenvolvimento de cultivos, etc, nas comunidades ligadas à união de mulheres. A BOLA decidiu que sua finalidade não era esta, e sim a divulgação através da música e sua capacidade de penetração para conseguir doações, e que os que estivessem interessados deveriam organizar isso paralelamente (*Matias*, entrevista, Chiapas, 1/99).

---

*sombrero.*

<sup>33</sup> Um dos Aguascalientes zapatistas, que fica no norte de Chiapas.

<sup>34</sup> Centros políticos e culturais zapatistas.

A primeira iniciativa de *Matias* foi tentar colocar *Janis* em contato com um projeto de desenvolvimento comunitário da UAM, mas a universidade só aceitava trabalhar com ela se a união de mulheres de unisse à Coordenação de Organismos não Governamentais de San Cristóbal de Las Casas pela Paz (CONPAZ), uma condição que não foi aceita. Então ele começou a organizar uma brigada de estudantes para trabalhar com as comunidades. Na primeira reunião convocada apareceram cerca de 80 pessoas, das quais 24 participaram da primeira viagem às comunidades em meados de 1997 e com duração de 15 dias, cuja finalidade principal era o intercâmbio cultural que desse subsídio para a posterior elaboração de propostas de saúde, educação, etc. Eles se espalharam em comunidades dos Altos, da Selva Lacandona e da fronteira com a Guatemala, e “foi muito rico porque todas as caravanas ficam na escolinha, ou no Aguascalientes, ou no acampamento civil, e não têm o mesmo intercâmbio de falar, conviver com as pessoas e ficar em suas casas”. *Matias* e duas moças estudantes de comunicação tentaram realizar uma oficina de fotografia em uma comunidade. A imagem, segundo ele, passou a ter uma capacidade de penetração sem igual no ocidente após o advento da fotografia, e com a oficina se pretendia ensinar um pouco sobre o processo de produção de imagens. Mas a forma típica de construção das casas, com madeira, fez com que eles não conseguissem montar um quarto escuro. Além disso não havia eletricidade e não sabiam o que fazer com os produtos químicos usados na revelação para não contaminar o meio ambiente. Uma dificuldade que eles compartilharam com todos os outros grupos da caravana foi a diferença de linguagem e de cosmovisão com os indígenas, a dificuldade de explicar o significado de expressões técnicas da fotografia ou da nutrição, por exemplo. Ele se deu conta de como as diferenças culturais eram abismais, e de que havia vários níveis de diferença: os índios que sabiam espanhol, os que sabiam ler e escrever e os que não compartilhavam nenhuma dessas ferramentas com os visitantes. Mas o problema maior que observaram foi que o trabalho deles era muito delicado, pois as comunidades não eram totalmente zapatistas. Na que ele foi, por exemplo, os zapatistas eram minoria. E isso era perigoso, não só porque era um risco para os estudantes e o trabalho que desenvolviam, mas porque colocavam em risco as próprias comunidades em que trabalhavam: a presença deles incomodava os

indígenas não zapatistas e podia acirrar a hostilidade no interior das comunidades (*Matias*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Na segunda viagem da brigada, quando o objetivo já era o desenvolvimento de projetos, participaram 14 pessoas. Na terceira viagem o grupo tinha diminuído para 8, o que *Matias* atribui à desilusão pois as pessoas sentiam que o trabalho estava tendo pouco efeito e também por causa da “falta de compromisso”. Na quarta viagem ele não foi, e com isso vários se sentiram à vontade para também não ir e foram apenas 2 pessoas. “Isso não era bom, pois significava que o grupo precisava de um cabeça”, e as pessoas o tratavam como se fosse o líder. Nas reuniões era ele que escrevia as atas, pedia para as pessoas falarem e ia reunindo as opiniões, e era ele também que procurava levantar informações que subsidiassem os debates do grupo: “como nas reuniões eu ia manejando as informações de todos isso te dá um certo poder”. Então ele procurava fazer “como Marcos”, ficando em silêncio para que os outros falassem e parando de organizar para ver se os outros organizavam as coisas. Embora a idéia da brigada tivesse sido um fracasso em relação à maior parte dos seus objetivos, *Matias* considera que se conseguiu coisas importantes. Uma das intenções principais era conhecer a realidade das comunidades e participar com informações, projetos e que os futuros profissionais fossem trabalhar em cooperativas, por exemplo, ao invés de irem para grandes empresas privadas. E todos que se envolveram com essa brigada, umas 35 pessoas, na época da entrevista estavam desenvolvendo alguma atividade de apoio aos zapatistas. Recentemente tinha encontrado dois que estavam trabalhando em uma comunidade vinculados a um projeto da universidade, por exemplo. Mas foi desgastante para a união de mulheres, pois a brigada tinha criado fortes expectativas nas comunidades que acabaram frustradas (*Matias*, entrevista, Chiapas, 1/99).

A organização em que *Matias* participava na UAM sempre se ocupou mais de temas ligados à universidade até se unir a outras organizações na BOLA para organizar concertos, momento em que o zapatismo passou a ter um destaque maior nos esforços da organização. Havia grupos com interesses diferentes: os que se ocupavam mais com temas da universidade, os que se dedicavam mais ao zapatismo, e os que se envolviam em atividades culturais como montar um cineclube. Mas o

grupo era pouco unido, pois havia lideranças que chamavam os outros de “traidores” quando não havia interesse nos temas que eles consideravam prioritários. Isso para *Matias* era um exemplo de *protagonismo*, e também iniciativas individuais que traziam problemas para a organização. Certa vez um professor da UAM foi preso numa comunidade zapatista, e logo depois uma professora foi assassinada. Um ativista soltou uma nota na imprensa afirmando que uma professora tinha desaparecido, sem que houvesse certeza sobre isso, e os problemas que isso causou fez com que se afastassem cerca de 10 pessoas, do núcleo de 15, 20 pessoas que era mais ativo na organização. Esse era o núcleo mais constante, pois em certas atividades chegavam a se envolver até 50 ou 80 pessoas na organização. Segundo *Matias* todos os grupos têm problemas como estes, “pessoas que falam muito sobre a tolerância mas não colocam em prática”. Outro problema era a falta de estratégia: a organização, assim como muitas outras, sempre estava respondendo aos momentos conjunturais. Havia apenas táticas particulares. Na época da entrevista, por exemplo, havia uma tática para combater os exames gerais<sup>35</sup> que o governo estava começando a implantar: a recusa em fazer as provas e a articulação com estudantes de outras universidades para difundir informações e argumentos contra a prova que subsidiasse a luta em outros lugares (*Matias*, entrevista, Chiapas, 1/99).

A falta de uma estratégia era um problema generalizado da sociedade civil. Quando no começo de 1997 o governo recusou um acordo alcançado entre o EZLN e os legisladores da COCOPA que poderia levar ao desarmamento da guerrilha, o grupo San Ángel<sup>36</sup> e outras organizações importantes lançaram a idéia de organizar uma grande consulta sobre a proposta da COCOPA e um encontro com o EZLN para forçar o governo a rever sua posição, mas a idéia não teve ressonância. Somente em 1999, quando foi iniciativa do EZLN realizar uma consulta semelhante, é que a idéia teve repercussão. Havia várias idéias como realizar encontros, marchas, mas como não havia continuidade a sociedade civil estava sempre respondendo às iniciativas do EZLN. “E não se trata de que o EZLN seja *protagonista*, eles estão dizendo para que

---

<sup>35</sup> Semelhante ao provão brasileiro.

<sup>36</sup> Formado por intelectuais e personalidades.

a sociedade civil faça o que quiser, mas que faça! E não fazemos” (*Matias*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Para *Matias* não houve um aumento da participação dos estudantes no movimento estudantil por causa do zapatismo<sup>37</sup>. O EZLN tinha um trabalho de mídia dirigido a ter ressonância em certos setores da sociedade, mas a reflexão que havia no movimento estudantil era de que o mundo inteiro estava fazendo declarações de solidariedade com os zapatistas menos eles. Por outro lado o zapatismo estava tendo um impacto profundo na cultura política dos estudantes. “A linguagem do movimento estudantil está permeada pelo discurso zapatista”, com palavras como “autogestão”, “tolerância” e “o outro”, palavra especialmente cara ao debate em várias áreas acadêmicas que tratam da alteridade. Também a expressão “mandar obedecendo”, que significa para eles que ninguém deve apenas falar sem escutar os outros, e que levava as pessoas que faziam isso a serem alvo de severas críticas. Além disso, o zapatismo era uma ponte para que as pessoas começassem a conhecer por exemplo o pensamento de Flores Magón e Baktin. E a “utopia volta a ser aceita – com o discurso zapatista a utopia volta a ser possível”. Quando perguntei a ele o que era o zapatismo, respondeu que era um movimento civil com ramificações amplas que procura se voltar à cidadania, às pessoas “que andam a pé”, à palavra e à “capacidade de decidir sobre si mesmo”. E do ponto de vista marxista era um dos últimos redutos no mundo para se buscar alternativas à ordem estabelecida (*Matias*, entrevista, Chiapas, 1/99).

E quem eram os membros do EZLN? Em San Cristóbal de Las Casas um turista ou um ativista pode encontrar com os guerrilheiros todos os dias sem reconhecê-los. É uma situação muito curiosa: quando estão desmascarados são vítimas do racismo habitual ou da simples indiferença, quando colocam as máscaras ou recebem como zapatistas os visitantes em suas comunidades, são vítimas de uma idolatria incomum. Como os indígenas da união de mulheres se encontravam com *Janis* em San Cristóbal, foi possível entrevistar *milicianos* do EZLN sem passar pela rota habitual dos acampamentos de paz e dos Aguascalientes. Essa rota não é obrigatória, tal como atesta o fato de que no Enlace Civil me disseram que eu poderia

---

<sup>37</sup> Esse comentário tem a limitação de que ele não estava na universidade quando houve o levante, e que entrou no movimento estudantil apenas no começo de 1997.

ir para onde quisesse. Mas a falta de conhecimentos de quem chega, a existência de uma estrutura para receber os visitantes e a possibilidade de conhecer alguns dos altos oficiais do EZLN nos Aguascalientes, faz com que esta seja a rota natural. Porém, aceitei o convite da união de mulheres para visitar três das suas comunidades zapatistas que escapavam ao “zapatour”. Enquanto esperava o dia dessa viagem, temida particularmente por causa dos bloqueios militares e policiais nas estradas, tive a peculiar oportunidade de entrevistar as bases da guerrilha que passavam por San Cristóbal. Pude também fazer uma primeira experiência de tentar passar por um bloqueio. Fui ao município Chenalhó<sup>38</sup> conhecer a representante local da união de mulheres, e no bloqueio me desceram da combi, me interrogaram com truques para tentar descobrir se eu estava mentindo – disse que ia olhar artesanatos, e de fato a senhora que encontrei organizava a produção de artigos artesanais – olharam meus documentos e me esperaram para verificar se tinha saído do município ao invés de seguir até um acampamento de paz que havia mais adiante na mesma estrada. Segundo *Janis* (notas de campo, Chiapas, 1/99), o grupo de mulheres de Chanalhó tinha a característica de reunir mulheres do EZLN, do PRI e do PRD nas atividades de corte e bordado.

Um dos zapatistas que conheci através da união de mulheres foi *Erasmus*, um *miliciano* tzeltal que entrou no EZLN em 1989, chegou a ser *insurgente* entre 92 e 94 e depois promotor de educação até 96. Ele relatou que a realidade vivida pelos indígenas era de “pouca comunicação e muita marginalização”. Em espanhol a palavra comunicação se refere também à falta de estradas: em várias comunidades só se chega caminhando horas e horas a pé. Faltam boas casas e educação, e é preciso conviver com a presença dos militares. A maneira de lidar com os traumas causados às crianças, segundo ele, é através de explicações sobre o que está acontecendo (*Erasmus*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Quando *Erasmus* era aluno, os professores que atendiam as comunidades apareciam apenas de três a quatro dias por semana e chegavam bêbados. Além disso, eles falavam apenas em espanhol. *Erasmus* gostava das figuras dos livros, porque não

---

<sup>38</sup> O mesmo onde ocorreu o famoso massacre de Acteal em 22 de dezembro de 1997.

podia entender mais nada. O sofrimento ligado à escola era muito grande, pois os alunos eram castigados por não entender o espanhol, e se resolvessem ir para casa eram castigados também. E eles eram obrigados pelos professores a trabalhar como castigo. Todos choravam. “Crianças não tinham voz e nem voto”, afirmou *Erasmus* comparando a antiga situação com as práticas iniciadas com o EZLN. Os professores tinham que ser respeitados, e tinham até “guarda-costas” para chegar e ir embora das comunidades. “É dos maus tratos que veio o ódio e a coragem para que muitas dessas crianças se tornassem os rebeldes que anunciaram o ‘já basta!’ de 1994. Se não fosse o levante, tudo permaneceria igual”. O conflito fez com que os professores não quisessem mais voltar às comunidades. O próprio *Erasmus*, em 1996, teve que deixar de dar aulas por falta de ajuda financeira, que nas comunidades zapatistas é oriunda sobretudo da solidariedade internacional. Apenas entre 1996 e 1997 foi que o EZLN começou a permitir que suas comunidades começassem a aceitar também a ajuda governamental, após anos em que a recusa destes recursos era parte da “autonomia” declarada pelas comunidades e municípios zapatistas. “Há recursos para os pobres, é que antes não nos entendiam” (*Erasmus*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Na época da entrevista a situação não tinha melhorado. Segundo *Erasmus* o governo era mentiroso e “recebemos informações exatas do EZLN”. O governo apenas fazia promessas, e os seus recursos ficavam com os prefeitos e professores. A corrupção, que chegava a ser praticada até no interior do movimento zapatista, era a imitação das práticas governamentais. Quando isto era detectado, o culpado tinha que escolher entre ficar preso ou realizar sozinho parte dos “trabalhos coletivos”. Os prefeitos, entre os quais a maioria sempre foi do PRI mas alguns são ex-integrantes do EZLN, aprendiam a manipular com o governo. As prefeituras apenas dividiam os recursos, sobrando pouco para os indígenas, que não chegavam sequer a receber salários pelo trabalho nas obras públicas. Nas *fincas*<sup>39</sup>, várias eram as práticas para se explorar os indígenas, tais como vender sapatos pelo dobro do preço, comida ruim e roupas estragadas. E também as lojas da cidade exploravam os indígenas, se aproveitando da sua ignorância. Por fim, as comunidades sofriam com os conflitos

---

<sup>39</sup> *Finca*: “1 Propriedade imóvel, em particular a rural: *una finca cafetalera, una finca urbana, una finca agrícola (...)*” (Lara, 1996: 435).

entre as comunidades e no interior delas. Os indígenas ligados ao PRI forneciam informações aos “federais” (Exército Mexicano) ou se tornavam paramilitares. E as brigas eram entre indígenas de partidos diferentes (por exemplo entre o PRI *versus* Partido da Revolução Democrática - PRD) e de religiões diferentes (católicos *versus* protestantes). *Erasmus* afirmou que o governo procura dividir para governar. No interior do EZLN, as divisões surgem porque os “federais” militarizaram todo o estado, isolando entre si os diferentes grupos e dificultando a comunicação entre eles, o que gera diferenças de pensamento. Mas acrescentou que “isso [as diferenças] houve desde o princípio”. Interrogado sobre o que se poderia fazer contra os prefeitos, disse que “por enquanto nada, até que surja um novo movimento”, referindo-se ao conflito armado de 1994. E acreditava que se o governo não cumprisse os acordos de San Andrés, havia a possibilidade de um “novo movimento”. “O EZLN afirma que o governo vai ajudar, mas não sabemos quando”. Enquanto isso, viviam a difícil situação em que governo não ajudava, e nem o EZLN, que apenas continuava treinando os indígenas para “lutar até ganhar” (*Erasmus*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Se haviam zapatistas que não viam uma melhora em suas vidas após o levante, esse não era o caso de *Noemi*, a autoridade política e representante de uma comunidade autônoma zapatista. Ela pediu cuidado com o que eu fosse fazer com a entrevista, pois certa vez se descobriu que uma mulher tinha aceitado dar declarações para a produção de um vídeo sem autorização e ela foi castigada. Sua comunidade não tinha relações com o EZLN antes do levante, e nem ficou no interior do território que a guerrilha controlou até fevereiro de 1995. Mas aderiu ao EZLN em fevereiro de 1994. *Noemi* nasceu em San Cristóbal de Las Casas, mas como seu pai gastava os poucos recursos da família com bebidas e batia na mulher e nos filhos, sua avó tomou a iniciativa de encontrar uma terra para morar na comunidade onde vivia atualmente. Ela se aproximou do EZLN para poder estudar, para saber ler e escrever como queriam seus pais que não tiveram essa oportunidade. Os zapatistas tinham construído uma escola na comunidade em 1995, uma escola simples pois faltava dinheiro para colocar um teto que lhes permitissem ter aulas em dias de chuva. Porém era a melhor escola da comunidade. Embora houvesse também outras duas escolas,

uma do governo e outra da “CONAFE”,<sup>40</sup> até as famílias ligadas ao PRI preferiam que seus filhos frequentassem a escola zapatista, pois era a única em que os professores iam todos os dias e tinha um trabalho melhor na maneira de ensinar as crianças e ensiná-las a crescer (*Noemi*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Depois ela se tornou promotora de educação. A capacitação para essa tarefa durava 3 meses, e a formação dos promotores de saúde levava 5 meses, e quando ela ou seus companheiros se ausentavam para serem capacitados ou para outras atividades comunitárias, outras famílias zapatistas ajudavam a fazer os trabalhos na terra e na casa das pessoas ausentes. “Cada família tem seu café”, ou seja, nessa comunidade a terra estava dividida entre as famílias que plantavam café, banana, cana, milho, feijão, etc. Faltavam terras, pois “a terra são dos pais, os que estão crescendo já não têm terra”. Mas a vida política era coletiva, e na assembléia não só todos tinham o direito de falar, inclusive as mulheres, como todos falavam de fato – falava-se de todos os aspectos da vida da comunidade. A maneira como faziam para conviver com a parte da comunidade ligada ao PRI era não respondendo às provocações: “se dizem coisas ruins não respondemos, para que vejam como estamos trabalhando e aprendam também”. A desvantagem de estar com o EZLN é que não podiam requisitar benefícios dos programas sociais governamentais, e não recebiam nenhum outro tipo de ajuda, a não ser as doações da sociedade civil. E estavam conseguindo recursos através da produção e venda de artesanatos, atividade que realizavam com a união de mulheres após pedirem permissão para trabalhar com esta organização. Era também uma maneira de resgatar as tradições: elas aprendiam com as indígenas mais velhas e faziam as roupas que elas usavam e vendiam, além de murais, tapetes, etc. Quando perguntei o que era a autonomia, ela disse que era “como fazer nossa cultura, é não ter que ir a Las Margaritas para resolver nossos problemas, é resolver aqui mesmo. Em Margaritas não solucionam muito bem, então a autonomia é podermos resolver nossos problemas nós mesmos”. Em sua comunidade se praticava a justiça segundo os costumes indígenas, e até mesmo os habitantes ligados ao PRI preferiam resolver seus conflitos na comunidade autônoma,

---

<sup>40</sup> Segundo *Valente* (entrevista, Chiapas, 1/99), professor do ensino básico no sistema de educação federal, o CONAFE era um novo programa governamental em que davam aulas bolsistas recém egressos das

pois no município oficial eram cobradas multas altas, enquanto que eles davam castigos como carregar lenha sem poder beber água e comer. E segundo ela, após o começo da autonomia junto ao EZLN parou de haver os roubos que antes eram habituais, como roubos de frutas, por exemplo (*Noemi*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Antes da entrada da comunidade no EZLN, apenas os homens podiam participar das reuniões e os homens bebiam e batiam nas mulheres. Além disso, estar com o PRI significava que ao receber recursos do governo os indígenas se tornavam devedores, “então já não é seu”. Na época da entrevista, não apenas as mulheres podiam participar da assembléia como elas realizavam também reuniões só de mulheres. “Quando entramos no EZLN começamos a conversar com as mulheres como trabalhar também, como entrar com os homens, como conversar com eles, começamos a buscar maneiras de como podíamos entrar, como podíamos nos apoiar, já tínhamos o direito de participar. Se há um companheiro que nos viola podemos nos dizer”. E podiam se tornar autoridades comunitárias. Além disso, se o costume era que homens e mulheres trabalhavam nas plantações e antes e depois de chegar em casa a mulher ainda tinha que cuidar dos filhos e se ocupar das tarefas domésticas, aos poucos os homens já começavam a aceitar uma divisão mais igualitária dessas atividades. “O homem pode fazer comida também”, e já lavavam suas roupas. Esses eram os planos que elas conversavam nas reuniões de mulheres, e quando elas tinham que se reunir já havia homens que cuidavam da casa enquanto elas estivessem ausentes. “Eles começam a entender as companheiras”. *Noemi* era a representante da sua comunidade, e sua tarefa era “sair para levar informação e ver como podem trabalhar com o EZLN”, e “dar explicações de como não buscar mais problemas de nossa comunidade, de como vão trabalhando assim mais tranquilos”. Havia também o cargo de “comissariado”, que organizava os trabalhos coletivos. Antes de entrarem para o EZLN a comunidade já tinha em funções análogas o agente municipal e o “comissariado”, mas segundo ela eles não gostavam de trabalhar e se restringiam a fazer a manutenção das estradas. E também não havia justiça na comunidade. Mas não era em todas as comunidades zapatistas que as autoridades “trabalham”, e havia também autoridades jovens e até companheiras anciãs. Se as mulheres já podiam

participar até com postos importantes, era comum que houvesse autoridades jovens, o que não era bem aceito pelos mais velhos que achavam que eles não tinham a experiência de vida para tanto: “não viram como eles cresceram”. *Noemi*, antes de se tornar uma autoridade, procurou aprender com as autoridades e os anciãos como era que eles trabalhavam. Quando é nomeada uma autoridade, realiza-se uma grande festa, e quando se trata de uma autoridade do município autônomo, a festa reúne todas as comunidades. As assembléias mais amplas, em que se reuniam várias etnias, eram organizadas separando-se as discussões em grupos para os falantes de cada língua, e depois se passava à etapa em que o espanhol permitia que a assembléia chegasse aos seus acordos. A comunidade de *Noemi* não estava com a presença de militares, mas outras comunidades sim (*Noemi*, entrevista, Chiapas, 1/99). E desde que chegaram os militares eles não puderam mais reunir a assembléia municipal (notas de campo, Chiapas, 1/99).

Em San Cristóbal outro contato que eu tinha, graças à ajuda de professores da cidade do México, era o sociólogo Jorge Luis Cruz Burguete (notas de campo, Chiapas, 1/99) do El Colegio de La Frontera Sur (ECOSUR). Segundo o professor, que realizava pesquisas empíricas sobre os povos indígenas no estado, das cerca de 20 mil localidades existentes no estado cerca de 10 mil contavam com alguma presença zapatista. Mas se a expansão da guerrilha e das suas áreas de influência era impressionante, o mesmo se podia dizer sobre a militarização. Antes de 1994, o Exército Mexicano tinha um efetivo de 130 mil homens para uma população de 80 milhões de habitantes, enquanto que a vizinha Guatemala tinha cerca de 130 mil soldados e uma população de 10 milhões. Em 1994 o Exército Mexicano era pequeno, não estava preparado para uma guerra interna, estava obsoleto e padecia da corrupção (relações com o narcotráfico). Em menos de 30 dias foram chamados 800 assessores de alta patente dos caibiles guatemaltecos para treinar grupos antiguerrilha. Na época da entrevista, o Exército Mexicano estava já com 70 mil homens apenas no estado de Chiapas, e revistava permanentemente a população. Desde 95, 96, os grupos paramilitares passaram a ter um papel fundamental na repressão, grupos que não teriam condições de sobreviver se não fosse o apoio do

governo. Aproveitou-se o rancor que havia em relação ao EZLN e a divisão das comunidades para treinar, armar e financiar esses grupos.

Embora a estratégia de repressão e cooptação do governo utilize as divisões nas comunidades para enfraquecer o EZLN, este fenômeno é bem mais antigo do que a guerrilha. A penetração das comunidades pelo PRI, na medida em que este começou a incorporar lideranças indígenas em sua estrutura corporativa, fez com que começasse a surgir uma elite nas comunidades cujo poder passou a depender do compromisso com o Estado e das possibilidades de enriquecimento que esta intermediação propiciava. Com entrada das missões protestantes, a mais intensa presença da Igreja católica, e a entrada de outros grupos e partidos políticos nas comunidades, se diversificaram as alternativas estratégicas de intermediação com o mundo exterior e as possibilidades de reestruturação da vida política e econômica das comunidades. Alternativas que, num contexto de cada vez maiores necessidades de terra e auxílios, uma decrescente atenção estatal e uma repressão cada vez mais intensa, significaram o fracionamento das unidades comunitárias e maiores conflitos entre e no interior das comunidades. E assim, o que era apenas uma divisão entre as comunidades e seus caciques passou a se tornar divisões entre grupos inteiros em cada comunidade que passavam a disputar o poder, visões de mundo diferentes, podiam nomear autoridades e formar unidades políticas separadas em uma mesma comunidade ou expulsavam-se uns aos outros. O caso clássico deste tipo de conflito em Chiapas é o das comunidades do município San Juan Chamula onde, de acordo com Robledo (1997), “católicos modernos” e sobretudo os grupos protestantes começaram a ser expulsos em massa a partir do começo dos anos 70, chegando a um total de 10 mil expulsos em 1985 segundo estimativas feitas pelos mesmos.

Tive a oportunidade de entrevistar uma senhora protestante que era de Chamula, mas vivia há 13 anos em San Cristóbal de Las Casas. *Marta* conta que saiu de Chamula por causa da saúde. Lá ela dependia do curandeiro que “cobrava muitas coisas”. Mas a situação na cidade era mais difícil do que na comunidade, pois “o indígena sabe plantar muitas coisas” e na cidade para tudo se depende do dinheiro. A educação também era pior do que na comunidade, pois “aqui não dão caderno, lápis, pedem uniforme” e o material era caríssimo. “Se não compra o professor fica bravo”.

Ela trabalhava produzindo e vendendo tecidos e bordados, mas não estava na união de mulheres pois preferia trabalhar sozinha. “Quando se é chefe de mulheres e a mercadoria não vende surgem brigas e elas saem do grupo”. Também era parteira, o que lhe permitia comer e beber nas festas de nascimento. E quando tudo isso não bastava, ia pelas casas perguntando se havia algum serviço para ela. Com relação ao racismo, disse que os “mestiços” (mexicanos) a tratavam mal, mas que os “loiros” (estrangeiros) eram simpáticos (*Marta*, entrevista, Chiapas, 1/99).

Onde *Marta* vivia haviam apenas pessoas ligadas ao PRI. “Dizem que os zapatistas roubam terrenos. Minha opinião é que se querem paz para todos, está bem, se querem ajuda para os pobres, está bem. Mas o problema é que muitos zapatistas roubam terrenos”. O governo fica bravo com o que se passa e diz que vai ajudar os pobres, “e quando toma essa decisão o dinheiro é para eles, não para os pobres. Não quero apoiá-los por isso”. Eles “não querem trabalhar, apenas lutar”. Quando “eles vieram romperam portas, atiraram-se bombas”. E na sua Igreja se dizia que se os zapatistas vencessem “vão tirar todas as religiões e ficarão só os católicos”. *Marta* contou que em Chiapas há dois lados: os que gostam dos zapatistas e os que não gostam. Os zapatistas “são muitos já”, pois eles dizem “o melhor é seguir a luta”, e muitos acreditam nisso. E eles prometem ajuda e dinheiro também, mas “o dinheiro é só para eles”. Por isso as pessoas primeiro acreditam neles e depois abandonam o EZLN. O PRI, por outro lado, dava casas para as pessoas. “O PRI não tira nada, não tira os filhos<sup>41</sup>, as casas”. Embora expressasse essas opiniões, ela ponderava também que se houvesse uma vitória do EZLN “está bem, estou de acordo com todos”, e disse que “quando há votações, se ganha o PRI, o PRD, ou o EZLN” tudo ficava igual. Muitas pessoas não iam votar para evitar problemas: “o governo tem todos os dados dos votantes, contam os votos” (*Marta*, entrevista, Chiapas, 1/99).

---

<sup>41</sup> Essa afirmação é possivelmente uma referência indireta à grande adesão de jovens indígenas ao EZLN.

## 4. Las Margaritas

O centro urbano de Las Margaritas foi outro ocupado pelo EZLN em janeiro de 1994, e o município abarca boa parte da zona que chegou a ser controlada militarmente pelo EZLN, e também a comunidade de Guadalupe Tepeyac, que foi uma espécie de ‘capital’ zapatista e onde foi construído o primeiro Aguascalientes destruído pelo Exército Mexicano em sua ofensiva em fevereiro de 1995. Abarca também a comunidade La Realidad, um dos cinco Aguascalientes construídos no final de 1995 e que passou a ser a ‘capital’ zapatista após a ofensiva (onde Marcos concede entrevistas, realiza reuniões com grupos de fora, etc). Na cidade não vi nenhum turista, mas podia passar despercebido graças à minha aparência de mestiço. Em certas circunstâncias era novamente recomendável que eu mantivesse a boca fechada. A mata ao redor da cidade tinha sido inteiramente queimada pelo governo para detectar grupos guerrilheiros, e um dos impactos ambientais foi a superpopulação de moscas. Pude me instalar na casa de uma família indígena zapatista que também pertencia à união de mulheres.

O *miliciano José* concedeu uma entrevista pouco frutífera, pois foi ficando tão assustado com o que dizia que as respostas foram ficando quase lacônicas e incompreensíveis e foi necessário interromper a conversa também para poupá-lo de um constrangimento maior. Ele contou que sua comunidade começou a ter contato com o EZLN em 1988, e entrou no movimento por causa da pobreza, pelo baixo preço na venda de suas colheitas comparado aos altos preços dos produtos que tinham que comprar (*José*, entrevista, 1/99). Em outro momento, relatou que a maneira como sua comunidade foi convencida a participar foi com a promessa de que com a revolução teriam a satisfação das suas necessidades materiais (notas de campo, 1/99). Ou será que foi apenas essa parte do proselitismo que foi compreendida? A entrada no EZLN começou a gerar brigas internas na comunidade, pois embora tivessem sido consultados “participaram, mas como não entendem bem eles, entram num acordo, se esquecem, sempre vão achar *pura bronca* a consulta”. Em sua comunidade a consulta para entrar na luta armada tinha sido em espanhol. Depois tiveram que sair da comunidade, pois chegaram os militares. “Saíram todas as comunidades”, e na época

da entrevista as comunidades estavam todas cercadas. Num momento em que eu já tinha interrompido a gravação, disse ainda que a atividade do representante local do EZLN era “ver como estavam as coisas” e saber quantos ainda permaneciam com a guerrilha. Pouco antes tinha dito que “não há nada, não apoiam nada. As pessoas ficam bravas pois não há nada” (*José*, entrevista, 1/99).

Conheci também *Valente*, um indígena tojolabal de 32 anos e zapatista, que era professor bilíngüe do ensino fundamental federal, e que trabalhava em uma comunidade da “zona de conflito”. Ele contou como a situação da educação nas comunidades era precária: os programas de educação do governo mudavam com tanta frequência que quando mal começavam a ter resultados já eram suplantados por novos programas. Quando começou a trabalhar, em 1987, os livros escolares eram até um pouco melhores do que os que vieram com o programa de modernização educativa lançado em 1993 por Salinas, e na época da entrevista já estava começando a ser implantado um novo programa quando mal o último começava a engrenar. E esses programas fornecem livros que “são produzidos para um ambiente urbano, pois falam de televisão, trens” e outras coisas que crianças índias não conhecem, e com isso elas se fecham. Além disso a falta de clínicas e hospitais, e problemas como a desnutrição, afastavam as crianças por longos períodos da escola. Também havia pais que preferiam colocar as crianças para trabalhar a mandá-las ir à escola. Na sua comunidade havia um acordo para que num certo horário elas estudassem, mas em outras comunidades não era assim. E certas religiões protestantes que estavam entrando nas comunidades viam com maus olhos as escolas, pois diziam que “enfiam o demônio em suas cabeças”. Apenas os professores menos capacitados trabalhavam com as crianças: os que se qualificavam mais ou “compravam diplomas”, iam para as atividades administrativas. “A maior parte do trabalho no sistema de educação é com papéis”. Ou então se tornavam deputados ou prefeitos, com o apoio de políticos. E os professores passavam as crianças de ano “como fantasmas”, mesmo com resultados tão limitados, pois o objetivo do governo era melhorar os seus índices estatísticos. Entre seus colegas, *Valente* avaliava que o sistema de educação do governo era pensado para que os indígenas fossem mantidos na ignorância. E mesmo os professores “traem” o seu povo, “nossa raça”, pois muitos faltam ao trabalho e há

também o grave problema com o álcool. O próprio *Valente* admitiu que entre 1995 e 1996 teve problemas com bebidas e quase acabaram conseguindo demiti-lo, mas conseguiu superar o problema (*Valente*, entrevista, 1/99).

As coisas mudaram muito com o levante zapatista, pois as pessoas começaram a ter consciência dos seus direitos e a exigir suas demandas através de marchas e plantões. Além disso o governo começou a construir estradas e a oferecer mais recursos para pequenos projetos, créditos e até mesmo para a educação. Com relação à educação dos zapatistas, ele disse que se tratava de uma educação igualitária, que garantisse a mesma qualidade para todos e mais liberdade para as crianças. Mas esse era um objetivo “que todavia não se encaminha”, pois não era nada fácil alcançar os acordos com o governo e as reformas na constituição que levassem à mudança, e por outro lado insistir na guerra implicaria matar mexicanos “como nós”. Enquanto isso, havia algumas escolas zapatistas, que não têm ligações com o sistema de educação, e que sobreviviam graças a esforços próprios das comunidades. Mas a luta do EZLN estava focada na conquista de educação para toda a nação. Na comunidade onde trabalhava, onde os zapatistas eram minoria, a escola atendia tanto os não zapatistas quanto os zapatistas. E como se trata de uma comunidade que ficou no interior da zona controlada pelo EZLN durante 1994, ele teve na época uma atuação no sentido de procurar convencer a comunidade a se unir ao EZLN e a não se deslocar para fora da zona rebelde. Chegou a ser denunciado e tinha problemas para atravessar os bloqueios militares para dar suas aulas, mas então argumentava que era também um funcionário do governo para conseguir passar (*Valente*, entrevista, 1/99).

A oportunidade de visitar as três comunidades zapatistas, a convite de *Janis*, se frustrou na cidade de Las Margaritas. As circunstâncias deste incidente, porém, foram bastante reveladoras da maneira como os indígenas chegavam a ver as pessoas de fora das comunidades. O combinado seria que eu encontraria alguns indígenas e iria com eles até sua comunidade, onde encontraria *Janis* que me levaria até as outras duas, me deixando acompanhar suas atividades relacionadas à união de mulheres. Quando encontrei os tais indígenas, formavam um grupo de homens que me chamou para uma reunião. Tratava-se de uma briga no interior do grupo ligado à união de mulheres relacionado às atividades de um projeto produtivo e, como pude entender

depois, *Janis* tinha se posicionado contra os que estavam diante de mim. Como eu era um estrangeiro e chegava recomendado por *Janis*, mesmo não sabendo nada sobre mim eles acharam que eu poderia ajudar a favorecer o lado deles. Tentei explicar que eu não tinha nenhuma relação com a união de mulheres, mas mesmo assim eles insistiram que eu os ajudasse ao menos a levar a ela o que eles tinham a dizer. Escutei com calma, e escrevi uma pequena carta para ela apenas reproduzindo o que me haviam dito. Quando a encontrei dias mais tarde, sua atitude um pouco hostil com o que parecia uma intromissão minha nos assuntos na união de mulheres confirmou o que aquela situação estava revelando. Mesmo sem ter qualquer papel naquela organização, meu perfil urbano me candidatava a uma delicada posição de poder em relação aos indígenas e seus conflitos.

No dia daquele encontro com o grupo de homens, após a reunião que fizeram comigo fiquei esperando por eles na casa da família que tinha me hospedado. Foi então que *Nando* começou a insistir muito para que eu não os acompanhasse à comunidade onde tinha marcado de encontrar *Janis*: disse que eles estavam bebendo, e que quando havia conflitos internos nas comunidades podia ser muito perigoso estar por perto. Ele estava muito preocupado comigo, e achei melhor não deixar que me envolvessem ainda mais naquela situação que escapava à minha compreensão. Com isso deixei de conhecer os grupos zapatistas de três comunidades, mas em compensação surgiu uma outra oportunidade de conhecer uma comunidade em que a maioria da população não era zapatista. Atravessei de carona com um caminhão e durante a noite a estrada que levava a Guadalupe Tepeyac e depois a La Realidad. Antes de chegar a Tepeyac desci em Cruz del Rosário, uma comunidade que ficou no interior do território que o EZLN controlou até 1995. A minha estadia foi permitida e a não muito forte confiança que ganhei foi graças a uma carta do ECOSUR que eu carregava como segurança e que me assinalava como pesquisador. Por coincidência, aquela comunidade tinha um passado de relações com aquela instituição acadêmica.

Cruz del Rosário era um *ejido*<sup>42</sup> formado em 1941, que tinha 362 habitantes segundo o último censo, com 50 pais de família entre os quais 35 eram *ejidatários* e

---

<sup>42</sup> *Ejido*: “1 Forma institucionalizada de posse da terra que consiste em que o governo oferece como propriedade um terreno a um grupo de pessoas para que o trabalhem e obtenham os benefícios da sua

15 *avecinados*<sup>43</sup> (notas de campo, Chiapas, 2/99). Segundo Genaro Giménez Hernández, um católico de 43 anos que na época ocupava o cargo de delegado da Unión de Ejidos de La Selva no Fundo Regional, no final dos anos 70 a comunidade conheceu a luta da Unión Lucha Campesina, e ficaram muito interessados pois se tratava de uma organização social e não governista que estava avançando. Mas então surgiu em sua região a União Terra de Liberdade e foram convidados a entrar. Os primeiros projetos da União foram a cooperação para a compra de um caminhão, a obtenção de terras que estavam abandonadas e a construção de estradas. Após conseguirem comprar o caminhão em 1980 com contribuições dos que tinham como dar algum dinheiro, começaram os problemas no interior da União. Para lutar pela estrada os líderes de sua comunidade começaram a buscar o apoio de outras comunidades, mas justo as que faziam parte da União acharam que não eram eles que deveriam construir a estrada, e sim o governo. Apesar da polêmica acabou-se por levar a demanda às autoridades e conseguiram que a estrada chegasse até La Conquista. Mas aí o conflito na União se agravou, pois quando foram utilizar os serviços do caminhão para escoar seus produtos, os que haviam contribuído financeiramente para a sua compra disseram que o caminhão era só deles. Com esse desacordo, eles dividiram a União em regiões e também os assessores de origem urbana que os auxiliavam. Passaram então a trabalhar num novo projeto, que era trazer um armazém da Companhia Nacional de Subsistências Populares (CONASUPO) para a região, um programa governamental que permitia o estabelecimento de pequenas lojas para abastecer as comunidades. Com isso romperam definitivamente a União em 1982 e o assessor que estava com eles os abandonou, pois o outro lado achava que estavam se vendendo para o governo. Para eles, tratava-se de exigir o direito que tinham sobre os recursos do Estado, que vinham do próprio povo e pertencia a eles, e “ser independente não é deixar de pegar do governo” (Genaro Giménez Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/99).

---

exploração. De acordo com a última modificação na Constituição, o uso destas terras e sua mudança de proprietário devem ser supervisionados e aprovados pelo Estado 2 Terreno assim concessionado pelo governo, principalmente para a sua exploração agrícola, florestal e pecuária 3 Sociedade formada por pessoas que trabalham estas terras 4 Durante a época colonial e até meados do século XIX, porção de terra de uso comunal que estava dedicada ao pastoreio e que se encontrava nas vizinhanças dos povoados rurais 5 em Guerrero, medida agrária que equivale a 3,24 hectares.” (Lara, 1996: 375)

Foi então que formaram a Unión de Ejidos de La Selva e começaram a avançar, unindo-se com eles comunidades como Momón (esta tinha ficado com o outro lado mas acabou voltando a se unir com eles), Flor del Río, Monte Cristo. A pequena loja da CONASUPO fracassou inicialmente por má administração, mas então exigiram uma parte dos seus recursos para formar uma loja para eles sob a forma de cooperativa, que passou a dividir o mesmo espaço ocupado pela loja da CONASUPO e que existe até os dias de hoje. “Já levantamos uma ata para que as rendas da CONASUPO fiquem com a comunidade e não com o governo”. Em 1984 eles estavam na União de Uniões (UU), que agrupava várias uniões, mas descobriram que os seus dirigentes formados por assessores de origem urbana estavam roubando. Numa assembléia realizada em Guadalupe Tepeyac Genaro foi nomeado, junto com mais 3 pessoas, para formar uma comissão de auditoria representante das comunidades. Como já tinham o apoio do tesoureiro da entidade, conseguiram ter acesso às notas fiscais e provar que estavam adulteradas. Com isso a União de Uniões de desfez, mas voltou a se unir sem os antigos dirigentes, formando a Associação Rural de Interesse Coletivo - União de Uniões (ARIC – UU). Dessa organização a Unión de Ejidos de La Selva de desligou pois não estavam recebendo suficiente atenção para a sua luta por um melhor escoamento de seus produtos, e queriam trabalhar de maneira independente embora sem deixar de se coordenar com a ARIC, o que foi aprovado pela assembléia da ARIC. Foi em 1985 que se formaram comissões em que seu irmão Arturo foi nomeado por Cruz del Rosário e saiu juntamente com os representantes nomeados por Guadalupe Tepeyac, Momón e Flor del Río para buscar em outros estados mercados para o café. Conheceram um padre Holandês ligado à União de Comunidades Indígenas da Região do Istmo (UCIRI) e começaram a trabalhar em 1988 com a companhia Max Havelaar<sup>44</sup>, uma organização de consumidores que buscava comprar café diretamente dos produtores evitando intermediários e conseguindo preços mais justos. A União de Ejidos de La Selva em 1993 já tinham um moinho próprio e ensacava o café. Na época da entrevista, tinha já um café na cidade do México, formado primeiro, e um em San Cristóbal de Las

---

<sup>43</sup> Que não formavam parte do coletivo com direitos sobre o *ejido* embora vivessem nele.

<sup>44</sup> O nome da companhia, da UCIRI, e a data do começo da venda para o mercado holandês foram obtidos mais claramente em Harvey (1998: 203).

Casas (Genaro Giménez Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/99). Segundo Harvey (1998: 203), a União de *Ejid*os de la Selva “elaborou uma estratégia econômica independente do resto da ARIC e provavelmente foi a que melhor se adaptou à crise do café do começo dos anos 90”.<sup>45</sup> Segundo Genaro:

“Há comentários de que o movimento zapatista nos beneficiou muito e que se não fosse por eles não se teria conquistado muitas coisas, é certo, mas se pensamos na organização que estávamos movendo anteriormente não tivemos benefícios. Ao contrário, tivemos muitas perdas, porque muitas coisas que nós tínhamos avançado, tínhamos em trâmite para a obtenção da comercialização, caiu por terra por causa desse movimento. Mas para algumas organizações e comunidades que não tinham feito nada houve benefícios, pois então muita coisa foi dada pelo governo” (Genaro Giménez Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/99).

Os líderes de Cruz del Rosário chegaram a ser convidados para entrar no EZLN. Genaro afirma que eles pensaram seriamente no assunto, pois “sabíamos que se fôssemos nos comprometer tinha que ser bem pensado, porque se você vai se comprometer não se pode trair, não se pode trair a pátria”. Mas a experiência deles era que em outros países como El Salvador e Nicarágua a guerra chegava até a ser vencida, “e no final das contas tudo volta a ficar igual ou até pior que antes”. Tiveram também conflitos por motivos religiosos. Na região deles os zapatistas diziam ser os únicos filhos de Deus, que quem não estava com eles era o demônio, e os sacerdotes não realizavam serviços religiosos para quem não estivesse com o EZLN. Por isso passaram cerca de um ano, entre 1988 e 1989, lutando para conseguir o direito de acesso aos serviços religiosos. Primeiro procuraram o padre de Las Margaritas para buscar os serviços religiosos fora de sua região. Mas os sacerdotes maristas, responsáveis pela região onde estava Cruz del Rosário, estavam contra isso e queriam também a saída do padre de Las Margaritas, que não estava afinado com eles. Foi então que Cruz del Rosário se uniu com bairros de Las Margaritas e realizaram uma marcha até a Diocese, para pedir ao bispo Samuel Ruiz a permanência do padre e que também Cruz del Rosário se desligasse da sua região para poder receber os serviços

---

<sup>45</sup> A maior parte dos relatos sobre as lutas de Cruz del Rosario nos anos 70 e 80 foram deixados para serem expostos nos capítulos que abordam a formação dos movimentos independentes de Chiapas, pois ajudam a compreender esse processo.

religiosos com o padre que tinham defendido, pedido que foi aceito pelo bispo. “Este tipo de coisas fazia cair a confiança das pessoas no EZLN”. Genaro conta que eles estavam pensando em entrar na guerrilha, quando em 1992 mudou a autoridade da comunidade. A nova autoridade entrou no EZLN e começou a recrutar as pessoas secretamente, sem consultar a assembléia, e eles só foram se dar conta disso em janeiro de 1994 (Genaro Giménez Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/99).

Quando começou o levante, já nos dias 1 e 2 de janeiro começaram os movimentos dos guerrilheiros armados. A estrada até Momón estava toda bloqueada com árvores, o EZLN se preparava para a defesa caso entrasse o Exército, e a comunidade tinha que enviar comissões para poder comprar sabão, açúcar ou sal. “Até aí tudo bem”, mas o problema foi que os zapatistas começaram a querer tirar deles as comidas que traziam<sup>46</sup>, para entregar às comunidades zapatistas, e como eles se recusavam a colaborar e a aderir ao EZLN, diziam que “quando o governo entrar vocês vão ficar do lado deles”. Eram pressionados a ficar de um lado ou do outro, quando não queriam aderir a nenhuma das partes. Começaram a sofrer o assédio da imprensa nacional e internacional também: certa vez Genaro disse a um jornalista que o EZLN queria tirar comida deles, e este então o acusou de mentiroso e disse que estavam com o governo. Com isso, passaram primeiro a deixar os jornalistas falarem, para então recusar dar entrevistas a jornalistas que estavam do lado do EZLN ou do governo, “se víamos que olhavam as coisas de ambas as partes, falávamos”. Depois apareceu num jornal de Comitán que Genaro tinha atacado o governo e defendido o EZLN, e a partir de então pararam de dar entrevistas a qualquer jornalista, por causa de suas distorções (Genaro Giménez Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/99).

Logo iniciado o levante começaram a sair grupos de todas as comunidades da região controlada pelo EZLN, especialmente aqueles que eram de outras religiões. Mas os habitantes de Cruz del Rosário continuaram por lá até o final de janeiro, e a partir do dia 5 realizavam reuniões todas as noites. Não permitiam que o bloqueio zapatista lhes tomasse comidas, pois estavam “bem organizados”, mas isso era motivo de tensões. Por fim, resolveram sair até Las Margaritas, para mostrar que não

---

<sup>46</sup> Quando houve o levante do EZLN, veio a público entre as Leis Revolucionárias algumas regras sobre os impostos que a guerrilha cobraria em seu território.

eram zapatistas e exigir do Exército Mexicano um documento em que este se comprometesse a não atacar a sua comunidade. Foi só quando saíram que viram exatamente quem entre eles era do EZLN: 22 famílias que resolveram ficar. Mas saíram com data marcada para a volta, no final de fevereiro. Depois de conseguirem um documento provisório do Exército, e quando já estavam se dando os preparativos para os diálogos do EZLN com o governo na Catedral de San Cristóbal, “saíram as comissões” para falar com Samuel Ruiz, já mediador para o conflito, e conseguir através dele um acordo com o EZLN para que pudessem voltar para o interior da zona rebelde e não fossem mais incomodados pelos zapatistas (Genaro Giménez Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/99).

Durante 1994, a incerteza sobre a possibilidade da volta do conflito armado fez com que vários dos projetos de produção de café fossem interrompidos. Essa situação apenas se normalizou no começo de 1995, quando o Exército Mexicano entrou e retomou o controle sobre a região isolando os guerrilheiros nas montanhas. Genaro conta que o então presidente Zedillo anunciou que as comunidades que não estavam com o EZLN deveriam usar tecidos brancos e que assim não correriam riscos. Alguns da comunidade fugiram com as comunidades zapatistas que foram para as montanhas, mas a maioria ficou na comunidade protegida por eles, que diziam para os militares que os que eram guerrilheiros já tinham fugido. A proteção das famílias zapatistas tinha o objetivo de mostrar ao EZLN que eles não estavam contra ele. Continuaram procurando manter uma posição neutra. Nos anos seguintes, os zapatistas da comunidade ajudavam na limpeza, mas não participavam dos trabalhos comunitários nas terras coletivas do *ejido*. E embora não aceitassem a “lei da comunidade”, isso era tolerado. A proteção e a tolerância acabaram fazendo com que 12 das famílias zapatistas se reintegrassem ao grupo não zapatista (Genaro Giménez Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/99).

Na época da entrevista, Genaro via o EZLN com ceticismo e crítica: “eles estão muito fechados, não querem continuar dialogando [com o governo] e não deixam os outros se fortalecerem”, referindo-se aos movimentos indígenas independentes de Chiapas. “Se não há um meio de reforçar isso e fortalecer a todos, vamos perder todos”. Na opinião de Genaro “a mudança [prometida pelo EZLN] não

está acontecendo” e a estratégia correta seria ir “agarrando” pouco a pouco o que o governo vai soltando. Por outro lado sua comunidade também não confiava nos partidos políticos: em 1988 apoiaram um candidato a prefeito do PRI e depois viram suas demandas frustradas. Então simplesmente eles não apoiavam ninguém e na comunidade cada um votava como quisesse. “Para que fazer marchas para apoiar um ou outro, o que estiver que aí fique e vamos exigir dele o que queremos, e assim conseguimos as coisas mais facilmente do que quando ficamos apoiando”. A situação estava melhorando, porém, com a emergência dos novos partidos. Quando havia só o PRI ele fazia o que queria, e “agora há mais vigilância” (Genaro Giménez Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/99).

## Parte II: A Guerra

“-Está bem que tenham ocupado esta montanha e estas ladeiras por onde se escorre a água da chuva e das fontes secretas que nascem de baixo das pedras e dos seixos. Um dia descobrirão sua origem e farão dela razão de vida e de enraizamento. Falo por mim e pelos deuses que me acompanham. Agora digo: como somos de vocês, vocês são nossos. De hoje em diante nada poderá nos separar. (...)” palavras de *Tojil* aos *Abuelos* em *Las Leyendas del Popol Vuh* (Abreu, 1951: 37-38).



## 5. O Ogro Filantropo<sup>47</sup>

O nome do EZLN é uma referência a Emiliano Zapata, o herói derrotado da Revolução Mexicana de 1910 que liderou os camponeses do estado de Morelos sob o lema “terra e liberdade”, tomando terras e promovendo a autonomia dos *pueblos*<sup>48</sup>, em resposta ao processo de centralização política e expansão das grandes propriedades que devorava os *poblados* camponeses durante a ditadura de Porfirio Díaz, governante desde 1876. A Revolução Mexicana foi uma somatória de revoltas regionais e disputas nacionais, populares e oligárquicas (Knight, 1996), que em sete anos levou a dois milhões de mortos (Gurza, 2000). E dela emergiu um regime peculiar no cenário latino americano, cujas características gerais vale retomar para que se compreenda o contexto no qual se desenvolveu o “neozapatismo” e algumas das suas principais características.

A referência constante do EZLN aos símbolos e lemas da Revolução Mexicana, em particular à luta de Emiliano Zapata, não é uma novidade. É uma prática recorrente dos movimentos sociais mexicanos a invocação dos heróis e simbologias revolucionárias que, além disso, foram incorporados ao discurso oficial. Trata-se portanto de uma memória viva, de uma linguagem da qual o novo regime buscou retirar a sua legitimidade, e da qual os novos movimentos foram inspirando as suas identidades e renovando as suas demandas. Como veremos a seguir, a despeito do grande vulto da reforma agrária mexicana realizada pelo regime pós-revolucionário, esta teve resultados variados para cada região do país, gerando mudanças estruturais apenas naqueles lugares onde houve fortes movimentos agrários e um difícil processo de pacificação. Como, além disso, o novo regime deu continuidade ao processo de centralização política iniciado no século XIX, explica-se a atualidade das demandas mais gerais identificadas pelo lema “terra e liberdade”. Por outro lado, a incorporação de grande parte dos movimentos camponeses nas estruturas corporativas do Estado, como forma de atenção às demandas sociais combinada com controle político, dava um caráter ambíguo ao uso da linguagem revolucionária. Isso começou a mudar em 1982, quando o governo de Miguel de La

---

<sup>47</sup> Expressão de Octávio Paz para o regime pós-revolucionário, citado por Gurza (2000: 11).

Madrid iniciou as reformas neoliberais, começando a se afastar dos ideais revolucionários. Qual foi o legado da Revolução?

Gurza (2000: 7-9) afirma que nos anos posteriores à Revolução, e para fazer frente à necessidade de “institucionalização do poder e da política”, a facção vencedora promulgou a Constituição de 1917, exterminou as grandes lideranças, redefiniu a composição e o papel do Exército, e implantou o Partido Revolucionário Institucional (PRI), inicialmente com os nomes Partido Nacional Revolucionário (PNR) e Partido da Revolução Mexicana (PRM). A Constituição de 1917 representou um pacto entre as principais forças da Revolução, cujos interesses foram reconhecidos para se dar início a uma “nova ordem social respeitada por todos”. Para tanto foram assumidas obrigações sociais por parte do Estado, e criou-se um marco de legitimidade para a reivindicação de direitos por parte dos movimentos sociais. Teve uma particular importância a promulgação do direito à terra, ou seja, “o camponês foi definido como sujeito econômico do novo projeto nacional – não apenas como representante de uma camada residual externa à modernização econômica” (Gurza, 2000: 9) <sup>49</sup>. Apesar desse amplo acordo, os principais líderes populares da Revolução, Emiliano Zapata e Francisco Villa, foram assassinados em 1919 e 1923, mesmo destino reservado ao presidente Venustiano Carranza em 1920, que tinha sido o responsável pela morte do primeiro. Enquanto isso, o caráter de casta das forças militares foi substituído pelo sistema meritocrático. O Exército de Porfirio

---

<sup>48</sup> *Pueblos* guarda tanto o sentido de povoados ou localidades quanto de povos, incluídas suas tradições.

<sup>49</sup> A Constituição mexicana de 1917 teve como fonte ideológica a doutrina anarco-sindicalista em sua versão mexicana liderada por Ricardo Flores Magón e foi a primeira Carta Política a “atribuir aos direitos trabalhistas a qualidade de direitos fundamentais, juntamente com as liberdades individuais e os direitos políticos (arts 5 e 123) (...) O que importa, na verdade, é o fato de que a Constituição mexicana foi a primeira a estabelecer a desmercantilização do trabalho, própria do sistema capitalista, ou seja, a proibição de equipará-lo a uma mercadoria qualquer, sujeita à lei da oferta e da procura no mercado. A Constituição mexicana estabeleceu, firmemente, o princípio da igualdade substancial de posição jurídica entre trabalhadores e empresários na relação contratual de trabalho, criou a responsabilidade dos empregadores por acidentes do trabalho e lançou, de modo geral, as bases para a construção do moderno Estado Social de Direito. Deslegitimou, com isso, as práticas de exploração mercantil do trabalho, e portanto da pessoa humana, cuja justificação se procurava fazer, abusivamente, sob a invocação da liberdade de contratar. O mesmo avanço no sentido da proteção da pessoa humana ocorreu com o estatuto da propriedade privada (art.27). No tocante às ‘terras e águas compreendidas dentro dos limites do território nacional’, a Constituição estabeleceu a distinção entre propriedade originária, que pertence à nação, e a propriedade derivada, que pode ser atribuída aos particulares. Aboliu-se, com isso, o caráter absoluto e ‘sagrado’ da propriedade privada, submetendo-se o seu uso, incondicionalmente, ao bem público, isto é, ao interesse de todo o povo. A nova Constituição criou,

Díaz foi substituído por parte das milícias insurgentes e, como a Revolução tinha operado uma militarização de setores civis, não houve “sobressaltos” na passagem para governos civis em 1946, após cerca de 30 anos em que quase todos os presidentes foram generais.

O PRI foi idealizado para congregar em um só partido todas as forças políticas que, na promoção dos seus interesses, reivindicavam as causas da Revolução. Implantado a partir do Estado em 1928, passou a ter o papel de arena para a disputa dos vários setores segundo regras estáveis, ao mesmo tempo em que visava preservar o poder da facção dominante, “fazendo que manifestações de posições conflitantes encontrassem canais institucionais para o acordo ou a imposição hierárquica de soluções” (Gurza, 2000: 10). Com relação à ideologia, todos os setores incorporados no PRI adaptavam os seus discursos em torno dos argumentos da “paz social”, dos benefícios para as camadas populares, do progresso material promovido pelo Estado e do nacionalismo. A principal “linha divisória” da política não estava na dicotomia entre esquerda e direita, e sim na organização de interesses no interior ou exterior do Estado. As organizações que tentavam escapar à tutela das instituições oficiais eram sistematicamente reprimidas (Gurza, 2000: 10-11). Ou seja, havia canais para a representação de interesses econômicos e a promoção de objetivos pessoais mas, *grosso modo*, não era permitido o questionamento da ordem política.

Na década de 1930, o presidente Lázaro Cárdenas consolidou o regime pós-revolucionário através da corporativização de quase todos os segmentos relevantes da sociedade, “transformados em braços organizativos do partido” (Gurza, 2000: 12). Para tanto foram criadas a Confederação Nacional Camponesa (CNC), a Confederação dos Trabalhadores Mexicanos (CTM) e, em meados dos anos 40, quando as camadas médias urbanas começaram a adquirir maior importância, a Confederação Nacional de Organizações Populares (CNPO). Apenas os empresários, cujos interesses foram largamente contemplados pelos sucessivos governos do PRI<sup>50</sup>,

---

assim, o fundamento jurídico para a importante transformação sócio política provocada pela reforma agrária, a primeira a se realizar no continente latino-americano” (Comparato: 1999: 169-173).

<sup>50</sup> “A despeito de conflitos mais ou menos conjunturais até finais dos anos 60 e das crescentes discrepâncias surgidas diante da maior intervenção do Estado e da nacionalização dos bancos entre 1970 e 1982 (...)” (Gurza, 2000: 12).

puderam manter a autonomia das suas organizações representativas. Isso lhes permitiu dar apoio ao Partido da Ação Nacional (PAN), “quer como medida de inconformidade temporária, quer como adesão a uma opção programática mais próxima de seus interesses” (Gurza, 2000: 12), partido fundado em 1939 e vencedor das eleições presidencial de 2000 que marcou o fim do regime. Para as classes populares, a tentativa de formar movimentos independentes resultava na dura reação do Estado e na total falta de proteção nos muitas vezes sangrentos conflitos com as classes mais abastadas. Além disso, o atendimento de demandas locais e setoriais, as oportunidades de ascensão social através de postos no Estado e mesmo através da corrupção que o sistema corporativo propiciava, dividiam ainda mais as classes baixas (Benjamin, 1995; Collier, 1994).

Gurza (2000: 13-19) destaca ainda a centralização do poder no executivo e a ausência de competitividade eleitoral. As eleições eram organizadas pela Comissão Federal Eleitoral (CFE), órgão do Ministério do Interior, e o presidente acumulava o comando supremo do Exército, a chefia máxima do PRI e indicava os juizes do Judiciário, os altos postos da administração pública, parte dos candidatos do Senado e dos governos estaduais (estendendo aos outros o poder de veto e de ratificação), os principais cargos do partido e o seu sucessor na presidência. Nos períodos eleitorais, a máquina estatal era mobilizada em favor do PRI, ao passo que durante os mandatos o partido auxiliava na implementação das diretrizes governamentais. Para os partidos de oposição, por sua vez, era reservado um magro espaço de atuação. O Partido Comunista Mexicano (PCM), por exemplo, não exigia uma repressão sistemática, pois não chegava a colocar em cheque o poder do Estado, e recebia o “tratamento ambíguo de banimento, tolerância e castigo dosado” (Gurza, 2000: 14), servindo também de bode expiatório de problemas que ameaçassem a legitimidade das instituições revolucionárias. O Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM – criado pela velha guarda dos generais revolucionários por ocasião da transição para governos civis), o PAN e o Partido Popular Socialista (PPS) eram legais e com prerrogativas para receber financiamento público e competir pelos cargos eletivos, mas funcionavam mais como grupos de pressão junto aos executivos federal e estaduais do que como os partidos das teorias liberais de democracia. Apenas o PAN,

ligado ao empresariado, era realmente autônomo, chegando a recusar o financiamento estatal, mas não tinha condições de ameaçar a hegemonia do PRI. Por outro lado, o regime pós-revolucionário não tinha apenas leis e um discurso que contemplavam direitos sociais: investimentos sociais efetivos foram outro lastro que garantiu a sua estabilidade. Assim, não era necessário que fossem utilizadas de maneira significativa as técnicas de fraude, embora o emprego desses recursos tenha aumentado na medida em que começou a se incrementar a competitividade eleitoral depois dos anos 60.

Collier (1994: 52-58) chama a atenção para a reforma agrária formalizada na Constituição de 1917 e impulsionada por Cárdenas na década de 30, que foi vital para a incorporação de significativos setores camponeses (entre os quais se incluíam os indígenas) ao PRI. Tratava-se de uma ‘estratégia’ política combinada com uma ‘estratégia’ econômica. A depressão mundial que se deu após o colapso da bolsa de valores norte-americana de 1929 derrubou a demanda internacional por produtos mexicanos e levou à perda de capitais estrangeiros que o governo necessitava para promover o desenvolvimento interno. Através da redistribuição de terras improdutivas convertidas em *ejidos*, ampliou-se a escala da produção de alimentos que assim eram ofertados a preços baixos, ancorando os preços dos salários pagos pela indústria e ampliando a demanda rural por produtos manufaturados<sup>51</sup>. Para implementar a distribuição de terras, o governo tolerava em certa medida as ocupações de propriedades privadas realizadas pelos camponeses, que então apresentavam petições para a regularização legal da posse. Assim o governo se abstinha de ter que tomar a ofensiva contra os latifundiários, e podia também manter o compromisso dos camponeses com o PRI sem ter necessariamente que acatar as suas petições, que muitas vezes passavam anos e até décadas tramitando sem se chegar a uma resolução oficial. A reforma beneficiou milhares de camponeses, mas não chegou a mudar radicalmente a estrutura agrária do país. Os latifundiários distribuíam suas terras entre parentes para camuflar as suas reais dimensões, e podiam também requerer certificados de inafetabilidade para tornar suas terras imunes às expropriações.

---

<sup>51</sup> “Este enfoque prefigurou a estratégia de industrialização de substituição de importações, que seguiram a maior parte dos países latino-americanos durante as décadas subsequentes”. (Collier, 1994: 54)

Quando no final dos anos 30 o México teve novamente que fazer frente à demanda norte americana por frutas, verduras, fibras e produção têxtil, o governo voltou a favorecer a agricultura comercial em grande escala, retardando o processo de reforma agrária. O novo fluxo de capital externo ajudou a financiar projetos de infraestrutura para este tipo de agricultura, especialmente no norte do país. Enquanto isso o governo continuou a apoiar a industrialização mantendo baixos os preços dos alimentos e, em consequência, os dos salários pagos pela indústria. Como durante o governo de Cárdenas muitos camponeses tinham trocado os seus artesanatos tradicionais por artigos manufaturados, quando a política fiscal permitiu a alta dos preços desses bens, os camponeses tiveram que intensificar a sua produção e trabalhar no emergente setor da agricultura comercial. E como os seus cultivos garantiam a sua subsistência, podiam trabalhar também por salários mais baixos, mantendo-se baixos os salários em todos os setores (Collier, 1994: 56-57).

Líder do período de consolidação do regime pós-revolucionário, do corporativismo mexicano, realizador da reforma agrária e da nacionalização do petróleo, o presidente Lázaro Cárdenas tornou-se um mito que paira sobre o México contemporâneo. Carlos Fuentes (1994: 263), num capítulo chamado “cem anos de Cárdenas”, se refere a ele como o único presidente, desde 1934, de “autêntica grandeza”, que “nunca pensou pequeno e nunca diminuiu o México e os mexicanos”. Cárdenas se fortaleceu com alianças entre empresários, operários, camponeses e intelectuais para “aplicar uma política que revolucionou o México em todas as suas dimensões, revitalizando a Revolução Mexicana”<sup>52</sup> (Fuentes, 1994: 264). O México

---

<sup>52</sup> “Um aspecto fundamental da política cardenista foi a independência da política exterior. A nacionalização do petróleo levantou em armas as democracias industrializadas contra o México. O boicote subsequente abrigou Cárdenas a vender petróleo aos seus inimigos ideológicos, as potências nazi-fascistas. Mas transcendendo os obstáculos, o presidente do México se propôs a conduzir uma política de negociação, negociação e mais negociação. Decidiu – certamente, em um entorno econômico muito menos interdependente que o atual – suspender os pagamentos internacionais argumentando que não ia sacrificar os programas internos de desenvolvimento e benefício popular. Mas junto com a moratória, Cárdenas iniciou a negociação. Inglaterra e Holanda romperam suas relações diplomáticas com o México. Estados Unidos, por outro lado, aproveitou a disposição negociadora do nosso país.

A negociação da dívida do petróleo, encabeçada por dois iminentes estadistas mexicanos – o secretário da fazenda Eduardo Suárez e o embaixador do México em Washington, Francisco Castillo Nájera -, foi o momento decisivo para a política de boa vizinhança do presidente Franklin D. Roosevelt. Acossado pelos grupos de interesse que desde 1821 pediam a guerra contra o México, a invasão do México, o desmembramento do México, Roosevelt resistiu com coragem e jogou a carta negociadora. Ganharam o México e Estados Unidos. Este pôde, ao cabo, contar com um aliado durante a iminente Segunda Guerra

não deixou de ser um país de desigualdades, mas nunca houve neste país um desenvolvimento tão equitativo, “em que todas as classes, todos os setores, cresceram juntos, lançando as bases para um desenvolvimento sustentável de 6% ao ano que só desabou com a crise da dívida externa em 1982” (Fuentes, 1994: 265).

Reyes (1994) afirma que a reforma agrária respondeu de maneira diferenciada às realidades regionais. Enquanto em alguns lugares a presença de novas forças sociais tornou possível a implementação de medidas radicais, transformando a estrutura agrária, modificando as relações de poder e as normas institucionais que as sustentam, em outros houve um processo de negociação em torno da modificação da estrutura latifundiária, mas sem alterar as normais institucionais da sociedade tradicional, e em outros ainda houve apenas reformas marginais que não apontavam para a modificação estrutural, mas visavam preservar a sociedade tradicional, desviando a pressão camponesa para a ocupação de terras baldias, de propriedade fiscal e em regiões periféricas. Este último caso é o que corresponde ao estado de Chiapas, onde não houve revolta agrária durante a Revolução<sup>53</sup>.

Em 1940, o México realizou o Primeiro Congresso Indígena Interamericano, para o qual foram convidados indígenas de todo o país. Um dos resultados foi a fundação no México, e em outros países, de institutos nacionais indigenistas. O Instituto Nacional Indigenista (INI) do México passou a ser a instituição que administrava a maior parte do financiamento do desenvolvimento rural, “elevando o *status* dos indígenas ao de clientes especiais do estado” (Collier, 1994: 57). Se a atenção estatal aos indígenas havia diminuído durante a década de 40, nos anos 50 ela voltou crescer, através de projetos de desenvolvimento que visavam reforçar os benefícios concedidos com a reforma agrária. As metas do INI eram as mesmas do

---

mundial, e o México pôde continuar com suas políticas de desenvolvimento popular” (Fuentes, 1994: 264-265)

<sup>53</sup> “Ainda que de nenhuma maneira se tratou de uma reorganização a fundo, já que muitas grandes propriedades continuaram intactas, foram outorgadas terras próprias a dúzias de comunidades indígenas [em Chiapas]” (Collier, 1994: 52). “Dentro do setor privado [de Chiapas], duas classes subsistiam, uma muito pobre e outra muito rica. Em 1960, os minifundistas, aqueles proprietários com menos de 10 hectares e que constituíam quase a metade dos proprietários de terras, ocupavam menos de 1% de toda a terra. Os latifundiários, grandes proprietários com mais de mil hectares e que constituíam apenas 2,4% de todos os proprietários, possuíam cerca de 60% da terra. Apenas 44 fazendas monopolizavam 25% da terra” (Benjamin, 1987: 252).

Estado para os camponeses em geral, mas “requeriam esforços distintos para integrar as comunidades indígenas ao setor agrário nacional” (Collier, 1994: 57-58).

Se as políticas populares, sobretudo a reforma agrária, haviam contribuído para a pacificação do país e a consolidação do regime, estas haviam sido as condições para que nas décadas seguintes as políticas se voltassem novamente às elites, iniciando uma lenta corrosão na hegemonia do Estado. Segundo Gurza (2000: 18-19), a explicação sociológica corrente para a crise do regime remonta à década de 60. A urbanização, o crescimento das classes médias e a diversificação dos interesses sociais, junto ao esgotamento do milagre econômico que rendeu a industrialização de orientação cepalina fizeram com que o regime já não fosse mais capaz de absorver suficientemente os diversos interesses em suas estruturas corporativas e verticais. Isso desatou um processo de autonomização política da sociedade, que se acentuou com a morte de centenas de estudantes no famoso Massacre de Tlatelolco<sup>54</sup> em 1968. “O começo da abertura política no México, em meados dos anos 70, representou pela via dos fatos o reconhecimento tardio – após os numerosos incidentes de repressão da década anterior – de que o sistema político carecia de ampla reforma para se adequar às mudanças ocorridas no seio da sociedade” (Gurza, 2000: 19).

Gurza (2000: 19-25) acrescenta à explicação sociológica outra também corrente, esta de caráter político e mais conjuntural: os efeitos das reformas econômicas e políticas neoliberais que começaram a ser implementadas a partir de 1982 e se intensificaram depois de 1988. O ajuste estrutural levou à supressão da política social do regime, e dos órgãos estatais que eram necessários para estas políticas. Isso levou não apenas à piora dos indicadores de saúde, alimentação e educação, mas também diminuiu a “capilaridade dos mecanismos clientelistas de controle político” e eleitoral. Além disso, o programa de ajuste acarretou também a violação das “regras não escritas do sistema”. A principal delas era a que garantia a alternância no poder dos principais grupos do PRI a cada seis anos, tempo de duração de um mandato presidencial. Para garantir a continuidade das reformas, o grupo no

---

<sup>54</sup> No dia 2 de outubro de 1968, dez dias antes de começarem as Olimpíadas do México, uma manifestação estudantil em Tlatelolco (cidade do México) que protestava contra a repressão acabou sendo massacrada, com 27 mortes segundo dados oficiais e mais de 300 em outras estimativas (De La Grange & Rico, 1997: 108).

poder aferrou-se a ele e violou também uma outra regra, a que garantia para todos os grupos poderosos o acesso aos principais cargos públicos, de onde podiam articular e disputar a sucessão presidencial seguinte. Se antes nem mesmo os grupos com pouca influência ficavam excluídos de posições na administração pública, o grupo dominante passou a ser intolerante com visões diferentes sobre as políticas a serem implementadas no país, ao mesmo tempo em que foram reduzidos os postos disponíveis para filiados do PRI. Finalmente, a flexibilização produtiva corroeu os interesses da burocracia sindical corporativa, e podemos acrescentar que a reforma do artigo 27 da Constituição em 1992 levou ao fim da reforma agrária.



## 6. A Cauda do Leão<sup>55</sup>

O estado de Chiapas é considerado, ao lado de Oaxaca e Guerrero, um dos estados mais pobres do México. De acordo com o Censo Geral de População e Moradia de 1990, da população ocupada apenas 36,9% recebia mais de um salário mínimo, enquanto a média nacional era de 69,2%. Da população de 6 a 14 anos, apenas 71,3% freqüentava a escola, frente à média nacional de 85,8%. O índice de moradias com energia elétrica e água encanada era, respectivamente, de 66,9% e 58,4%, também abaixo das médias nacionais de 87,5% e 79,4%. E segundo dados apresentados por uma obra publicada pela Convergência de Organismos Civis pela Democracia e organizada por Monroy (1994), a desnutrição atingia 66,74 da população, chegando a 80% nas regiões Altos e Selva, onde há muitas comunidades indígenas e onde começou a se formar o EZLN (Para Entender Chiapas, 1997: 23, 31, 34).

Às precárias condições econômicas e à falta de atenção estatal adequada às populações marginalizadas, sobretudo as indígenas, soma-se a permanência do racismo característico de sistemas coloniais. Segundo Montemayor (1997a), no México (e poderíamos ampliar o que diz o autor para todo o mundo ocidental) são subestimadas as línguas, as religiões, as culturas, o direito e ainda a condição humana dos povos indígenas. Através do indigenismo se tem quisto ajudar os indígenas “a que deixem de ser eles mesmos” (Montemayor, 1997a: 105). Chiapas é apenas um caso extremo da discriminação racial existente no México. “Apenas um preconceito racista tão arraigado como o que prevalece na maioria dos pecuaristas, empresários, e políticos chiapanecos, e ainda em grande parte da população mestiça de classe média, pode explicar a falta absoluta de respeito pelo patrimônio, a vida, a saúde, a educação, a alimentação, a cultura e as terras, os bosques e as selvas das comunidades indígenas” (Montemayor, 1997a: 63). Embora essa explicação do autor não seja

---

<sup>55</sup> Até a independência a região de Chiapas fazia parte da Capitania Geral da Guatemala, até que em 1824 as elites chiapanecas decidiram, através de um plebiscito, integrar-se ao México, sob o lema “*más vale ser cola de león que cabeza de ratón*” [mais vale ser cauda de leão que cabeça de rato] (García, 1997: 15). Com isso as elites chiapanecas, que possuíam já um arraigado sentimento localista, pretendiam aumentar a sua autonomia (considerando-se a distância em relação ao centro do poder mexicano) e expandir a sua influência na região (Benjamin, 1989).

suficiente, já que a marginalização também atinge pessoas de fenótipos europeu e mestiço, é um racismo muito forte e os povos indígenas são os mais marginalizados. Huchim (1994: 29) e Fuser (1995: 50) afirmam que em Chiapas, até o levante, os indígenas tinham que sair da calçada quando passava um “branco”, e tinham que ceder o lugar para o “branco” sentar quando andavam de ônibus, o que faziam muitas vezes por iniciativa própria, de maneira submissa. O sociólogo Francisco Zapata (entrevista, cidade do México, dezembro de 1998) conta que os indígenas de Chiapas andavam nas ruas com a cabeça baixa, e que após o levante se pode observar um andar mais altivo.

O alto grau de racismo e marginalização se explica em parte pela ausência de levante popular nos estados do sul do México durante a Revolução de 1910, pela distância em relação ao centro do país, e pela colaboração do PRI com as oligarquias locais, cujos interesses foram pouco afetados pelo regime pós-revolucionário. Os sucessivos governantes estaduais promoveram a modernização em benefício da agropecuária comercial, através da continuidade nos investimentos em infraestrutura, serviços básicos de saúde e educação, e do desenvolvimento do sistema financeiro que vinham sendo implementados desde a época do governo dos *científicos* de Porfirio Díaz<sup>56</sup> (Benjamin, 1995).

Entre os anos 50 e 60 a criação de gado passou de 480 mil cabeças a 790 mil, chegando a 1,25 milhões em 1970. E a produção de café, cacau, cana de açúcar e algodão para a exportação também cresceu, com destaque para o café que chegou a 40% do valor total da produção agrícola. As terras destinadas à agricultura saltaram de 270 mil hectares em 1950 a 850 mil em 1975. E incrementou-se a extração de madeira. A tendência de alta nos preços do mercado internacional e os investimentos em infra-estrutura favoreceram esse desempenho. Nos anos 70, a construção do complexo hidrelétrico Grijalva-Usumacinta no Valle Central e, na segunda metade da década, a exploração e desenvolvimento de campos petrolíferos, contribuíram também para gerar empregos. Para os chiapanecos, no entanto, essa vantagem era

---

<sup>56</sup> A ditadura de Díaz logrou alcançar a estabilidade política e implementar a modernização do país por décadas, contando para isso com uma elite de tecnocratas conhecidos como *científicos* (cientistas) (Knight, 1996).

compensada pela migração de trabalhadores de outras regiões e o aumento do custo de vida. Os anos 70 apresentavam o que Benjamin chamou de uma combinação explosiva: superpopulação, erosão e esgotamento do solo, a corrupção nos escritórios governamentais que trabalhavam com os camponeses, aumento de preços e estagnação de salários, a concentração crescente de terras para o cultivo, a expansão das terras destinadas ao gado e que exigem pouca mão de obra, e a demora na efetivação da reforma agrária. Apesar da expansão econômica, mais de 90% da população ganhava menos de 80 dólares ao mês, 40% era analfabeta, mais de 50% das casas careciam de luz elétrica e saneamento básico, 80 mil *jornaleros* (bóia frias) trabalhavam ganhando menos que um salário mínimo e comunidades indígenas padeciam de alcoolismo, doenças como a tuberculose, tifo, parasitas e talvez 90% das crianças índias sofriam de desnutrição (Benjamin, 1995: 249-257).

Benjamin (1995) ressalta a importância que teve a estabilidade política alcançada pelo regime pós-revolucionário para que fosse possível a implementação dessa modernização em benefício das oligarquias tradicionais. Segundo Harvey (1998: 74-77), na década de 30 a formação do sistema corporativo significou a penetração pelo Estado nas comunidades indígenas. O presidente Lázaro Cárdenas conseguiu o apoio do nativo Erasto Urbina que, após ajudar a eleger Efraín Gutiérrez para o governo do estado, passou a encabeçar o recém criado Departamento de Ação Social, Cultura e Proteção dos Povos Indígenas e o Sindicato de Trabalhadores Indígenas, órgãos que controlavam a oferta de mão de obra para as plantações costeiras. Urbina dirigiu também a criação de comitês agrários locais que em 1941 foram incorporados à Liga de Comunidades Agrárias da oficialista Confederação Nacional Camponesa (CNC). Os líderes desses comitês, “jovens bilingües e ilustrados”<sup>57</sup>, eram indicados por Urbina, formando-se assim uma nova camada de intermediários em prol do partido governante. Esses líderes se apoderaram dos cargos cívicos e religiosos das comunidades indígenas, que consumiam muito tempo e dinheiro e que os tornavam representantes das tradições comunitárias, substituíram os antigos secretários municipais na função de escrivães, exerciam a contratação de

---

<sup>57</sup> Grande parte das comunidades indígenas do México ainda falam as línguas naturais de suas etnias, e muitos não compreendem o espanhol.

mão-de-obra e representavam a CNC e o PRI. Podiam também aproveitar para objetivos pessoais a posição de intermediários entre as comunidades e o Instituto Nacional Indigenista, criado no começo da década de 50 com a finalidade de incorporar as comunidades indígenas através da promoção de serviços básicos e de programas de comercialização para os seus produtos agrícolas. O uso privado de recursos financiados com dinheiro público (caminhões, máquinas, crédito, etc...) combinado com a venda de aguardente de cana propiciou a estratificação social interna nas comunidades. Collier (1994: 52-58) destaca a importância que teve Erasto Urbina ao ajudar os seus seguidores a encaminhar petições e conseguir terras pelo programa de reforma agrária nas regiões Altos e Soconusco.

Vale destacar aqui a presença de Erasto Urbina na tradição oral indígena<sup>58</sup>, registrada em textos pelos próprios indígenas, que foram reunidos em uma enorme compilação realizada pela UNAM e pela Universidade Autônoma de Chiapas (UNACH). O tzeltal Calvo (1998), afirma que Urbina e Emiliano Gaspar foram os que mais ajudaram os indígenas a formar “colônias” naquela época, e a combater o trabalho “quase gratuito” (referindo-se à servidão por dívida). E por isso Urbina teve que enfrentar os *ladinos*<sup>59</sup> que “começaram a levantar suas armas, e se fez uma guerra”. Quando Calvo era criança, um dia seu pai chegou e disse: “- vai vir a guerra, mas vai ser de um grande apoio para nós, creio que vai se fazer um grande problema, porque os *caxlanes*<sup>60</sup> não têm soldados, e somos nós os que já temos apoio.”

“Logo que passou Urbina nas *fincas*, cruzou-se até San Cristóbal, organizaram-se os indígenas de Chamula e o velhinho ordenou que se fizessem colônias. Fez-se a primeira colônia que foi La Candelaria do município de San Cristóbal. Muita gente se assustou quando ordenou isto o senhor Erasto Urbina, diziam que não era bom que se

---

<sup>58</sup> “A tradição oral é muito rica nas comunidades indígenas, já que representa a base fundamental da preservação da palavra que vem sendo transmitida de pais a filhos. Existe um acumulado de lendas e narrações que aparentemente são apenas “contos”, que ao serem contadas divertem a gente, mas para mim não são contos e sim eventos da vida real, que passaram a formar parte da história do povo, não escrita conforme às características latinas, mas permanecendo na mente e nas palavras dos povos indígenas. Quando nossos pais contam o que receberam de seus pais, é nosso motivo para rir, chorar, cantar e conviver harmoniosamente com nossos irmãos, nossa família e nossa comunidade, já que são as primeiras palavras, os primeiros conhecimentos e os primeiros mandamentos que nos conduzem ao reencontro com nossos antepassados. Daí partem o ensino e a solidariedade dos nossos povos.” (López, 1998)

<sup>59</sup> *Ladino*: “1 Por contraposição ao índio que conserva sua língua e seus costumes, branco, mestiço ou índio que fala espanhol e tem costumes ocidentais (...)” (Lara, 1996: 540).

formassem colônias, porque depois vão nos mandar para outro lado, vão nos meter onde quiserem; assim comentavam alguns que não sabiam bem como estavam as coisas, não sabiam que era o melhor para a gente indígena.

Muitas coisas também disseram os ricos, que iam matar os indígenas porque estavam roubando suas terras. Por isso muitos indígenas não quiseram fazer suas casas e saíram para procurar outros lugares para viver. Depois chegaram a compreender e a aceitar e formaram colônias, ainda que estivesse todavia ali o dono da *hacienda*<sup>61</sup>.

Quando se formaram as colônias tiraram as terras dos ricos, mas deixaram a eles um pedacinho para que vivessem. Mas os donos das *haciendas* não gostaram e novamente começaram a brigar, mas a gente já não teve medo e começou a colocar para correr todos os donos das *haciendas* e os tiraram de uma vez. Assim, pouco a pouco foram se formando as colônias nos outros municípios.” (Calvo, 1998: 186-187)

A reforma agrária em Chiapas não se deu, portanto, a partir da incorporação dos fortes movimentos agrários que estalaram na Revolução. Começou a ser implementada por iniciativa do Estado, o que manteve reduzido o seu alcance. Apenas nos anos 70 a luta por terra e atenção estatal iriam se tornar demandas de um vigoroso movimento indígena independente, que enfrentaria a dura reação das oligarquias, do próprio Estado e da elite de *caciques* indígenas formada durante a penetração do PRI nas comunidades durante as décadas anteriores. A modernização em benefício das oligarquias, a ingerência na vida política comunitária e a insuficiente reforma agrária já anunciavam os conflitos que estavam por vir.

Benjamin (1995: 254-260) afirma que nos anos 50 e 60, a continuação da reforma agrária fez aumentar a população dos *ejidos* em Chiapas de 71 mil para 148 mil, mas a ampliação do número dessas comunidades se dava através da expropriação das piores terras e sobretudo da ocupação de áreas da fronteira agrícola no oriente do estado (região da Selva Lacandona), onde as terras perdiam a fertilidade em poucos anos de uso. A criação de empregos nas plantações para a exportação e investimentos públicos em serviços e crédito para as comunidades indígenas foram também outras “válvulas de escape” para as pressões sociais. Em contrapartida, as comunidades de

---

<sup>60</sup> Termo indígena com sentido pejorativo para os *ladinos* (entrevista com *Janis*, Chiapas, 1999).

<sup>61</sup> *Hacienda*: “1 Propriedade rural de grande extensão, dedicada à agricultura ou à pecuária: *hacienda lechera*, *hacienda tabacalera* (...)” (Lara, 1996: 477).

Chiapas passaram a ser alvo da enorme expansão das propriedades privadas, especialmente da produção de gado que, além de reduzir a demanda por mão de obra em comparação com a grande quantidade exigida na agricultura, ampliou muito a demanda por terras. Uma análise de 115 disputas agrárias dos anos 70 revelou que 87 tinham sido causadas pela invasão de terras comunais ou *ejidales* pelos criadores de gado.

Enquanto isso, no país, o controle corporativo já começava a apresentar fissuras. Bartra (1985: 66-93) demonstra, através da descrição histórica dos movimentos sociais, como a hegemonia da CNC e outras organizações oficiais entre os camponeses começou a se deteriorar. O apaziguamento dos camponeses alcançado por Cárdenas no México rural havia permitido a seus sucessores freiar a reforma agrária através da morosidade nos procedimentos burocráticos e concedendo certificados que tornavam muitas propriedades privadas imunes à reforma. Chegando ao final dos anos 50, uma nova porém efêmera onda de movimentos camponeses e urbanos independentes atingiu o país. Outra onda, mais forte e duradoura, atingiu o país nos anos 70, ao mesmo tempo em que tinha início uma nova fase de populismo com o presidente Luis Echeverría. Mesma época em que os movimentos indígenas independentes de Chiapas começaram a se organizar, contando para isso com a ajuda da Diocese de San Cristóbal de Las Casas.

## 7. O Êxodo

Em 1960 Samuel Ruiz foi nomeado bispo da diocese de San Cristóbal de Las Casas, e no decorrer da década converteu-se à teologia da libertação<sup>62</sup>. O novo bispo repartiu a diocese, formando as dioceses de Tuxtla (capital do estado) e Tapachula, com a finalidade de concentrar as suas atividades nas regiões mais carentes do estado, onde posteriormente iria se formar e se expandir o EZLN: Altos, Selva e Norte. A colonização da Selva Lacandona que vinha ocorrendo desde 1930 iria propiciar uma importante zona de influência para a Igreja. Nessa região, que em 1970 já havia recebido cerca de 100 mil colonos, o isolamento e a baixa média etária tornaram possível a reestruturação da vida comunitária com maior autonomia em relação ao Estado, ao passo que as elites de *ladinos* se aproveitavam do isolamento para subverter ou evitar a reforma agrária. Nos anos 40, missionários protestantes começaram a entrar nessa região e em outras, a convite do governo mexicano, para ajudar na assimilação cultural dos povos indígenas (Harvey, 1998: 80-86).

Para Collier (1994: 77-80), a presença protestante contribuiu com congregações mais democráticas e participativas do que muitos colonos estavam acostumados, o que iria contribuir para a formação das organizações políticas de base posteriores. Mulheres e crianças eram bem recebidas nos serviços religiosos, o que contrastava com as tradicionais práticas religiosas patriarcais. Nestas, espera-se que quem possui cargos religiosos seja responsável pelos seus gastos, e quanto maior o custo de um cargo maior o seu *status* correspondente, além de gerar maior poder político para quem o exerce. Os novos cargos religiosos quase não exigiam investimentos financeiros, abrindo a possibilidade para que mais pessoas se envolvessem e adquirissem posições de respeito. E esses cargos também não estavam atrelados ao poder político, o que até então era inimaginável nas comunidades. O êxito dessas novas formas de adoração contribuiu para que a Igreja católica

---

<sup>62</sup> Ver a biografia de Ruiz escrita por Fazio (1994). “A seguinte etapa de Samuel Ruiz aconteceu como um processo quase natural. Ao olhar aquela situação de opressão, de miséria, fome, discriminação e morte qualquer pessoa, e mais ainda sendo cristã, não podia permanecer indiferente ou neutra” (Fazio, 1994: 101). Vale ressaltar que a Igreja Mexicana é marcadamente conservadora, e que neste país a teologia da libertação nunca teve a força encontrada em outros países, como o Brasil.

começasse a adotar algumas das características mais democráticas do trabalho dos protestantes.

Foi para responder à penetração protestante, compensar a escassez de sacerdotes e incorporar a população indígena nas estruturas da diocese que a Igreja católica começou a formar catequistas indígenas para atuar nas comunidades. Os missionários maristas que começaram a dar cursos em San Cristóbal de Las Casas para formar catequistas, em 1961, utilizaram a referência bíblica do êxodo para explicar a colonização da Selva Lacandona. Tratava-se de uma caminhada para a terra prometida, da opressão à liberdade. No decorrer da década, uma evangelização paternalista e etnocêntrica, que levava ao deslocamento das tradições, à passividade e à formação de novos caudilhos indígenas, foi dando lugar a novas estratégias: o propósito não era deslocar os costumes e tradições nativas, mas extrair a mensagem de salvação e amor cristão do seio dessas mesmas tradições. E os catequistas seriam responsáveis, para além da evangelização, por ajudar a organizar os colonos na luta pela sobrevivência na nova terra prometida. Tratava-se da “catequese de integração”, que promovia a ampla participação das bases das comunidades na reflexão sobre os problemas econômicos e políticos e na busca de soluções (Collier, 1994: 84; Harvey, 1998: 82-83 e 91; Fazio, 1994: 102). Com a chegada da teologia da libertação, religiosos e laicos convidados pela diocese e os catequistas passaram a exercer o papel que em outros lugares, como Cuernavaca, era desempenhado pelas Comunidades Eclesiais de Base (Tello, 1995: 76). Um desses convidados para trabalhar com os indígenas foi Alejandro Buenrostro:

“É interessante entender por que eram catequistas. Os indígenas tinham uma vontade enorme de conhecer, de saber, de falar castelhano, mas não tinham oportunidade. Chegam essas congregações religiosas e oferecem cursos. Então para os indígenas foi a oportunidade. Não era tanto a evangelização, era a oportunidade de conhecer, de saber, de escutar algo. E entravam quase sempre jovens inquietos, jovens líderes muitos deles, que queriam fazer algo. (...) Em 1974 esse trabalho de catequese e de cursos já era um curso de conscientização. Os indígenas encontravam aí uma forma de descobrir a realidade e de por nome ao que estavam experimentando, e de começar a lutar, lutar pela terra, pela educação, pelas necessidades básicas. O serviço que oferecia a diocese não era só a

catequese, era saúde, educação, cooperativas, então através de todos esses serviços era um trabalho de conscientização” (Buenrostro, entrevista, São Paulo, 7/7/1999).

Alejandro Buenrostro<sup>63</sup>, que após se formar em filosofia chegou para trabalhar nas comunidades em 1962, conta que a diocese tinha equipes por regiões étnicas, de padres, freiras e laicos para trabalhar com os indígenas. A sua equipe, que trabalhava na região tzeltal, dava cursos de conscientização que consistiam em levantar questões entre os indígenas sobre os problemas que enfrentavam. Os próprios indígenas organizavam então grupos de discussão, que depois comunicavam para a plenária o que tinham refletido. Muitas vezes esses grupos escolhiam o teatro como maneira de expressar essas idéias. “Acontece que eles são muito concretos, então têm uma possibilidade de se expressar muito melhor em forma de teatro do que com palavras” (entrevista com Buenrostro, São Paulo, 7/7/1999). Maria Barbosa (entrevista, São Paulo, 7/7/1999), que também trabalhou nessa equipe, destaca a grande influência que teve na América Latina o “teatro do oprimido” de Augusto Boal, e lembra que às vezes uma mesma cena era reinterpretada no mesmo dia por vários grupos, expressando visões diferentes sobre uma mesma problemática. E se usava também a produção de desenhos como forma de expressão.

Harvey (1998: 83-84 e 90-93) afirma que essas práticas contribuíram para a democratização da vida comunitária, contradizendo a antiga crença de que os *principales*, que haviam se esforçado para atingir os cargos mais altos, e eram os mais velhos, fossem os únicos que podiam opinar sobre os assuntos comunitários. Todavia, os anciãos continuaram suscitando respeito, principalmente como curandeiros. A reestruturação das comunidades fez com que em alguns casos até 40% da população ocupasse cargos, e a assembléia passou a ser o centro da tomada de decisões. Os catequistas reviveram a forma indígena da consulta e da decisão consensual que na língua tzeltal é chama de *tijwanej* (“tirar o que há no coração do outro”), na qual todos podiam expressar as suas opiniões. E a autoridade residia nas

---

<sup>63</sup> Alejandro Buenrostro e sua esposa Maria Barbosa vivem atualmente no Brasil, e participam do zapatismo realizando atividades de documentação, pesquisa e difusão de informações. Recentemente Buenrostro organizou uma equipe de pesquisadores brasileiros do zapatismo para traduzir textos mexicanos sobre o movimento, já publicados num livro com o título “Chiapas: construindo a esperança”, pela Ed. Paz e Terra. Logo em seguida lançou sua obra “As raízes do fenômeno Chiapas” pela Ed. Alfarrábio.

assembléias, de maneira que quem estivesse exercendo cargos tinha que “mandar obedecendo”, expressão que iria se tornar um dos principais lemas do EZLN. Além disso, como na Selva chegavam colonos de várias das etnias maias que tinham que conviver juntos, a rede de catequistas ajudou também a “recriar a identidade étnica como base da identidade política” ao se compartilhar a militância organizativa e religiosa. Em 1970, a Igreja já tinha formado mais de mil catequistas indígenas, que chegariam posteriormente a oito mil. Depois as comunidades expressaram a necessidade de que fossem formados diáconos para ajudar os padres a administrar os sacramentos. Chamados de *tu'hunel*, eles eram eleitos por consenso em cada comunidade, geralmente por terem exercido bem outros cargos comunitários. A Igreja aceitou ordenar esses diáconos após três anos de experimentação, e isso se tornou uma característica permanente da organização das comunidades. “O resultado foi a criação de uma rede de líderes das comunidades que foi além das atividades religiosas para inspirar novas formas de organização política e econômica as quais com o tempo seriam absorvidas pelo EZLN” (Harvey, 1998: 93).

As entrevistas realizadas com protagonistas desse período mostram que essas mudanças na atuação da Igreja e seus efeitos sobre a reestruturação da vida comunitária e na formação dos movimentos independentes não foram uma tendência unívoca, e sim um processo lento e resultado de iniciativas locais (embora afinadas com idéias e práticas do bispo), que não deixaram de encontrar fortes resistências. Alejandro Buenrostro (entrevista, São Paulo, 7/7/1999) conta que o questionamento das formas conservadoras de evangelização começou entre os padres e laicos mais jovens que trabalhavam com os indígenas. Maria Barbosa (entrevista, São Paulo, 7/7/1999), por sua vez, lembra que a sua equipe da zona tzeltal era um grupo heterogêneo e com conflitos sobre a maneira de trabalhar com as comunidades, mencionando como exemplo uma alemã que queria concentrar-se apenas no catecismo e na bíblia enquanto outros procuravam suscitar a reflexão sobre a realidade social. Segundo Arturo Hernandez (entrevista, Chiapas, 3/2/99), tojolabal da comunidade Cruz del Rosário, e que se tornou catequista, líder comunitário, e ajudou a formar os movimentos indígenas no interior dos quais cresceu o EZLN, eram poucos os padres que procuravam estimular a reflexão mais livre sobre a bíblia

e a realidade social. Foi só por volta de 1975 que membros da sua comunidade entraram em contato com padres que os encorajavam a ter interpretações próprias sobre a bíblia, a relacionar essas interpretações com os problemas cotidianos e que achavam que os indígenas tinham que se organizar para enfrentar esses problemas.

“Entre dez um te dizia isso. Era muito difícil encontrar uma pessoa deles que te dissesse isso. Mas também te diziam: ‘sim, mas leia com calma, vá pouco a pouco pensando mais sobre as escrituras, e muito cuidado por lá, porque senão vão pensar que estamos desviando o ensino que estamos dando a vocês’. (...) Depois, quando voltávamos, (...) era como começar a brigar entre nós mesmos, entre os mesmos religiosos que não te entendiam, entre os outros religiosos e mesmo entre os catequistas. Porque havia religiosos que diziam: ‘assim como vão estão indo bem’. E vinha outro catequista e dizia: ‘não, tal irmão esteve orientando que o que tem que ser feito é isso’. Você começava a ter problemas internos entre os catequistas, como entre os religiosos *grandes* [mais importantes e/ou mais velhos]. Então aí fomos descobrindo, começamos a agarrar os textos. Mas fomos crendo nessa posição, com a ajuda dos que sempre diziam que era uma boa idéia, pois nós não damos para trás. (...) E aí nos reuníamos uns 2, 3 companheiros (...) E a nossa crença se confirmou com um outro religioso [marista], já em 76, que começou a nos apoiar (...) ele se comprometeu a guiar-nos para começar a fazer consciência os grupos, que há que começar a lutar por um problema. Mas esse religioso não durou, em um ano (...) os demais que estavam indo por outra linha disseram: ‘não, isto não foi ordenado, não é para que faça isso’ (...). Porque também nesse momento, quando os religiosos falam de luta, também vinham as autoridades a contradizê-los: ‘que estão fazendo?’ ‘Não é o seu papel fazer isso’. Então todos os demais tinham medo: ‘bem, já estão me *regañando* [repreendendo] por culpa desse que está fazendo coisas que não lhe ordenaram fazer’. (...) O mandaram a outro lado. (...) Então é como ficar *huerfanito* do que nos queria guiar. Mas nos *picamos*<sup>64</sup> nesse momento, pois agarramos mais força, e dissemos: ‘não, não, porque vamos continuar’. Mas outras comunidades se desintegraram, já não quiseram seguir. (...) Então começamos a lutar. Então começamos com esse passo que demos aqui com 15 pessoas daqui com a briga do café. Quando resolvemos esse problema com os caminhoneiros, então as comunidades disseram: ‘bem, como fizeram eles? Somos mais numerosos e não o podemos resolver, e eles conseguiram e sim o

---

<sup>64</sup> *Picamos* significa literalmente “atiçar o cavalo com esporas”, mas é usado aqui com o sentido de “pegar gosto pela coisa”.

resolveram'. (...) Como dizem os religiosos foi uma luz para muitos, que viram que iluminou aí, e viram como foi. Então vieram as pessoas, catequistas de outras comunidades: 'como fizeram vocês?' (...) O mesmo com os textos, que mostrávamos. (...) 'E como fazer?' 'Pois unindo-nos' (...) Então em 76 já iniciamos com essa pequena luta, em 77 começam a nos fazer essas perguntas por outras comunidades, outros catequistas, e em 78 pegamos a arrancada de nos unir, em 78 nos unimos sete comunidades" (Arturo Hernandez, entrevista, Chiapas, 3/2/1999).

Os anos 70 trouxeram uma nova fase populista. Echeverría prometeu restaurar o compromisso revolucionário com camponeses e operários, e procurou levar ativistas de esquerda para os novos organismos e programas governamentais, tentando assim recuperar a popularidade perdida com a dura repressão ao movimento estudantil em 1968, quando era ministro do Interior. A renovação da reforma agrária para reativar a produção de alimentos básicos, que tinha tido um papel fundamental no modelo de desenvolvimento que começara a entrar em crise, não chegou a afetar seriamente os proprietários de terra, mas criou um novo marco legal e institucional para as relações entre o Estado e os camponeses. As mudanças mais importantes foram o programa de coletivização do setor *ejidal*, cujo fracasso ficou patente quando ao final do mandato havia apenas 633 *ejidos* coletivos no país, e a Lei Federal para a Reforma Agrária, de 1971, que estipulava que os *ejidos* que se unissem para formar novas unidades produtivas, chamadas uniões de *ejidos*, poderiam receber maior apoio do governo com insumos subsidiados e créditos. Novos procedimentos legais, distribuição e técnicas agrícolas eram promovidos com vistas a retirar intermediários e fomentar a autosuficiência (Harvey, 1998: 94-95; Bartra, 1985: 94-103).

Em Chiapas, o comitê Frey Bartolomé de las Casas, que tinha o governador Manuel Velasco como presidente honorário, pediu ao bispo Ruiz que o ajudasse a organizar o Congresso Indígena de Chiapas, que seria um dos eventos com a finalidade oficial de recordar o quinto centenário do fray Bartolomé de las Casas, bispo que realizou reformas em favor dos índios no começo da colonização<sup>65</sup>. A diocese aceitou, com a condição de que o congresso fosse dos índios e para os índios, e de nenhuma maneira folclórico, turístico ou com finalidades demagógicas. Em 1973

---

<sup>65</sup> Ver García de León (1997) e Frey Bartolomé de las Casas (1974).

o bispo formou uma equipe coordenadora com índios e indigenistas, que começou a trabalhar com as quatro etnias mais importantes dos Altos do estado: tzotziles, tzeltales, tojolabales e choles. O método de trabalho era organizar uma série de encontros de base, onde eram expostas as idéias e a história de Frey Bartolomé como ponto de partida para se refletir sobre os quatro temas do congresso: terra, comércio, educação e saúde. Eram formados pequenos grupos de discussão que retornavam às plenárias dos encontros, e cada etnia nomeava representantes para levar os acordos a que tinham chegado aos grupos de outras etnias. Para se ter uma idéia do processo os tzeltales, que começaram a se organizar primeiro, reuniram 50 pessoas de diversas comunidades para as discussões de outubro. Em novembro eles já eram 400, e em fevereiro de 1974 eram 500, dos quais muitos chegavam a levar de dois a três dias caminhando para poder participar (Monroy, 1994: 69-73). Além de aproveitar as redes de catequistas, Ruiz pediu a ajuda de professores, estudantes e advogados para dar cursos sobre lei agrária, história e economia para os indígenas, dos quais muitos tiveram também a oportunidade de participar da Escola para o Desenvolvimento Regional do INI. O congresso foi realizado em San Cristóbal de las Casas em outubro de 1974, e contou com a participação de 587 delegados tzeltales, 330 tzotziles, 152 tojolabales e 161 choles, que representavam 327 comunidades<sup>66</sup> (Harvey, 1998: 96). Após o encontro, os catequistas ainda levaram as discussões às comunidades com projeções de um filme sobre o Congresso e davam cursos nas línguas indígenas, “para construir uma base de participação popular, incluindo mulheres e crianças” (Collier, 1994: 87).

Para Collier (1994: 83-88), foi um evento sem precedentes na história de Chiapas, pois foi o primeiro encontro oficial feito para escutar os indígenas e não para controlá-los, e foi realizado numa época em que intelectuais e funcionários governamentais costumavam menosprezar a etnicidade. Além disso, o modelo de organização de base fomentou e teve uma influência duradoura na formação de vários movimentos independentes na região. O autor destaca ainda que as demandas e queixas formuladas pelos indígenas naquela época apresentavam muita semelhança

---

<sup>66</sup> O historiador García de León esteve no Congresso, e foi o organizador do esquema de tradução entre as línguas das diversas etnias durante o evento (Alejandro Buenrostro, entrevista, São Paulo, 7/7/1999).

com vários dos pontos que o EZLN levou para a agenda de negociação com o governo logo após o fim do conflito armado nos primeiros meses de 1994: denúncia da invasão de terras de comunidades indígenas, falta de terras e demanda pela efetivação da reforma agrária garantida pela Constituição, carência de serviços de saúde, educação e saneamento, salários baixos e exploração de intermediários comerciais e *acaparadores* (comerciantes que exploram os indígenas especulando na compra e venda). Por outro lado, *Janis* (entrevista, Chiapas, 4/1/99) destaca que essas demandas não foram atendidas “até agora”, e seguem sendo as mesmas nos últimos “28 anos”. Além disso, o Congresso serviu para o governo identificar os líderes indígenas, e houve execuções, detenções e desaparecimentos. Os indígenas continuaram se organizando sem obter resposta, até que por fim decidiram se converter em grupo armado.

Na Selva Lacandona, ao mesmo tempo em que se preparava o Congresso estavam em formação as uniões de *ejidos* (UEs). As mais importantes eram a UE Quiptic Ta Lecubtesel (que em tzeltal quer dizer “nossa força para nosso bem estar”<sup>67</sup>), em Ocosingo, e as UEs Tierra y Libertad e Lucha Campesina em Las Margaritas, que em 1976 foram reconhecidas pela Secretaria da Reforma Agrária (SRA). Um dos catalisadores para a formação da UE Quiptic, que era a maior das três com 18 comunidades, foi a resistência a um decreto presidencial que designava 660 mil hectares de terra da Selva para apenas sessenta e seis famílias lacandones, ameaçando de expulsão a três mil famílias choles e tzeltales de vinte e seis comunidades instaladas na região. Havia o interesse em explorar a madeira dessas terras por parte de uma companhia florestal estatal<sup>68</sup> e era preciso lutar contra o despejo e para legalizar as comunidades (Harvey, 1998:97-98). A comunidade Cruz del Rosario dos irmãos Arturo Hernandez e Genaro Hernandez, então catequistas, foi uma das que se uniu na UE Tierra e Libertad. As primeiras lutas da comunidade foram pela melhora da estrada e para resolver o problema da exploração que sofriam por parte dos caminhoneiros que iam buscar o café e o milho produzido nas

---

<sup>67</sup> Tradução de Alejandro Buenrostro (entrevista, São Paulo, 7 de julho de 1999).

<sup>68</sup> Segundo o subcomandante Marcos “na época não sabíamos, mas estudos revelaram que havia um grande manto petrolífero. Isso já está confirmado e sabemos também que há urânio, grandes quantidades de urânio sobretudo no interior da Selva” (Le Bot, 1997: 143-144).

redondezas (Genaro Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/2/1999). Essas organizações depois se juntaram para formar a Unión de Uniones Ejidales y Grupos Campesinos Solidarios de Chiapas (UU).

Na época em que se preparava o Congresso Indígena, entre os assessores convidados pela diocese estavam militantes do grupo maoísta Unión del Pueblo (UP), que em 1973 começaram a ajudar a chamar a atenção das comunidades da UE Quiptic sobre o decreto presidencial que versava sobre as suas terras e a organizar a resistência. Em 1977, outro grupo maoísta teve a sua entrada na Selva facilitada pela Igreja, o Política Popular (PP), originário do movimento estudantil de 1968 e cujo principal líder era Adolfo Orive Berlinguer<sup>69</sup>, então professor de economia da UNAM. Num documento de 1968, chamado “Hacia una política popular”, este líder criticava a esquerda tradicional por sua falta de inserção nas massas e propunha a aplicação da “linha de massas” maoísta, através de uma luta não violenta e em prol do socialismo, em que brigadas de estudantes e intelectuais iam para as periferias das cidades e aos *ejidos* para ajudar as bases a desenvolver as suas capacidades de se organizar por conta própria e de baixo para cima. A PP tinha tido uma penetração importante nas cidades de Monterrey, Torreón e Chihuahua, no norte do país, e entre os *ejidatarios* de La Laguna e Nayarit. Em 1976, a PP havia se juntado a outras organizações não violentas, como a UP, e formado a Línea Proletaria (LP), que alcançou uma presença importante em sindicatos de professores, telefonistas e metalúrgicos (Harvey, 1998: 98-100; Collier, 1994: 95).

Na Quiptic, esses ativistas que vinham do norte criticavam a Igreja por dar demasiado poder aos líderes indígenas que tinham participado do Congresso Indígena, criando uma elite ao invés de estimular a participação popular. Para compensar isso eles reviveram a tradição da democracia indígena de dividir a assembléia em pequenas assembléias, e procuraram criar vínculos horizontais entre as comunidades não só entre os delegados, mas através do método “das massas para as massas”, que consistia em mandar comissões para informar outras comunidades das ameaças de despejo. Sentindo que estavam sendo deslocadas, as lideranças ligadas à Igreja

---

<sup>69</sup> Durante a pesquisa de campo no México realizada no final de 1998 e começo de 1999, Orive trabalhava no ministério do interior (que inclui órgãos de segurança).

forçaram esses ativistas a sair da região em 1978, e eles foram substituídos por gente da Igreja. Os maoístas tinham se desgastado também por dar excessiva importância à conscientização, enquanto os problemas práticos iam ficando pendentes. Em 1979 alguns daqueles ativistas acabaram retornando, mas dessa vez com uma estratégia política que enfatizava assuntos econômicos. Acreditava-se que isso aumentaria a participação e fortaleceria a organização das comunidades. Além disso, o presidente em turno López Portillo (1976-1982) tinha procurado aliviar as tensões com as elites agrárias com a suspensão da ênfase na distribuição de terras retomada por Echeverría, e dirigiu a sua atenção para o auxílio técnico e em créditos para os *ejidos*. Os maoístas defendiam o método de “pretextos e objetivos”, em que os pretextos eram os problemas econômicos que levantavam e o objetivo era construir uma organização camponesa independente. E outro aspecto da estratégia empregada era a política de “duas caras”, que significava evitar a confrontação direta com o governo, mostrar uma certa docilidade externa e explorar as diferenças entre o governo estadual e o federal, enquanto internamente permanecia a perspectiva crítica de uma organização independente. Nem por isso deixaram de haver conflitos violentos: o governador Sabines tentou utilizar a CNC para dividir as comunidades, entidade que promovia despejos, mortes e seqüestros (Harvey, 1998: 100-105; Bartra, 1985: 130-135).

O assessor mais influente era o maoísta René Gómez, que entre 1979 e 1980 ajudou a criar uma campanha em todo estado para melhorar as condições de distribuição do café, levando em 1979 a uma solução parcial em que o Instituto Mexicano do Café (INMECAFÉ) assumiu 50% dos custos de transporte por terra e 100% do transporte aéreo. Essa luta culminou com a formação, em setembro de 1980, da Unión de Uniones Ejidales y Grupos Campesinos Solidarios de Chiapas, que chegou a aglutinar doze mil famílias, principalmente indígenas, de cento e oitenta comunidades em onze municípios, e entrou em outras lutas tais como a conquista de auxílio técnico, um programa de saúde<sup>70</sup>, etc... Nessa aliança maior estava presente Adolfo Orive, que desde 1977 vinha trabalhando em comunidades dos Altos e da região de Motozintla no sul do Estado. A ênfase de Orive era conseguir a aprovação de crédito para que os camponeses controlassem diretamente o financiamento de seus

projetos produtivos: em 1982 foram cedidos 25 milhões de pesos para formação da união de crédito. Mas a maneira como isso aconteceu levou a uma séria briga com o grupo de René Gómez e à divisão da UU no começo de 1983. Orive foi acusado de passar por cima dos processos democráticos para apressar a aprovação da união de crédito, temendo a perda de contatos que tinha no governo federal e cuja gestão estava para terminar, e foi criticado também por caudilhismo e de se descuidar de outros assuntos, como o problema da terra. Essa divisão levou ao refluxo da participação no resto da década, e criou uma grande desconfiança em relação a qualquer forma de organização (Harvey, 1994: 101-107).

A literatura geralmente destaca o papel da Igreja e dos ativistas maoístas na criação dos mecanismos de democracia comunitária e das formas de organização das comunidades que levaram à formação dos movimentos independentes. Na pesquisa de campo foi possível obter um relato em que a comunidade é que defendia a sua autonomia de pessoas de fora que tentavam assumir o controle das organizações. Segundo Arturo Hernandez, quando a UE Tierra y Libertad começou a juntar dinheiro das comunidades para a compra de um caminhão, seguindo o exemplo da UE Lucha Campesina, foi procurar a ajuda desta para saber como tinha sido feito e como resolver os problemas burocráticos (papéis do caminhão, etc). A outra união indicou um assessor para eles, mas este profissional só foi aceito depois de assinar um ofício em que se comprometia a respeitar os acordos e opiniões das comunidades, sem tentar mudar as suas idéias e assumir a direção da organização. Genaro Hernandez conta que a união de Cruz del Rosario com outras comunidades na UE Tierra y Libertad não durou muito, pois enquanto eles achavam que o dinheiro do governo era do povo, e que tinham que lutar por ele, outros achavam que isso era se deixar cooptar. Para Arturo, a idéia que defendiam era a de que era preciso ir ganhando a luta pouco a pouco para agarrar bem cada vitória. E diz que se dividiram, pois eles e mais uma comunidade lutavam pelo café, enquanto as outras cinco comunidades produziam milho e não queriam andar pela estrada ruim para ir às assembléias. Mas havia outras organizações até mais antigas que eles ainda não conheciam, pela distância e as dificuldades de acesso, e foram convidados para

---

<sup>70</sup> O programa de saúde foi mencionado por Arturo Hernandez (entrevista, Chiapas, 3/2/1999)

integrar a Unión de Uniones. No começo ficaram em dúvida, temendo que tentassem mudar as suas idéias. Acabaram entrando, em 1982, sensibilizados com a ameaça de despejo que atingia as comunidades da Quiptc. Todavia essa aliança também não durou, pois havia muitas visões diferentes sobre como fazer as coisas, além de muitas pessoas vindas de fora que tentavam controlar as comunidades. Orive, por exemplo, ao registrar a união de crédito nomeou-se gerente sem a autorização da maioria. Havia também corrupção: Genaro conta que fez parte de uma comissão de sindicância de descobriu adulterações em notas fiscais. Para Arturo, a existência de cargos remunerados levava a muita briga por eles. Daí em diante aprenderam que os representantes das comunidades não devem ganhar mais do que um “apoio econômico”, igual para todos, e que não deve haver posições com graus diferentes de importância. Também aprenderam que o melhor é lutar ao lado de outras organizações, se aliar em lutas específicas, mas sem tentar juntar a todos em uma só organização muito grande. Em 1986 já tinham conseguido formar a Unión de Ejidos de La Selva, e diz ele que atualmente é difícil achar quem queira ser o presidente da organização a cada turno. Genaro conta que eles chegaram a se unir novamente à Quiptic quando articulou-se uma nova grande união em 1988, a Asociación Rural de Interés Colectivo – Unión de Uniones (ARIC - UU), mas quando as suas lideranças se opuseram a que eles fossem atrás de mercado para o seu café, eles propuseram sair da união como um filho que deixa o lar para se tornar independente, o que foi bem aceito na ARIC (Genaro Hernandez, entrevista, Chiapas, 2/2/1999; Arturo Hernandez, entrevista, Chiapas, 3/2/1999).

Nos anos 70, destacaram-se outros dois importantes focos de organização e luta camponesa no estado, em Simojovel e Venustiano Carranza. Segundo Tello (1995: 84), os movimentos que começaram nessas regiões, entre outros, iriam servir depois para que o EZLN começasse a crescer para a além da Selva Lacandona. Harvey (1998: 110-115) afirma que em Simojovel, no norte do estado, já em 1971 índios choles e tzotziles fizeram ocupações de terras devido à demora do Departamento de Asuntos Agrarios y Colonización (DAAC) em responder a petições por terras, algumas das quais datavam dos anos 50. Em 1970, nove famílias detinham cerca de 10 mil hectares das melhores terras, e controlavam a vida política do

município. Enquanto isso, para 50% da população do município faltavam terras, e a maioria tinha que trabalhar nas lavouras da região em troca da permissão para usar pequenos pedaços de terra para a subsistência. Em 1974, uma nova geração de lideranças, que surgiram dos cursos preparatórios para o Congresso Indígena, começou a formar comitês locais em mais de trinta comunidades, e a primeira luta foi pela libertação de camponeses presos numa ação de despejo. Além da separação dessas comunidades da CNC, os novos líderes procuraram também lutar pela democracia comunitária nas assembléias e nas eleições das autoridades *ejidales*, afastando várias que tinham sido impostas pelo PRI. Em 1976 começaram uma nova série de invasões de terra com o apoio de 37 comunidades de quatro municípios, mesma época em que os grandes proprietários formaram uma *milicia contrainsurgente*. A Secretaria de Reforma Agraria prometeu examinar cada caso desde que fossem abandonadas as terras ocupadas, e as comunidades independentes pediram ajuda para a Central Independente de Obreros y Campesinos (CIOAC)<sup>71</sup>.

A CIOAC tinha a particularidade, em relação a outros movimentos camponeses, de além de lutar pela reforma agrária atuar por direitos e organizar sindicatos independentes de trabalhadores agrícolas. Em 1977 a CIOAC conseguiu chegar a um acordo em que os camponeses das ocupações ganhariam terras em outras regiões do estado, mas com isso acabaram acusados de colaboração com o governo. Veio uma dura repressão com despejos praticados pelo exército, assassinatos, e até corpos jogados de helicópteros militares. Apenas em 1979 a CIOAC voltou à região para ajudar a reativar a organização independente das comunidades, e dessa vez procuraram promover uma participação mais ampla para evitar divisões com a base. Nessa época, aceitaram uma proposta do governador Juan Sabines, de comprar terras em disputa para revende-las às comunidades. No entanto, os grupos mais radicais achavam que tinham direito à terra e não tinham que pagar por ela, e os ativistas da CIOAC foram acusados de aceitar a proposta sem consultar as bases, gerando a saída de três comunidades. Mesmo assim a CIOAC se consolidou na região, e a partir de

---

<sup>71</sup> “A CIOAC era uma confederação nacional com estreitos vínculos com o Partido Comunista Mexicano (PCM). Suas origens remontam à Central Camponesa Independente (CCI), formada em 1963 como alternativa à CNC. Com a repressão dos seus líderes, a CCI se dividiu em uma ala oficial e outra independente. Foi precisamente esta última a que adotou o nome de CIOAC em 1975” (Harvey, 1998: 111-112)

1980 iniciou uma estratégia que incluiu a fundação do Sindicato de Obreros Agrícolas (SOA) e a realização de greves nas plantações para conseguir o reconhecimento do sindicato e depois de direitos trabalhistas. Sem sucesso nessas demandas, em 1981 foram entre 50 e 70 plantações que pararam, e a CIOAC já pensava nas greves como maneira para dissolver as plantações e forçar a distribuição de terras. Vários líderes foram presos, houve mais dois assassinatos, e marchas até a Tuxtla, foram realizadas para pedir a libertação dos presos e o reconhecimento da CIOAC, pois o governo só estava negociando com a CNC (Harvey, 1998: 110-115).

Em Venustiano Carranza, na região central de Chiapas, uma resolução presidencial concedeu cinquenta mil hectares para a comunidade indígena tzotzil do município em 1965. Os indígenas começaram a se reunir secretamente e enviar comissões para a DAAC com vistas à implementação da resolução, mas os funcionários que iam medir as terras eram subornados, ameaçados e o trabalho não se completava. Até 1971, dois *comisariados* (autoridade da comunidade) e um secretário já tinham sido assassinados. Em 1972 foi eleito Bartolomé Martínez Villatoro como *comisariado* da comunidade, um líder centralizador, confiante nas vias legais e muito respeitado, que sofreu vários atentados. Foi ele que construiu um escritório para o movimento na *cabecera municipal*<sup>72</sup>, que passou a ser chamado de Casa del Pueblo. Em 1974, enquanto Villatoro estava preso, quatro estudantes originários do movimento estudantil de 1968, e que a pouco tempo tinham sido liberados de uma prisão na capital do país, chegaram para tentar organizar um movimento guerrilheiro que rapidamente foi desmantelado, com mais de setenta prisões, torturas e desaparecimentos. Ao sair da prisão Villatoro procurou formar alianças com estudantes de Tuxtla e caminhoneiros, participando de uma série de manifestações que culminou com algumas conquistas junto ao governador Manuel Velasco Suárez. Eles teriam direito a quatro quintos das terras que tinham ganhado em 1965, das quais apenas mil hectares eram férteis, e a uma indenização por uma parte das terras que foram inundadas pela represa hidroelétrica La Angostura. Enquanto Villatoro corria atrás da demarcação das terras, ele foi assassinado, o que levou à radicalização do movimento. Os indígenas resolveram tomar as terras à força,

e um fazendeiro foi assassinado. Com isso o exército federal se mobilizou para ocupar a Casa del Pueblo e prender os seus líderes, um tiroteio levou à morte de sete soldados e dois indígenas, e a Casa del Pueblo passou a ver o Estado como seu inimigo e aliado dos *caciques* locais.

Para evitar o assassinato dos seus líderes, a comunidade passou um tempo sem *comisariado* e funcionava apenas através dos representantes de bairros e de duas comissões, uma para lutar pela libertação dos presos e outra para continuar a luta pela terra. A medida com fins práticos levou a uma forma mais participativa de organização. Buscando aliados externos, conheceram Arturo Albores Velasco, estudante da UNAM que tinha dado cursos no Congreso Indígena e que já tinha ajudado a organizar os indígenas de Villa de Rosas, onde dava aulas de alfabetização. Logo após ele sair da cidade por causa de ameaças, os indígenas ocuparam a prefeitura do município, ação que foi imitada em 1978 pela comunidade de Carranza já com a ajuda de Albores. Na Casa del Pueblo ele ensinou novas formas de luta, pois os indígenas ainda não tinham experiência em manifestações, marchas, atividades político-culturais, propaganda e alianças. Ele fortaleceu a posição por uma estratégia não violenta, e estimulava a participação das mulheres, o que até então era inconcebível para os indígenas. Em 1979, um grupo minoritário da comunidade se aliou com a CNC e passou a disputar o controle da Casa del Pueblo, o que complicou ainda mais a possibilidade de se conseguir a posse efetiva das terras. No começo dos anos 80 aumentaram os conflitos violentos entre os dois grupos, e houve muitas prisões e casos de tortura contra o grupo independente. Ainda em 1979, a Casa del Pueblo participou da fundação da Coordinadora Nacional Plan de Ayala (CNPA), e começou a formar um movimento independente pela reforma agrária em Chiapas, reunindo comunidades dos municípios de Simojovel, Chicomuselo e La Independencia. Em 1982 o movimento passou a se chamar Organización Campesina Emiliano Zapata (OCEZ). Além da ajuda de catequistas e freiras maristas da diocese, a convivência na prisão de Cerro Hueco foi um fator importante para formar as redes de lideranças indígenas da OCEZ. O movimento também se expandiu e ganhou

---

<sup>72</sup> Centro urbano de um município.

projeção nacional e internacional (apoio da Anistia Internacional) na luta contra a repressão (Harvey, 1998: 116-134 e 154).

## 8. A Alternativa Armada

No México foram recorrentes as revoltas violentas. Após a Revolução Mexicana, a *cristiada* (revolta dos cristãos) foi um movimento pelas liberdades políticas e religiosas e anti-agrarista que, entre 1927 e 1940, chegou a mobilizar dezenas de milhares de combatentes camponeses em vários estados e a contar com o apoio da Igreja e latifundiários. Tradicionalmente considerado um movimento reacionário, o seu caráter popular se explica em parte pela existência de camponeses ligados a grandes propriedades e que eram prejudicados pela reforma agrária. Bartra (1985) procura balancear essa interpretação frisando as lutas pelas liberdades política e religiosa. O combate a esse movimento também teve o seu lado popular, pois chegaram a participar grupos camponeses agraristas que mantinham as suas armas desde a Revolução. Vale dizer que uma das tarefas para a consolidação do regime pós-revolucionário era a de desarmar os camponeses agraristas, o que ainda nos anos 30 chegou a implicar choques violentos com o Estado. Entre 1942 e 43, houve os grupos armados de Magdalena Contreras e dos irmãos Barreto, ligados ao direitista José Inclan e ao Partido Nacionalista, que tinha um projeto insurrecional. Os irmãos Barreto, em particular, tinham ligações com o candidato perdedor ao governo de Morelos. Desde os anos quarenta atuava no estado de Morelos a guerrilha de Rubén Jaramillo, de raízes zapatistas e resultado da radicalização dos camponeses das plantações de cana diante de casos de fraude eleitoral e repressão, e que durante o governo de Adolfo López Mateos (1958-1964) depôs as armas, foi anistiada e em seguida teve o seu líder assassinado. Outra insurreição, abortada, foi a de Celestino Gazca, um general aposentado que havia apoiado Henríquez Guzmán, membro da “família revolucionária”, candidato à presidência em 1946 e 1952 e com quem haviam se juntado políticos cardenistas afastados do poder. Na segunda eleição, Henríquez afirmou que em caso de fraude encabeçaria a tomada do poder pela força. Foi derrotado com uma diferença ao menos aumentada pela fraude costumeira das eleições mexicanas, mas não cumpriu com a sua palavra e sua frente política se desmobilizou. No entanto, uma fração encabeçada por Gazca começou a preparar uma insurreição, com um programa que já não tinha conotações agraristas, mas que se opunha ao autoritarismo e à corrupção. Em 1961, a repressão ao movimento

poucos dias antes da data marcada levou a choques violentos em vários estados (Bartra, 1985: 31,36-57, 73, 85-91; Montemayor, 1997a: 67).

Para Montemayor (1997a: 67-70), a partir de 1965 dezenas de grupos armados se formaram inspirados no êxito da revolução cubana e na tradição agrarista mexicana, com suas filas engrossadas pela repressão ao movimento estudantil e cuja luta alcançou a sua fase mais intensa talvez entre 1971 e 1977. É possível distinguir dois tipos principais desses grupos armados: os que se instalaram e atuaram nos centros urbanos e aqueles das zonas rurais. Os primeiros tinham principalmente quadros juvenis com sólida formação ideológica, e que pelas diferenças de estratégia e concepções políticas nunca conseguiram formar a almejada aliança nacional. Eram movimentos independentes organizados em células, em geral sem inserção nos movimentos populares. No campo, as guerrilhas eram compostas por camponeses aliados com mestiços de origem urbana, havia menos preparação ideológica e tinham um forte apoio popular. Além disso, suas origens remontavam à radicalização de movimentos camponeses que sofriam com a falta de atendimento às demandas agrárias e com a repressão. São deste tipo as duas guerrilhas mais importantes do período, sucessivamente a de Genaro Vásquez Rojas e a de Lucio Cabañas, no mesmo estado de Guerrero. O romance *Guerra en el paraíso*, de Carlos Montemayor (1997b), e que se propõem a ser uma representação fidedigna da guerrilha de Cabañas, mostra como assaltos e seqüestros (ou “expropriações”) eram realizados para financiar o movimento ou com objetivos políticos, a tática militar de preparar emboscadas contra o exército na serra, uma ideologia pouco fiel aos esquemas marxistas ortodoxos, a presença entre os indígenas mais velhos da memória viva de quando os indígenas da região foram ajudados a se levantar pelo general Zapata, e a cruel repressão militar dirigida especialmente contra as comunidades indígenas até conseguirem matar o líder em 1974<sup>73</sup>. Como veremos a seguir, a classificação de

---

<sup>73</sup> Montemayor tem uma das obras ensaísticas mais respeitadas sobre o EZLN, *Chiapas: La rebelión indígena de México*, onde formula com muita beleza a posição que enfatiza os fatores sociais na formação de uma luta armada: “Os políticos e intelectuais têm conseguido convencer muitos mexicanos de que o guerrilheiro é produto de uma ideologia e não de uma realidade social repressiva e que, por tanto, apenas apareceu em nosso século a partir de uma leitura oportuna ou atrasada (segundo o analista que o impugne ou o elogie) de livros que o radicalizaram ou por manipulações de países estrangeiros.” (...) “A polarização ideológica deste século nos tem levado a esquecer que o guerrilheiro tem sido tradicionalmente camponês, que faz parte ou responde a insurreições indígenas ou camponesas, e que não é proveniente de uma influência ideológica determinada,

Montemayor nos permite definir o grupo que deu origem ao EZLN como sendo do tipo urbano nos anos 70 e que se tornou, nos anos 80, uma combinação do tipo urbano com o tipo rural.

Segundo Tello (1996: 61-65 e 96-100), a organização que daria origem ao EZLN se chamava Fuerzas de Liberación Nacional (FLN), fundada em 6 de agosto de 1969. A maioria dos seus fundadores era de egressos da Universidad de Nuevo León, tinha se agrupado em torno do Instituto Cultural Mexicano Cubano Frey Servando Teresa de Mier-José Martí, evitava a exposição pública que poderia propiciar a participação nas grandes manifestações que sacudiram Monterrey<sup>74</sup> no final dos anos 60, e tinha fama de ser “anti-soviéticos e cubanófilos”. Chegaram a participar do Ejército Insurgente Mexicano (EIM) que, formado a partir do massacre de Tlatelolco pelo jornalista Mario Menéndez, do estado de Yucatán, foi dissolvido por ele após uma tentativa frustrada de instalar um grupo guerrilheiro em Chiapas. As FLN se mantiveram afastadas de outros grupos político-militares, pois consideravam que eles mantinham formas de recrutamento muito relaxadas, por discordarem das táticas de assalto e seqüestro, e porque “não possuíam as virtudes que distinguiam, acima de tudo, o movimento dos *regiomontanos*: a discrição e a paciência” (Tello, 1996: 63). Em 1972, instalaram na Selva Lacandona o Núcleo Guerrillero Emiliano Zapata, num terreno que como disfarce servia para plantar *chiles* (pimenta). Nele eram realizados treinamentos e, num túnel, práticas de tiro. Alguns meses antes, as FLN tinham sido descobertas por ocasião de um tiroteio com a polícia numa casa em Monterrey, “aparentemente” após terem sido confundidos com narcotraficantes. Dois anos mais tarde, caiu uma casa de segurança das FLN em Monterrey, onde foi presa uma pessoa que levou a polícia à base das FLN que ficava numa granja em Nepantla, ao sul do estado do México. Encontraram arquivos, rádios, armas, fotos, mapas, víveres, remédios e planos de trabalho. Em seguida o exército atacou o núcleo instalado na Selva Lacandona. Os que aí estavam conseguiram fugir do local, mas sem terem relações estabelecidas com as comunidades e com os sacerdotes, em pouco

---

mas que canaliza, através de uma ideologia dominante no momento, a consciência profunda de insurreição, de liberdade, de dignidade, de que a sua comarca padece ou vive.” (Montemayor, 1997a: 72-74 )

<sup>74</sup> Monterrey uma das principais cidades industriais do país e capital do estado de Nuevo León, que fica no norte do país na fronteira com os EUA.

tempo foram todos mortos. O golpe tinha sido muito duro e dirigentes morreram. Mas haviam sobrevivido as redes da cidade do México, de Puebla, Veracruz e a do Sudeste. Muitos saíram da organização, mas ela voltou a crescer no final dos anos 70, “no contexto da revolução centro-americana”<sup>75</sup>. Foi nessa época que entrou o futuro subcomandante Marcos que, juntamente com outros, chegou a manter relações e a receber treinamentos com sandinistas da Nicarágua. Na virada para os anos 70 teriam também treinado em Cuba, mas perderam esse privilégio com a aproximação do presidente mexicano Luís Echeverría com Fidel Castro.

Uma outra versão, de De La Grange e Rico (1997: 116-138), sustenta que em 1967 o grupo de Monterrey iniciou contatos com Cuba através do consulado do país em Tampico, o que rendeu a criação do Instituto Cultural Mexicano Cubano. O grupo procurava obter o apoio de Cuba, e continuou mantendo contatos com Cuba através da sua embaixada e outras missões diplomáticas, mas este país tardava em oferecer treinamentos, financiamentos e armas, embora não deixasse de alimentar esperanças. Funcionários cubanos os teriam colocado em contato com o Mario Menéndez, do EIM, e “ordenado” a sua incorporação na resistência enquanto se comprometiam a fornecer armas. Foi então que no começo de 1969 entraram em Las Cañadas (vales da Selva Lacandona), perto do povoado de La Trinidad, onde diziam aos indígenas que estavam procurando terras para plantar e faziam *trabajo social* (consultas médicas, doação de medicamentos) para ganhar a simpatia dos camponeses. A expedição fracassou devido à inexperiência, às dificuldades da selva, à pouca receptividade dos indígenas, e às tensões que surgiram no grupo após a saída de Menéndez para buscar a ajuda prometida pelos cubanos, e que teria sido negada de última hora. Ainda assim, os membros da FLN chegaram a ser treinados em Cuba em 1971 e 1972. No entanto, os responsáveis pela segurança interna do México e de Cuba mantinham estreitas relações, e Cuba mantinha as FLN por perto para que estivessem sob controle. Mario Menéndez era um infiltrado do serviço secreto mexicano, e assim teria se levado a cabo o monitoramento e o posterior desmantelamento das FLN em 1974. Apesar disso, um terceiro grupo das FLN, que já incluía o futuro

---

<sup>75</sup> O autor se refere aí à vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua e o avanço das guerrilhas na Guatemala e El Salvador, países geograficamente próximos de Chiapas. Na Guatemala, a guerrilha se organizou na

subcomandante Marcos chegou a treinar em Cuba em 1982. Na Nicarágua, Marcos esteve participando de um curso e realizando oficinas, visitas a comunidades, trabalhos sanitários e de conscientização e até organizou sindicatos, uma cooperativa de café e uma prefeitura em viagens entre 79 e 82, e teria recebido treinamento militar em 1987<sup>76</sup>.

A maioria dos autores considera que os grupos armados mexicanos não podiam contar com o apoio de revolucionários de outros países para iniciar a luta armada no México. O país era considerado uma “retaguarda estratégica”, pois apoiava e dava exílio a militantes de outros países da América Latina. Reconheceu Cuba rapidamente e não participava do embargo econômico imposto à ilha pelos EUA. E enquanto tinha boas relações com a esquerda latino americana, reprimia violentamente os ativistas no país. *Janis*, por exemplo, conta que quando houve o golpe no Chile os refugiados que chegaram ao México recebiam casa e pensão, enquanto os mexicanos que retornavam eram presos e torturados (*Janis*, entrevista, Chiapas, 1999). Assim como fazia com os movimentos sociais, o governo mexicano tanto reprimia quanto procurava cooptar ativistas revolucionários. O balanço oficial de desaparecidos entre 1965 e 1975 é de 600 casos. Segundo o Centro de Investigaciones Históricas de los Movimientos Armados (CIHMA), fundado por ex-guerrilheiros, foram 400 desaparecidos apenas em Guerrero, e teriam morrido 3 mil mexicanos em combate ou assassinados entre 1965 e 1975 (De La Grange y Rico, 1997: 111).

---

região maia que fica exatamente na fronteira com Chiapas.

<sup>76</sup> Essa versão, no entanto, deixa mal resolvidas algumas questões. Por que as forças de segurança mexicanas demoraram tanto tempo para dismantelar as FLN, se já as tinha sob vigilância desde 1969? Por que não foram atacados por ocasião da primeira entrada na Selva? Porque a polícia deixava crescer os grupos armados, e os vigiavam até entrarem em ação, quando eram liquidados. Como deixaram escapar o grupo que treinou em Cuba em 1982? A explicação do autor é que esta geração deixou de contar com a ilha, pois esta havia reduzido o apoio às guerrilhas latino-americanas nos anos 80, e que isso deixou mal informada a polícia mexicana que, além disso, passou a subestimar as FLN. Se forem corretos os dados de Tello, porque após a polícia encontrar uma casa das FLN em 1972 levaria ainda mais dois anos para encontrar as outras instalações? E como após tantos anos de vigilância foi capaz de deixar escapar boa parte da organização? Naturalmente a argumentação da obra é bem mais elaborada, com a citação de várias fontes e a solução de várias “aparentes” contradições, e os dados mais impressionantes não têm a sua fonte citada, o que em conjunto dá uma impressão de artificialidade e lança dúvidas sobre as hipóteses. A precariedade na citação das fontes também vale para Tello, o que é compreensível em sendo correto que todos eles usaram fontes oficiosas.

Em entrevista ao sociólogo Yvon Le Bot, o subcomandante Marcos conta que o núcleo inicial “político-militar” era basicamente de classe média urbana: uma ou duas dúzias de professores universitários, profissionais liberais, quase sem operários e camponeses e sem nenhum indígena. O grupo era marxista-leninista, e muito parecido com outras organizações guerrilheiras no seu perfil militar: considerava que a luta pacífica estava esgotada e que era preciso, por meio de uma guerra popular, instaurar a ditadura do proletariado socialista e depois o comunismo. Como o Estado mexicano era visto como dominado pelo império norte-americano, a transição à democracia e ao socialismo passava pela libertação nacional. E se propunha a montar uma guerrilha em termos parecidos com a teoria do foco, que ao entrar em ação faria uma propaganda armada com vistas a levar outros grupos a optar pela luta armada, até se chegar à guerra popular. No entanto, era prevista uma polarização entre o Estado e o povo que levaria à guerra civil, de maneira que não era o caso de se preparar o começo de uma guerra, mas cabia ao núcleo esperar e ir se preparando para quando a guerra estalasse (Le Bot, 1997: 123-124, 128).

“Em sua análise política, esse grupo adota uma distância necessária com respeito à posição do campo socialista. (...) Todas as organizações armadas da América Central e da América do Sul com as que entramos em contato antes de 94 nos responderam com o mesmo argumento central: a revolução era possível em qualquer parte do mundo, menos no México. O trabalho do México era ser solidário com o resto dos movimentos de libertação do mundo e não fazer nada em nosso país. (...) Essa situação da política exterior mexicana e da política exterior do campo socialista, no que se destacavam a União Soviética e Cuba, que eram os exemplos mais próximos, faz com que essa gente comece a trabalhar uma elaboração teórica, política, independente, muito própria, fazendo recair o peso, sobretudo, na análise da situação nacional e na história do México (...) um marxismo-leninismo mais que teórico, prático, uma análise da situação concreta mais do que um desenvolvimento das teorias marxistas” (Marcos *em*: Le Bot, 1997: 125-126).

Ainda na opinião de Marcos, que diz não ter vivido essa fase da guerrilha, o isolamento tanto material quanto teórico contribuiu para que se adotasse a estratégia de “acumulação de forças em silêncio”, em que o crescimento militar deveria ser proporcional ao crescimento político, renunciando a formar um “aparato logístico-militar fictício” (mais armas do que gente). E decidiram que os recursos viriam

apenas da sua gente, sem se recorrer a “seqüestros, nem expropriações, nem a recuperações, nem a qualquer tipo de delito”, o que também os afastava das outras guerrilhas. Isso também os deixava mais protegidos dos serviços de inteligência, e com uma estrutura mais “sã” politicamente, ou seja, “muito modesta, pois renuncia a ter grandes aparatos técnicos [armas, etc]” (Le Bot, 1997: 126-129).

“Essa organização – que logo vai se juntar com outras para produzir o que vai ser o EZLN – se propõem já a idéia de muitos níveis de participação e muitas formas de luta. Não era uma organização militar em que alguém estava, e se não estava se convertia em um reformista ou um traidor. Entre estar e não estar havia um grau muito grande de possibilidades e níveis de participação. (...) Ou seja, o limite entre o companheiro e o inimigo não era tão importante como em outras organizações político-militares, nas quais praticamente o que não está comigo é meu inimigo e isso se aplicava inclusive a outras organizações; ou seja, a organização de vanguarda era única e verdadeira, não podiam existir várias organizações de vanguarda. (...) Era uma organização que para ser político-militar, era pouco militar, era muito flexível e isso tinha a ver, me parece, com a sua linha política: como o militar era proposto a longo prazo, se privilegiava o aspecto político. A tomada de decisões, é claro, era militar, mas era muito pouco militarista na sua estrutura. Isto começa a dar uma caráter particular a esta organização, que faz com que creça pouco, que não recorra a ações armadas para obter recursos e nem para se preparar, e que não se proponha seriamente a instalação de um foco vanguardista” (Marcos *em*: Le Bot, 1997: 130-131)



## 9. A Guerra Popular Prolongada

Oppenheimer (1996: 58-59) afirma que, segundo documentos internos e desertores zapatistas, ao começar a década de 80 as FLN haviam adotado a estratégia maoísta de “guerra popular prolongada”, que combinaria ações guerrilheiras urbanas e rurais em todo o país com mobilizações de massa da sociedade civil para desgastar e por fim derrotar o governo. Tello (1995: 96-98) acrescenta que nos Estatutos das FLN de 1980 já estava prevista a formação do EZLN, um dos organismos a constituir as FLN ao lado das “células de Estudiantes y Obreros en Lucha”. O documento determinava também a existência de uma Direção Nacional com três responsáveis nacionais encabeçada por um comandante em chefe, um Burô Político, comandantes das frentes de combate e os “Comités Clandestinos Directivos de Zona”.

Em novembro de 1983, as FLN enviaram novamente um grupo para se instalar na Selva Lacandona. Dessa vez, segundo Marcos, já tinham contato com um grupo que não chegava a uma dezena de indígenas muito politizados e que já tinham estado em tudo o que é partido político e que conheciam todas as prisões do país. O acordo era montar um exército, não uma guerrilha, e já tinham planos sobre a sua hierarquia, articulações e território. Ficou a cargo dos indígenas encontrar um local adequado, onde se instalou o primeiro acampamento do EZLN com o nome La Pesadilla (pesadelo) (Le Bot, 1997: 132-133). Na versão de De La Grange e Rico (1997: 167-174), o primeiro grupo a chegar era composto por três *ladinos* e oito indígenas. Eram vários dias de caminhada até o local, dentro da reserva florestal dos Montes Azules e um pouco adiante da comunidade Tierra y Libertad. Os que se instalaram tiveram que começar a se adaptar ao desconforto e às privações, aprender a caçar, procurar água, e sobretudo esperar. E chegaram já com o objetivo de conquistar a população local: a experiência de 1974 tinha mostrado que sem apoio local não havia possibilidade de sobrevivência.

Tello (1995: 82-83, 93-97) conta que no final dos anos setenta e início dos oitenta, as FLN tinham células em Nuevo León, Veracruz, Puebla, Tabasco, estado do México e em Chiapas. Aos poucos foram recrutando indígenas politizados do município de Sabanilla, no norte do estado de Chiapas, desenvolveram atividades nas

redondezas de San Cristóbal de las Casas e coordenaram projetos com médicos, agrônomos e seleiros no município de San Andrés Larráinzar, começando a formar assim a sua rede na região dos Altos. Estabeleceram relações com o grupo Slop (raíz em tzeltal), dirigido por catequistas que procuravam defender as comunidades e promover as tradições, todos eles com posições nas organizações da Selva. O principal contato com a diocese era Jorge Santiago (nome de guerra Jacobo), um *ladino* de San Cristóbal que entrou nas FLN no final dos 70, era assessor da diocese e coordenador da Desarrollo Económico Social de los Mexicanos Indígenas (DESMI), associação civil formada para apoiar as comunidades na área de influência da diocese através de trabalhos de assessoria e projetos de desenvolvimento. A DESMI era financiada por ONGs como a Oxfam e a Catholic Relief, com as quais a diocese tinha boas relações. Quando as FLN instalaram o seu órgão EZLN na Selva, este estava financiado e protegido por um projeto de saúde coordenado por Gloria Benavides (ou comandante Elisa). A diocese tinha resolvido colaborar, no contexto da ruptura da Unión de Uniones e do aumento da repressão contra as organizações indígenas.

O começo dos anos 80 é considerado o fim do novo populismo, e vários acontecimentos contribuíram para agravar a situação dos indígenas de Chiapas. Em meados de 1981, milhares de indígenas maias que viviam do outro lado da fronteira, na Guatemala, começaram a entrar em Chiapas para escapar dos massacres infligidos pela campanha de contra-insurgência do governo militar de Efraín Ríos Montt. As comunidades da zona de influência da guerrilha guatemalteca estavam sendo duramente reprimidas. Até meados dos anos 80, se estabeleceram mais de 90 campos de refugiados na região da fronteira, e as estimativas apontavam a presença de 50 mil refugiados, segundo o governo, e 100 mil, segundo a Igreja. Para garantir que a guerrilha não escapasse pelo mesmo caminho, o exército guatemalteco realizou 64 ataques contra os acampamentos de refugiados entre 1981 e 1984. Em março de 1982, a erupção do vulcão Chichonal matou 1500 pessoas e devastou uma área com 67 fazendas e um *ejido*, deixando 14 mil índios zoques desamparados. O governador Sabines recompensou os fazendeiros comprando as suas terras, mas os zoques foram alojados em terras insuficientes e de má qualidade (Benjamin, 1989: 271-272).

Em 1982 foi ‘eleito’ pelo PRI para o governo de Chiapas o general Absalón Castellanos Domínguez, membro de uma família tradicional de latifundiários do estado e que era o comandante da 31ª Zona Militar quando o exército realizou o massacre de indígenas de Golonchán em 1980. O cenário de guerra e revolução nos países vizinhos da América Central e os conflitos agrários estavam levando os governos estadual e federal a militarizar Chiapas, e colocaram as forças policiais do estado sob o comando de oficiais militares (Benjamin, 1989: 271-272). Ampliaram-se as tropas na região, que atingiu o número de 40 mil soldados, e contavam com melhores treinamento e equipamentos. Construíram-se duas novas pistas de aterrissage em Comitán e Tonalá e o aeroporto Terán de Tuxtla foi adaptado para usos militares. Embora o pretexto fosse impedir a entrada do exército guatemalteco, cresceu o número de denúncias de intimidação por parte de soldados contra indígenas nas regiões em que estavam organizações independentes (Harvey, 1998: 163-164).

O presidente Miguel de la Madrid (1982-1988), preocupado com a situação de ameaça à segurança nacional da região, anunciou dois planos. O Plan Sureste e, ainda mais importante, o Plan Chiapas anunciado em maio de 1983, que destinou 83 bilhões de pesos para “unificar as ações dos governos federal e estadual para melhorar rapidamente os níveis de vida dos *chiapanecos* e fortalecer a integração cultural e social do estado” (Gobierno de la Republica y Gobierno del Estado de Chiapas, 1983 *em* Harvey, 1998: 164). Parte substancial dos recursos foram usados na construção de estradas, que permitiriam uma maior mobilidade para as tropas na região da fronteira e facilitariam o desenvolvimento das indústrias turísticas e de petróleo, e a instalação de mais postos de controle migratório na fronteira. No Plan Sureste, um dos objetivos era colonizar a região da fronteira no sudeste da Selva Lacandona, para aumentar a presença do Estado na região onde estavam chegando os refugiados, o que acabou levando a um aumento no número da população e das comunidades, que se deu de maneira desordenada e deixou essas comunidades sem apoio técnico, de créditos e infraestrutura. Com a queda na migração de guatemaltecos, parou a construção de estradas, deixando várias comunidades isoladas. O investimento em estradas no estado voltaria apenas com o levante de 1994. Em 1984 o governo estadual, juntamente com a Secretaría de la Reforma

Agraria, iniciaram o Programa de Rehabilitación Agraria (PRA), com o objetivo de comprar dos grandes proprietários terras que estivessem ocupadas por camponeses, e cujas petições para a redistribuição não estivessem resolvidas pela SRA. Esse programa levou à redistribuição de mais de 80 mil hectares, mas favoreceu claramente os proprietários, funcionários da SRA e a CNC. Havia casos em que os latifundiários forjavam invasões em suas terras para ter acesso aos recursos (Harvey, 1998: 164-168).

Os novos programas incentivaram também a produção de café, com crédito governamental e preços altos, de maneira que no começo dos noventa havia 70 mil produtores, dos quais 70% eram pequenos proprietários e 60% indígenas. Quem plantava milho, no entanto, estava em condições precárias, e os créditos e preços do café foram decaindo progressivamente no decorrer da década. No tocante ao problema da terra, o período de Miguel de la Madrid ampliou a expedição de certificados de *inafectabilidad* (que torna a terra imune à Lei de Reforma Agrária). Por outro lado, para impedir novas invasões, o governo estadual passou a realizar uma espécie de repressão preventiva: ao menor sinal de que uma invasão estava para ser feita a polícia e o exército se mobilizava às comunidades para prender as lideranças. Houve uma escalada repressiva na região com muitas prisões arbitrárias e assassinatos, que atingia sobretudo as organizações independentes, e foi denunciada por organizações de direitos humanos como a Anistia Internacional, a Human Rights Watch e a Academia Mexicana de Derechos Humanos. Isso não freiou os movimentos: a CIOAC, por exemplo, anunciou em 1985 que a sua gente tinha ocupado 109 grandes propriedades (Benjamin, 1989: 273-275). A Academia Mexicana de Derechos Humanos denunciou uma média de dois assassinatos por mês por razões políticas no estado entre 1982 e 1987 (Harvey, 1998: 173).

A CIOAC e a OCEZ realizaram várias marchas para Tuxtla e à cidade do México entre 1983 e 1988, e em 1984 uniram esforços, junto com outras organizações do estado, na Coordinadora de Luchas de Chiapas (CLCH), que foi desmantelada na repressão de 1986. As estratégias da CIOAC e da OCEZ no período eram similares: mobilizações de massa para pressionar até conseguir que negociassem com eles, e alianças com outras forças políticas como as de professores,

estudantes, etc... A UE Quiptc, por sua vez, continuou com a sua estratégia de evitar a confrontação direta e de explorar as divisões entre organismos estatais e federais. Em 1984 proprietários de Ocosingo denunciaram mais de 20 invasões de terras na região, para tentar se beneficiar do PRA, e a Quiptc conseguiu convencer a Secretaría de Planeación y Presupuesto (orçamento), encabeçada por Carlos Salinas de Gortari, de que as denúncias eram falsas. Após confirmação, o PRA foi suspenso em 1985, e as elites respaldadas pelo governo estatal retaliaram com a queima de casas e destruição de colheitas de comunidades que acusaram falsamente de ser ocupações de propriedades privadas. Por outro lado a Quiptc tinha dificuldade para conseguir créditos para as suas comunidades devido à falta de registros definitivos dos *ejidos*. Em 1987 conseguiu um acordo com organismos federais para que fossem reconhecidos os títulos agrários das suas comunidades e proporcionados apoios técnicos e financeiros, com a contrapartida proposta por ela de que participaria de programas de conservação e reflorestamento da Selva, e que formaria a ARIC – Unión de Uniones (um novo marco legal previa as ARICs como uniões mais amplas de uniões de *ejidos* com acesso a apoios estatais). A regularização das comunidades que permaneciam sob a ameaça de despejo por causa do decreto presidencial a respeito das terras dos lacandones, no entanto, continuou sem se resolver de maneira definitiva até 1988, quando Carlos Salinas foi eleito presidente. Antes disso, a divisão da UU em 1983 tinha desmobilizado muitas comunidades e em meses a maioria dos assessores maoístas tinha deixado a região, ficando um campo propício para o crescimento do EZLN, que começou por esta zona (Harvey, 1998: 168-177).

Para Tello (1995: 98-99) o grupo que chegou em 1983 na Selva incluía, além de Marcos, quatro indígenas de Sabanilla que tinham parentes na comunidade Tierra y Libertad, e por isso instalaram o acampamento perto deste *ejido*. Nos primeiros meses o chefe supremo das FLN, o comandante Germán, organizou os treinamentos. Em 1984, saíram de lá os comandantes Germán e Rodrigo, a comandante Elisa assumiu a direção do EZLN na Selva e, graças ao DESMI, os membros do grupo realizavam vacinações, ensinavam e ajudavam nos trabalhos do campo. Já De La Grange e Rico (1997: 172-179) dizem que em maio de 1984 o comandante em chefe Germán saiu para organizar a infra-estrutura urbana, e em seguida chegou um novo

grupo de *ladinos* ao acampamento, no qual estava Marcos, que seis meses depois já tinha chegado a tenente. Segundo Elisa<sup>77</sup>, eles raramente saíam da serra, por causa dos bloqueios militares. Para iniciar o trabalho político com as comunidades, eram enviados primeiro os indígenas, que entravam em contato apenas com parentes e pessoas de confiança evitando-se, naturalmente, pessoas propensas ao álcool. Lentamente foram estabelecendo contatos na Selva, e depois os *ladinos* começaram a descer também às comunidades, onde tinham uma postura humilde e respeitosa, dizendo que queriam conhecer os seus problemas. Vacinavam e ensinavam história mexicana, de Miguel Hidalgo a Lucio Cabañas, da “conjuntura gerada pelo modo de produção capitalista” ao problema do imperialismo. Diziam que a via pacífica estava esgotada, pois não havia logrado êxitos concretos. Elisa conta que havia o problema da língua, e eram necessários índios tradutores. A palavra “liberdade”, por exemplo, não tinha equivalente. Os habitantes da região, por sua vez, desde os anos setenta tinham interesse em ter um movimento de autodefesa. Diz Elisa que na época contavam para eles, nas comunidades, que os maoístas chegaram a incentivar os índios a se armar, mas que quando tomavam suas terras e havia choques com o Exército eles saíam do meio e iam negociar sem levá-los em consideração. A primeira comunidade que se aliou ao EZLN foi a Tierra y Libertad. Quando isso acontecia, a comunidade passava a ajudar o EZLN com alimentos.

Na versão de Tello (1995: 100-105), em outubro de 1984 uma reunião em Las Tazas foi coordenada por um agrônomo que chamavam de Panchón, que falou da necessidade de proteger as comunidades. Marcos achava necessária a criação de um *Comisariado* Político da comunidade. Além deles estavam presentes dirigentes da Unión de Uniones. Há pouco tempo tinha fracassado a união de crédito, e os maoístas já estavam longe: Orive, por exemplo, já tinha uma consultoria na cidade do México. Foi nesse contexto que o EZLN começou a contatar militantes da Unión de Uniones. A aproximação com as comunidades era facilitada também com a colaboração de alguns dos padres da diocese, que para várias comunidades eram o único contato com o exterior, tinham uma relação paternal com os indígenas, e apoiavam a formação de grupos para a defesa armada das comunidades. Na época o principal contato da

---

<sup>77</sup> De La Grange e Rico sugerem que realizaram a entrevista com ela na cidade do México em 1997.

guerrilha com as comunidades era Lázaro Hernandez, um tzeltal que desde o final dos setenta era *tuhunel de tuhuneles* (supervisor dos diáconos - o cargo religioso mais alto que a diocese dava aos indígenas), membro da Slop, da Unión de Uniones e das FLN. Participou de várias reuniões em Las Tazas, onde se preparou a primeira aproximação com a população de uma comunidade. Isso ocorreu no *ejido* San Francisco, em 23 de setembro de 1985. O então segundo capitão Marcos e os insurgentes Moisés (tzeltal) e Josué (tzotzil) foram apresentados por Lázaro à sua comunidade de origem, e então dividiram a comunidade em grupos e horários para a realização das aulas, consultas médicas, instruções militares e conversas políticas. Era uma das comunidades ameaçadas de despejo pelo Decreto de la Comunidad Lacandona, e ela aprovou a proposta do EZLN de formar grupos armados para proteger a comunidade.

Era nas comunidades mais prósperas que o EZLN era mais aceito, aquelas que tinham algum excedente e enfrentavam os problemas relacionados à comercialização dos seus produtos. As comunidades mais pobres eram mais reticentes, pois não tinham condições para comprar armas e fornecer alimentos para os acampamentos do EZLN. Segundo Pablo Iribarren, o padre da paróquia de Ocosingo, ao contrário dos maoístas que “zombavam da religião e provocavam sérios conflitos nas comunidades (...) estes trabalhavam com os catequistas. Os que se comprometeram mais deixaram o seu trabalho pastoral para se dedicarem à tarefa política, porque já não tinham tempo. Depois saltaram a fazer proselitismo na Selva Lacandona” (De La Grange y Rico, 1997: 171 e 184).

Os relatos sobre recrutamentos e as conexões para a expansão do EZLN são bastante heterogêneos<sup>78</sup>, mas é possível distinguir duas tendências para fins analíticos: o acordo com comunidades inteiras para ajudarem com alimentos e enviarem jovens para formar os grupos armados que fariam a sua proteção, e um recrutamento mais cuidadoso e individual, que proporcionava os rituais de iniciação para a entrada numa sociedade secreta, a formação dos quadros políticos e militares das FLN na Selva. Para se aliar com as comunidades era preciso estabelecer relações

---

<sup>78</sup> Neste artigo há o cuidado de mostrar as disparidades entre os diferentes relatos, evitando-se assim a escolha arbitrária por uma ou outra versão.

políticas com as lideranças locais, gente nas organizações indígenas, e nas redes de catequistas e padres. O recrutamento individual ou por pequenos grupos, por sua vez, tinha que se apoiar principalmente nas redes mais fechadas das relações pessoais e de parentesco. Os que se comprometiam mais passavam então a ter a sua vida pessoal reconstruída nos acampamentos do EZLN, que era onde começavam a morar. Esse tipo de recrutamento se dava sobretudo com os mais jovens.

Antonio conta que tinha 14 anos e estava no primário, em 1985, época em que um grupo de camponeses tzeltales se aproximava para conversar com ele e seus amigos. “Íamos nadar no rio com eles”. Um dia o convidaram para ir estudar sapataria na capital do país, e a outros ofereceram cursos de agronomia, técnica de rádio, soldagem, medicina, alfaiataria. Dariam comidas e alojamento grátis. Ele saiu num grupo de 10, sem sequer avisar seus pais. Foi levado primeiro a Tuxtla, a uma casa cuja localização não podiam saber (pediram para que eles fechassem os olhos no caminho) e onde ficaram oito dias. A chefe do local era Lucha, esposa do comandante Germán. Lá eles tinham que fazer ginástica e recebiam aulas: “nos diziam que tínhamos que nos preparar para ajudar as comunidades indígenas. Havia que mudar por um sistema socialista, e tínhamos que ir convencer”. Eles tinham medo, mas “era certo o que ela dizia”, ela falava muito bem, ensinava a fazer a comida, “nos chamava de filhinhos e nos cuidava. Era muito boa.” Ensinarão também já algo sobre armas, e “depois nos avisaram que tínhamos que ir à cidade do México para nos prepararmos como insurgentes para vir à montanha convencer as pessoas”. Ele já tinha uma idéia do que eram os “insurgentes”, pois tinha tido aulas sobre Vicente Guerrero e a independência. Foram então para a cidade do México, onde receberam vários tipos de treinamento, inclusive aqueles cursos prometidos inicialmente. Após sete meses voltaram a Chiapas, e Antonio e seu grupo foram levados ao acampamento El Encuentro perto de San Francisco, onde recebiam instruções militares com Marcos, extraídas de manuais britânicos e americanos. Levou ainda mais seis meses para que Antonio pudesse enfim visitar a sua família. Esse contato era proibido por um tempo para evitar as deserções. Depois passou mais um ano sem que os pais soubessem o que estava acontecendo, até que alguém contou para eles. Então ele se abriu com os pais e recebeu o apoio deles. Da turma que estava

com ele, alguns seguiram carreira no EZLN, mas a maioria foi se afastando com o tempo (De La Grange y Rico, 1997: 179-185).

Os relatos de dois importantes dirigentes indígenas atuais do EZLN a Yvon Le Bot mostram outros casos que se aproximam do tipo secreto de recrutamento apontado anteriormente:

“Comandante Tacho: ‘Um dia os companheiros souberam, por um jornal, que alguém enfrentou os madeiros. Começaram a procurar essa pessoa, a perguntar quem era, onde vivia. Havia uma exploração de madeira incrível por aqui, as companhias florestais faziam o que queriam em Chiapas. Matavam as árvores sem descanso... Como eu sabia fazer *gestiones* [diligência para conseguir algo que se deseja] e tudo isso, me propuseram que fosse a México – isso era antes que Salinas fosse presidente -, fui e denunciei. Em 86-87, o corte de árvores foi proibido em Chiapas. Tive muitas experiências assim, companheiros de outras organizações me perguntavam se eu queria ir falar; de acordo, íamos falar com o funcionário, com o Presidente, com o Governador. Aqueles que eram tão grandes então e que se tornaram tão pequenos agora, com eles falávamos. Com os generais também. Aprendi muito, de um lugar a outro, andei todo o campo, essa foi a minha escola.

Quando os zapatistas começaram a me procurar, alguém que já era zapatista disse: ‘eu o conheço, é meu amigo’. Não tinha me dito nada porque nessa época tudo era clandestino; se não tínhamos ordem de falar com alguém não se falava; inclusive quando nos víamos, falávamos mas não disso. Então me contataram imediatamente, enviaram alguém de muito longe para se encontrar comigo e desde esse dia tenho sido fiel ao zapatismo, escolhi o caminho da luta.

Depois, quando começamos a falar com a gente do *pueblo*<sup>79</sup>, era preciso ter muito cuidado, escolher bem com quem falar, saber quem era, como se chamava, o que queria. Sobre tudo com o problema do álcool. Há alguns que gostam muito de beber e, às vezes, se embebedavam com os criadores de gado, os comerciantes, era difícil, tinha que se ter muito cuidado. Começamos a ver a necessidade de participação das mulheres. Formamos mulheres que eram um pouco *comisarias* políticas, e como já havia companheiras indígenas, camponesas, que estavam com agente, baixávamos com elas aos *pueblos* e reuníamos as mulheres à noite, clandestinamente, fora do *pueblo*. Elas faziam como se

---

<sup>79</sup> Povoado e/ou povo. Segundo Genaro Hernandez (entrevista, comunidade Cruz del Rosario, 2/2/1999) é assim que os zapatistas se referem às comunidades: *pueblos*.

fossem pegar milho ou lenha, mas na realidade iam a uma reunião. Foram elas que começaram a convencer os seus maridos a parar de se embebedarem. Em seguida, quando tínhamos dois, três, quatro companheiras num *pueblo*, as encarregávamos de ver com quem mais se podia trabalhar, e pouco a pouco fomos crescendo até que finalmente um *pueblo* inteiro estava com agente. Assim nos desenvolvemos, mas muito delicadamente, no verdadeiro trabalho clandestino” (Tacho *em*: Le Bot, 1997:163-165).

“Major Moisés: ‘Sim, expulsamos os assessores [maoístas]. Começamos a reorganizar. Já daí eu começava a suspeitar umas coisas. Porque já me dediquei mais a isso das reuniões, coisas assim, problemas de uma luta, de uma organização. Até que um dia suspeitei uma coisa. Havia um grupo de homens que se diziam turistas. Mas eu também conheço os turistas. Os turistas andam onde querem, mas eles não, se aproximavam para escutar as discussões, se via que eram muito ativos, muito atentos, são assim que se aproximavam, cumprimentavam. Não demonstram assim que são gente de outro lugar. Mas já corriam os rumores de que os guerrilheiros guatemaltecos... Alguns entendiam que são maus, outros entendiam que lutam pelo povo. *Pues* esses quem serão? E o que faziam, pois viam quem eram as pessoas que falavam, que participavam, que opinavam. Até que passou esse tempo, me chega, pois, um *muchacho* a conversar. Nos começa a falar da pobreza, que a injustiça, que a miséria... e que o *pueblo* é necessário que se organize. Eu já tinha, pois, essa idéia. Porque nesse tempo, quando nos havíamos separado, quando tínhamos expulsado os assessores, começávamos a procurar como deveríamos nos organizar. Então já sabíamos a história de Zapata, a de Villa, mas não entrávamos mais aí, pois é coisa de brigar, de *enfrentamiento*. Então, quando chega esse rapaz, esse *muchacho*, então eu lhe dizia: ‘pois essa luta em que estamos se vê que não tem uma boa resposta’, mas tão pouco podíamos entrar em outra forma de luta porque não encontrávamos como, então é quando já começa a me propor: ‘mas você vai estar disposto?’. Então é quando começa a fazer perguntas assim. Então eu suspeitava. ‘O que há, do que se trata?’ Começamos a conversar mais disso. Então me deixa um folheto que se chama El Despertar. Dava-me conta assim que falava da história do México, de como roubam, de como enganam, como exploram os ricos... Então me aproximei. Até que um dia, *pues* eu tive já que perguntar a ele. Então eu disse a ele: ‘bem, olha, com esse folheto que me está dando, eu o entendo. Mas o problema é de que forma, e onde, e quem. O que eu necessito é que você seja claro’. Disse a ele: ‘preciso que me explique mais do que se trata, para que eu saiba de que forma se faz’. E já me disse. Que é um grupo guerrilheiro e se chama Ejército Zapatista. Que são clandestinos, já me explicou as questões de

segurança. E sim, comecei a procurar outros jovens, a conversar, e já aí tiveram que vir uma série de dificuldades porque há jovens que são bêbados. Terá que escolher os que não sejam bêbados. Até que encontrei um grupo e os apresentei. Lembro-me que éramos um grupo de sete. Todos da comunidade. Pois já que entreguei os sete companheiros a ele, já me diz: ‘tem que ajudar mais’. ‘Adiante, qual é a ajuda?’ Tive que transportar abastecimento que traziam da cidade, até um limite onde diziam, e assim participei. Até que chegou esse momento em que eu disse a ele: ‘sabe o que? O que eu quero é que também me preparem’. Então me deram uma prova para ver se eu estava mesmo disposto. Passei na prova, e tiveram que me levar para me ensinarem mais, até ler e escrever” (Moisés *em*: Le Bot, 1997: 171-172).

Na entrevista a Le Bot, Marcos faz uma distinção entre “indígenas politizados” e os “chefes das comunidades” que reforça a operacionalidade dos dois tipos aqui formulados de expansão do EZLN: um mais aberto, que envolve acordos tácitos e explícitos entre grupos organizados diversos, e outro restrito, que se dá através de relações pessoais e que implica na entrada progressiva no clandestino EZLN através de rituais de iniciação. Com o tempo, como sugere de maneira mais explícita o relato supracitado de Tacho, o recrutamento para o EZLN passava a ter também a finalidade de penetrar as outras organizações por dentro. Marcos conta que nos primeiros anos a “organização político-militar” e a elite política indígenas estavam separadas. Então o grupo de “indígenas politizados” ou “grupo intermediário” começou a falar com alguns “chefes das comunidades” e propor a luta armada, na época do “auge” das *guardias blancas* e da ameaça de despejo que ameaçava as comunidades por causa do comércio de madeiras (Le Bot, 1997: 142-143).

“Começamos primeiro a fazer contato com essas comunidades indígenas, com esses chefes indígenas, e se conseguiu uma espécie de acordo tácito de ajuda mútua, um pacto de convivência entre o grupo armado e as comunidades ou esses chefes de comunidades. (...) Uma espécie de intercâmbio: ‘nos ensinam a brigar e nós os ajudaremos a obter abastecimento’ – que era a nossa dificuldade – ‘e a transportar as suas coisas’. (...) Se dá uma espécie de relação de intercâmbio na qual também começa a haver um intercâmbio político e cultural. O choque, para nós, é que tínhamos que falar a língua. Os indígenas desse grupo intermediário conversam com as suas famílias, também

indígenas, tzeltales, tzotziles, choles, tojolabales, e essas famílias decidem enviar seus filhos mais jovens à montanha para se tornarem guerrilheiros” (Marcos *em*: Le Bot, 1997: 144).

No começo de 1986, após a “tomada” de San Francisco, o EZLN começou a percorrer todas as comunidades da Selva, e estreitou também as suas relações com as organizações camponesas, particularmente a Unión de Uniones. Havia três núcleos de poder na Igreja além de Samuel Ruiz: os jesuítas de Bachajón, os maristas de Comitán e os dominicanos de Ocosingo. Como os jesuítas eram contrários à guerrilha, foi nas áreas de influência dos maristas e dos dominicanos (tais como as paróquias de Las Margaritas e Ocosingo) que o EZLN teve o seu acesso facilitado (Tello, 1995: 105-107, 110). Em junho de 1986 foi instalado um novo acampamento chamado El Recluta, a duas horas de caminhada de San Francisco, e com o tempo vários outros eram montados na medida em que a guerrilha crescia rapidamente até atingir o seu auge em 1988 (De La Grange y Rico, 1997: 186). Esta versão é diferente do que diz Marcos: que entre 1989 e 1990 o EZLN passou de centenas a milhares de combatentes (Le Bot, 1997: 180). Harvey (1998: 207), por sua vez, fala na duplicação do EZLN e na sua extensão por todos os *ejidos* que haviam formado a ARIC entre 1989 e 1992, ano em que já tinha também bases importantes em várias comunidades dos Altos, como San Andrés Larráinzar, Oxchuc e Chanal. Essa polêmica é importante, pois é preciso comparar as tendências de crescimento e refluxo do EZLN com os principais acontecimentos da época para entender tanto as causas da rebelião quanto as mudanças na estratégia do EZLN. Mas deixemos para analisar essas discrepâncias quando tivermos elementos suficientes para isso.

Em 1986, a Direção Nacional das FLN era composta por Germán, Rodrigo, Elisa, Gabriela, Marcos e Lucía. Os três primeiros eram comandantes, e Marcos capitão. No final do ano Marcos, Daniel e Pedro passaram a ser subcomandantes responsáveis por diferentes áreas em que EZLN foi se instalando. Rodrigo era o chefe do Estado Maior do EZLN, Germán o dirigente nacional das FLN e ambos viviam na capital do país. Na serra do estado de Chihuahua, estava a Frente Villista de

Libertación Nacional<sup>80</sup>, sob a responsabilidade do capitão Rodolfo, que trabalhava com os índios tarahumaras. Na capital estava a Escola de Quadros, dirigida por Rosa. Na Selva, o EZLN era composto por comandantes, capitães, tenentes, subtenentes e insurgentes que viviam nos acampamentos. Mas a estrutura flexível permitia absorver todo o apoio que recebiam das comunidades, ou “vários graus de participação”, como diz Marcos sobre a tradição organizativa das FLN. Abaixo dos insurgentes estavam os recrutas, os *milicianos* e as bases de apoio. “Os primeiros estavam dedicados à causa; os segundos participavam nela; os terceiros, por sua vez, brindavam com a sua proteção”, segundo Tello (1995: 109). Até então quase não havia armas, que começaram a chegar aos poucos. Os insurgentes, que viviam nos acampamentos, tinham preferência, enquanto que os *milicianos* “que eram guerrilheiros em tempo parcial” ficavam com as piores armas e tinham que pagar por elas - é o que dizem Grange e Rico. A expansão das relações do EZLN pelas comunidades da Selva fez também com que surgisse um cargo político: cada comunidade tinha que ter um responsável (De La Grange y Rico, 1997: 186-187; Tello, 1995: 108-110).

Antônio (o mesmo que relatou a sua entrada no EZLN) conta que Germán era o responsável por conseguir as armas. Tinham um centro médico em Morelia, no vale de Altamirano, e os uniformes e botas eram confeccionados em oficinas clandestinas na cidade do México e em San Cristóbal. Antonio aponta o exemplo do capitão Eduardo, que estava em Veracruz, e que como seu pai tinha uma fábrica de calçados podia apoiar as FLN com botas. Além dessas oficinas, tinham também uma prensa e uma carpintaria. Segundo um artigo de um número de 1991 da revista *Nepantla* (das FLN), assinado pela companheira Adriana, o objetivo para as oficinas era que fossem rentáveis para ajudar a financiar a Organização<sup>81</sup>, mas a precariedade técnica inviabilizou esse objetivo. O financiamento das FLN era feito com as cotas dos seus militantes, coletas organizadas em fábricas e universidades, a diferença obtida com a venda de armas para os *milicianos*, e os “rebotes indiretos” da ajuda internacional manejada pelas ONGs vinculadas à diocese (De La Grange y Rico, 1997: 186-190).

---

<sup>80</sup> Referência a Pancho Villa, general da Divisão do Norte, que chegou a se aliar com Zapata durante a Revolução de 1910.

<sup>81</sup> Essa é uma expressão comum nos bastidores da guerrilha para designar o EZLN (ou as FLN até 1994).

Na capital estava também Gabriela, responsável pelo “corpo técnico” da cidade e da impressão das revistas da Organização: La Verdad del Proletariado, destinada a operários, El Despertar del Pueblo, para camponeses, La Estrella Roja voltada aos *milicianos*, e as Nepantla e Nupi, publicações internas para quadros e insurgentes. Os melhores recrutas, de várias partes do país, eram enviados às escolas de quadros clandestinas na cidade do México, onde passavam um mês sob estritas normas de segurança, e recebiam aulas de professores das mais importantes universidades, tais como a UNAM e a UAM, e até estrangeiros. Tinham aulas sobre clássicos do marxismo e alguns conceitos fundamentais como o “materialismo dialético”, além de terem contato com as artes, como o ensino de instrumentos musicais, e a visita a museus da cidade. Ao aceitar a participação nesses cursos, os recrutas tinham que ler os estatutos e já estavam se comprometendo a fundo com as FLN (De La Grange y Rico, 1997: 190-194).

Nos acampamentos os insurgentes estavam submetidos a exercícios e treinamentos militares. Segundo Antônio, os alimentos vinham das comunidades, “mas quando as comunidades se dividiram aí sim baixou muito a comida”. No acampamento Cama de Nubes, onde se instalou Marcos, havia uma televisão, documentos, livros, uma motosserra e um sistema de radiocomunicação. Antonio conta que Marcos respeitava as crenças religiosas dos indígenas, mas tinha problemas com as famílias dos insurgentes porque as moças casavam sem pedir permissão aos pais. Eram celebrados “matrimônios revolucionários”, e Marcos presidia as cerimônias em que o casal passava por baixo de um arco formado por fuzis antes de receber a ata do casamento civil segundo a lei revolucionária. Os casais insurgentes não podiam constituir família, “pois é difícil dar atenção aos filhos”, diz Antônio. “Marcos nos dizia que pra que querer filhos se temos a arma, que vai ser nosso filho” Então a vida nos acampamentos, graças aos métodos anticoncepcionais, deu origem a uma “revolução sexual”. Isso não agradava nada ao bispo (De La Grange y Rico, 1997: 191-195). As relações pessoais e de parentesco eram reconstruídas na vida cotidiana dos acampamentos. E as mudanças atingiam particularmente as relações de gênero: as mulheres, tradicionalmente submetidas ao patriarcalismo das

comunidades, eram incentivadas a participar de igual para igual com os homens e tinham acesso aos cargos militares e políticos da hierarquia zapatista.



## 10. A Primeira “Derrota” do EZLN

Em março de 1988, a Unión de Uniones formou uma coalizão maior de organizações na ARIC – UU. Tornando-se uma ARIC, com base da Lei Geral de Crédito Rural, passava ter acesso renovado a créditos e apoio técnico do governo federal. Era a culminação de uma série de negociações que vinham ocorrendo desde 1986 entre a UU e funcionários de vários órgãos federais, entre eles Manuel Camacho, secretário de Desenvolvimento Urbano e Ecologia, e Carlos Salinas, secretário de Planejamento e Orçamento. Os acordos a que chegaram em 1987 incluíam também a regularização da posse das terras na Selva, que estava ameaçada desde o decreto sobre a comunidade lacandona nos anos 70. Com isso, a ARIC “terminava a sua luta pela terra e começava a luta pela produção”. Essa aproximação com o governo, ao mesmo tempo em que as FLN penetravam nos quadros da organização, fez com que começasse a surgir uma divisão interna. Na mesma época, a comandante Elisa saiu da selva para casar e por estar grávida, e Marcos passou a ser o responsável pela Frente de Combate Sur-Oriental, abaixo de Rodrigo e Germán (Tello, 1995: 113-115).

Ao mesmo tempo em que começaram os atritos no interior da ARIC, vários sacerdotes se animavam com uma nova força política democrática que estava em formação, e que quase venceu as eleições presidenciais de 1988 (Tello, 1995: 116). A segunda metade dos anos 80 foi marcada por um forte processo de organização civil e mobilização democrática, culminando na candidatura de Cuauhtémoc Cárdenas<sup>82</sup> para a presidência da república em 1988, que foi capaz de levantar “um movimento nacional de massas vivo e poderoso, tão difuso, heterogêneo e circunstancial” (Anguiano, 1997: 119). As pesquisas de boca de urna indicavam a vitória de Cárdenas, que no ano anterior havia rompido com o PRI para encabeçar a Frente Democrática Nacional de centro-esquerda. Pela primeira vez em mais de 150 anos de país independente, um candidato opositor estava prestes a ganhar uma eleição. No início da noite de seis de julho começava a apuração no Registro Nacional de Eleitores, órgão que centralizava a contagem dos votos, e Cárdenas estava na frente,

---

<sup>82</sup> Filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas.

quando uma “pane” no sistema eletrônico de contagem garantiu a vitória a Carlos Salinas de Gortari, do PRI (Fuser, 1995: 26). Harvey (1998: 181) afirma que, entre os movimentos camponeses, comunidades ligadas à CIOAC apoiaram a o cardenismo, enquanto que a OCEZ agiu com indiferença. A ligação de parte da ARIC com Salinas, por outro lado, levou à saída de quase metade dos seus membros entre 1989 e 1993.

A queda dos regimes socialistas no leste entre 1989 e 1992, a derrota dos sandinistas nas eleições presidenciais da Nicarágua na primavera de 1990 e o acordo de paz que levou ao fim da luta armada em El Salvador em 1992 iam também progressivamente distanciando a Igreja das FLN. As polarizações no interior da ARIC e entre a EZLN e a Igreja ficaram claras a partir de 1989, levando ao abandono da guerrilha por parte de vários ativistas indígenas, embora alguns padres tenham continuado com a guerrilha (Tello, 1995: 122-123, 128, 136-137). Não se tratava apenas de um afastamento ideológico. As tensões iniciadas no final de 1988 entre a Igreja e seu bispo com a guerrilha ocorriam pois o EZLN começava a “usurpar” atribuições religiosas, por exemplo ao celebrar casamentos, e a implantar as suas leis revolucionárias (De La Grange e Rico, 1997: 259-289). Mais do que ajudar a formar grupos de autodefesa, as FLN estavam formando um exército que absorvia comunidades inteiras nas suas hierarquias políticas e militares. Parte das redes de catequistas e diáconos, e dos movimentos camponeses, passavam a se tornar leais à guerrilha em primeiro lugar.

Marcos afirma que o contato da guerrilha com as comunidades era apenas esporádico até 1988. Ocorria apenas quando os guerrilheiros se aproximavam das comunidades. O EZLN continuava na montanha, “aonde iam os jovens, e o que não podia, regressava à sua comunidade”. No final dos anos 80 os guerrilheiros chegam a ser mais de 100 combatentes profissionais vivendo nos acampamentos, e a população das comunidades começou a freqüentar festas realizadas nas montanhas em 10 de abril, 17 de novembro, 16 de setembro, “festas históricas do México e do EZLN”. Mas ainda não haviam comunidades “controladas”, onde todos são zapatistas. Ainda chegaria a época em que a maioria das comunidades da Selva e dos Altos se converteria à guerrilha, o que começou a mudar em 1989. “De 89 a 90, passamos de

algumas centenas a milhares de combatentes”. Para Marcos, além de ser um êxito do trabalho que realizavam, isso ocorreu por causa da fraude eleitoral contra o cardenismo, que “cancelava a possibilidade de uma transição pacífica”, a queda no preço do café, umas epidemias muito grandes que atingiram a Selva, e que eles suspeitavam ser obra de bombardeios químicos realizados na Guatemala e trazidos pelo vento, o aumento da violência praticada pelas *guardias blancas*, a entrada de soldados na Selva em busca de maconha, que ao passar dificuldade nas montanhas transmitiam a imagem de um Exército fácil de se combater e, finalmente, o fim da reforma agrária com as mudanças implementadas por Salinas ao artigo 27 da Constituição (Le Bot, 1997: 176-180).

“Foi um *boom* do zapatismo, uma expansão fenomenal, fora de toda proporção, que prontamente começou a preencher esse organograma que havia sido um sonho ou um pesadelo em 83-84: companhias, batalhões, divisões (...) Então começamos a organizar tal como pensávamos que tinha que ser um exército popular. Ou seja, um exército para lutar e para produzir, que não só se preparava para o combate, mas que fazia trabalhos de serviço nas comunidades. Nosso exército trabalhava *milpas* [terra onde se cultivava milho e, às vezes, outras plantas] coletivas, fazia o que agora fazemos nos Aguascalientes: clínicas, centros de reunião, campos esportivos onde se juntava a unidade militar e se colocava a trabalhar e fazia um parque infantil, coisas para o serviço à comunidade (...) [O EZLN começava a entrar em competição com a Igreja mas] Falo das autoridades locais, ou seja, os *tuhuneles*, os diáconos, os catequistas. Não me refiro à Igreja exterior, a diocese, o bispo, os padres, a paróquia. Mas à Igreja no interior da comunidade. Quando o EZLN, e as mulheres do EZLN sobretudo, começam a fazer barulho querendo ou sem querer, isso provoca desentendimentos nas comunidades, sobretudo entre as autoridades eclesiásticas, que nos acusam de colocar maus pensamentos na cabeça das mulheres e dos jovens. Houve muitos atritos. Além disso, se começa a criar uma estrutura de poder paralela, a do exército zapatista, que de uma ou outra forma compete pelo mando da comunidade com o poder da Igreja. (...) Então, em alguns casos havia acordo e aceitação, e não acontecia esse choque. Os mandos da Igreja, mandos da autoridade, *comisariados* ou *agentes municipales* e os mandos zapatistas eram os mesmos. (...) Mas em outras sim havia duas autoridades ou três: a autoridade da ARIC – Unión de Uniones, a da Igreja, e a autoridade zapatista” (Marcos *em*: Le Bot, 1997: 181-184).

Se o declínio do socialismo real e da luta armada na América Latina, ao lado do crescimento de uma esquerda democrática no país, eram condições desfavoráveis para os planos das FLN, as medidas de privatização, liberalização comercial e o corte nos gastos públicos iniciadas no mandato anterior e aceleradas pelo presidente Salinas deterioraram ainda mais a situação dos indígenas de Chiapas, ao mesmo tempo em que piorava a situação de repressão aos movimentos independentes no campo. Segundo Harvey (1998: 181-194), a extinção de organismos governamentais, a redução do crédito, a eliminação dos preços de garantia para as colheitas e a abertura para importações baratas prejudicou a maioria dos camponeses e suas organizações. No país, entre 1985 e 1989, 22% dos *ejidatarios* recebiam créditos, o que baixou para 16,3% em 1990. Em Chiapas, por sua vez, os produtores que receberam créditos nesses mesmos períodos foram 20,4% e 12,7%. O Instituto Nacional Mexicano do Café, que comprava as colheitas dos pequenos produtores e ajudava na organização, financiamento e exportação da produção, e cuja atuação permitiu a emergência das Uniões de *Ejidros*, reduziu a sua participação no mercado de 44% em 1982-1983 para 9,6% em 1987-1988. Em 1989 essa instituição estava acumulando dívidas e problemas relacionados à corrupção e à má administração, e começou a ser privatizada. No mesmo ano, a Organização Internacional do Café não chegou a um acordo sobre cotas de produção, e o preço internacional do produto caiu 50%. Vale dizer que Chiapas era o principal estado produtor de café, atividade exercida principalmente por pequenos produtores. Tendências similares atingiram outros produtos. Depois de 1989, apenas o milho e o feijão continuaram a ter uma certa proteção com preços de garantia que não chegavam a compensar, no entanto, a diminuição dos créditos e outros fatores como a inflação e o aumento nas importações. Nas negociações do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que entraria em vigor no dia 1 de janeiro de 1994, estipulou-se um prazo de 15 anos para a eliminação progressiva da proteção a esses cultivos. Até mesmo a agricultura comercial privada e a criação de gado entraram em crise durante os anos 80.

Logo após tomar posse em 1988, o presidente Salinas lançou o Programa Nacional de Solidariedade (PRONASOL), depois conhecido como Solidariedade e, finalmente, incorporado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESOL) em

1992. O objetivo era financiar projetos produtivos e obras sociais reduzindo a mediação de organismos estatais e com resultados rápidos, para recuperar a credibilidade perdida com a fraude eleitoral. Chiapas foi o estado mais beneficiado pelo programa, e recebeu recursos crescentes entre 1989 e 1993. No entanto, a maior parte dos recursos foi destinada ao “bem estar social” e obras públicas, e apenas 12% em atividades produtivas. Ao mesmo tempo, em Chiapas o programa era controlado pelo governo do estado, que beneficiava os caciques políticos locais e organizações ligadas ao PRI, marginalizando mais uma vez os movimentos independentes e perseguindo funcionários públicos que tentassem colaborar com esses movimentos (Harvey, 1998: 181-182, 194-197). As organizações independentes também foram prejudicadas pela reforma do código penal do estado durante o mandato do então governador Patrocinio Gonzáles, que criminalizava com penas duras a resistência a despejos e protestos nas cidades. Durante o seu mandato 2290 indígenas foram presos, muitos sequer sem saber sob qual acusação haviam sido detidos (Tello, 1995: 146-148). Finalmente, teve enorme impacto a reforma do artigo 27 da Constituição do país em 1992, que finalizou o direito dos camponeses a encaminhar petições para a distribuição de terras, e tornou os *ejidos* passíveis de operações comerciais, fragilizando ainda mais a situação dos indígenas de Chiapas. Na Selva Lacandona, a situação era ainda mais grave, pois no final dos anos 80 a colonização da fronteira agrícola havia chegado ao limite. A criação de gado era praticada com técnicas extensivas, por falta de recursos para as formas intensivas de produção. As comunidades sofriam com o elevado crescimento demográfico, e em 1989 foi proibida a exploração florestal da Selva Lacandona (Harvey, 1998: 197-202).

Com o exposto até aqui, já há elementos suficientes para a discussão sobre o crescimento do EZLN. A hipótese de De La Grange e Rico (1997), de que a guerrilha atingiu o seu ápice em 1988 não é convincente. Em primeiro lugar, porque esta data não parece indicar um tempo suficiente para que o EZLN tivesse ampliado as suas atividades clandestinas para uma grande área da Selva e em regiões fora dela. Como vimos com os relatos sobre a formação dos movimentos independentes nos anos 80, o proselitismo político tinha resultados lentos e difíceis no começo, e apenas após vários anos começavam a crescer com maior rapidez até atingir um patamar estável

ou entrar em refluxo. Além disso, a crise do socialismo real e dos projetos revolucionários em favor de uma esquerda democrática sensibilizou apenas parcialmente os movimentos indígenas, e era contrabalançada pelas reformas políticas e econômicas que deterioravam as suas condições de vida e reduziam as possibilidades de mobilização pacífica independente. Por fim, a polarização com a ARIC e a Igreja encontra uma explicação melhor num contexto de penetração de suas áreas de influência pelo EZLN, ou seja, este crescimento gerou ele mesmo a concorrência pela lealdade das comunidades, e não surgiu depois apenas por motivos ideológicos. Assim, parece mais plausível a afirmação de Harvey (1998) de que a guerrilha teria duplicado entre 1989 e 1992. Esse mesmo crescimento não deixou, no entanto, de levar a profundas transformações internas.

As lideranças indígenas que aderiram ou se formaram no EZLN, ao mediar o recrutamento, a penetração política nas comunidades e ao organizar boa parte da logística, começaram também a criar “algo novo”: um discurso fundamentalmente ético, que se manteve subterrâneo para as FLN, mas que passaria ao primeiro plano após o levante em 1994. Segundo Marcos (Le Bot, 1997: 144-145), já em 1984 os indígenas haviam se tornado maioria na organização. Isso levou a um primeiro choque cultural: era preciso aprender as línguas e algo mais que isso, manejar a linguagem, os símbolos. Assim, quando começou o contato com as comunidades em 1985 “já há um elemento indígena dentro da guerrilha que funciona como tradutor” e que acabou por criar um novo tipo de discurso.

“É uma espécie de tradução enriquecida da perspectiva da transição política. A idéia de um mundo mais justo, tudo o que era o socialismo em linhas gerais, mas digerido, enriquecido com elementos humanitários, éticos, morais, mais que propriamente indígenas. Prontamente a revolução se transforma em algo essencialmente moral. Ético. Mais que a divisão da riqueza ou a expropriação dos meios de produção, a revolução começa a ser a possibilidade de que o ser humano tenha um espaço de dignidade. A dignidade começa a ser uma palavra muito forte” (Marcos *em*: Le Bot, 1997: 145-146).

Marcos (Le Bot, 1997: 146-147) afirma também que entre 85 e 87 o contato com as comunidades e as lideranças locais fez com que comesçassem a aprender que “essa gente explorada” a quem “tinham que organizar e mostrar o caminho” possuía

já a sua consciência histórica e tradições de luta. Uma dessas pessoas que ensinava os guerrilheiros era o Velho Antônio, que Marcos diz ter existido realmente e que após o levante em 1994 passou a ser um dos personagens dos seus comunicados, tendo sido o “laço com as comunidades, com seu mundo, com a parte mais indígena”.

“A virtude dessa organização militar está em reconhecer que não tinha resposta e que tinha que aprender. Essa é a primeira derrota do EZLN, a mais importante e a que o marcará daí em diante. (...) E aí começa a se dar o processo de transformação do EZLN, de um exército de vanguarda revolucionária a um exército das comunidades indígenas, um exército que é parte de um movimento indígena de resistência, dentro de outras formas de luta. Nós não percebíamos assim; para nós a luta armada era a coluna vertebral, o escalão mais alto, etc... (...) Mas logo o EZLN, quando se imbrica com as comunidades, passa a ser um elemento a mais dentro de toda essa resistência, se contamina e é subordinado às comunidades. (...) Eu penso que o que permitiu ao EZLN sobreviver e crescer foi aceitar essa derrota. Se o EZLN não a tivesse aceitado, teria se ilhado, teria ficado pequeno, teria desaparecido, nunca teria nascido o EZLN que aparece no primeiro de janeiro de 1994” (Marcos *em*: Le Bot, 1997: 148-149).

A despeito da ênfase que Marcos, nesta passagem, deposita na dimensão cultural das transformações do EZLN, pode-se acrescentar que a massificação do movimento a partir de 1989 tinha por resultado inevitável o aumento da importância das lideranças indígenas na guerrilha, pelos papéis que exerciam como mediadores, organizadores, e responsáveis por boa parte da logística. Enquanto isso as ramificações urbanas das FLN, e mesmo a Frente Villista de Libertação Nacional, instalada na serra de Chihuahua, permaneciam sem o enraizamento popular que ocorrera em Chiapas, e experimentavam até um certo refluxo diante do declínio internacional das utopias revolucionárias. Tello (1995: 136) diz que logo após o colapso da União Soviética em 1992 o grupo Slop rompeu com o EZLN, ao mesmo tempo em que Panchón, um dos dirigentes da Frente Operária das FLN, encabeçava a saída de vários trabalhadores.

Naturalmente o EZLN podia suportar dissidências, ao menos em parte compensadas pelo enorme crescimento pelo qual tinha passado. Mas as outras ramificações das FLN estavam se enfraquecendo e, com isso, a força dos dirigentes

nacionais. Segundo Marcos (Le Bot, 1997: 150) “a situação na cidade era muito grave. O desencanto, a desilusão, eram enormes”, e além disso mesmo as poucas dúzias de pessoas que compunham a estrutura urbana começaram a contar com uma maioria indígena.

Se as lideranças indígenas se tornavam cada vez mais importantes, o mesmo começou a valer para as práticas políticas cotidianas das comunidades e dos movimentos indígenas. A presença do EZLN nelas não seria possível sem a absorção das formas de organização política que as comunidades da Selva vinham assumindo desde os anos 70 como, por exemplo, o castigo e a assembléia, o que era ainda mais necessário na circunstância em que passava a competir pelo poder e a lealdade dos indígenas com organizações e uma Igreja cada vez mais comprometida com a luta democrática:

“Sim modificamos radicalmente o *status* da vida sanitária nas comunidades, aproveitando a estrutura que o EZLN construía. Por exemplo, quando a comunidade chega a um acordo, o que não cumpre é castigado. O que conseguimos é que as comunidades cheguem ao acordo de que haveria uma latrina em cada casa, pois o que não cumprisse era castigado. Então houve obrigatoriamente latrinas em todas as partes. Ainda que não fosse ordem nossa, conseguimos que as autoridades das comunidades o dispusessem. Não ter uma latrina implicava pagar uma multa. Faltava que a usassem, mas aí estava já a latrina. Foi esse tipo de acordo que conseguimos fazer passar através das assembléias, que são a autoridade máxima” (Marcos *em*: Le Bot, 1997: 185-186).

Tello (1995: 130-133) descreve como a polarização com a ARIC e a Igreja levou as FLN a criar um movimento indígena próprio: a Aliança Nacional Camponesa Emiliano Zapata (ANCIEZ) que, em parte, era uma fachada para a guerrilha, e cuja fundação não significou que a ARIC deixasse de ser disputada internamente. Na fundação realizada entre 20 e 21 de julho de 1991 no sul do estado de Puebla, estavam presentes delegações dos estados de Chiapas, Oaxaca, Puebla, Chihuahua e Coahuila, que seriam engrossadas meses depois por outras procedentes de Guerrero, Durango, Michoacán, Veracruz e San Luis Potosí. No Documento Básico da ANCIEZ, lançado em alguns meses, era feita a crítica das políticas governamentais desde o começo dos anos 80, que teria levado ao abandono do

campesinato, e era declarado o objetivo de ser uma organização independente, já que as oficiais “demonstraram com suas práticas que estão ao lado dos latifundiários e outros exploradores” (ANCIEZ, 1991 *em*: Tello, 1995: 132). Também não era desejado o vínculo com qualquer partido, pois estes “não possuem um programa agrário convincente e não podem fazer nada efetivo em nosso benefício”, e em relação aos “religiosos progressistas e honestos” se dizia que eram “acompanhantes do povo na luta de libertação” mas não como guias (ANCIEZ, 1991 *em* Tello, 1995: 132). E a ANCIEZ propunha a luta por terra, água, créditos e pela democratização de todas as organizações do campo.

Em Chiapas, o novo movimento cresceu nas regiões Selva, Altos e Norte. E em 19 de janeiro de 1992 realizou a sua primeira mobilização no estado. Uma marcha de até quatro mil camponeses contra o Tratado de Livre Comércio, contra a reforma do artigo 27 da Constituição e o “atraso agrário”, e pelo fim da presença do Exército na Selva. E na praça central da cidade de Ocosingo, foi anunciado que suas demandas seriam levadas por emissários até a Câmara dos Deputados na capital do país. Em 7 de março, a marcha de um outro movimento, que depois seria conhecida como Xi Nich (que em chol significa “formiga que marcha”), saiu de Palenque para atravessar os mais de mil quilômetros até a cidade do México em protesto contra a repressão e o “atraso agrário”. Em 10 de abril, quando é comum organizações agrárias protestarem em memória à morte de Emiliano Zapata, a ANCIEZ estava novamente se mobilizando em Ocosingo contra o TLC, o artigo 27 e a repressão. Mas foi em 12 de outubro que ocorreu a manifestação mais importante: nas comemorações dos 500 anos de descobrimento da América, mais de nove mil indígenas da ARIC, UNORCA, OCEZ, CIOAC e ANCIEZ, então aglutinadas na Frente de Organizações Sociais de Chiapas (FOSCH), ocuparam as ruas de San Cristóbal de Las Casas. A ANCIEZ se destacava por sua disciplina e pela quantidade de mulheres. Alguns de seus membros ostentavam arcos e flechas, e tinham os rostos pintados com cores. “Pareciam um exército”. E havia também comandos da guerrilha pela cidade para responder em caso de repressão (Tello, 1995: 137-151).

Segundo Marcos (Le Bot, 1997: 190-192), o EZLN passava por um processo de radicalização. Os 500 anos da conquista foram interpretados como “um

movimento de resistência contra a dominação”, e a mobilização em San Cristóbal de Las Casas foi a tomada simbólica da cidade por indígenas armados de arcos, flechas e lanças. Eram cerca de cinco ou seis mil zapatistas entre os dez ou quinze mil indígenas presentes. Enquanto isso, entre os meses de setembro e novembro estava sendo realizada uma consulta em cerca de quatrocentas ou quinhentas comunidades tzotziles, choles, tojolabales e tzeltales dos Altos, Selva e Norte, nas quais eram discutidas as situações nacional e internacional, e se havia chegado o momento de começar a guerra. Pela primeira vez participaram as mulheres como “um setor especial”, e os jovens, que até então não participavam nas decisões das comunidades. O voto era individual mas público, “ou seja, era uma assembléia, não era voto secreto, mas houveram discussões fortes aí”. Então cada comunidade enviava a ata com os votos e os argumentos em prol e contra o início da guerra, pois os dirigentes é que iriam decidir. A maioria votou a favor do levante.

Além de herdar padrões das práticas políticas das comunidades e dos seus movimentos o EZLN ia estendendo o alcance da sua hierarquia político-militar, ao mesmo tempo em que criava novos mecanismos de participação. *Erasmó* (entrevista, Chiapas, 14/01/99), conta como as consultas se tornaram uma prática recorrente: “Todos são consultados em grupos, (...) nos colocam várias perguntas e temos que dizer o que está bem e o que está mal”. Para ele, a participação e a autonomia não são partes da tradição, e sim “idéias do subcomandante”, e levou cerca de três ou quatro anos para que as pessoas comesçassem a participar sem nenhuma dificuldade, para se tornarem práticas ‘naturais’. As tradições são as festas, as orações, muito diversas em cada comunidade. E até mesmo a organização do trabalho começava a ser reestruturada. *Erasmó* (entrevista, Chiapas, 6/1/1999) conta que pouco antes de 1994 o trabalho começou a ser coletivo. Antes cada um trabalhava uma parte do *ejido*.

Finalmente, o aumento da importância dos líderes indígenas levou a mudanças na própria organização formal da direção da guerrilha. Marcos (Le Bot, 1997: 194-196) relata que em dezembro de 1992, já com o resultado da consulta, houve uma reunião com os chefes indígenas e o “comando da montanha” em que se propôs a “necessidade de mudar a estrutura da direção diante da perspectiva da guerra”. O EZLN e as comunidades indígenas deveriam assumir o controle de toda a

organização, também em seus ramos urbanos, e a guerra deveria ser travada em todo o território nacional. “Nesse momento – final de 92 - formalmente o comando ainda está na organização político-militar, mas na realidade reside já nas chefaturas das comunidades, que chamávamos então de responsáveis por zonas e etnias, nas três regiões e nas quatro etnias.” Em janeiro de 93, por vários dias estiveram reunidos os “companheiros da cidade, das tropas regulares dos insurgentes e das comunidades”, e foi recolocada a questão de iniciar ou não a guerra. Por fim, foi decidido que a “organização político-militar” tinha que ceder, “optar por um mecanismo de tomada de decisão democrática em que a maior parte da organização decida o rumo a se seguir”, e votou-se pelo início da guerra. “Assim, tomam o comando, de maneira formal, do EZLN”. Os responsáveis por etnias e zonas se tornaram comandantes da guerrilha, passando a constituir o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). E chegou-se à resolução de que o levante se daria com demandas não só locais, mas também nacionais, que se resumiam na fórmula “democracia, liberdade e justiça”.

Na versão de De La Grange e Rico (1997: 203-208, 214, 234), a consulta sobre o início da guerra foi realizado em agosto de 1992 e em apenas cerca de 60 comunidades, que Marcos havia selecionado entre as favoráveis ao levante. Então ele levou as atas para a cidade do México, onde toda a direção nacional das FLN era contrária ao levante. Marcos já era então o terceiro em importância, após Germán e Rodrigo, e estavam também na direção Elisa, Gabriela e Lucía, todos de origem urbana. Os indígenas chegavam então, no máximo, ao posto de major (abaixo dos subcomandantes). Rodrigo, responsável pelo setor operário, era o dirigente mais ferreamente contrário ao levante, dizendo que faltavam armas e homens, e acusando Marcos de fabricar as atas da consulta. Este, por sua vez, tinha fortes motivos para desejar lançar uma ofensiva. Nos anos 80 os serviços de segurança guatemaltecos monitoravam os acampamentos da guerrilha guatemalteca escondidos em Chiapas, que foram desativados no final da década. Em 1988, esses mesmo serviços já tinham advertido os mexicanos de que “têm guerrilheiros em casa, e dessa vez não são nossos”. Em 21 de setembro de 1991, o Exército encontrou um campo de treinamento perto de Sabanilla, e foram esses sinais o principal motivo para a instalação da

guarnição militar de Rancho Nuevo, na entrada de San Cristóbal de Las Casas, o que rendeu protestos por parte da diocese e de algumas organizações sociais. Ao mesmo tempo, Marcos estava preocupado com as deserções, “cada dia mais numerosas”. Os milicianos estavam cansados de se sacrificar e esperar para manter uma organização que falava em insurreição, mas que não se decidia para levá-la a cabo. Havia quem tivesse vendido todo o gado que possuía para comprar armas.

Em 12 de setembro de 1992, numa *casa de seguridad* em San Cristóbal, começou uma reunião em que participou a maioria dos dirigentes do EZLN, menos os comandantes Germán, Rodrigo e Elisa. Ficaram lá durante um mês: realizavam treinamentos de caratê, Marcos dava aulas sobre o uso de armas, discutiam o que iriam fazer nas celebrações dos 500 anos, e nas tardes se dedicavam a preparar as “leis zapatistas” que seriam a “coluna vertebral de uma revolução ainda sem data”. Elas seriam aprovadas no congresso organizado pelas FLN para constituir um partido político: na “declaração de princípios” das FLN redigida em 1992, estava reiterado o objetivo de instaurar a “ditadura do proletariado”, embora já se falasse na “aplicação criativa e renovadora das teses, sempre válidas, do marxismo-leninismo”. Marcos aproveitou essa reunião em setembro para propor uma mudança na composição da direção nacional, afirmando que Rodrigo já não era uma pessoa adequada para a chefia, que tinha se afastado dos camponeses, e se oferecendo para tomar o seu lugar. Os subcomandantes Daniel e Pedro viriam atrás dele na hierarquia militar. A decisão para iniciar a guerra também foi tomada aí, com a presença dos subcomandantes, dos oito majores indígenas, do líder indígena Frank, responsável pelos comitês camponeses, e da comandante Ana, representante das organizações operárias do norte do país (De La Grange y Rico, 1997: 212-214, 221-227).

No Primeiro Congresso do Partido das Forças de Libertação Nacional, realizado entre 23 e 25 de janeiro de 1993 na comunidade de Prado, estavam presentes mais de duzentos delegados, entre eles cerca de trinta quadros da capital e do norte do país, toda a direção nacional, cerca de uma centena de oficiais do EZLN (a partir de tenentes) e representantes de cerca de 20 comunidades. Foram aprovadas a “declaração de princípios”, a preparação para o levante (que acabou ganhando por unanimidade), as “leis revolucionárias” (com algumas modificações), e a mudança na

direção central, que passou a se chamar comitê central e a ser composto por Germán (secretário geral e secretário do interior), Marcos (secretário militar, encarregado do EZLN e segundo na hierarquia) e Lucha (secretaria de massas). Pedro e Daniel se tornaram adjuntos de Marcos, a secretaria de massas passou a ter como subsecretários Ana, Frank e Andrés, encarregados dos operários, camponeses e organizações populares, respectivamente, e Elisa e Vicente assumiram a comissão ideológica, que se ocuparia das publicações. Descontentes com essa decisão, Rodrigo e sua companheira Gabriela abandonaram as FLN. Embora o único indígena no Comitê Central fosse Frank, meses antes do levante criou-se o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, formado por comandantes tzeltales, tzotziles, tojolabales e choles. “Alguns deles, sobretudo os catequistas formados pela diocese de San Cristóbal, são efetivamente os dirigentes das suas próprias comunidades, e sem eles o EZLN jamais poderia organizar o levante de 1 de janeiro de 1994” (De La Grange y Rico, 1997: 229-236). A obra desses autores sugere, por outro lado, que as comandantes femininas Trini e Ramona, que ficaram famosas nos meios de comunicação depois do levante, tiveram um papel basicamente figurativo.

De acordo com Harvey (1998: 207-208), o poder político estava nas mãos dos comitês clandestinos que vinham se formando com o crescimento do EZLN desde 1986, e a reforma do artigo 27 parece ter sido o “detonador” que os levou a informar Marcos de sua disposição de iniciar a luta armada. Decidiram realizar a consulta na época que coincidia com as comemorações dos 500 anos, e a mobilização em San Cristóbal de Las Casas serviria para “medir as águas” da guerrilha “disfarçada de ANCIEZ”. Nela foi derrubada a estátua de Diego de Mazariegos, o conquistador espanhol que tinha fundado aquela cidade. Depois da marcha as assembléias das comunidades se reuniram novamente e votaram pela guerra, e em janeiro de 1993 foi criado o CCRI-Comando Geral (CCRI-CG), que reunia os comitês regionais que vinham se formando durante anos, cujos comandantes se encarregariam de preparar a guerra, e “Marcos também reconhece a tarefa política de ganhar legitimidade para o EZLN” (Harvey, 1998: 208).

Os preparativos para o levante não puderam alongar-se por muito tempo, pois os militares estavam cada vez mais próximos. Segundo De La Grange e Rico (1997:

239-257), em 22 de maio de 1993 uma patrulha militar descobriu o acampamento zapatista Las Calabazas, na serra Corralchén, com um combate que levou à morte de militares e guerrilheiros. Estes, com ordens de destruir tudo e evacuar o local, acabaram deixando para trás provas suficientes da existência do EZLN e dos seus objetivos. O Exército começou então a realizar buscas nos vales de Ocosingo e Altamirano, e interceptava as comunicações do EZLN, preparando um cerco para neutraliza-lo. Foi então que em 2 de junho chegou uma ordem da cidade do México para dar fim à operação. O presidente Salinas, informado de que a diocese estava começando uma campanha internacional, ativando a sua rede de organizações humanitárias aliadas pelo respeito aos direitos humanos, reiterou a sua disposição em negar a existência de uma guerrilha e evitar um conflito que poderia levar o Congresso dos EUA a não ratificar o Tratado de Livre Comércio. Em contrapartida, prometeu investir 670 milhões de pesos na zona. No começo de agosto Patrocínio Gonzáles, que havia deixado o governo de Chiapas para assumir o ministério do interior, negou categoricamente a existência de uma guerrilha e disse que “esse falso rumor prejudica gravemente o desenvolvimento de Chiapas porque freia os investimentos estrangeiros e nacionais no setor agrícola” (De La Grange y Rico, 1997: 257). Para Oppenheimer (1996: 46-49), os volumosos recursos da SEDESOL destinados a Chiapas tinham por objetivo tentar prevenir o começo de um conflito e, se isso não desse certo, era preferível que a repressão se iniciasse após a aprovação do TLC.

## Parte III: O Espetáculo

“O Poeta é um fingidor.  
Finge tão completamente  
Que chega a fingir que é dor  
A dor que deveras sente.

E os que lêem o que escreve,  
Na dor lida sentem bem,  
Não as duas que ele teve,  
Mas só a que eles não tem.

E assim nas calhas de roda  
Gira, a entreter a razão,  
Esse comboio de corda  
Que se chama o coração.”

Fernando Pessoa



## 11. O Furacão

*Janis* (entrevista, Chiapas, 4/1/1999) contou que o levante do dia primeiro de janeiro de 1994 tomou a todos de surpresa. Quando disseram a ela que os zapatistas tinham se levantado, respondeu: “os zapatistas estão mortos, não podem levantar-se!”. Então começou a escutar a rádio que os zapatistas tinham tomado, e de onde transmitiam as “suas declarações”, as suas leis e os motivos da ação armada. Em seguida ela foi ao parque da cidade, e começou a ver que os zapatistas eram indígenas “dessas regiões”, embora oficialmente se dissesse que eram estrangeiros. Eles traziam trajes tradicionais e falavam as línguas dos maias chiapanecos.

“Comecei a ver que no interior do uniforme militar que todos portavam havia também mulheres, e as pude identificar, ainda quando traziam *pasamontañas*<sup>83</sup> e casacos *verde-oliva* [de oliveira], pois traziam os seus lenços (...) Então perguntei a uma delas por que tinha se levantado, e disse que tinha se levantado contra a injustiça. Disse a ela que estavam vindo muitos militares e que iriam matá-la, e ela virou denovo com um sorriso muito bonito (era muito jovem, não tinha mais que dezesseis anos), e com muita firmeza me disse ‘*ya ni modos*’. E saiu caminhando. Para mim foi muito impactante o grau de convicção que tinham” (*Janis*, Chiapas, 4/1/1999).

Quando *Janis* (Chiapas, janeiro de 1999) pegou do chão um exemplar do jornal “El Despertador Mexicano”, antigas emoções e lembranças lhe vieram à mente num turbilhão. A publicação começava com uma “Declaración de la Selva Lacandona - Hoy Decimos !Basta!”:

“Ao povo do México:

Irmãos mexicanos:

Somos o produto de 500 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes, depois por evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano, logo por promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês do nosso solo, depois a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis da Reforma e o povo se rebelou formando seus próprios líderes, surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós a quem se negou a preparação mais elementar para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas da nossa

pátria sem lhes importar que estejamos morrendo de fome e doenças curáveis, sem lhes importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito a eleger livre e democraticamente as nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos.

Mas nós HÔJE DIZEMOS BASTA!, somos os herdeiros dos verdadeiros forjadores da nossa nacionalidade, os despossuídos somos milhões e chamamos a todos nossos irmãos a que se somem a este chamado como único caminho para não morrer de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e vendepátrias. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e a Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais da metade do nosso solo ao estrangeiro invasor, são os mesmos que trouxeram um príncipe europeu para governar-nos, são os mesmos que formaram a ditadura dos científicos porfiristas, são os mesmos que se opuseram à nacionalização do petróleo, são os mesmos que massacraram os trabalhadores ferroviários em 1958 e os estudantes em 1968, são os mesmos que hoje nos tiram tudo, absolutamente tudo (El Despertador Mexicano, 1993).

A Declaração se inicia em ritmo frenético: o primeiro parágrafo possui apenas uma frase e tem poucas vírgulas, atravessando velozmente quatrocentos anos de história, até chegar à Revolução Mexicana onde identifica os seus referentes históricos mais fortes: Villa e Zapata, os generais revolucionários mais radicais. No segundo parágrafo, com o mesmo fôlego, atravessa o século XX. A velocidade da leitura imprime o sentido de urgência, de ruptura, explicitada no lema “já basta!”, que contrasta com a longa duração e as tradições nacionais evocadas pelo mesmo texto. Dicotomias como esta se tornaram uma constante no discurso e práticas zapatistas. Outra dicotomia importante é a ênfase no internacionalismo, combinada com o nacionalismo, embora esta primeira declaração se inscreva nos marcos da nação: dirige-se ao “povo do México”, e reivindica a identidade com “500 anos de luta”, citando momentos decisivos da história mexicana e os heróis nacionais, se afirmando como parte dos “verdadeiros forjadores da nossa nacionalidade”, ao lado de todos os “despossuídos” e dos líderes formados por eles. A história mexicana é apresentada

---

<sup>83</sup> Gorro geralmente negro, que cobre todo o rosto e possui orifícios para os olhos e a boca.

como o conflito entre dois lados: o povo e seus líderes na luta pela emancipação nacional, e as seculares oligarquias, responsáveis por todas as injustiças e cuja posição está ligada à traição do povo e da nação por meio do autoritarismo, da exploração e da associação com interesses e forças estrangeiras (El Despertador Mexicano, 1993). Vale apontar aqui, no que concerne à visão da história como uma longa luta entre pobres e ricos, a grande semelhança com as idéias do Partido dos Pobres de Lucio Cabañas, última guerrilha com base popular antes do EZLN e a mais importante dos anos 70<sup>84</sup> (Montemayor, 1997b: 210).

A Declaração teve um forte impacto, e em parte isso se deve à reprodução parcial da ideologia oficial que o Estado mexicano começou a abandonar na medida em que, a partir 1982, começou a realizar as reformas neoliberais: o nacionalismo, as referências a momentos históricos fundamentais, os heróis da Revolução de 1910 e o compromisso com a democracia social (terra, saúde, educação, etc). O EZLN aparecia reivindicando essas tradições, e não se pode subestimar o peso da disseminação desses valores e símbolos durante décadas nos discursos oficiais e na educação oferecida pelo Estado<sup>85</sup>. Vale mencionar aqui que Marcos escreveu a sua dissertação de mestrado a respeito da educação oficial mexicana. Parece já haver um consenso, embora o líder nunca o tenha admitido publicamente, de que seu

---

<sup>84</sup> Na novela de Montemayor (1997b: 210), Cabañas se dirige a um indígena: “Nós temos que fazer muitas coisas. É verdade – continuou – muitas. Porque dizemos que estamos lutando uma revolução verdadeira, para todos os que vivemos aqui, em nosso país, para que todos possamos viver bem, justamente, no México. Mas dizemos isso e não bastam essas palavras para tudo o que na verdade queremos fazer. Porque nosso partido não se chama partido socialista, e sim Partido dos Pobres. E a nossa brigada não se chama uma brigada socialista, e sim Brigada Camponesa de *Ajusticiamiento*. É que nós somos como vocês mesmos. Somos vocês mesmos, a mesma coisa, pois, como meu corpo tem este braço, esta mão, e esta perna, e este estômago e tudo é meu corpo. Assim nós somos vocês. Porque somos o mesmo povo que exploram os *dinereros* e os políticos que têm polícias e soldados”.

<sup>85</sup> “O chefe zapatista era um justiceiro ao serviço de uma causa nobre: a reconquista da dignidade de quase dez milhões de índios mexicanos que, há mais de cinco séculos, vivem na mais profunda indignação. *Marcos*, diziam, havia retomado o combate pelos ideais da Revolução de 1910, traída por uma elite branca, ou mestiça, ávida de poder e de riqueza. Neste sentido, ele era o herdeiro natural de Zapata, que foi assassinado em 1919 por não ter aceitado que “a terra e a liberdade” para os camponeses seguisse sendo um simples lema.

‘Uma conquista extraordinária do EZLN (...) foi tirar do regime o monopólio de Emiliano Zapata’, se regozijava Carlos Monseváis numa carta enviada a *Marcos*. O escritor mexicano mais prolífico da esquerda anticomunista expressava assim sua aversão à velha prática do poder que consiste em apropriar-se dos heróis da história nacional para fins demagógicos. As reivindicações do Exército Zapatista de Libertação Nacional são sem dúvida universais, mas para os mexicanos, se inscrevem na mais pura tradição zapatista: democracia, justiça, liberdade, trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência e paz.’ (GRANGE & RICO, 1997: 32)

verdadeiro nome é Rafael Guillén. Segundo Grange e Rico (1997: 89-90), a sua tese de mestrado, datada em outubro de 1980 e que, segundo o orientador Cesário Morales, recebia “mais influência de Jacques Derrida y Foucault que de Althusser e com certa dimensão lúdica que ele trazia em seu caráter e que estava também presente na escola francesa”, chama-se “Filosofía y Educación. Prácticas discursivas y prácticas ideológicas. Sujeto y cambio histórico en libros de textos oficiales para la educación primaria en México”

Em contrapartida, na mesma Declaração o EZLN acusa o poder executivo, que vinha sendo controlado pelo Partido Revolucionário Institucional desde a Revolução, de ser ilegítimo, ilegal, ditatorial e sustentado apenas pelo Exército Mexicano. Esta posição chama a atenção pela ambigüidade em relação ao Estado. Ao mesmo tempo em que retira qualquer espécie de legitimidade do executivo e do Exército, não é exatamente uma posição “anti-sistema”, pois reivindica para si a legitimidade que emana da Constituição, além de poupar “os outros poderes da nação”. No documento o EZLN, após apresentar sua identidade com o povo e a sua perspectiva histórica, dizia que “depois de ter tentado tudo para colocar em prática a nossa Carta Magna, recorreremos a ela, nossa Constituição, para aplicar o artigo 39 Constitucional, que literalmente diz: ‘a soberania reside essencial e originalmente no povo. Todo poder público emana do povo e se institui para benefício deste. O povo tem, em todo tempo, o inalienável direito de alterar ou modificar a forma do seu governo’”. O EZLN declarava a guerra ao executivo e ao Exército, prometendo avançar até a capital e garantir eleições livres nos *pueblos* liberados. Pedia também aos “outros poderes da nação” que depusessem o “ditador” para “restaurar a legalidade e a estabilidade da Nação” (El Despertador Mexicano, 1993). E ao colocar as eleições livres como objetivo do ‘avanço libertador’, o EZLN reivindicava para si a principal demanda da luta pela democratização do país levada a cabo pelos movimentos urbanos e partidos de oposição.

A “Declaração da Selva Lacandona” exigia “trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz” (El Despertador Mexicano, 1993). Nada mais e nada menos do que isso: demandas tão simples quanto vagas, que qualquer pessoa entende e considera legítimas, e que se

prestam às mais diversas interpretações. Posteriormente, essas “exigências” passariam a receber um conteúdo mais detalhado: tratar-se-iam principalmente de propostas de reforma constitucional, estas assessoradas por um significativo número de intelectuais mexicanos e fruto de debates abertos com a sociedade civil, e de propostas relacionadas às práticas de “autogestão” das “comunidades autônomas” zapatistas, levadas à cabo pelos próprios indígenas com a ajuda de ONGs, intelectuais, estudantes, religiosos, etc, cuja “autonomia” as reformas constitucionais propostas deveriam garantir. Mas o EZLN nunca pretendeu esperar as reformas constitucionais para desenvolver o projeto de autonomia local. O “Despertador Mexicano” já trazia as “leis revolucionárias”, que passariam a vigorar nas “zonas liberadas” pela guerrilha. De fato, durante todo o ano de 1994 o EZLN teve o controle militar de uma grande área no estado de Chiapas<sup>86</sup>.

Na imprensa falava-se da tomada de quatro, cinco ou sete municípios pelas tropas zapatistas. Não há melhor exemplo que este da confusão que se instaurou nos meios de comunicação. Segundo Condearena (1997: 83-84), meia hora após os sinos anunciarem o ano novo, mais de 900 combatentes entravam pelas ruas de San Cristóbal de Las Casas, a cidade ocupada mais importante. Na mesma madrugada caíram ainda Ocosingo, Margaritas e Altamirano, “no que chamaram operação de envolvimento”, e Chanal, Oxchuc e Huistán, na operação de “aproximação”<sup>87</sup>. Para Tello (1996: 188-189), na madrugada foram ocupados os centros urbanos dos municípios de Altamirano, Chanal, Ocosingo, San Cristóbal e Las Margaritas. E no decorrer da tarde do mesmo dia caíram também Oxchuc, Huixtán, Chalam, Simojovel, Larráizar “e muitas outros povoados dos Altos e do Norte. Um grupo de zapatistas tinha presença, inclusive, em Chiapa de Corzo, há apenas dezesseis quilômetros de Tuxtla [capital do estado]”. Num informe de Marcos à imprensa em 24 de fevereiro, ele falava em sete cidades tomadas: Ocosingo, Altamirano, Las

---

<sup>86</sup> A “zona liberada” zapatista lembra aquela concebida pelo maoísmo, segundo a qual o Exército Popular deveria começar a implantar imediatamente o socialismo nas regiões já controladas, para dar o exemplo que seduziria os povos de outras regiões.

<sup>87</sup> O autor não esclarece no que consistem essas operações.

Margaritas, Chanal, Oxchuc, Huixtán e San Cristóbal de Las Casas (EZLN, 1994: 169).

A 35kms de distância de San Cristóbal de Las Casas, “Chanal foi talvez a primeira que sucumbiu”. Cerca de 100 guerrilheiros entraram logo após as luzes de todas as casas se apagarem, pouco antes da celebração da meia noite. Houve tiroteio no escritório da Segurança Pública e na Prefeitura, e morreram um comandante da polícia e um professor que, tentando escapar em meio à confusão, foi alçado pelos disparos. Em Altamirano, a 15kms dali em direção à Selva, uma ocupação indígena já estava prevista desde o dia 28. Mesmo assim havia apenas agentes da Segurança Pública para proteger a Prefeitura<sup>88</sup>, que se depararam com cerca de 400 guerrilheiros. Vários dos policiais morreram e outros ficaram feridos, entre esses últimos dois adolescentes que haviam sido destacados para ficar alguns dias na cidade. No hospital da cidade, a capitã Alejandra do EZLN estava responsável pela garantia de que os feridos, policiais e guerrilheiros, fossem atendidos. Las Margaritas foi invadida por um grupo que tinha entre 300 e 600 combatentes, e que sofreu “baixas muito significativas”. Após um apagão, entraram na cidade por volta de uma da manhã, e o principal confronto foi ao lado da *Comandancia Municipal*. Em circunstâncias obscuras morreu aí o Comandante David, que junto com Marcos e Daniel era um dos três *ladinos* que formavam o “núcleo do EZLN” (Tello, 1996: 17-19).

Mas a batalha mais dura foi em Ocosingo (doze mil habitantes). Também nesta cidade havia sido reforçado o dispositivo policial, com rumores de uma ação indígena. Entraram de 500 a 600 combatentes, “talvez mais”. Nos dois dias anteriores haviam sido “seqüestrados” os veículos utilizados para o transporte dos zapatistas. O tiroteio começou às cinco horas da manhã nas ruas que rodeiam a prefeitura, e após algumas mortes os policiais ali entrincheirados acabaram por se render. Por volta das cinco da manhã foi tomada também a rádio XEOCH, de onde passaram a alternar a transmissão de músicas com a leitura na língua tzeltal das demandas zapatistas, as

---

<sup>88</sup> Relato em que o Zabadúa conta como recebeu, em Tuxtla, a notícia da ocupação dos municípios: “(...) Em Chiapas é muito comum a tomada de prefeituras e praças municipais devido aos ancestrais problemas

mesmas que estavam sendo espalhadas através do jornal “El Despertador Mexicano”. Às seis da manhã entraram na casa de uma família tradicional de fazendeiros da região, os Solórzano, sequestraram os homens da família, deixaram as mulheres livres e queimaram a casa. Durante o dia, “foram implacáveis com os signos de autoridade. Arrasaram a prefeitura. Queimaram a *Comandancia de la Policía Judicial*. Saquearam a Agência do Ministério Público. Destruíram os arquivos do *Juzgado Mixto de Primera Instancia*. Pilharam os escritórios da Associação Pecuarista.” Também saquearam a caixa da sucursal do banco Banamex, uma loja de sapatos, outra de roupas e um depósito da Coca Cola. Outros estabelecimentos foram poupados. De uma maneira geral trataram bem a população, que chegou a participar dos saques. Eles traziam a própria comida, alguns com mochilas e armas sofisticadas, outros com pedaços de pau no lugar de armas. Em Oxchuc, cerca de 36 kms de San Cristóbal, entraram cerca de 300 guerrilheiros às quatro da tarde. “Todos os escritórios vinculados ao governo foram destruídos – a prefeitura, o registro civil, o PRI, o armazém da CONASUPO, a CNC, o *Comisariado de Bens Comunais*”. Foram também queimadas cerca de quatorze casas e hostilizados alguns líderes indígenas ligados ao PRI (Tello, 1996: 19-23).

A ocupação de San Cristóbal de Las Casas foi a mais importante. Cidade colonial com cerca de 70 mil habitantes, antiga capital do estado e sede da Diocese de San Cristóbal de Las Casas, é também um dos principais centros turísticos do estado. Foi a principal porta de entrada para a imprensa e ONGs que se envolveram com o conflito, e o primeiro palco para as declarações e *performances* do EZLN diante da opinião pública no país e no exterior. Segundo Tello (1996: 13-16), chegaram cerca de 900 zapatistas que, após obstruir as estradas de acesso e cercar as principais avenidas, começaram a entrar na cidade. O destacamento mais numeroso fez mais ou menos o mesmo caminho que “quatorze meses antes, fizeram os indígenas que tomaram a cidade para repudiar os 500 anos do descobrimento da América”. Quase não houve disparos. Às duas horas da manhã já tinham ocupado a Polícia Municipal. Assaltaram o Instituto Mexicano de Seguro Social e o Instituto de Seguro e Serviços

---

agrários. Mas desta vez Jorge havia dito algo que nos inquietou: ‘estão bem armados’” (Zabadúa, 1997: 304-305).

Sociais dos Trabalhadores do Estado e uma farmácia. Ocuparam a prefeitura, onde destruíram muitos documentos, e cujos móveis foram retirados para montar barricadas nas esquinas. Levantaram a sua bandeira, negra com uma estrela vermelha e a sigla EZLN. Após amanhecer começaram a afluir fotógrafos, curiosos e turistas à “praça de armas”, em frente à prefeitura.

A Declaração falava em um avanço libertador até a capital do país. Pretendiam eles tomar o poder do Estado e implantar uma “ditadura do proletariado”? No ‘palco’ montado no centro de San Cristóbal de Las Casas, cujo cenário era a invasão de vários centros municipais, Marcos dava mais pistas sobre os objetivos que tentavam executar. Vera (1997: 296-298) conta como o equipamento de som usado tinha sido emprestado, improvisadamente, pelos jovens curiosos e emocionados de uma banda de etno rock que haviam passado a noite tocando para turistas num bar da cidade:

“As pessoas chegavam à praça para falar com os levantados, lhes tiravam fotos. Manuel e eu nos aproximamos de uma bola de curiosos em frente à prefeitura. Um encapuzado respondia às perguntas muito parcimoniosamente. Perguntei ‘de onde vêm?’, ‘somos daqui’ respondeu. ‘E que resposta ideal esperam do governo?’ Ironicamente disse: ‘pois que renuncie Salinas de Gortari’. Silêncio. ‘Até onde se dirigem?’ Me olhou. ‘Pois esse, é o objetivo’. ‘Que esperam das pessoas?’ ‘Nada, apenas que se dêem conta de quem somos e que não se deixem enganar’. Por último, lhe perguntei se tinham um equipamento de som. ‘Faz como três horas me prometeram um, mas não chegou’. Consultei meu *cuate* [‘mano’] e logo lhe ofereci o amplificador e uns microfones. Aceitou. Me deteve o braço. ‘Se te agarram diga-lhes que eu te obriguei, mas já sabe que não te estou obrigando, certo?’” (Vera, 1997: 297-298).

O encapuzado era Marcos, foi o que o jovem descobriu depois. Carregaram os equipamentos do hotel até a prefeitura, onde ninguém os deteve e nem foram revistados. Deram-se conta de que eram indígenas e pobres. Marcos apareceu com uma extensão “recém comprada”, e apresentou o conselho de anciãos, que agradeceram pelo empréstimo. Os anciãos estavam vestidos de *guarache*, *calzón de*

*manta* e *chuc*<sup>89</sup>. Era já o fim da tarde, e o equipamento foi usado no balcão da prefeitura para a leitura da Declaração da Selva Lacandona (Vera, 1997: 298). Depois Marcos deu mais explicações à imprensa:

“(…)‘este não é um exército guerrilheiro clássico que rouba, seqüestra ou dá golpes espetaculares para logo agarrar a massa’ (...) os integrantes deste grupo ‘estão preparados politicamente e se trata se um movimento étnico’ (...) ‘esta batalha não termina hoje’ (...) ‘não é o golpe clássico da guerrilha que pega e foge, mas que pega e avança’ (...) ‘decidimos tomar hoje esta cidade, assim como Ocosingo, Altamirano e Las Margaritas porque não há condições para eleições livres e democráticas. Na declaração de guerra fazemos um chamado aos Poderes da União para que, fazendo uso do direito constitucional, se deponha o governo ilegítimo de Carlos Salinas de Gortari e o seu gabinete e em seu lugar se instaure um governo de transição formado por personalidades e partidos políticos, para que seja este o que convoque as eleições em igualdade de circunstâncias e não como agora, que seriam ilegítimas e desequilibradas’.

As reformas e contra-reformas que tem feito o PRI, em cumplicidade com o PAN, disse, não dão nenhuma oportunidade aos partidos políticos de oposição e menos a outros movimentos cívicos ou de outro tipo. ‘Há uma falta de liberdade e democracia’, insistiu, e esclareceu que ‘não pedimos nem sequer que se ponha um governo nosso, mas que seja um de transição, com atores mais equilibrados e que este convoque eleições’. (...) Quanto a San Cristóbal, comentou que sua permanência na cidade se alargou porque ‘nós esperávamos uma iniciativa política ou de disposição do Governo e que não fosse apenas enviar aviões e helicópteros. Estamos dispostos a falar e a escutar propostas do Governo, mas a única comunicação que tivemos foi da Comissão Nacional de Direitos Humanos para tratar da saída dos estrangeiros”’ (La Jornada, 2/1/94 94 em: Díaz & López, 1997).

Demonstrando estar levando em consideração a dominância das tendências reformistas na esquerda mexicana, e do envolvimento de setores urbanos com a luta pela transição para uma democracia liberal, o EZLN apostava numa desestabilização do regime que rompesse a lógica do poder instituído e o levasse a ceder espaço para

---

<sup>89</sup> Guaraches: expressão indígena. É uma sandalia artesanal feita com tiras de couro. Calzón de manta: vestimenta tradicional dos indígenas. É uma calça branca feita de algodão, tendo seu comprimento até a metade da perna e normalmente ela é arregassada abaixo do joelho. Na cintura a parte direita dessa calça é levada para o lado esquerdo deixando a calça mais solta permitindo maior movimento. Chuc: em tzeltal significa NÓ. Faixa colorida que amarram na cintura. Muitas vezes fica escondida embaixo da camisa branca, artesanal, feita de algodão. Tradução fornecida por Alejandro Buenrostro por e-mail.

os setores democráticos, e estava aberto também a iniciar um diálogo com o governo. Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, a investida armada era apresentada como o último recurso para colocar em prática as disposições constitucionais, em particular as que se referem ao governo do povo. Na entrevista a Le Bot (1995: 202-203), Marcos conta que nas discussões sobre a Primeira Declaração considerou-se que tinha que ficar claro que se tratava de uma guerra nacional, e não só de indígenas. Exagerar no caráter étnico seria levar o EZLN a “um passado de derrotas, de confrontos internos brutais e sanguinários”. Era preciso um discurso universalista, que incluísse a todos, inclusive os indígenas e suas culturas. E assim pretendia-se romper o isolamento de que padeceram as lutas anteriores. Também não havia otimismo com relação à resposta governamental. Prepararam minuciosamente os aspectos militares do avanço militar, “nos preparamos 10 anos para morrer (...) não nos preparamos 10 anos para falar”.

“Marcos: o que propúnhamos mais seriamente era: vamos sair, vão nos aniquilar, mas isso vai chamar a atenção sobre o problema indígena e atrairá necessariamente o olhar do regime e do mundo para cá.

Para nós a estratégia de Salinas de Gortari dentro do neoliberalismo era construir uma campanha de publicidade, apresentando no exterior um país estável, um bom produto que estava vendendo. Se nós conseguíssemos afetar essa campanha publicitária, iríamos conseguir duas coisas: demonstrar o que realmente estava se passando, o que este projeto político, econômico, significava para este país, para os indígenas; mas ademais, iríamos conseguir que o México olhasse à sua parte indígena e se desse conta de que estava esquecendo de uma parte dele. Era uma guerra contra o esquecimento. (...)”

(...) necessitávamos dar um golpe muito forte, que chamasse a atenção. Tínhamos que conseguir que lhes [o governo] custasse muito caro atacar a população civil. Pensávamos que iriam reagir nos termos clássicos da contrainsurgência: perseguir a força armada e neutraliza-la, controlar e passar para o seu lado as forças civis. Pensávamos que seguiriam o modelo do Vietnã nos territórios ocupados, isso que chamamos de guerra de mentes e corações. Mas se conseguíssemos chamar rápido a atenção, o aniquilamento ou o fustigamento ou o ataque às comunidades, contra a população civil, iria se dificultar. Mas fosse como fosse, para isso se preparou a guerra. As comunidades estavam preparadas

para a retirada, a resistência e contavam com que um feito militar exitoso no começo iria permitir que se o governo colocasse em andamento essa máquina de morte, não o faria impunemente. Tínhamos que elevar o preço do sangue indígena...” (Le Bot, 1995: 212-213).

Segundo Marcos, era preciso resistir tempo o suficiente para que a opinião pública nacional e internacional obrigasse o governo a pelo menos ter cuidado com a população civil, ainda que os combatentes zapatistas fossem atacados com tudo. E o primeiro golpe seria um avanço que iria o mais longe possível, levando a guerra para fora das comunidades indígenas, ocupando as cidades, saindo de Chiapas e seguindo em direção à capital do país (Le Bot, 1995: 213-214).

Para Montemayor (1997a: 37-38), a reação “do governo local durante as primeiras horas mostrava o racismo de longa tradição em Chiapas”. O comunicado falava em “atos de provocação e violência” em quatro municípios, praticados por cerca de 200 camponeses da região, “na maioria monolíngues”. Afirmava a disposição governamental para atender as demandas que “ainda não foram precisadas”, e que já se havia ordenado às forças de segurança para que dissuassem os grupos indígenas e “pedissem” a eles que retornassem à legalidade. Montemayor analisa que o comunicado acentuava a qualidade de “monolíngues” não pelo mundo lingüístico dos grupos, “mas pela distância em relação à civilização que se expressa em língua espanhola”. Qualificar a insurreição do EZLN como rebelião indígena era uma maneira de desqualificar o movimento. E o autor também não deixa de esclarecer que os monolíngues costumam ser o mexicano médio, que apenas fala espanhol, ou americano médio, que apenas fala o inglês, e não o indígena, que costuma saber não só a sua língua, como também a “língua indígena vizinha e também o espanhol”.

A primeira declaração do governo mexicano foi feita pelo subministro do Interior Ricardo García Villalobos, que explicava os “lamentáveis acontecimentos” em Chiapas falando num “grave atraso histórico que não se pôde cancelar totalmente, não obstante os grandes esforços realizados nos cinco anos desta administração”. Ele reconhecia a validade da “demanda social”, para a qual “existe vontade de resposta”, mas afirmando que ela não podia servir de “pretexto para violentar a ordem jurídica”

(La Jornada, 2/1/94 94 *em*: Díaz & López, 1997). Havia o cuidado em não mencionar o nome “EZLN”, ou “zapatistas”. Já se esboçava a estratégia governamental de tentar restringir o conflito à região de Chiapas, e a oferta de recursos para políticas sociais no estado se inscrevia na tradição corporativa mexicana de cooptação dos movimentos dissidentes, havendo uma relação íntima entre políticas sociais e controle político. Quando esta relação falhava, então se fazia uso da força. Foi o que aconteceu em Chiapas, mais uma vez, nesta primeira quinzena de janeiro.

O bispo Samuel Ruiz, por sua vez, assinou um documento junto com os outros dois bispos de Chiapas, Felipe Aguirre Franco (bispo de Tuxtla) e Felipe Arizmendi Esquivel (bispo de Tapachula), em que faziam um apelo ao “espírito de diálogo” e ao “reconhecimento sincero de que a demora em dar respostas a soluções que são urgentes, ou o emprego indevido da força, gera frustrações que podem conduzir a situações violentas” (Reyes & Zebadúa, 1995: 29). Segundo o jornal *El Financiero* (2/1/94), sabia-se extraoficialmente que Ruiz foi procurado pelo ministro do Interior e ex-governador de Chiapas Patrocinio González Garrido para ser mediador entre o EZLN e o Exército Mexicano. No mesmo artigo, o jornal citava o líder opositor Cárdenas, para quem a violência “venha de onde venha” apenas levaria o país a um “maior atraso social”, defendendo a “ação civil” e a “participação ativa nas eleições” como única maneira para se alcançar a democracia. No jornal *La Jornada* (2/1/94 *em*: Chiapas El Alzamiento, 1994), aparece que já no primeiro dia o governo de Chiapas acusou “sacerdotes católicos da Teologia da Libertação e seus diáconos” de estarem vinculados com os levantados, e de os ajudarem com equipamentos de comunicação. No dia seguinte Ruiz leu um comunicado em que considerava as acusações “caluniosas e irresponsáveis”, esclarecendo que a diocese nunca promoveu a violência como “meio para solucionar” demandas sociais, e jamais teve relações “operacionais” ou “institucionais” com os grupos armados (La Jornada, 3/1/94 *em*: Díaz & López, 1997).

Tello (1996: 192) relata que na noite do dia primeiro o grupo que ocupou San Cristóbal se dividiu. Yolanda comandava os que se dirigiram ao quartel Rancho Nuevo da 31ª Zona Militar, e Marcos saiu em direção a San Andrés Larráinzar, a 20 kms ao noroeste de San Cristóbal. Milicianos utilizando veículos seqüestrados

cuidavam da alimentação e guiavam as tropas pelos caminhos das montanhas. Segundo Condearena (1997: 87-88) as tropas que deixaram San Cristóbal se dirigiram a Rancho Nuevo e no caminho passaram por Cerro Hueco, uma das maiores prisões de Chiapas, onde libertaram todos os presos<sup>90</sup>. O quartel militar foi atacado por vários flancos, mas conseguiu resistir à investida rebelde, tendo havido baixas de ambos os lados. Nas redondezas, um microônibus com doze zapatistas foi surpreendido e metralhado até que todos estivessem mortos.

Tello (1996: 193) conta que em Las Margaritas a rádio XEVFS – Voz da Fronteira Sul – retomou as transmissões, em tojolabal, da Primeira Declaração. O objetivo dos rebeldes era avançar até Comitán, uma cidade maior que fica a 18 kms de Margaritas. Mas o subcomandante Pedro, que comandava essas tropas, foi morto “por um indivíduo que ninguém viu, escondido atrás de um veículo”<sup>91</sup>. Moisés assumiu o comando e ordenou a retirada. Neste mesmo município, um grupo de zapatistas chegou ao *rancho* San Joaquín, onde seqüestraram o proprietário, ex-governador e general Absalón Castellanos. Mas foi em Ocosingo que houve um dos piores revezes. O major Josué, na região de Tumbalá que fica entre Comitán e Palenque, falhou na tentativa de cortar o avanço do Exército Mexicano, e nem conseguiu destruir a ponte La Virgen. Com isso os zapatistas que estavam em Comitán foram surpreendidos e vários acabaram cercados no mercado da cidade. Houve execuções sumárias dos que foram presos após duros tiroteios, relatadas como “prováveis” pela oficial Comissão Nacional de Direitos Humanos. Na versão de Condearena (1997: 88-89) houve um erro por parte da dirigência zapatista e a estrada para Palenque foi abandonada precocemente. O Exército chegou apoiado por forças paraquedistas, cortando a possível retirada dos guerrilheiros e levando a baixas de civis e soldados de ambos os lados. Enquanto franco atiradores zapatistas procuravam

---

<sup>90</sup> Vale lembrar aqui o papel das prisões chiapanecas na repressão aos movimentos independentes. Além disso, as comunidades indígenas possuem costumes próprios sobre a justiça. Em “Yo, Marcos” (1994: 42), o líder relata que “aquele que mata um homem, o Código penal o leva a Cerro Hueco, e ficam assim duas viúvas: a do morto e a do assassino. A comunidade diz: ‘Não: liberdade física, pena moral. O que matou tem que trabalhar para a viúva e os filhos, e sua mulher e seus filhos’, e fica exposto sem nenhuma autoridade moral nem direitos como assassino, que é o maior castigo. Se a viúva e a comunidade estão de acordo com o castigo, por que vêm os judiciais, levam o assassino e deixam duas viúvas? São essas coisas que não aceita o governo federal.”

cobrir suas tropas, o Exército entrou no hospital, onde assassinou doentes e seus familiares. No final a imprensa registrou a cena de cinco supostos zapatistas, executados após serem amarrados nos pés e nas mãos.

Segundo o jornal *La Jornada* (dias 4 a 6, 9 a 10 e 12 a 13/1/1994 *em*: Chiapas El Alzamiento, 1994), no dia três os zapatistas chegaram até um povoado de Comitán, onde enfrentaram militares, e alguns teriam chegado a entrar no centro urbano do município. Apenas no dia quatro o EZLN se retirou definitivamente de Ocosingo e Altamirano, após serem cercados por grandes contingentes do Exército Mexicano, que assim completavam a reocupação dos principais centros urbanos que haviam sido tomados pela guerrilha. Os reforços já alcançavam a cifra de dez mil soldados. Em alguns povoados a população se rebelou contra os zapatistas, como em Huixtán, onde onze supostos guerrilheiros foram presos, dos quais 6 foram espancados e quatro armas foram apreendidas. No dia cinco tzeltales de Oxchuc decidiram formar um grupo de autodefesa para prevenir novos ataques zapatistas. Também neste dia foram registrados bombardeios ao sul de San Cristóbal de Las Casas, que se repetiriam nos Altos e na Selva até o dia doze. Em Chanal, a ocupação do EZLN durou até o dia seis, e a guerrilha continuou realizando ataques diários ao quartel da 31ª zona militar, descendo os morros e atacando de noite após a derrubada de cabos de eletricidade e telefone. No dia onze foi registrado o último ataque guerrilheiro ao quartel. No dia sete o Exército Mexicano fechou várias estradas e iniciou a “Operación Rastrillo”, procurando localizar guerrilheiros nas serras Corralchén e Norte. Segundo fontes oficiais, “as formigas”, como os guerrilheiros eram chamados pelos militares, estavam se dispersando por quatorze municípios no Norte e nos Altos, onde estavam havendo combates, e teriam já derrubado seis aeronaves do Exército. No nono dia o *La Jornada* anunciava o reforço militar em todo o país.

Os primeiros e últimos dias de combate aberto entre o EZLN e o Exército Mexicano, em janeiro de 1994, forneceram para a grande mídia a mercadoria que, ao lado do erotismo, é a que mais gera lucros: a violência. Após 12 dias de combates,

---

<sup>91</sup> Um rumor existente sobre esse misterioso acontecimento afirma que Pedro teria sido morto pelos seus próprios homens, que não queriam avançar até Comitán (Pesquisa de Campo, Chiapas, 1999).

quando o governo declarou uma trégua unilateral, haviam morrido 150 rebeldes, 24 policiais e 19 militares, segundo dados oficiais, embora relatos da população local tenham levado a estimativas que chegam a 400 ou até 600 mortos. Segundo Trejo (1994: 15 e 75), que investigou o tratamento recebido pelo EZLN na mídia mexicana, nunca um assunto havia ocupado tanto espaço em tão pouco tempo nos veículos de comunicação, o que ele atribui à espetacularidade e à rapidez na sucessão dos acontecimentos. Especialmente as publicações que fizeram do tema uma causa própria, editorial, tiveram grandes aumentos de venda. O caso mais conhecido foi o do jornal *La Jornada*, que em treze de janeiro anunciou que a tiragem naquele dia era de 164 mil exemplares, três vezes maior que média diária estimada por Trejo.

Se a guerrilha que surgia ao público se tornou o alvo frenético da grande mídia, com o passar dos dias a própria mídia passou a ocupar um lugar central na estratégia zapatista. As circunstâncias foram favoráveis para isso: não houve controle oficial da informação, e sim o que Trejo (1994: 83-84) chamou de um “problema peculiar de hiperinformação” não acompanhado necessariamente por um maior profissionalismo por parte da imprensa. “Muita informação, não é garantia de boa informação. Abundância de fatos, não significa clareza na propagação e nem na interpretação deles.” Considerando-se que não existem fatos unívocos e sim a disputa por recortes e interpretações, pode-se inferir que as conclusões de Trejo são um sintoma de que o EZLN encontrou na mídia uma arena heterogênea onde galgar posições favoráveis. A abundância de informações permitia que surgissem muitas interpretações e posicionamentos, um campo de indefinições propício para investidas retóricas. A possibilidade de ocorrer censura oficial foi também debilitada pela presença de recursos alternativos como a *internet*, que passaram a ser amplamente usados na difusão e debate dos acontecimentos. E a importância desses meios alternativos pode ter sido ainda maior caso a credibilidade da grande mídia afete o peso desses meios enquanto formadores de opinião. Trejo (1994: 79) cita uma pesquisa realizada pelo jornal *Reforma* no dia 20 de março daquele ano com mil entrevistas na capital do país, em que 29% considerava a informação transmitida pelos meios de comunicação sobre Chiapas objetiva e 66 % a considerava manipulada, 39% achava que a informação era transmitida de maneira verdadeira

enquanto para 56% era transmitida de maneira falsa. A grande repercussão através da mídia contribuiu para que ocorresse um efeito multiplicador do levante através de ações violentas e pacíficas em todo o país e no mundo.

Já no dia três explodiu uma bomba molotov no Consulado Mexicano de El Paso, Texas. No sexto dia foi feita uma panfletagem de propaganda do EZLN voltada a indígenas em Villahermosa (estado de Tabasco, no sul do país), e foram derrubadas duas torres da Comissão Federal de Eletricidade (CFE), em Uruapan (estado de Michoacán) e Tehuacán (Puebla), na região central do país. No dia sete explodiu um carro bomba, deixando cinco feridos na Plaza Universidad. No dia oito explodiu uma granada na prefeitura de Acapulco, capital de Guerrero (ao sul), uma caminhonete que levava três mísseis perto do Campo Militar N-1, além de mais duas explosões neste mesmo estado, perto de uma torre de eletricidade. No dia nove foram três explosões em torres da CFE da linha Tuxpan-Texcoco (região central), uma bomba de fabricação caseira foi desarmada e cinco pessoas presas em Naucalpan, no estado do México, e duas bombas explodiram na Cidade da Guatemala, uma em frente ao Consulado Mexicano e outra diante do periódico Siglo XXI. No dia onze a explosão foi no Consulado Mexicano de Bilbao, no País Vasco, norte da Espanha. Além dos ataques, muito mais numerosas eram as ameaças. Durante apenas o dia onze foram registrados quarenta telefonemas sobre falsas bombas recebidas por dependências públicas, poderes legislativo e judiciário, empresas privadas, bancos, estações de metrô, instituições educativas e centros comerciais. Os ataques, em alguns casos, eram reivindicados por grupos que se diziam pertencentes ao EZLN ou ao Partido Revolucionário Operário Clandestino União do Povo - Partido dos Pobres (PROCUP-PDLP) (La Jornada, dias 4, 7 a 10 e 12/1/1994, *em*: Chiapas El Alzamiento, 1994).

Na versão de Tello (1996: 192-193), os dispositivos das Forças de Libertação Nacional no resto do país chegaram a entrar em ação naqueles dias. O major Javier, que semanas antes teria sido designado por Germán para ir a Chihuahua reativar a Frente Norte (os restos da antes denominada Frente Villista De Libertação Nacional). Com falta de pessoal e recursos, não puderam fazer nada naqueles dias. Por outro lado, as células da Frente Para-Central puderam realizar ações de sabotagem, embora não tivessem homens suficientes para ações de propaganda revolucionária. Alguns

dias antes do levante zapatista eles marcaram algumas torres da CFE localizadas em Coatzacoalcos (estado de Veracruz), Tehuacán (Puebla) e Uruapan (Michuacán). Estava previsto que as torres começariam a cair na madrugada do ano novo, por ordens do comandante Germán. Mas antes que elas começassem a cair, seria dada a notícia por meio de um comunicado do EZLN. “As montanhas da Frente Para-Central ofereciam, sem dúvida, menos vantagens táticas, porém mais possibilidades estratégicas que as cañadas da Frente Sul-Oriental”. As afirmações deste autor sugerem que a derrubada das torres em Puebla e Michoacán, no dia seis, teriam sido obra das Forças de Libertação Nacional. E que pelo menos a maior parte das outras ações teriam sido empreendidas por outros grupos clandestinos, sem relação orgânica com o EZLN, mas em resposta ao levante. Segundo o *La Jornada* (7/1/94 em: Chiapas El Alzamiento, 1994), a derrubada das torres da região central do país foram reivindicadas pelo EZLN através de um comunicado (não publicado pelo jornal). Mas no dia seguinte, o mesmo jornal afirmou que um homem teria telefonado para dizer que a ação não tinha sido realizada pelo EZLN. Num comunicado do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral do EZLN (CCRI-CG) do dia 11, enviado num pacote com a assinatura de Marcos (para assegurar a origem), os zapatistas se desvinculavam genericamente dos “atentados terroristas contra objetivos civis em diversas partes do país”, e diziam que suas tropas lutavam apenas contra “as polícias e o exército federal”. “Nenhum objetivo civil sofrerá ataques militares de parte das tropas zapatistas” (EZLN, 1994: 80).

Se o levante havia estimulado uma onda de violência política, também gerou inúmeras mobilizações pacíficas e mesmo pacifistas, em geral afinadas com as demandas zapatistas por democracia e justiça social, pedindo a solução do conflito através do diálogo e procurando impedir um massacre em Chiapas por parte do Exército Mexicano. Já no primeiro dia posições deste tipo por parte de intelectuais, religiosos, políticos e articulistas começaram a ter grande destaque na imprensa. No dia três várias ONGs se manifestaram através da imprensa, pedindo a mediação da Igreja. No dia quatro a Conferência do Episcopado Mexicano (CEM) reforçou as posições de Samuel Ruiz e pediu que se evitasse a repressão. No quinto dia do ano saiu uma caravana, da Coordenação de ONGs de San Cristóbal de Las Casas pela Paz

(reunindo já 14 ONGs), com o objetivo de cruzar a linha de fogo para verificar se estava ocorrendo um massacre ou apenas uma “operação tática”. No dia nove um correspondente do *La Jornada* noticiava que a primeira tentativa da caravana para romper o cerco militar foi frustrada pelos bloqueios militares. Um quarto do estado de Chiapas permanecia ilhada para as ONGs e a imprensa, e Ruiz declarou que isso sugeria que se estava escondendo algo, “e isso não é benéfico para o país”. No dia sete a CIOAC demandou uma anistia, Cárdenas sugeriu que o governo tomasse a iniciativa de cessar unilateralmente o fogo, e na Cidade do México ocorreu uma manifestação com dez mil pessoas provenientes também de Puebla, estado do México e Veracruz, organizada pelo Movimento Proletário Independente (MPI) e apoiada pelo Sindicato Único de Trabalhadores do *Autotransporte* Urbano Rota 100 (SUTAU), que providenciou o transporte dos militantes. Os manifestantes demandaram o reconhecimento do EZLN como força beligerante “para que tenha direito às leis internacionais em matéria de guerra e se protejam seus direitos humanos”. E advertiram que o conflito de Chiapas “está vivo, e se não for atendido a tempo poderá incendiar” outras regiões do país. No dia dez a Anistia Internacional reforçou as denúncias de que estariam sendo realizadas execuções sumárias em Chiapas. Os presidentes Felipe Gonzáles (Espanha) e Carlos Menem (Argentina) fizeram declarações de apoio à repressão de Salinas, mas as Mães da Praça de Maio, a imprensa francesa, a Comissão Internacional de Juristas condenaram a atuação do governo mexicano, enquanto Rigoberta Menchú, guatemalteca e prêmio Nobel da Paz, disse que ajudaria como pudesse por uma solução pacífica. No décimo primeiro dia ocorreram mobilizações em San Luis Potosí (estado de San Luis Potosí), Veracruz (estado de Veracruz) e Morelia (estado de Michoacán). A primeira com cerca de trezentas pessoas e chamada por sete organizações cívicas e de direitos humanos, pedindo o reconhecimento como “‘levante social o movimento’ iniciado pelo EZLN”, uma solução rápida, anistia, fim da manipulação oficial de informações e por parte da Televisa e o repúdio do uso do conflito de Chiapas para a perseguição política. Enquanto isso outras cinquenta pessoas protestaram diante do consulado contra a participação do Exército Mexicano no conflito. Em Veracruz uma caravana com cerca de duzentos militantes do PRD foram barrados quando tentavam chegar às

26<sup>a</sup> Zona Militar para protestar contra a violência. Em Morelia uma Marcha pela Paz convocada pelo PAN terminou em frente à 21<sup>a</sup> Zona Militar (La Jornada 1 a 12/1/94 *em*: Chiapas El Alzamiento, 1994). Finalmente, no dia 12 se reuniram entre cinquenta e cem mil pessoas na cidade do México. Entre elas Cárdenas, candidato à presidência pelo PRD. Era a maior mobilização civil desde as grandes passeatas do período pós-eleitoral de 1988: “organizações camponesas, indígenas, operárias, urbanas, sociais e políticas” foram à Plaza de la Constitución, no centro da Cidade do México, pedir o “*alto a la masacre*” e “*justicia y paz*”. Queriam repudiar a intervenção militar em Chiapas, censurar a atitude presidencial frente ao conflito e condenar a política econômica neoliberal. E o trajeto da passeata parecia, ao menos no texto do jornalista, reivindicar a tradição revolucionária mexicana com ênfase nos seus símbolos democráticos: “foi também uma passagem pela história, expressa nos nomes das ruas: cruzaram a Reforma, passaram por Juárez e entraram na Constituição – a praça – por Francisco I Madero, onde acentuaram sua demanda pela democracia” (La Jornada: 13/01/94 *em* Díaz & López, 1996).

“Diante de um Zócalo [praça central da cidade do México] quase cheio, o padre Miguel Concha, orador principal, demandou, em nome de todos os congregados: que o Governo Federal reconheça o Exército Zapatista de Libertação Nacional como interlocutor legítimo; que este por sua vez responda eficazmente às convocatórias governamentais de negociação, e que o Exército Mexicano facilite a saída política e garanta o Estado de direito.

Pouco antes havia assinalado: ‘todos queremos ardentemente a paz. Mas não uma paz a qualquer preço, e sim uma paz verdadeira que nasça da justiça para todos, do reconhecimento e respeito de todos os direitos para todos. Uma paz que requer a supressão da violência, mas também a supressão das suas causas’ (La Jornada: 13/01/94 *em* Díaz & López, 1996).

Em San Cristóbal de Las Casas, no dia treze, cerca de trezentos indígenas representando cento e treze organizações pediram o reconhecimento do EZLN como força política, uma solução pacífica para o conflito e condições para a volta dos deslocados às suas comunidades, e solicitaram à ONU uma comissão para investigar a violação de direitos humanos. Em Michoacán e Nayarit cerca de duas mil pessoas, entre pescadores, estudantes, deputados, camponeses, motoristas de taxi e de ônibus e

“defraudados por Maurício Dromundo” participaram em quatro manifestações. O PAN anunciou para o dia quinze mobilizações nas estradas nacionais por paz e democracia, e em Bonn (Alemanha) centenas de pessoas protestaram contra as matanças do Exército Mexicano. No décimo quarto dia os protestos foram em Madrid e Paris. No dia quinze cento e vinte e oito organizações indígenas independentes de Chiapas entregaram suas demandas ao governo, e houve passeatas na Cidade do México, Tabasco e Chihuahua. No dia dezesseis as passeatas foram em Juchitán, Guadalajara e Torreón. Na capital houve uma noite de maratona artística “por paz e pelas crianças de Chiapas, por paz e justiça para Chiapas”, aberta pela famosa atriz Ofelia Medina e contando com a participação de Rigoberta Menchú, escritores e famosas bandas de rock. Buscava-se arrecadar ajuda humanitária para os indígenas. E Ofelia Medina comoveu milhares de pessoas com um discurso claramente simpático ao zapatismo: “Não viemos trazer esmolas para os indígenas, não; e nem pena. Ninguém deve trazer esmolas aqui. Devemos trazer o melhor de nós mesmos. Sim podemos mudar porque o México já mudou. Nós somos os ignorantes, não eles; os indígenas sabem mais sobre nós do que nós sobre eles. A venda é nossa, não deles. E a eles devemos essa mudança de atitude...” (Ja Jornada, 14 a 17/01/94 *em*: Chiapas El Alzamiento, 1994). E as mobilizações não pararam aí.

A força política de centro esquerda que vinha emergindo ao redor da figura de Cárdenas, primeiro na Frente Democrática Nacional (FDN) e logo no PRD, teve um papel fundamental para reforçar a posição do EZLN. A justificativa da luta armada argumentada pela guerrilha, evocando a marginalização combinada com a falta de democracia e a repressão, não lhe era alheia. Além de ter perdido a eleição de 1988 por causa de uma fraude que ficou evidente até para a imprensa internacional, a esquerda democrática era vítima de freqüentes assassinatos políticos<sup>92</sup>. O governo de Salinas, por sua vez, vinha tendo um enorme êxito em sua propaganda política. O México era apresentado através da mídia internacional como um sucesso econômico e modelo a ser seguido pelos outros países da América Latina. Quando houve o

---

<sup>92</sup> “As eleições competidas e os conflitos que geralmente se seguem a elas constituem a principal origem da violência política no México. No sexênio de Carlos Salinas de Gortari ocorreram mais de 230 mortes vinculadas aos comícios, a maioria delas de militantes do Partido da Revolução Democrática (PRD).” (Huchim, 1994: 117)

levante, foi a oportunidade para ventilar pelos quatro cantos do mundo as críticas contra o autoritarismo e o modelo econômico adotado pelo país. Apoiar uma saída política para o levante chiapaneco era ao mesmo tempo a chance para enfraquecer o regime e forçar a democratização do país<sup>93</sup>. Por outro lado, havia a percepção generalizada de que estava começado um massacre em Chiapas, e daí saiu a bandeira que iria unificar e mobilizar a esquerda naquele momento: “parem o massacre”. É difícil imaginar que sem esse apoio tivessem se juntado dezenas de milhares de pessoas na Cidade do México no dia doze, mesmo dia em que o governo anunciou o “cessar fogo unilateral”.

Nos primeiros dias do mês o tom dos comentários de políticos e outras personalidades davam uma ênfase à condenação da violência como forma de luta que depois foi se diluindo em outros temas. Até mesmo o jornal *La Jornada*, que depois se tornaria um dos principais interlocutores do EZLN na imprensa, criticou o uso das armas no editorial do dia dois de janeiro (*Ja Jornada*, 1 a 17/01/94 *em*: Chiapas El Alzamiento, 1994). Apenas no dia seis apareceu a primeira declaração pública de Carlos Salinas de Gortari sobre os acontecimentos, o que mostra o desconcerto e o despreparo do governo para lidar com o levante. O presidente reconhecia o “atraso e a pobreza” de Chiapas, que “vem de muitas décadas”, e ressaltava que muitos recursos haviam sido investidos para reverter esta situação nos “últimos cinco anos”. Um diálogo frutífero estaria sendo mantido com organizações sociais do estado, mas apareceu uma organização diferente, “profissionais da violência, nacionais e um grupo de estrangeiros, alheios aos esforços da sociedade chiapaneca” (*El Día*, 7/1/94 *em*: Díaz & López, 1996). Com essas afirmações ele fazia ressoar as outras vozes governamentais que já haviam insinuado e afirmado que o EZLN seria formado por um grupo armado profissional que estaria manipulando os indígenas, levando-os à ação violenta. Samuel Ruiz foi quem respondeu a mais esta expressão de racismo que

---

<sup>93</sup> “(...) o estalo em Chiapas deu por um tempo razão aos obstinados e vilipendiados críticos, opositores e cétricos mexicanos que desde 1988 insistiam em que o rumo do regime do presidente Salinas levaria cedo ou tarde a uma crise de grandes proporções. Isso, se advertia, ia suceder não em um país magicamente propulsado ao Primeiro Mundo por manchetes de periódicos irresponsáveis ou por acordos de cúpula de comércio, mas em um firmemente ancorado no Terceiro Mundo de sempre: um país composto por várias nações segregadas, infestado por injustiças e desigualdades, autoritarismo e corrupção, pobreza e marginalização. A sublevação em Chiapas se erigiu num símbolo dessa crise, que não terminava aí.” (Castañeda, 1994: 38-39).

vê nos indígenas seres ignorantes e ingênuos, ou de utilização do racismo na formulação de argumentos para deslegitimar o novo zapatismo. No dia sete o bispo afirmou que não acreditava que se tivesse dito “uma coisa em lugar de outra” aos indígenas, que tivessem sido enganados (La Jornada, 8/01/94 *em*: Chiapas El Alzamiento, 1994).

Com o passar dos dias, a maior parte das declarações passou a dar ênfase cada vez maior à denúncia da violência governamental, e às demandas por diálogo, democracia e justiça. No dia dez Salinas reestruturou o executivo, trocando vários ministros. O ex-governador de Chiapas e então ministro do Interior Gonzáles Garrido teve que anunciar sua renúncia<sup>94</sup> “em reconhecimento ao que não funcionou”, nas palavras de Salinas, e se retirou da vida pública. No seu lugar entrou Jorge Carpizo McGregor. Ao mesmo tempo foi indicado Manuel Camacho Solís<sup>95</sup> para chefiar a comissão “para a paz e a reconciliação em Chiapas”, responsável pelas negociações com o EZLN. No mesmo dia, o candidato a presidente pelo PRI, Luis Donaldo Colosio, fez uma declaração pedindo justiça social. No dia onze Camacho expressou o desejo por “paz com justiça e democracia”. Era uma tradição para o PRI a grande capacidade de cooptação e a assimilação de discursos de esquerda. É o partido de um regime nascido de uma revolução e consolidado pela incorporação dos movimentos sociais em um sistema corporativo. Mesmo assim, estas declarações mostravam que a correlação de forças evoluía de maneira favorável ao EZLN, senão no campo de batalha ao menos na luta política. Os zapatistas ganhariam espaço e tempo para criar laços com os grupos independentes da chamada sociedade civil. No dia doze o presidente anunciou o “cessar fogo unilateral”, e no décimo sexto dia o presidente declarava estar enviando ao Congresso um projeto de anistia para todos os “participantes de atos de violência” em Chiapas até este dia (La Jornada, 1 a 17/01/94 *em*: Chiapas El Alzamiento, 1994). Num comunicado do dia seis de janeiro, mas publicado na imprensa apenas no dia 18, o EZLN já havia “reiterado” sua disposição para o diálogo, exigindo para isso as seguintes condições, que apenas em parte

---

<sup>94</sup> Cárdenas havia pedido a destituição de Garrido no dia oito (La Jornada, 9/01/94).

<sup>95</sup> Camacho era um dos prováveis candidatos a ser indicado por Salinas para liderar o PRI nas eleições presidenciais de 1994, e não escondeu sua insatisfação quando foi Colosio o escolhido. Sua nomeação para as

chegaram a ser atendidas pelo governo: reconhecimento do EZLN como força beligerante, o cessar fogo de ambas as partes, a retirada das tropas “federais” das comunidades e seu retorno aos quartéis, fim do bombardeio indiscriminado contra a população rural e formação de uma Comissão Nacional de Intermediação (CONAI). Avisou, por outro lado, que não iria depor as armas até que todas as demandas da Primeira Declaração estivessem “cumpridas” (eles tiveram o cuidado de não usar a palavra ‘atendidas’). Num comunicado do dia 13, publicado no dia 18, o EZLN convidou Samuel Ruiz para ser mediador, integrando-se à CONAI, o que foi aceito pelo governo (EZLN, 1994: 79, 83). Segundo Condearena (1997: 93-96), em 20 de janeiro Camacho foi reconhecido pelo EZLN como “interlocutor verdadeiro”, e ele foi à Selva em meados de fevereiro para conversar com os rebeldes, quando foi aceito o diálogo. O encontro oficial dos representantes do EZLN, entre eles Marcos, com a delegação governamental liderada por Camacho iria se realizar na Catedral de San Cristóbal de Las Casas, entre os dias 20 de fevereiro e 2 de março.

O fim das hostilidades interessava tanto ao EZLN, que não tinha força e apoio militar suficiente para vencer uma revolução e que considerava fundamental a ampliação de suas alianças, quanto ao governo, que queria preservar o quanto fosse possível a boa imagem que o México vinha desfrutando no mundo antes do levante. Além disso, o EZLN declarava não estar em busca do poder político, e sim da democracia e, em particular, eleições livres, sem o que não seria possível a melhora das condições de vida dos mexicanos. Na análise de Castañeda (1994: 41) os zapatistas tinham uma interpretação “própria, coerente e compatível” da luta armada de El Salvador que conseguiu, graças à luta armada, o que em décadas ninguém mais logrou: “não a tomada do poder e nem a revolução socialista, mas reformas políticas profundas, eleições limpas e um estado de direito, um fim à violência e à repressão dos mais humildes, algumas reformas econômicas e sociais incluindo um começo de repartição de terras, uma depuração das forças armadas e de segurança”. Para Condearena (1997: 93-94), o EZLN não esperava um alto ao fogo tão rápido e que a reação da sociedade civil se tornasse uma “ofensiva de paz”. E se o governo

---

negociações de paz lançou fumaça na corrida eleitoral, gerando boatos de que sua possível candidatura ainda não estaria descartada. Ver Castañeda (1994).

propiciou o diálogo, isso ocorreu por causa da pressão popular, a grande repercussão na mídia nacional e internacional, e a necessidade de ganhar tempo, “de calibrar com quem estava brigando, de buscar essa *mano negra* que nunca tinha conseguido encontrar”.

Quanto ao EZLN, e considerando sua grande capilaridade em relação às demandas e opiniões das comunidades indígenas, provavelmente houve mais um fator importante para se desejar o diálogo. *Erasm*o esteve entre os combatentes zapatistas que enfrentaram o Exército. Ele conta que era como se fosse um jogo, uma brincadeira. Eles estavam preparados e eram muitos. Mas a volta à sua comunidade foi a pior experiência que teve em todos esses anos: as famílias não estavam preparadas. As comunidades tinham sido bombardeadas, e morreram muitas pessoas que sequer sabiam da existência do EZLN. A sua família e a sua comunidade tiveram que se refugiar nas montanhas, sem qualquer apoio. Foi muito sofrimento (entrevista com *Erasm*o, Chiapas, 14/1/1999). Além disso, o isolamento e a modéstia econômica do EZLN e a sua ênfase na dimensão política haviam propiciado a formação de uma guerrilha mais capaz na política do que na guerra clássica de guerrilhas.

Mas vale destacar que há uma diferença entre a demanda original do EZLN de renúncia de Salinas e formação de um governo de transição para a democracia e a aceitação de um diálogo com este governo. Movimentos sociais e líderes de oposição vinham pedindo o reconhecimento do EZLN como força beligerante ou política, anistia, diálogo, enfim a agenda que o governo acabou por acatar. Para a guerrilha, especialmente interessada em unir a nação em sua luta por “liberdade, democracia e justiça”, era obrigatório que aproveitasse a oportunidade do diálogo para iniciar sua prospecção política. Para Marcos, o fator decisivo para se apostar no diálogo com o governo foi justamente a reação da sociedade civil:

“Assim que em 1 de janeiro de 1994 lançamos a guerra e lutamos 12 dias. Havíamos previsto dois extremos: ou todas as gentes do México se levantavam com a gente e derrotaríamos o PRI, ou vinha o mundo em cima e nos aniquilavam. (...) Ou seja: em 1 de janeiro saímos da Selva, lançamos a guerra e baixamos num país que tínhamos deixado em 1983. Era outro país. Descobrimos isso em 12 de janeiro de 1994: nunca nos havia ocorrido que as pessoas podiam se levantar em todo o país, mas não em armas, mas

para pedir a paz. Isso demonstra que a realidade é sempre mais inteligente que a teoria mais brilhante que alguém possa elaborar” (Marcos *em* Fazio, 1996:126-127).



## 12. A Guerra Simbólica

Já durante a guerra, mas sobretudo a partir de meados de janeiro, a guerrilha começou a se esforçar para romper as dificuldades geográficas e políticas para se comunicar com a chamada sociedade civil mexicana<sup>96</sup>. Apenas nos primeiros sete meses de 1994 foram 107 textos, o que equivale a cerca de um texto a cada dois dias, e dos quais 37 foram enviados em apenas um mês, entre meados de janeiro e o começo do diálogo com o governo na Catedral, o que revela um grande esforço inicial (EZLN, 1994). Não é pouca coisa, considerando-se ainda que os textos assinados pelo CCRI-CG tinham que ser discutidos e aprovados pelo Comitê. E havia ainda o problema da mediação entre as várias línguas e visões de mundo. O próprio EZLN se subdividia em várias etnias com suas respectivas línguas, como explicou Marcos durante o diálogo na Catedral, quando se referiu aos quatro “grupos de comitês clandestinos revolucionários indígenas, que controlam quatro etnias principalmente” (EZLN, 1994: 169). E havia a necessidade de um tradutor para o mundo ocidental. Este se tornou um dos mais importantes papéis de Marcos, redator dos comunicados assinados pelo CCRI-CG, e que também escrevia seus textos próprios para se comunicar com a sociedade civil. Segundo Marta Durán, em sua introdução a uma compilação de comentários de Marcos, “a palavra do sub é a palavra da comunidade índia, a ponte entre duas culturas, ou melhor dito, entre dois mundos: o indígena e o nosso” (Yo, Marcos, 1994: 10). Os comunicados zapatistas se tornaram célebres pelo senso de humor e o uso de recursos de estilo literário, que os distinguiam dos textos políticos típicos, sérios e pretensamente racionais, a que o público estava acostumado. E neles vinham a restauração do romantismo

---

<sup>96</sup> Num comunicado de 13 de janeiro de apresentação a alguns órgãos de imprensa de seis comunicados, publicados no dia 18, Marcos dizia que, para chegar a eles, o pacote com os comunicados tinha que percorrer “dias de estrada por caminhos reais, trilhas, picadas e atravessar serras e vales, esquivar tanques de guerra, veículos militares e milhares de uniformes verde-oliveira e, enfim, todo esse arsenal de guerra com que pretendem nos intimidar. Esquecem eles que uma guerra não é uma questão de armas ou de um grande número de homens armados, mas de política. Bem, o caso é que estes documentos e esta carta tardarão alguns dias a chegar às suas mãos, se é que chegam” (EZLN, 1994: 70-71). E a dificuldade era também para acompanhar o que se passava na mídia, segundo as palavras de Marcos na sua apresentação a quatro comunicados de 20 de janeiro, publicada no dia 25: “(...) Bem, por fim tive a oportunidade de algumas horas para ler algumas publicações que alguém *tuvo a bien* enviar-me (a chegada de *voceadores* ou assinaturas às montanhas do sudoeste mexicano é tão improvável quanto um banco vaziu no metrô da capital em horas de pico). (...)” (EZLN, 1994: 96).

revolucionário, do radicalismo presente na disposição de morrer por uma causa e na recusa de aderir à política institucional, a generosidade cristã, e estes valores vinham conciliados, de certa forma, com os valores então hegemônicos na esquerda: a luta pela via pacífica e por valores democráticos. Finalmente, esses elementos ocidentais vinham mesclados com elementos estilísticos da tradição oral, a visão de mundo e valores da cultura dos índios maias, entre os quais vale destacar a dominância do caráter moral, uma linguagem geralmente simples, bastante concreta e emotiva. Em resumo, sem uma presença marcante da racionalidade moderna ocidental, porém saboroso para um público mais familiarizado ao cinema, por assim dizer, que ao debate político tradicional.

Embora o EZLN tivesse interesse na mais ampla cobertura jornalística possível, e procurasse abrir os seus territórios para todos ou quase todos os meios de comunicação, adotou a tática de elevar alguns meios a interlocutores privilegiados. Para ganhar maiores e mais favoráveis espaços na grande imprensa, e conseguir que seus comunicados fossem publicados, passou valorizar e a se dirigir diretamente a alguns meios: o jornal chiapaneco *Tiempo*, os jornais de circulação nacional *La Jornada* e *El Financiero*, e a revista semanal nacional *Proceso*. Os comunicados assinados pelo CCRI-CG do EZLN eram enviados e esses órgãos de imprensa de maneira personalizada, em pacotes acompanhados por cartas bem humoradas assinadas por Marcos. Além disso, para esses meios era facilitado o trânsito em território rebelde e o acesso a entrevistas com oficiais da guerrilha. Num comunicado de 11 de fevereiro assinado por Marcos e em resposta ao jornal *El Sur*, do estado de Oaxaca, que havia protestado pela eleição do EZLN pelos quatro outros órgãos, o líder zapatista explicitava os critérios adotados na seleção. O jornal chiapaneco havia sido escolhido a partir da experiência dos indígenas nas lutas das duas décadas anteriores. “Recordem os senhores que nossos companheiros não chegaram à luta armada assim sem mais nem menos, pelo afã de aventuras. Passaram já por um longo trecho de lutas políticas, legais, pacíficas e econômicas. Conhecem várias prisões e centros de tortura locais e estatais. Também sabem quem os escutou ontem e quem lhes fechou portas e ouvidos” (EZLN, 1994: 139). *La Jornada*, *El Financiero* e *Proceso* foram escolhidos por possuírem políticas editoriais plurais, com espaço para

várias correntes ideológicas e interpretações da realidade, além de algumas outras características como o grande empenho dos jornalistas em ir buscar informações no local dos acontecimentos enfrentando “fogo e chumbo” (La Jornada), a profundidade analítica distante da arrogância intelectual do chamado “jornalismo de elite” (El Financiero) e a objetividade (Proceso). Marcos e o EZLN nunca economizaram nos elogios aos seus interlocutores e foi bastante exitosa esta aproximação personalizada com alguns meios. Mas ele terminava o comunicado ponderando que havia outros meios “de igual ou maior valia”, e anunciou que o EZLN iria ampliar o número de destinatários ou se dirigir à imprensa em geral. Mas as cartas assinadas por Marcos continuariam destinadas geralmente a estes quatro órgãos. Ofereceu também ao jornal El Sur a oportunidade de uma entrevista epistolar e o convite para ir ao território rebelde, “sem mais requisitos que vir a Chiapas e pegar, no escritório da Comissão Nacional de Intermediação, o credenciamento que como correspondentes de guerra lhe dá o EZLN”. A Igreja de Chiapas, ao lado de parte da imprensa, já começava a ter um papel importante para as conexões da guerrilha com os setores da sociedade civil (EZLN, 1994).

Embora o EZLN estivesse prestes a se sentar numa mesa de negociação com o governo, sua atenção estava voltada especialmente para a sociedade civil. Entre 18 de janeiro e 17 de fevereiro, de 37 mensagens, apenas 6 tinham o “enviado especial para a paz” Camacho Solís como destinatário, entre os quais em 4 seu nome secundava o do bispo de Chiapas (no último vinha também a imprensa, esta com o destaque e na frente dos demais). Os principais interlocutores eram o povo mexicano, os povos e governos do mundo, as organizações indígenas de Chiapas e do país, a imprensa nacional e internacional, ONGs, o movimento estudantil da UNAM, partidos políticos, órgãos de imprensa, e até mesmo algumas pessoas particulares e os meninos e meninas de Jalisco, em comunicados freqüentemente escritos em estilo personalizado e em resposta a cartas que a guerrilha havia recebido, mas visando atingir amplamente a opinião pública. Assinados pelo CCRI-CG do EZLN ou apenas por Marcos, serviam para oferecer visões da experiência, composição, idéias e demandas dos indígenas envolvidos com a luta armada, justificar a opção pela guerra

e esclarecer posicionamentos táticos e estratégicos, o que era necessário já que se pretendia unir a nação na luta por “liberdade, democracia e justiça”.

Era fundamental a justificação da guerra e a afirmação do desejo de paz, pois tratava-se de ganhar aliados entre os grupos e indivíduos de uma sociedade civil predominantemente contrária à guerra. Desejo de paz, mas uma “paz com justiça e dignidade”. Numa carta em resposta aos meninos e meninas de Jalisco de 8/2/1994 e publicada dia 12, o CCRI-CG o fazia esplendidamente, apresentando o EZLN não como um grupo bruto e violento, mas capaz da sensibilidade de se dirigir a crianças e dar valor à sua expressão:

“(…) Assim vivem e morrem nossos meninos e meninas há 501 anos. Nós, seus pais, suas mães, seus irmãos e irmãs, não quisemos mais carregar a culpa de nada fazer por nossos meninos e meninas. Buscamos caminhos de paz para encontrar justiça e encontramos engano, e encontramos prisão, e encontramos golpes, e encontramos morte; encontramos sempre dor e pena. Já não pudemos mais, meninos e meninas de Jalisco, era tanta a dor e a pena. E então tivemos que chegar a encontrar o caminho da guerra, porque o que pedimos com voz não foi escutado. (...)

(...)

Por isso, meninos e meninas de Jalisco, começamos nossa guerra. Por isso a paz que queremos não é a mesma que tínhamos antes, porque não era paz, era morte e desprezo, era pena e dor, era vergonha. Por isso lhes dizemos, com respeito e carinho, meninos e meninas de Jalisco, que levantem a bandeira da paz com justiça e dignidade e façam poemas de *Plegaria para una vida digna*, e que busquem, acima de tudo, a justiça que é para todos igual ou para ninguém é.”

Comunicado de resposta às meninas e meninos de Jalisco que escreveram ao EZLN. (CCRI-CG do EZLN, 8/2/94 em: EZLN, 1994: 135-136)

Um dos mais importantes comunicados desse período é a apresentação de Marcos a quatro comunicados a aqueles quatro órgãos de imprensa de 20 de janeiro, publicada em 25 de janeiro. Começava com uma acusação contra o Exército “federal” de estar “pressionando”, dificultando a aproximação com Camacho e o envio de comunicados à imprensa. A carta, o que é representativo dos comunicados zapatistas, é marcada pelo tom poético: “os tempos se encurtam, os cercos se fecham”. Personifica os rebeldes como homens e mulheres indígenas que lutam para romper o

isolamento, nesta carta apresentado como aquele imposto por um cerco militar que vai se estreitando, “aproveitando-se da trégua” com a finalidade de preparar “o golpe espetacular que torne opaco, ao fim, sua torpeza nos combates e seus atropelos à população civil”. Evoca a dramaticidade do perigo de morte que correm os novos e carismáticos personagens, em palavras comoventes: “Agora o horizonte começa a obscurecer e cada linha pode ser a última”. Por outro lado se apresenta como sensível aos sentimentos do público: “Por aqui me dou conta da angústia que provocam os *pasamontañas* e as ‘obscuras’ intenções da ‘dirigência’ zapatista”. Os comunicados são para mostrar o que está além das máscaras, aliviar essas angústias de um e de outro lado, estreitar laços, gerar identificação. E uma das primeiras características do EZLN ‘reveladas’ na carta se refere a anunciação de um possível fracasso do Exército: mesmo que consiga ter sucesso em dar o “golpe espetacular” para matar ou prender os líderes, “nada mudará no fundamental, a sucessão de mandos e a onipresença dos Comitês Clandestinos Revolucionários Indígenas acabarão por levantar-se de qualquer golpe, por espetacular e contundente que pareça”. Marcos afirmava a existência de uma democracia interna do EZLN, razão da sua consistência, e que faria com que não fosse possível acabar com ele apenas cortando-se a cabeça. Com relação à nação, Marcos dizia que o EZLN não se colocava como uma vanguarda, mas que pretendia apenas se unir com outras forças no caminho da “justiça, liberdade e democracia”. Sobre a luta armada, a posição era ambígua. O desejo de paz combinado com a sempre possível necessidade da guerra. E no lugar do proletariado, ou talvez até do campesinato indígena, Marcos se referia a um novo agente de transformação fundamental: “a sociedade civil”. Neste comunicado se referia a ela como responsável pela realização do diálogo<sup>97</sup> (EZLN, 1994: 95-98).

“(…)

Tenho a honra de ter como meus superiores os melhores homens e mulheres das etnias tzeltal, tzotzil, chol, tojolabal, mam e zoque. Com eles vivi por mais de 10 anos e me orgulho de obedecê-los e servi-los com minhas armas e minha alma. Têm me ensinado

---

<sup>97</sup> Mas que não se esqueça que ao afirmar a importância política da sociedade civil Marcos não tem pretensões teóricas ou científicas. Tratava-se de adaptar a estratégia do EZLN de sair do isolamento e ganhar aliados em toda a nação na nova conjuntura que se abria, e na qual os grupos da sociedade civil despontavam como possíveis aliados. É um discurso ligado ao seu próprio tempo, sempre referente ao contexto.

mais do que agora ensinam ao país e ao mundo inteiro. Eles são meus comandantes e os seguirei pelas rotas que elejam. Eles são a direção coletiva e democrática do EZLN, sua aceitação do diálogo é verdadeira como verdadeiro seu coração de luta e verdadeira sua desconfiança de serem enganados denovo.

O EZLN não tem nem o desejo nem a capacidade de aglutinar em torno ao seu projeto e seu caminho aos mexicanos todos. Mas tem a capacidade e o desejo de somar sua força à força nacional que anime o nosso país pelo caminho de justiça, democracia e liberdade que nós queremos.

Se tivermos que escolher entre caminhos, sempre escolheremos o da dignidade. Se encontramos uma paz digna, seguiremos o caminho da paz digna. Se encontrarmos a guerra digna, empunharemos as nossas armas para encontrá-la. Se encontrarmos uma vida digna, seguiremos vivendo. Se, pelo contrário, a dignidade significa morte então iremos, sem duvidá-lo, a encontrá-la.

O que o EZLN busca para os indígenas de Chiapas deve ser buscado por toda organização honesta em todo o país para todos os mexicanos. O que o EZLN busca com as armas deve ser buscado por toda organização honesta com diferentes formas de luta.

Não tomaremos o país como refém. Não queremos e nem podemos impor à sociedade civil mexicana nossa idéia pela força de nossas armas, como faz o atual governo que impõe com a força das suas armas seu projeto de país. Não impediremos o processo eleitoral vindouro.

(...)

Nós pensamos que a mudança revolucionária no México não será produto da ação em um único sentido. Quer dizer, não será, em sentido estrito, uma revolução armada ou uma revolução pacífica. Será, primordialmente, uma revolução que resulte da luta em várias frentes sociais, com muitos métodos, sob diferentes formas sociais, com graus diversos de compromisso e participação. E seu resultado será, não o de um partido, organização ou aliança de organizações triunfante com sua proposta social específica, senão uma sorte de espaço democrático de resolução da confrontação entre diversas propostas políticas. Este espaço democrático de resolução terá três premissas fundamentais que são inseparáveis, já, historicamente: a democracia para decidir a proposta social dominante, a liberdade para subscrever uma ou outra proposta e a justiça a que todas as propostas deverão cingir-se. A mudança revolucionária no México não seguirá um calendário estrito, poderá ser um furacão que estala depois de um tempo de acumulação, ou uma série de batalhas sociais que, paulatinamente, vão derrotando as

forças que lhes contrapõem. A mudança revolucionária no México não será sob uma direção única com uma única agrupação homogênea e um caudilho que a guie, mas uma pluralidade com dominantes que mudam mas giram sobre um ponto comum: o tríptico de democracia, liberdade e justiça sobre o que será o novo México ou não será.

A paz social só será se é justa e digna para todos.

O processo de diálogo para a paz vem de uma determinante fundamental, não da vontade política do governo federal, não de nossa suposta força político-militar (que para a maioria segue sendo um mistério), *senão da ação firme do que chamam sociedade civil mexicana*. Desta mesma ação da sociedade civil mexicana, e não da vontade do governo ou da força de nossos fuzis, sairá a possibilidade real de uma mudança democrática no México.

(...)"

(Marcos, 20/01/94 em: EZLN, 1994: 95-98).

O EZLN demonstrava seguir o princípio segundo o qual os meios determinam os fins (em contraposição ao famoso “os fins justificam os meios”), ao colocar a democracia como valor que orienta a sua própria organização política, bem como a ampla aliança que pretendia formar sem no entanto ambicionar o poder ou a vanguarda de um processo de transformações. Assim o EZLN se afinava com a diversidade ou fragmentação característica dos novos movimentos sociais independentes que amadureciam às margens do sistema corporativo em decomposição. E anunciava também a concepção de que as estratégias e formas de organização dependem dos diferentes contextos em que cada movimento surge e amadurece, como num comunicado do CCRI-CG dirigido ao povo mexicano, “às pessoas e organizações honestas e independentes”, e aos povos e governos do mundo também de 20 de janeiro e publicado no dia 25: “De fato, nós nos organizamos assim porque é a única forma que nos deixaram. O EZLN saúda o desenvolvimento honesto de todas as organizações independentes e progressistas que lutam pela liberdade, a democracia e a justiça para a pátria toda. Há e haverá outras organizações revolucionárias. Há e haverá outros exércitos populares. Nós não pretendemos ser a vanguarda histórica, una, única e verdadeira” (EZLN, 1994: 103). Os zapatistas procuravam, porém, unir esses movimentos num processo de transformação global da nação, propondo como plano universal aglutinador o tríptico da “democracia,

liberdade e justiça”. Universal feito não de um projeto político, filosófico e/ou científico, mas de valores. Algo muito vagamente formulado, mas justamente por isso capaz de cumprir o papel simbólico de denominador comum gerador de coesão para os diferentes sujeitos da transformação.

No dia 30 de janeiro foi publicado outro belo comunicado, datado de 26 de janeiro de 1994 e dirigido a alguns órgãos e pessoas da imprensa, em que Marcos inaugurou o uso da crônica cotidiana em seus textos. Comentando de maneira bem humorada sobre as diversas reações que haviam suscitado entre os indígenas a revisão de alguns periódicos, enquanto se reunia o CCRI, apresentava um EZLN de carne e osso, e ligado às modernas causas das minorias, como o feminismo e a luta contra o racismo: Javier é um tzotzil que, indignado com o espancamento de militantes do PRD no estado do México, expressava o desejo de chamar os policiais responsáveis para ir a Chiapas brigar com eles “se são homens de verdade”. Ángel, um tzeltal, tecia comentários inconformados com as idéias de um editor que afirmava ser impossível que indígenas tivessem se preparado tão bem e que tivessem se levantado com um plano (EZLN, 1994: 106-110). Exercendo uma forte atração nas feministas, o EZLN já havia lançado as leis revolucionárias de mulheres no dia primeiro. Agora Marcos contava mais sobre isso:

“Suzana, tzotzil, está aborrecida. Há pouco zombavam dela porque, dizem os demais do CCRI, ela teve a culpa do primeiro levante do EZLN, em março de 1993. ‘Estou brava’, me diz. Eu, enquanto averiguo do que se trata, me protejo atrás de uma pedra. ‘Os companheiros dizem que por minha culpa se levantaram os zapatistas no ano passado’. Eu começo a me aproximar cauteloso. Depois de um momento descubro do que se trata: Em março de 1993 os companheiros discutiam o que depois seriam as ‘Leis Revolucionárias’. A Suzana coube percorrer dezenas de comunidades para falar com os grupos de mulheres e tirar assim, do seu pensamento, a ‘Lei de Mulheres’. Quando se reuniu o CCRI para votar as leis, foram passando uma a uma as comissões de justiça, lei agrária, impostos de guerra, direitos e obrigações dos povos em luta, e a das mulheres. A Suzana coube ler as propostas que havia juntado do pensamento de milhares de mulheres indígenas. Começou a ler e, conforme avançava na leitura, a assembléia do CCRI se notava cada vez mais e mais inquieta. Escutavam-se rumores e comentários. Em chol, tzeltal, tzotzil, tojolabal, mam, zoque e ‘castilla’ [castelhano], os comentários saltavam de

um lado e outro. Suzana não se arredou e seguiu investindo contra tudo e contra todos: ‘Queremos que não nos obriguem a casar-nos com o que não queremos. Queremos ter os filhos que queiramos e possamos cuidar. Queremos o direito a ter cargo na comunidade. Queremos o direito a dizer a nossa palavra e que se respeite. Queremos o direito a estudar e até ser choferes’. Assim seguiu até que terminou. No final deixou um silêncio pesado. As ‘leis de mulheres’ que acabava de ler Suzana significavam, para as comunidades indígenas, uma verdadeira revolução. As responsáveis mulheres estavam todavia recebendo a tradução, em seus dialetos, do dito por Suzana. Os varões se olhavam uns a outros, nervosos, inquietos. Prontamente, quase simultaneamente, as tradutoras acabaram e, num movimento que se foi agregando, as companheiras começaram a aplaudir e a falar entre elas. Nem é preciso dizer que as ‘leis de mulheres’ foram aprovadas por unanimidade. Algum responsável tzeltal comentou: ‘o bom é que minha mulher não entende espanhol, que senão...’ Uma oficial insurgente, tzotzil, e com grau de major de infantaria, vai em cima dele: ‘*Te chingaste* [se fudeu] porque vamos traduzi-las em todos os dialetos’. O companheiro baixa os olhos. As responsáveis mulheres estão cantando, os varões coçam as cabeças. Eu, prudentemente, declaro um recesso. Essa é a história que, segundo me diz Suzana agora, saiu quando alguém do CCRI leu uma nota jornalística que assinalava que a prova de que o EZLN não era autenticamente indígena é que não podia ser que os indígenas tivessem se posto de acordo em começar seu levante no primeiro de janeiro. Alguém, gozando, disse que não foi o primeiro levante, que o primeiro foi em março de 1993. Gozaram da Suzana e esta se retirou com um contundente *vayanse a la chingada* [vão se foder] e algo mais em tzotzil que ninguém se atreveu a traduzir. Essa é a verdade: o primeiro levante do EZLN foi em março de 1993 e foi encabeçado pelas mulheres zapatistas. Não houve baixas e ganharam. Coisas dessas terras” (EZLN, 1994: 108-109).

Levantando as causas de minorias como os indígenas e as mulheres, articulavam essas causas na luta mais ampla por “democracia, liberdade e justiça”, tríptico que era repetido com insistência nos comunicados. Mas não havia, inicialmente, menções às causas dos homossexuais e dos militantes verdes. No caso dos homossexuais, isso se explica em parte pela ausência de homofobia entre os indígenas relatada por Marcos, e talvez também pelo fato de os homossexuais não terem sido um setor importante para a expansão do EZLN, como foram as mulheres. Praticamente não há dados disponíveis para confirmar a segunda hipótese. Quanto à

primeira, temos as afirmações de Marcos em Yo, Marcos (1994: 36): “a homossexualidade não é *penada* [punida], o que eu sei é que riem dela, gozam. Mas que prendam, multem ou castrem, não”<sup>98</sup>. E também na entrevista a Le Bot (1997: 354), onde Marcos repetia sua afirmação anterior, completando que se havia gozação não havia perseguição, e que logo no começo os indígenas souberam que movimentos gays estavam mandando ajuda, e que assim que souberam do que se tratava (não eram movimentos conhecidos dos indígenas), o que repararam então foi nas semelhanças entre estes movimentos e o EZLN. Segundo Marcos os indígenas então disseram que “os tratam igual a nós, têm que se esconder para ser o que são. Que nem nós tínhamos que nos esconder para ser zapatistas”. Nos comunicados, a questão homossexual apareceu na carta aos órgãos de imprensa assinada por Marcos no dia 28 de maio, quando após o anúncio de várias supostas identidades ‘descobertas’ de Marcos, finalmente se disse que ele era um homossexual:

“PS: MAJORITÁRIO QUE SE DISFARÇA DE MINORIA INTOLERADA

A tudo isto de se Marcos é homossexual: Marcos é gay em San Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, chicano em San Isidoro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, *chavo banda*<sup>99</sup> em Neza, roqueiro na CU [*campus* da UNAM], judeu na Alemanha, ombudsman na Sedena [ministério da Defesa], feminista nos partidos políticos, comunista na pós guerra fria, preso em Cintalapa, pacifista na Bósnia, mapuche nos Andes, professor na CNTE, artista sem galeria nem portfólios, dona de casa num sábado à noite em qualquer bairro em qualquer cidade de qualquer México, guerrilheiro no México do fim do século XX, grevista na CTM, repórter de notas de *relleno en interiores*<sup>100</sup>, machista no movimento feminista, mulher sozinha no metrô às 10 p.m., aposentado durante um ato no Zócalo [praça central], camponês sem terra, editor marginal, trabalhador desempregado, médico sem praça, estudante inconformado, dissidente no neoliberalismo, escritor sem livro e nem leitores, e, seguramente, zapatista no sudoeste mexicano. Enfim, Marcos é um ser humano, qualquer, neste mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, explodindo, dizendo já basta! Todas as minorias na hora de falar, e majorias na hora de calar e

---

<sup>98</sup> Vale mencionar que antes do levante tinha havido uma série de assassinatos de travestis em Chiapas.

<sup>99</sup> Jovem que anda em grupos com identidade própria que varia de lugar para lugar, podendo gostar de algum estilo musical, grafite, etc...

<sup>100</sup> Repórter encarregado de preencher os espaços vazios para fechar o jornal.

agüentar. Todos os intolerados procurando uma palavra, sua palavra, o que devolva a maioria aos eternos fragmentados, nós. Tudo o que incomoda o poder e às boas consciências, isso é Marcos.

De nada senhores da PGR [Procuradoria Geral da República], estou para lhes servir... com chumbo” (EZLN, 1994: 243).

No comunicado do CCRI-CG (EZLN, 1994: 118-120) assinada no dia primeiro de fevereiro em resposta a uma carta enviada pelo Conselho Guerrerense 500 anos de Resistência Indígena, dos índios amusgoz, mixtecos, náhuatls e tlapanecos, vinha mais claramente à tona o estilo poético do discurso zapatista. Estilo que deita raízes nas formas de expressão e de visão de mundo indígenas que, segundo disseram líderes indígenas do movimento mazateco (pesquisa de campo, Mazatlán Villa de Flores, 1997) falam a “língua do coração”. Como sugere este comunicado, isto parece ser uma característica comum a várias etnias, que lembra os registros escritos das lendas e da tradição oral indígena. E, além disso, pela primeira vez o EZLN era apresentado como nascido da palavra dos mais velhos e sábios de seus povos, senão dos vivos ao menos dos já mortos. Palavra que renasce com o renascimento da esperança, e que renascendo religa todas as pessoas e as lança para além da natureza. Isso pode ser interpretado como uma forma bastante autêntica de inscrição do EZLN no marco das tradições indígenas, já que nelas são justamente os mais velhos e mais sábios os seus guardiões, os responsáveis pela sua transmissão e os detentores do poderes político e religioso. Como vimos em outro capítulo, estas prerrogativas vinham sendo corroídas há décadas pela penetração das comunidades indígenas pelo PRI. Além disso, vimos que militantes de origem urbana e jovens e mulheres indígenas tiveram um papel importante na formação do EZLN. Todavia, se expressando assim o EZLN criava o seu próprio mito de origem, filiando-se às tradições e renovando-as em um novo contexto<sup>101</sup>. E se pouco se sabia sobre as origens históricas do EZLN na época, isso apenas colaborava para dar mais força ao mito.

---

<sup>101</sup> Vale dizer que as elites de *caciques* indígenas ligadas ao PRI também se apresentavam como defensoras das tradições.

“Nosso coração se fortalece com as suas palavras que vêm de tão longe, que vêm toda a história de opressão, morte e miséria que os maus governantes têm ditado para nossos povos e nossas gentes. Nosso coração se faz grande com sua mensagem que chega até nós cruzando montes e rios, cidades e estradas, desconfianças e discriminações.

Em nosso nome, em nome dos senhores, em nome de todos os indígenas mexicanos, em nome de todos os homens bons e de bom caminho, recebemos nós as palavras dos senhores, irmãos, irmãos de ontem na exploração e na miséria, irmãos hoje e amanhã na luta digna e verdadeira.

Hoje completa-se um mês desde a primeira vez que a luz zapatista iluminou a noite das nossas gentes.

Em nosso coração havia tanta dor, tanta era nossa morte e pena, que já não cabia, irmãos, neste mundo que nossos avós nos deram para seguir vivendo e lutando. Tão grande era a dor e a pena que já não cabia no coração de uns quantos, e foi transbordando e foi enchendo outros corações de dor e de pena, e se encheram os corações dos mais velhos e sábios de nossos povos, e se encheram os corações de homens e mulheres jovens, valentes todos eles, e se encheram os corações das crianças, até dos *más pequeños* [mais novos], e se encheram de pena e dor os corações de animais e plantas, se encheu o coração das pedras, e todo nosso mundo se encheu de pena e dor, e tinham pena e dor o vento e o sol, e a terra tinha pena e dor. Tudo era pena e dor, tudo era silêncio.

Então esta dor que nos unia nos fez falar, e reconhecemos que em nossas palavras havia verdade, soubemos que não apenas pena e dor habitavam a nossa língua, descobrimos que há esperança todavia em nossos peitos. Falamos com nós mesmos, olhamos dentro de nós e olhamos nossa história: vimos nossos pais mais velhos com a fúria nas mãos, vimos que nem tudo nos havia sido tirado, que tínhamos o mais valioso, o que nos fazia viver, o que fazia com que nossos passos se levantassem sobre plantas e animais, o que fazia com que a pedra estivesse sob nossos pés, e vimos, irmãos, que era DIGNIDADE o que tínhamos, e vimos que era grande a vergonha de tê-la esquecido, e vimos que era boa a DIGNIDADE para que os homens fossem outra vez homens, e voltou a dignidade a habitar em nossos corações, e estávamos novos todavia, e os mortos, nossos mortos, viram que éramos novos todavia e nos chamaram outra vez, à dignidade, à luta.

E então nosso coração já não era só pena e dor, chegou a coragem, a valentia veio a nós pela boca dos nossos mais velhos já mortos, mas vivos outra vez em nossa dignidade que eles nos davam. E vimos assim que é ruim morrer de pena e dor, vimos que é ruim morrer sem ter lutado, vimos que tínhamos que ganhar uma morte digna para que

todos vivessem, um dia, com bem e razão. Então nossas mãos buscaram a liberdade e a justiça, então nossas mãos vazias de esperanças se encheram de fogo para pedir e gritar nossas ânsias, nossa luta, então nos levantamos a caminhar denovo, nosso passo se fez firme outra vez, nossas mãos e corações estavam armados. ‘Por todos!’, diz nosso coração, não para uns apenas, não para os menos [a minoria]. ‘Por todos!’, diz nosso passo. Por todos!, grita nosso sangue derramado, florescendo nas ruas das cidades onde governam a mentira e o despojo.

Deixamos para trás nossas terras, nossas casas estão longe, deixamos tudo e todos, nos tiramos a pele para nos vestir de guerra e morte, para viver morremos. Nada para nós, para todos tudo, o que é nosso mesmo e de nossos filhos. Tudo deixamos todos nós.

Agora nos querem deixar sós irmãos, querem que nossa morte seja inútil, querem que o nosso sangue seja esquecido entre as pedras e o esterco, querem que a nossa voz se apague, querem que o nosso passo volte a ser distante.

Não nos abandonem irmãos, tomem o nosso sangue de alimento, encham o coração dos senhores e de todos os homens bons dessas terras, indígenas ou não indígenas, homens e mulheres, anciãos e crianças. Não nos deixem sós. Que nem tudo seja em vão.

Que a voz do sangue que nos uniu quando a terra e os céus não eram propriedade dos grandes senhores nos chame outra vez, que nossos corações juntem seus passos, que os poderosos tremam, que se alegre o coração do pequeno e miserável, que tenham vida os mortos de sempre.

Não nos abandonem, não nos deixem morrer sós, não deixem nossa luta no vazio dos grandes senhores.

Irmãos, que nosso caminho seja o mesmo para todos: liberdade, democracia, justiça” (EZLN, 1994: 118-120).

A forma mística de apresentação do EZLN não deixava de mesclar elementos ocidentais, em particular da tradição revolucionária. Palavras como liberdade e democracia são de origem ocidental. Mas a liberdade na tradição iluminista é o livre-arbítrio que, tornando possível a razão, permite a ruptura com o passado e com a natureza. E aqui a emancipação humana, conceito ocidental, começa a ser apresentada como um renascer dos antepassados. O tempo linear ocidental se mescla com o tempo cíclico atribuído à essas culturas indígenas. A liberdade zapatista não é ruptura, mas ressignificação. Dor, morte, esquecimento e silêncio, dão lugar à

esperança, à vida, à memória e à palavra. E o fio que liga passado e futuro, iniciando um novo ciclo de revolta, é a dignidade, através da qual os mortos vivem. Os mortos de sempre. Os mortos do passado revivem quando os mortos de hoje, os mortos vivos (expressão que aparece em outros textos), vivem ao recomeçar a caminhada de lutas. E assim se dá a emancipação humana. Não através da razão, mas através da dignidade que se expressa através da luta.

Neste, como em todos os comunicados, são sublinhados atributos morais aos que lutam: são bons, são honestos, se expressam através da palavra verdadeira, ao contrário do governo e os grandes senhores que são maus, e mentem. Se na vida política comunitária a política não se separa da ética e da religião, isso também acontece, em parte, nos discursos zapatistas, o que resultava atraente diante das demandas contemporâneas da sociedade por novas formas de se fazer política, sem corrupção, com ética, sem manipulação, com democracia, no contexto de um regime em crise de legitimidade. Sobre o caráter predominantemente moral dos comunicados vale destacar a passagem em que Marcos, em uma carta de treze de janeiro, afirma que o que distingue os homens das coisas e dos animais é a dignidade, quando na versão clássica ocidental essa distinção se faz pela posse da razão: “(...) Esqueceram que a dignidade humana não é só patrimônio dos que têm resolvidas suas condições elementares de vida, também os que nada têm de material possuem o que nos faz diferentes de coisas e animais: a dignidade. (...)” (EZLN, 1994: 71).

Como se pode notar também, há em parte continuidade em relação ao animismo dessas culturas indígenas e em parte uma nova concepção de emancipação do homem, em que este é separado dos animais e das coisas não pela posse da razão, mas graças à dignidade, aos valores, à parte resgatada dos valores tradicionais indígenas, e também dos valores tradicionais da nação mexicana, como revela por exemplo a Primeira Declaração. Esta mescla de continuidade e ruptura, de elementos tradicionais indígenas e ocidentais, vale também para o conceito de democracia. Esta palavra, como afirma um comunicado do CCRI (*em*: EZLN, 1994: 175-177) assinado em 26 de fevereiro, “veio de longe para que este governo fosse nomeado, e esta palavra nomeou ‘democracia’ este caminho nosso que andava antes que caminhassem as palavras”. O CCRI se referia ao princípio do “mandar obedecendo”, que já vimos

em outro capítulo, segundo o qual a autoridade política se constitui com legitimidade apenas enquanto o chefe ‘obedece’ a aqueles que o nomearam. Na versão tradicional, a autoridade dependia não apenas da idade, mas também do prestígio que era ganho na comunidade mediante a prestação de serviços, o que era ritualizado nos serviços religiosos. Este princípio, combinado não apenas com a palavra ocidental ‘democracia’, estava também ressignificado. Não se tratava de restaurar a política comunitária tradicional, mas resgatar dela a valorização da coletividade, da vontade majoritária, e iniciar a formulação de projetos políticos para as comunidades indígenas e para o país. No mesmo comunicado o CCRI atribuía aos anciãos as seguintes palavras:

“É razão e vontade dos homens e mulheres bons buscar e encontrar a maneira melhor de governar e governar-se, o que é bom para a maioria para todos é bom. Mas que não se calem as vozes da minoria, senão que sigam em seu lugar, esperando que o pensamento e o coração se façam comum no que é a vontade da maioria e parecer [opinião] da minoria, assim os povos dos homens dos homens e mulheres verdadeiros crescem para dentro e se fazem grandes e não há força de fora que os rompa ou leve seus passos a outro caminho.

Foi nosso caminho sempre que a vontade da maioria se fizesse comum no coração de homens e mulheres de mando. Era essa vontade majoritária em que devia andar o passo do que mandava. Se se apartava seu andar do que era razão da gente, o coração que mandava devia caminhar por outro que obedecesse. Assim nasceu nossa força na montanha, o que manda obedece se é verdadeiro, o que obedece manda pelo coração comum dos homens e mulheres verdadeiros (...)” (EZLN, 1994: 175-176).

E este comunicado continua com a palavra “dos que de noite andam”, “os sem rosto”, “os que são montanha”, os zapatistas, que então disseram que nas terras mexicanas manda a minoria sobre a maioria. Por isso, diziam, chegaram ao “Já Basta!” do dia primeiro, para levar a democracia ao país. Demandavam então, e este comunicado assinado no período em que já estava ocorrendo o diálogo na Catedral, a convocação de “eleições verdadeiramente livres e democráticas”. A renúncia dos executivos federal e estaduais, sem legitimidade e eleitos através de fraudes, e a formação de um governo de transição pelos respectivos poderes legislativos, sem o que não seria possível ocorrerem eleições livres e democráticas. E, finalmente, a

fiscalização do processo eleitoral por cidadãos e grupos de cidadãos sem militância partidária.

Para os seus próprios territórios, o EZLN tinha também um projeto político híbrido de influências tradicionais indígenas e ocidentais, e que estaria na raiz da sua demanda por autonomia, anos depois convertida em ponto nodal das disputas com o governo. Num comunicado ao Frente Cívico de Mastepec (Chiapas), assinado pelo CCRI (EZLN, 1994: 131) em 8 de fevereiro, dizia-se que todos os prefeitos deveriam renunciar, e em seu lugar assumiriam conselhos municipais eleitos democraticamente. “O governo coletivo é melhor que o governo unipessoal, mas deve ser democrático. Se o governo estatal substitui o prefeito imposto por um conselho igualmente imposto, então o conselho antidemocrático deve cair também”.

A garantia de processos eleitorais, da liberdade de escolha, de direitos iguais, a garantia de voz às minorias, remetem à tradição democrática ocidental. Até porque a política comunitária tradicional não combinava as noções de individualidade com coletivismo, diversidade com universalismo, o privado com o público, como ocorre no debate democrático contemporâneo. Mais bem prevalecia o coletivo sobre o indivíduo, a maioria sobre a minoria, o que ajuda a explicar que dissidências políticas e religiosas levem freqüentemente à divisão das comunidades indígenas em novas unidades políticas e sociais. Mesmo assim, o EZLN entrava no debate democrático contemporâneo trazendo a contribuição das culturas indígenas, ressignificando aquelas tensões entre diversidade e universalismo.

Mas como pode o EZLN falar em democracia e ao mesmo tempo falar em bons e maus, como pode valorizar a diversidade e ao mesmo tempo se dizer portador da palavra verdadeira? No contexto dos grandes centros urbanos são idéias que remetem à valorização romântica da sinceridade, ou da recuperação de valores éticos para a política. O significado dessas expressões, todavia, pode ser buscado também no contexto das culturas indígenas. Lenkersdorf (1996: 13, 22-23), que buscou compreender a cosmovisão indígena através do estudo da língua, procura demonstrar certas predisposições culturais que reforçam a dimensão pluralista da política zapatista. Ele focou a língua tojolabal. “Tojol” pode ser traduzido por “palavra,

língua, idioma”, e “‘ab’al” por “verdadeira, autêntica, genuína”. Mas a palavra “verdadeira” não tem o mesmo sentido que nas línguas ocidentais. Uma *tojol tortilla* (pão a base de milho típico do México), por exemplo, é aquela que acabou de sair do *comal* (disco de metal onde elas são feitas), é “uma *tortilla* como deve ser: suave, saborosa, apetitosa, cheirosa”. Aqueles que se designam *tojol winik* são os homens verdadeiros. Mas isso não implica num fechamento a outras culturas, pois *tojol* não é uma propriedade disponível ou estática. Aquilo que é *tojol* não o é o tempo todo, mas apenas no momento em que cumpre a sua “vocação”, quando o cumpre. No caso dos homens verdadeiros, “*tojol* assinala um desafio em um tempo determinado”. Não se nasce *tojol*, torna-se *tojol* cada vez que o desafio é percebido e há um comportamento em consequência disso. “É o comportamento de retidão que se pode conseguir e que se pode perder. (...) *Tojol* representa um caminho, e não uma posse ou propriedade. Oferece-se a todos a condição de excluir a soberba que implica no fechamento aos outros.” Outro aspecto que vale ressaltar é o caráter “intersubjetivo” da língua tojolabal. Lenkersdorf (1996) sustenta que, enquanto no espanhol, por exemplo, se diz “eu falo a vocês”, no *tojolabal* se diz “eu falo, vocês escutam”. Ou seja, é uma língua cuja gramática não possui objetos, ela é intersubjetiva, em que os interlocutores se reconhecem sempre como sujeitos.

As armas e a clandestinidade dos zapatistas eram a expressão mais vivaz do autoritarismo e das injustiças que pretendiam combater. E guardavam um potencial poético que Marcos soube explorar de maneira original e eloqüente. Em suas tintas os zapatistas eram “os menores de todos os mexicanos”, “os sem rosto”, “os que são montanha”, “homens e mulheres sombra”, “os sem nome”, “os que para se fazerem escutar têm que morrer”, “os sempre esquecidos das idéias revolucionárias e dos partidos políticos”, “os ausentes da história”, “os presentes sempre na miséria”, “os mudos”, “os eternos infantes”, “os receptores do desprezo”, “os incapacitados”, “os abandonados”, “os mortos sem cifras”, “os instigadores da ternura”, “os profissionais da esperança”, “os do digno rosto negado”, “os pura raiva”, “os puro fogo”, “os da madrugada”, “os para todos tudo, nada para nós”, “os sem rosto como as nuvens” (EZLN, 1994). Numa carta para outra criança eles eram “os que deixam tudo. Até a vida mesma, para que outros (crianças como você e que não são como você) possam

levantar-se a cada manhã sem palavras que calar e sem máscaras para enfrentar o mundo” (EZLN, 1994: 191). Belausteguigoitia (1996: 402-406), da Universidade de Berkeley, ao procurar entender “o caleidoscópio de discursos produzidos na rebelião de Chiapas”<sup>102</sup>, afirma que “mais que palavras me encontro com imagens (...) ressalta a diversidade, não há sobreentendidos, não há palavras, só imagens”. Para ela o EZLN passou a fazer “uso das mais modernas tecnologias e das estratégias mais sofisticadas da *performance*”. Para ventilar a realidade indígena foram necessárias duas violências: a guerra e montar uma encenação. Ela cita Carlos Monsiváis, que diz que a rebelião tem tido o caráter de espetáculo. Como as mulheres dos anos sessenta e setenta, diz a autora, que idealizaram o espetáculo por falta de palavras, “não por não as encontrarem, mas porque elas não existiam”, pois o feminino vinha colado a códigos em que ele é invisível e inaudível. Para Monsiváis o sentido cênico deslocou a crítica. Para a autora não houve deslocamento da crítica, e sim a inauguração de um tipo novo de crítica. “Quando as mulheres ficaram sem palavras, quando era extraordinariamente difícil explicar e definir a diferença, a textura interna de nossos vazios, a dimensão do nosso silêncio, a *performance* deu possibilidades de representação, de exibição do que dificilmente podia, por um lado, ser articulado, e por outro ser verdadeiramente ouvido. O espetáculo se converte assim em estratégia onde a palavra está expropriada ou não dá o espaço.” O EZLN e Marcos tinham adotado uma estratégia feminina, embora as mulheres indígenas permanecessem nos bastidores, ainda invisíveis, segundo a autora. Ela escrevia em 1996, época em que justamente as mulheres zapatistas começavam a aparecer mais por conta própria, como veremos nos próximos capítulos.

Para desenvolver sua análise, Belausteguigoitia elege duas características da cena zapatista: Os *post scripts*<sup>103</sup> dos comunicados e a questão das máscaras, ligada ao *pasamontañas*. O *post script* é um dos recursos estilísticos usados por Marcos para elaborar com irreverência as suas cartas, chegando algumas vezes a sobrepujar em tamanho e importância o corpo principal das mensagens. Podemos interpretar nisso a evocação das virtudes infantis da ingenuidade e da irreverência, que começa pela

---

<sup>102</sup> Trata-se de um ensaio, “fragmento” de uma pesquisa mais ampla que procura confrontar a realidade das mulheres mexicanas das fronteiras do sul e do norte (indígenas e chicanas).

própria brincadeira comum aos jovens e às crianças de repetir os PSs *ad infinitum*. Interesse de Marcos no universo infantil e jovem que remete à inclusão das faixas etárias mais baixas das comunidades nos processos decisórios comunitários e na hierarquia militar do EZLN, e também à presença marcante de jovens e crianças entre os personagens e destinatários de suas cartas. Não por acaso, a primeira vez que Marcos escreveu um PS mais chamativo e irreverente foi em resposta aos estudantes da cidade do México, junto a um comunicado do CCRI a eles e assinado no dia 6 de fevereiro. Belausteguigoitia (1996: 412-415) ajuda a completar essa interpretação, seguindo por um outro caminho. Para ela os *posts scripts* são exemplares da estratégia espetacular e feminina do EZLN. A autora afirma que a escrita feminina começou a ser valorizada quando houve o resgate das cartas e diários que começou nos anos sessenta. “As cartas não necessitam de passaporte para circular, tão pouco fazem evidente, à primeira vista, o gênero. Ambas características permitiram que a correspondência, o gênero epistolar, florescesse entre as mulheres.” A carta permite a expressão, o literário, a travessia, o conhecimento, a fantasia, a narração de suas histórias sem o risco da expropriação ou de serem silenciadas. E pode ser dividida em um corpo central e o *post script*: “o *post script* é uma *performance*, uma exibição do que não cabe, não pode ser acomodado, mais que abaixo no *cajón*<sup>104</sup> dos restos, dos desperdícios”. É o *post data*, *post facto*, o que vem depois do dado, depois do concreto. “São traiçoeiros, exibidores, encenadores do limite da razão”. A autora ainda ressalta que são espontâneos, frescos, “o imprescindível expresso como prescindível”, o quase esquecido, o começo de uma história que começa de baixo, ou que começa ao contrário, “sempre imprudentes”. São o que escapa à força centrípeta que concentra uma idéia e procura formar a coerência do corpo central da carta, os restos expulsos, de baixo, “como os textos e a escrita das mulheres, são fragmentos marginais”. Vejamos o *post script* da carta enviada aos estudantes em fevereiro, que

---

<sup>103</sup> Em espanhol se diz *post data*, a palavra traz o gênero feminino.

<sup>104</sup> “*Cajón*, s. m. aum. de *caja*; caixão, caixa grande, caixote, gaveta móvel; espaço que, nas estantes de livros, medeia entre as prateleiras; venda, loja pequena, onde se vendem comestíveis; *Amér.* correspondência que chegava de Espanha nos galeões; loja de mercearia; *cajón de sastré, fig. fam.* conjunto de coisas diversas e desordenadas; *ser de cajón una cosa, fr. fig.* ser corrente e de estilo” (Dicionário Espanhol – Português, 1999: 207).

tem a peculiaridade de ser também um meta *post script* quando afirma que o P.S. é um disfarce para a carta:

“P.S.: sessão do *sup.* ‘O *post script* recorrente’.

P.S. ao P.S. do CEU que dizia: Para o *Sup Marcos*: não se preocupe, nós tomaremos o Zócalo por vocês’: eu *de por sí* tenho dito ao CCRI-CG que o DF [Distrito Federal] está no outro lado do mundo e os *cajucos* não nos dão abastos e além disso, como disse não-me-lembro-quem, os guerrilheiros que tomam zócalos tarde ou cedo se hamburguesam. (Por certo e aproveitando a viagem, revirem dois sem cebola e sem molho de tomate. Obrigado.)

P.S. ao P.S. anterior: Já que em *posts scripts* estamos, qual de todos os CEUs é o que nos escreve? Porque quando eu era um enfeitado jovem de 25 anos (*órales!* Avisa o computador da PGR para que faça as contas!) havia, no mínimo, 3 CEUs. Por fim se uniram?

P.S. ao P.S. do P.S.: No caso de que, ufa!, tomem o Zócalo, não sejam *ojeras* e separem um lugarzinho para ao menos vender artesanatos, porque logo posso me converter em um ‘profissional da violência’ desempregado e sempre é melhor ser um ‘profissional da violência’ subempregado (por aquilo do TLC, *you know*).

P.S. à ‘n’ potência: Na realidade estes *posts scripts* são uma carta que se disfarça de *post script* (por aquilo da PGR e etecéteras de lentes escuras e robustos) e, *but of course*, não requer resposta, nem remetente, nem destinatário (vantagens inobjetéveis das cartas disfarçadas de *posts scripts*).

P.S. nostálgico: Quando eu era jovem (*Bueno?* PGR? Aí vão mais dados) havia um espaço ligeiramente arborizado localizado, aproximadamente, entre a Biblioteca Central, a Faculdade de Ciências e Letras, a Torre de Humanidades, a avenida Insurgentes e o circuito interior da CU. Esse espaço chamávamos, por razões compreendidas pelos (as) iniciados (as), o ‘vale das paixões’, e era visitado assiduamente por elementos diversos da fauna que povoava a CU a partir das 7pm (hora em que as boas consciências tomam chocolate e as más se colocam como água para *idem*) procedentes das áreas de humanidades, ciências e outras (há outras?). Nessa época um cubano (*Bueno?* Embaixador Jones? Anote mais provas de pró-castrismo) que proferia conferências em frente ao teclado de um piano da cor da sua pele e se fazia chamar *bola de neve* repetia:

‘Não se pode ter consciência e coração...’

P.S. de *finale fortissimo*: Notaram o ar esquisitamente culto e delicado destes *posts scripts*? Não são dignos da nossa entrada no primeiro mundo? Não chama a atenção que estes ‘transgressores’ se preparem também para ser competitivos no TLC?

P.S. *of happy end*: *Ya, ya, ya* vou indo... mas é que esse avião já me tem de sete meses, e a guarda, para variar, dormiu e alguém se cansa de repetir: quem vive? e eu me digo que a pátria... e vocês?

(EZLN, 1994: 129-131).

Para completar a análise das características mais marcantes que apareceram nos comunicados zapatistas deste período, vale destacar o sentido ambíguo e figurado de afirmações do EZLN que originalmente deviam ter um sentido mais literal. É o caso da declaração de que o EZ iria avançar até a capital do país. Um dos jogos interpretativos com esta afirmação é a que apareceu no P.S. que acabamos de ver, quando se comenta sobre a tomada do Zócalo, praça central das cidades, neste caso a praça mais importante da Cidade do México. Outro já tinha aparecido na carta em estilo crônica que vimos anteriormente, assinada por Marcos em 26 de janeiro, em que aparece interpretação da ida à capital como correspondente da necessidade de fazer da luta zapatista uma luta nacional. Ele conta de Pedro, um indígena chol que se aproxima dele e diz: “temos que ir ao México”. Enquanto Marcos – diz de brincadeira – começava a pensar nos preparativos de um avanço militar, Pedro começou a dizer: “Os mexicanos dizem que Chiapas é diferente das outras partes, que aqui estamos mal, mas que o resto do México está bem”, e mostrou a Marcos um artigo que dizia que a luta zapatista estava destinada ao fracasso por não ser nacional, e que não o era por ter demandas locais, indígenas (EZLN, 1994: 109-110).

“‘É pobre o seu pensamento’ diz Pedro. ‘Mais pobre que nós porque nós queremos justiça, mas também liberdade e democracia. E este senhor pensa que não é pobre ainda que não possa eleger o seu governo com verdade. Têm pena de nós. Pobrezinhos.’ A *ocote*<sup>105</sup> flameja entre os dois. Pedro entende, eu entendo, a noite entende... ‘Os mexicanos não entendem, temos que ir ao México’ diz Pedro (...)” (EZLN, 1994: 110).

---

<sup>105</sup> Uma espécie de pinheiro. Marcos se refere à lenha que queima, aproveitando para demonstrar conhecimento das espécies de árvore locais.

Para além das palavras ditas e escritas, a expressão espetacular do EZLN envolvia também o florescimento de imagens e ações simbólicas e a ritualização de atos políticos. A própria indumentária dos zapatistas já suscitava a aura de mistério que nunca deixou de ser uma característica deles, despertando a curiosidade e a imaginação. Como afirma Tello (1996: 189), desde o primeiro de janeiro a maioria tinha os rostos cobertos por *paliacates* vermelhos (lenços cobrindo o rosto) e *pasamontañas* (gorros geralmente negros que cobrem todo o rosto e têm orifícios para os olhos e boca). “A razão era clara. O EZLN, ao estalar no país, não deixou por isso a clandestinidade.” Huchim (1994: 13, 23-24) relata que no primeiro dia do ano um guerrilheiro, ao ser interrogado sobre o *pasamontañs*, apenas respondeu que o usava por causa do frio que fazia. Mas esta máscara rapidamente iria se converter num dos principais símbolos do EZLN, amalgamando inúmeras interpretações. Quando colocaram a questão ao subcomandante Marcos durante a tomada de San Cristóbal, este deu já uma mostra do seu senso de humor, que iria se tornar uma das suas características públicas mais marcantes: “os que somos mais bonitos cobrimos os rostos para nos protegermos”. Depois já esboçou uma primeira interpretação política. Era para evitar personalismos, vaidades, para que ninguém fosse promovido demais. “Nós sabemos que a nossa direção é coletiva e temos que nos ater a ela”. Numa entrevista a Gianni Minà (Avilés & Minà, 1998: 182-183), anos depois, Marcos relata que a necessidade de se cobrir os rostos se deve ao fato que são um “exército que luta, mas é também civil ao mesmo tempo, porque é muito grande”. Assim “podem sair ao combate, e depois voltar às comunidades” dependendo de como caminhassem as coisas. Mas eles não imaginavam que o *pasamontañas* se converteria num símbolo. Achavam que o *paliacate* se tornaria um símbolo, pois era vermelho. Mas foi o *pasamontañas*, usado pelo frio que fazia, que se tornou um símbolo “que se impôs sobre nós”<sup>106</sup>. “Mais tarde ele se vinculou com o sentido indígena do uso da máscara”. Outra interpretação, colocada por Marcos em algum momento ao longo de 1994, foi a do espelho:

---

<sup>106</sup> Na entrevista a Le Bot (1995: 353-354), Marcos afirma que foram os líderes indígenas que primeiro se deram conta de que o *pasamontañas* havia se convertido no “símbolo dos zapatistas”.

“O espelho em que está se vendo a nação é um espelho novo, que mais que resolver-lhe uma pergunta, lhe propõem mais perguntas que tem que resolver. O espelho do país agora é um *pasamontañas*, o país se pergunta o que há por trás, por que este *pasamontañas*. O que os leva à conclusão de que o problema não é o *pasamontañas*, que finalmente nós vamos desaparecer como aparecemos, que repentinamente vamos virar fumaça e que o país vai se dar conta de que seus problemas são outros, são maiores, que tem a possibilidade de os resolver de muitas maneiras, com muitas lutas.

O que talvez agora não entenda o país, é que esse *pasamontañas* não quer ser o poder hegemônico. Isso o leva a desconfiar de nós (...)” (Yo, Marcos, 1994: 55).

O *pasamontañas* fez um enorme sucesso. Remete aos bandidos e heróis da cultura *pop*, e sintetiza o sentimento de exclusão política gerada pelo autoritarismo, em que o medo da perseguição política torna o anonimato atraente para os que nutrem opiniões dissidentes. Exclusão política que caminha ao lado da exclusão econômica e cultural. Para Belausteguigoitia (1996: 412-415), é mais um exemplo da apropriação zapatista de uma estratégia feminina do espetáculo, que neste caso partia de um elemento tradicional indígena, a máscara que estava presente nas culturas “pré-hispânicas” desde as suas origens, mas dando-lhe novos sentidos, “neste caso literalmente opostos aos tradicionais”. Se na tradição tinha um uso ligado ao controle através do terror, do perverso, do maldito, os zapatistas usam as máscaras para resistir a um controle de mais de 500 anos. E não o fazem através do terror, mas da ironia e da repetição, “a representação de um olhar, uma prática, um costume dos mexicanos: todos os indígenas são iguais”. Se as máscaras tradicionais são variadas, expressando a diversidade e a individualidade, a zapatista quase sempre é igual, ironizando o preconceito e a cegueira mexicana sobre a diversidade obrigada a esconder-se por trás dos *pasamontañas* para se fazer visível. Na tradição as máscaras eram usadas também como mediadoras entre os homens e o sobrenatural, do contato e desvelação do divino. Os zapatistas invertem esta relação, pois atrás das máscaras são eles mesmos os invisíveis, os que estão para ser desvelados. Além disso, o invisível é humano, nativo, e não sobre-humano ou cósmico. “A estratégia feminina se desdobra neste caso ao serem as mulheres indígenas o cúmulo da invisibilidade. Se atua, se representa a invisibilidade em seu limite.” Se na tradição as máscaras são as que acompanham os mortos em sua travessia ao inframundo, no zapatismo “não são os

vivos que morrem e assim descansam, repousam em paz. São os mortos em vida, sem repouso, sem paz, que viajam para viver. São os mortos de sempre em seu recorrido à vida, com dignidade”. Finalmente, a tradicional função da máscara de camuflagem, de vigilância do centro sobre às margens, é invertida em olhar das margens para o centro, que desnuda as próprias formas de controle exercidas a partir do centro. “As máscaras escondem os rostos dos zapatistas, mas não para protegê-los. Qualquer indígena, apenas por sê-lo, pode ser acusado de zapatista. Nenhuma máscara pode ocultar o seu ser índio. As máscaras sublinham o feito de que os zapatistas são os sem rosto, os des-carados, os que perderam a vergonha original, talvez a de La Malinche, talvez a da desobediência de Eva, talvez a de ser os mais pobres. Os des-carados interrompem, falam, se negam, não aceitam, reclamam, demandam. Deixaram de pedir perdão”.

Se olharmos para outras guerrilhas, veremos que geralmente não se utilizavam máscaras. Se elas são amplamente utilizadas pelo EZLN, isso é indicativo da estratégia de ser um exército capaz de aparecer e voltar a desaparecer nas sombras. Capaz de grandes ações para então voltar a um cotidiano civil, de resistência civil, atrás de outras máscaras e/ou fachadas como as organizações indígenas independentes. Notadamente, com o passar do tempo as bases do EZLN começariam a se auto-referir como sociedade civil, bases de apoio zapatistas. Ora, até o levante foram anos de preparação clandestina para a guerra combinada com a atuação política legal nos movimentos independentes. Por fim, haviam se tornado um exército muito mais preparado para a continuidade da luta política do que para uma guinada a alguma estratégia clássica de guerra. Dada a conjuntura que se abriu em 1994 para o EZLN, a guerra pôde prevalecer em sua dimensão espetacular, meramente auxiliar da política, mas de grande valia na sua capacidade de abrir espaços de comunicação, diálogo e projeção do zapatismo para além de Chiapas. E prevalecendo no EZLN, desde os seus primórdios, uma disposição política, de abertura e persuasão, a opinião pública tinha mesmo que ser o alvo principal da guerra de janeiro. Isso ajuda a entender a forte preocupação, nem sempre exitosa, mas demonstrada pelo EZLN em seus discursos e em sua prática, em fazer uma guerra fiel à Convenção de Genebra e de respeitar a população civil. Os soldados aprisionados pelos zapatistas, talvez até

por problemas logísticos, eram libertados rapidamente. E as famílias abastadas de Chiapas tomadas como reféns, foram soltas logo que se abriu a possibilidade de um cessar fogo e o início dos diálogos. No entanto, um homem foi mantido preso. Ele seria o personagem da primeira *performance* pública com conotação simbólica explícita dos zapatistas.

A tomada das cidades por um exército indígena já traz uma forte expressividade simbólica. Aqueles que foram conquistados, empurrados de suas terras cada vez mais para as margens de uma sociedade que lhes reservou um lugar apenas em seus subterrâneos (geralmente nas zonas rurais), agora avançavam sobre as cidades, sobre a “civilização”. Não para queimar, matar e destruir, a não ser aqueles símbolos do poder que os oprime. Numa *performance* que a conjuntura permitiu que fosse rápida, acentuando o seu caráter cênico, uma exibição com começo, meio e fim, esse Exército indígena começava a se tornar visível, memorável, tornava-se ao menos digno da reflexão dos outros mexicanos. Mas esta exibição era também uma guerra na prática, com seus mortos, feridos e refugiados. Quem a acompanhava não necessariamente fazia interpretações para além desta dimensão prática. Entre o cessar fogo e o início do diálogo com o governo na Catedral, porém, o EZLN armou uma *performance* no sentido mais estrito do termo. Foi o julgamento e a posterior entrega de Absalón Castellanos Domingues às autoridades. O general reformado, latifundiário e governador de Chiapas entre 1982 e 1988, havia sido capturado no segundo dia do levante. No dia 20 de janeiro, o CCRI assinou o comunicado em que eram expostas as conclusões do julgamento popular de Castellanos. Ele foi declarado culpado, juntamente com o governo federal e com a cumplicidade dos governadores que o sucederam (Patrocinio Gonzáles e Elmar Setzer), de haver levado os indígenas ao levante armado, ao fechar os caminhos legais e pacíficos para a solução das suas demandas. Foi declarado culpado, com a cumplicidade do governo federal, da repressão contra a população indígena que lutava legal e pacificamente, e do despojo das terras indígenas, tornando-se assim um dos proprietários de terra mais poderosos do estado, e ainda por roubo, assassinato, seqüestro, corrupção e violação dos direitos humanos. Sua pena era a prisão perpétua

em alguma comunidade indígena, devendo realizar trabalhos manuais para ganhar assim alimentos e outros meios para sua subsistência:

“Como mensagem ao povo do México e aos povos e governos do mundo, o Tribunal de Justiça Zapatista do EZLN comuta a pena de cadeia perpétua ao senhor general de divisão Absalón Castellanos Domínguez, o deixa livre fisicamente e, no seu lugar, o condena a viver até o último dos seus dias com a pena e a vergonha de ter recebido o perdão e a bondade daqueles a quem por tanto tempo humilhou, seqüestrou, despojou, roubou e assassinou” (EZLN, 1994: 106).

Reyes e Zebadúa (1995: 41-46) relatam que por mais de duas semanas não se sabia o paradeiro do ex-governador, até que se soube do seu julgamento na Selva. Sua libertação era uma das condições para se começar o diálogo com o governo, bem como a libertação dos zapatistas presos. O bispo Samuel Ruiz empreendeu um grande esforço para o êxito desta aproximação, e era o canal de troca de mensagens entre o EZLN e Camacho, negociador governamental. Camacho anunciou o estabelecimento de duas zonas francas: San Miguel no município de Ocosingo e Guadalupe Tepeyac, em Las Margaritas. Foi nesta comunidade que Castellanos foi entregue a Camacho no dia 16 de fevereiro, com a presença da população local, do bispo, cerca de 300 jornalistas e a transmissão ao vivo pela televisão, embora a notícia tenha sido cuidadosamente suprimida dos noticiários noturnos. No ato da entrega um indígena (EZLN, 1994: 150-153) leu uma declaração preparada pela comunidade de Guadalupe Tepeyac, que aproveitou a oportunidade para falar da sua realidade social, da falta de democracia e espaços para a voz indígena. Tratava-se, para os olhos urbanos, de um grande espetáculo, em que se tinha o cuidado de responsabilizar o regime por gerar a guerra. Evocava o valor cristão do perdão, ao mesmo tempo em que resolvia questões práticas relativas às condições para a realização do diálogo.

O espetáculo zapatista tinha ainda um elemento fundamental: o seu personagem principal, o subcomandante Marcos. Na crítica de Belausteguigoitia (1996: 406-407), deplora-se que tivesse ele que ser um homem para ser capaz de se fazer escutar. Se entre os mitos fundantes da nacionalidade mexicana foram estatizadas como orgulho nacional as imagens de Cuahtémoc e Netzahualcáyoti, foi repudiada a imagem de Malinche, a indígena amante de Cortês, indígena tradutora do

mundo asteca que ajudou o conquistador a compreender suas vítimas. A ela foi reservado o lugar de tradutora - conselheira tática - traidora. Marcos, em contrapartida, se tornou o “amante dos sonhos, tradutor – salvador e estrategista militar”. Mas se a autora reprova neste contraste a discriminação feminina, podemos ressaltar o outro lado: a valorização, enfim, da tradução, da comunicação entre os diferentes. Ainda mais se tratando de um país tão racista e onde a tradução estava tão amaldiçoada na figura de Malinche. Por outro lado ele era também de origem urbana, não era um indígena. Talvez, porém, se o porta-voz mais importante do EZLN fosse um indígena, tivesse que se adaptar muito mais aos valores e estilos urbanos para se fazer aceitar do que Marcos. Este, já possuindo qualidades deste tipo, podia realçar a irreverência do EZLN e sublinhar elementos da cultura indígena em suas práticas e discursos.

Que Marcos seja homem, mestiço-branco, com dotes intelectuais (como exibir conhecimentos de línguas européias nos comunicados e entrevistas logo nos primeiros dias do levante), de origem misteriosa e que teria passado 10 anos vivendo entre os indígenas, é quase como se fosse um príncipe misterioso lançado nas águas de um rio quando criança e que ressurgiu adulto ao lado do povo e portador de mensagens salvadoras, um novo Moisés. Mesmo após a revelação de sua identidade em 1995, permaneceu a sua origem na elite e seus dotes literários e intelectuais. Nada mais apropriado para uma estratégia do espetáculo. Voltemos às origens das reflexões sobre a poética. Na poética de Aristóteles (1979), classificava-se a tragédia e a epopéia como a “imitação de homens superiores”. Os heróis eram membros da elite, alcançando assim gerar a simpatia do público. Passavam depois por toda a sorte de dificuldades em sua ação, até chegar-se a um desenlace catártico. Embora essas características necessárias ao teatro grego se referissem à sensibilidade de uma época bem diferente, vale a comparação para afirmar que o zapatismo oferecia um espetáculo completo, com um herói capaz de gerar a simpatia no público e provocar-lhe fortes emoções diante de todas as dificuldades e riscos, até de morte, enfrentadas. Pode-se objetar que na literatura moderna passou-se a admitir heróis de origem social popular, o que se tornou possível graças às mudanças na cultura ocidental após a emergência da burguesia, as primeiras revoluções e as democracias do século XIX.

Mas se esses heróis de origem popular da literatura são examinados, pode-se notar que eram elaborados com atributos morais da elite, para que pudessem gerar a identificação no público. No caso de Marcos, temos um herói originário da elite e, feita esta concessão, o EZLN podia expressar com mais força através da sua voz elementos de uma moral e de uma política indígena.

Se uma das coisas que distingue a arte da ciência é que a primeira admite a incoerência, a ambigüidade do EZLN em suas práticas e discursos contribuiu para tornar o zapatismo um movimento predominantemente plástico, poético e até místico, colocando os símbolos no primeiro plano. A racionalidade implícita na política moderna parece tomar uma posição meramente auxiliar e instrumental nas posições do EZLN, o que coloca dificuldades para a análise sociológica da sua política. É por isso que esta não é possível sem que se proceda a uma reconstituição minuciosa dos acontecimentos, entrevistas e comunicados. Já podemos observar, porém, que se trata de uma política que não se prende a esquemas teóricos ou diretrizes claras. Sustenta-se antes por símbolos passíveis de interpretações que admitem uma grande variação e, sobretudo, graças à capilaridade do EZLN em relação às suas bases indígenas e, após o levante, em relação à chamada sociedade civil. É portando uma política plástica, flexível, adaptável. É também uma política acessível, que não exige dos que participam dela grandes aptidões intelectuais nos moldes ocidentais.

### 13. A Ampliação do Zapatismo

Muitos movimentos e personalidades puderam se fortalecer com os desenlaces do levante zapatista, ao mesmo tempo em que a crise do regime se aprofundava. O talento e a irreverência dos zapatistas para um uso criativo da comunicação e do espetáculo ajudaram a continuar abrindo espaços da mídia, mesmo depois da fase militar da guerra. Tinham também grande impacto sobre setores das camadas médias urbanas, especialmente aqueles que compartilhavam a ênfase zapatista na demanda por uma transição democrática. Num primeiro momento, a maneira encontrada pelo EZLN para se aproximar desses amplos setores foi reivindicando para a Igreja e as ONGs mexicanas o papel de mediadoras nos diálogos com o governo para se alcançar uma “paz com justiça e dignidade”. O EZLN também ajudou a fortalecer os movimentos camponeses e indígenas, mas sua estratégia peculiar de recusa radical do regime e demanda por democracia criava alguns limites para a aliança com esses grupos, tradicionalmente ligados a estratégias pragmáticas e demandas materiais. O mesmo vale para o movimento operário, com o agravante de que aí ainda prevaleciam sólidas estruturas corporativas, e não houve por onde sair a elaboração de demandas para este setor. O levante, os impostos de guerra e a ocupação de terras no território que o EZLN passou a controlar garantiu também um crescimento das bases da guerrilha. Mas se elas sofreram as agruras da fase militar, começaram depois a sentir a presença de um cerco militar cada vez mais estreito e forte, a perseguição, e o bloqueio à entrada de ajuda humanitária. O governo combinava a tentativa de uma solução negociada com a preparação para a repressão. E outros inimigos e adversários da guerrilha também iam definindo as suas estratégias.

O começo da irradiação do espetáculo zapatista pelo mundo iria aumentar também a visibilidade e importância de Samuel Ruiz, bispo de San Cristóbal de Las Casas. Segundo Reyes e Zebadúa (1995: 22-27, 48), o bispo ligado à teologia da libertação começou a aparecer com frequência na imprensa nacional no começo da década de oitenta, quando os massacres contra os indígenas guatemaltecos levou duzentos mil a se refugiarem no México. As suas viagens para a Guatemala lhe renderam acusações de envolvimento com a guerrilha, mas a denúncias de Ruiz sobre as incursões do exército guatemalteco para perseguir supostos guerrilheiros em

território mexicano levaram até a chancelaria do país a apresentar um protesto ao governo vizinho. Nos anos noventa continuaram os conflitos que consolidariam a imagem de Ruiz. No começo da década ele se converteu num dos principais promotores da campanha que levaria ao “clamor popular” pela libertação do padre Joel Padrón. E em março de 1993 denunciou as arbitrariedades e torturas cometidas pelos militares por ocasião das investigações sobre o assassinato de dois oficiais do Exército. Procurava abrir espaços para a luta pelos direitos humanos e a denúncia da injustiça social. Até o levante zapatista, o bispo vinha sofrendo pressões para renunciar ao seu cargo. Seu principal adversário dentro da Igreja era o nuncio apostólico no México<sup>107</sup> Girolamo Prigioni, principal responsável pelo processo de reaproximação da Igreja com o Estado mexicano, que culminou com a terceira visita do Papa João Paulo II ao México em 1993. O nuncio dava a impressão de pretender se tornar o principal intermediário entre o Estado e a Igreja, mas enfrentava dificuldades com sua imagem. A imprensa, ao pesquisar seu passado, descobriu que ele havia sido “simpatizante de ditaduras centro-americanas, traficante de divisas e marfim, declarado pessoa *non grata* em países africanos”. Nas vésperas do levante, Ruiz preparava a defesa do seu trabalho pastoral ante o Vaticano. Pessoas e organizações religiosas e laicas vinham se manifestando em sua defesa, mas foi com o levante que a ameaça de remoção do bispo se eclipsou. No dia onze de fevereiro, um dia após a nomeação de Camacho para a Comissão para a Paz e a Reconciliação em Chiapas, Ruiz foi chamado a uma reunião com o cardeal Ernesto Corripio Ahumada e outros hierarcas da Igreja, além de Camacho, que recebeu do arcebispo primado do México o informe de que Ruiz passava a ser o “interlocutor explícito e incontrovertível” da Igreja no conflito de Chiapas.

Apesar das acusações de envolvimento com a guerrilha, a posição de Ruiz se fortaleceu dentro e fora da Igreja, e o sinal mais explícito desta situação foi o local escolhido para a realização dos primeiros diálogos com o governo: a Catedral de San Cristóbal. A possibilidade de se encontrar uma solução pacífica para o conflito transformou o bispo na peça chave de mediação aos olhos da Igreja, do governo e, especialmente, para o próprio EZLN. E se a diocese passou para o primeiro plano da

---

<sup>107</sup> Representante do Papa.

política nacional, ela foi acompanhada pelas ONGs promotoras dos direitos humanos e de justiça social em Chiapas cuja formação ela ajudou a fomentar. Reygadas (1994: 78) relata que desde o dia primeiro de janeiro catorze ONGs de San Cristóbal, “vinculadas há muitos anos com os problemas de desenvolvimento” se articularam e formaram a Coordenação de Organismos não Governamentais de San Cristóbal de Las Casas pela Paz (CONPAZ), com os objetivos de “apoiar a população civil na marco de um trabalho humanitário neutro, informar dentro e fora do país o que está se passando em Chiapas e, através de Caravanas pela Paz, abrir espaços para a presença de organismos humanitários nas zonas do conflito”. Promoveu também a neutralidade nos atendimentos médicos, reivindicando o direito a atendimentos dignos independentemente da etnia, religião, nacionalidade ou filiação política. Na cidade do México, também já no primeiro de janeiro, pessoas de diversos movimentos sociais e ONGs se encontraram no Centro Nacional de Comunicação Social (CENCOS) para iniciar a “articulação cidadã” de acompanhamento dos acontecimentos de Chiapas. As linhas de trabalho que nasceram deste encontro eram a oferta de “informação e análise à opinião pública nacional e internacional”, a organização de “brigadas internacionais de organismos de direitos humanos que através da sua presença na zona de conflito contribuam ao respeito aos direitos humanos e ao cessar fogo”, “coordenar a arrecadação de víveres e medicamentos para os refugiados e deslocados de guerra” e “coordenar a atividade das ONGs da cidade do México e relacionar-se com outras forças para aumentar a repercussão das ações propostas”. Estas pessoas e organizações se somaram a outras para a preparação da manifestação que reuniu milhares de pessoas no dia doze de janeiro, sob o lema “alto ao massacre”.

Uma das primeiras ações de grande vulto que ajudou a formar as redes nacionais e internacionais de observação de direitos humanos e solidariedade com as comunidades indígenas zapatistas foi a participação com vistas a garantir a segurança durante os diálogos na Catedral realizados entre os dias dezoito de fevereiro e três de março. Num comunicado do dia primeiro de fevereiro, publicado na imprensa no dia seis, o EZLN pedia às ONGs mexicanas a formação de cordão de segurança em torno da Catedral, um “*cinturón de Paz*” que ajudasse a evitar atritos, provocações e

intimidações durante os diálogos. Segundo Reygadas (1994: 79-81), a CONPAZ tomou a iniciativa, junto com a Convergência de Organismos Civis Pela Democracia e o Fórum de Apoio Mútuo (FAM), de articular com as ONGs do resto do país a organização do Espaço Civil Pela Paz (ESPAZ), cujo papel transcendia a proposta do EZLN. Participaram 679 pessoas de mais de 150 organizações de 24 estados do país<sup>108</sup>, cada um trazendo “suas próprias expectativas e seu imaginário social”. Durante o diálogo, estas pessoas e organizações tiveram que se organizar, formar a hierarquia e a disciplina “exigida pela natureza da vigilância e segurança”, mas também comissões de análise e informação, segurança e proteção, comissão de apoio logístico e porta vozes. O ESPAZ teve que manter contato com Camacho e Ruiz para alcançar os seus objetivos, responsabilizou-se pelo credenciamento dos partidos políticos, e controlava a entrada das pessoas credenciadas na Catedral. E começava a formar-se um imaginário comum entre os participantes do ESPAZ, que passavam a ver o seu trabalho como uma das condições que tornavam possível a realização dos diálogos. Depois dos diálogos da Catedral, o ESPAZ teve continuidade através da organização da observação de direitos humanos, produção e circulação de análises e informação e atividades de solidariedade com as comunidades indígenas, num trabalho comprometido com a busca de justiça social e da transição democrática para o país.

O EZLN teve mais uma participação espetacular durante o encontro na Catedral. Condearena (1997: 94-96) conta que no dia vinte de fevereiro chegaram os 19 delegados do CCRI, entre eles Marcos, quatro membros da Comissão de Intermediação, entre eles Ruiz, e 3 delegados governamentais, com destaque para Camacho. Este havia aceitado a formação dos *cinturones de paz*, desde que um dos cordões de isolamento fosse organizado pelos militares. Segundo Janis (entrevista, Chiapas, 8/1/1999) cerca de 80% dos que participaram pela sociedade civil eram mulheres. Reyes e Zebadúa (1995: 56-61) afirmam que eram mil e quinhentas pessoas formando os três cordões de isolamento: da Cruz Vermelha, das ONGs e dos policiais militares sem armas de fogo. Uma multidão recebeu jubilosa a chegada dos delegados rebeldes. Mas às demonstrações de simpatia somavam-se protestos contra

---

<sup>108</sup> Segundo Hernández (1994: 88) eram 440 pessoas representando 78 ONGs de 29 estados.

o EZLN, como a organizada por pecuaristas em Tuxtla. “O ambiente vivido nestes dias em Chiapas, várias vezes derivou em espetáculo circense”. Quando os fotógrafos pediram a Marcos para tirar fotos suas em sua chegada, este levantou a perneira da calça e mostrou a perna. A cidade estava lotada de *souvenirs* zapatistas, tais como os tradicionais bonecos chamula agora vestidos com *pasamontañas*. Mas um dos produtos que mais chamava a atenção era a camisinha de marca *Alzado* (levantado, rebelado). Durante uma entrevista coletiva oferecida pelos delegados zapatistas e moderada por Ruiz, após um fotógrafo já ter perdido seu credenciamento por saltar a vala que delimitava o lugar da imprensa para tirar uma foto do bispo, saltou uma jornalista de rádio para se aproximar de Marcos gritando – “Marcos, olha o que eu te trouxe!” – mostrando um *Alzado*. O acontecimento deixou Ruiz e Marcos furiosos, e este se retirou junto com a delegação zapatista, suspendendo a entrevista.

Se a mercantilização do zapatismo, fosse nas grandes tiragens da imprensa ou na produção de *souvenirs* para os turistas, contribuía para a sua difusão, era também um sinal da popularidade que o EZLN vinha alcançando. Era um fenômeno, porém, que causava constrangimentos para os próprios rebeldes. Após o informe público de Marcos sobre o andamento dos diálogos do dia 25 de fevereiro, este passou a palavra ao comandante Juan, que fez uma declaração contra a mercantilização do “sangue heróico dos nossos companheiros”. Ele dizia que tinham se levantado em defesa da dignidade indígena. “O que queremos dizer com isso, é que nós, levantados em armas, dentro disso, o respeito e a dignidade indígena é para que não continuem nos vendendo como animais num zoológico, mas que nos tratem como pessoas e seres humanos” (EZLN, 1994: 173). O episódio da jornalista que quis mostrar uma camisinha a Marcos é sugestivo também de um outro fenômeno curioso: o *sup* estava se tornando um símbolo sexual. Mas os indígenas, marginalizados economicamente e habituados à vida comunitária nas comunidades, se mostravam avessos à exploração comercial e outras formas de absorção do zapatismo por uma sociedade de consumo em massa. Janis (entrevista, Chiapas, 8/1/1999) conta que algumas mulheres chegaram até a romper casamentos por causa de Marcos, e atribui esta fascinação ao próprio Marcos, seus olhos, sua voz, sua força e porque “é bem macho”, e ao mito sexual criado pela mídia para ofuscar o mito revolucionário. E diz que se trata de um

fenômeno urbano, pois as indígenas do EZLN não apenas não são fanáticas com o símbolo sexual de Marcos como se incomodam com isso, e o que sentem por ele é o respeito a um chefe militar.

Segundo Condearena (1997: 94-96) o dia 21 começou com um minuto de silêncio pelos mortos na guerra. Os delegados zapatistas, todos os dias, chegavam com armas nas mãos, e as deixavam na entrada como sinal de que “desejavam que falasse a palavra”. E usavam os *pasamontañas*: “não viemos pedir perdão, nunca o fizemos, viemos cobertos com o *pasamontañas* por não nos terem reconhecido como força beligerante. Não é por medo, quando formos reconhecidos falaremos cara a cara”. Na noite do dia vinte e dois Marcos abriu uma bandeira nacional, “que Camacho se apressou em pegar pelo outro lado”. Para Huchim (1994: 166), ambos expressaram assim que apesar de todas as diferenças entre as partes eram todos mexicanos, estavam sob a mesma bandeira. Na mesma ocasião, Camacho contradisse a versão oficial de que o EZLN era dirigido por estrangeiros e que a rebelião não era indígena, ao afirmar que se tratava de uma guerrilha composta por “mexicanos predominantemente indígenas”.

O EZLN levou ao encontro uma lista com trinta e quatro demandas, que destacava entre as primeiras a convocação de eleições livres e democráticas, a renúncia de Salinas e dos governadores eleitos através de fraudes, considerada condição necessária para a garantia de eleições verdadeiras, a formação de um governo de transição a partir dos legislativos federal e estaduais que garantisse direitos iguais a todas as correntes políticas e a incorporação nas leis da fiscalização do processo eleitoral pela sociedade civil e da sua máxima autoridade para sancionar a legalidade e a legitimidade dos processos e resultados eleitorais. Para o EZLN, o seu reconhecimento como força beligerante. Para as “regiões, comunidades indígenas e municípios” demandava a autonomia política, econômica e cultural. Pedia que parte da eletricidade e do petróleo de Chiapas fosse revertida para as comunidades indígenas, e a revisão do TLC. Demandava a volta da reforma agrária na Constituição e na prática, com auxílios para a produção e a comercialização. Atendimento médico de alto nível para os camponeses, moradia e educação. Direito à informação e uma concessão de rádio para os indígenas. Oficialização das línguas indígenas e seu

ensino obrigatório, fim da discriminação racial e administração autônoma da justiça segundo os costumes e tradições. Direito ao trabalho, salários justos e aplicação da Lei Federal do Trabalho para camponeses e operários. Fim da exploração dos camponeses por intermediários comerciais, do “saque” às riquezas do país, anulação das dívidas por créditos, empréstimos e impostos “com altos interesses que já não podem ser pagos devido à grande pobreza do povo mexicano”. Fim da fome e desnutrição e cooperativas de abastecimento com preços justos e transporte para os produtos dos camponeses. Liberdade aos presos políticos, desmilitarização e indenização das famílias prejudicadas pela guerra. Reforma do código penal de Chiapas que criminaliza as lutas populares pacíficas. E numa demanda que favorecia em particular os indígenas protestantes dos Altos de Chiapas, pedia o fim das expulsões de indígenas de suas comunidades, retorno dos expulsados e indenização dos bens perdidos (EZLN, 1994: 178-183). As demandas para as mulheres foram expostas publicamente pela comandante Ramona (Condearena, 1997: 95): clínicas ginecológicas, creches, cozinhas e alimentos para as crianças, projetos produtivos (criação de frango, coelhos, porcos, etc), moinhos, padarias, oficinas de artesanato com máquinas, matéria prima e mercado para a produção, escolas de capacitação técnica para as mulheres, pré-escolas e maternal para as crianças, transporte para as mulheres e os produtos de seus projetos. E por fim, o EZLN demandava o julgamento político dos últimos três governadores, garantias de que membros do EZLN, colaboradores e simpatizantes não seriam reprimidos, a independência das organizações de direitos humanos, a formação de uma Comissão Nacional de Paz com Justiça e Dignidade para vigiar o cumprimento dos acordos que fossem alcançados e ajuda humanitária para as vítimas do conflito (EZLN, 1994: 183-185).

Reyes e Zebadúa (1995: 58-59) relatam que o diálogo transcorreu da seguinte forma: às demandas levadas pelo EZLN os representantes do governo apresentaram uma resposta geral, e depois a cada dia foram sendo esmiuçados os vários temas em questão. Era um processo lento, difícil, pois além da necessidade, a cada momento, de se consultar as partes envolvidas, no caso dos zapatistas era preciso ainda passar por traduções ao chol, tojolabal, tzeltal e tzotzil de palavras que muitas vezes não possuíam equivalentes em suas línguas. Com o passar dos dias ia surgindo um clima

de otimismo, pois já no segundo dia se falava que 25% das demandas tinham encontrado respostas satisfatórias, e no dia seguinte já se falava em 50%. Marcos, porém, esclareceu que não se tratava de uma “negociação”, mas apenas de um “diálogo”, pois o governo “respondeu 50% mas nada foi cumprido”, e também porque o resultado dessas conversas teria ainda que passar por consultas na cidade do México e na Selva. “Assim como democraticamente se decidiu pela guerra, necessariamente a paz vai ter que seguir o mesmo processo de decisão democrática”. Nos comunicados e informes diários de Marcos (EZLN, 1994: 161-188) durante os diálogos, nota-se que o EZLN estava apostando mais em uma aproximação com as ONGs do que no atendimento das suas demandas por parte do governo, embora o trato conferido a Camacho demonstrasse respeito e o reconhecimento do seu esforço. Num comunicado do CCRI às ONGs de 20 de fevereiro e publicado no dia 22, elogiava-se a neutralidade das ONGs em seu esforço para “preservar os direitos humanos de todos, inclusive quando membros do EZLN incorreram em violações” e para “aliviar as graves condições da população civil”. As ONGs eram descritas como “parte fundamental do movimento para uma paz digna para os que nada temos e para os que tivemos que empunhar armas para nos fazer valer como seres humanos”.

“O feito de que nós tenhamos decidido confiar nossas vidas e liberdade, tanto nos trajetos de ida e vinda como na estadia no lugar do diálogo, às Organizações Não Governamentais é porque temos visto nelas o futuro que aspiramos. Um futuro em que a sociedade civil, com sua força de justiça verdadeira, faça desnecessárias não só as guerras como também os exércitos, e um futuro em que os governos, qualquer que sejam suas tendências políticas, tenham sobre eles a vigilância constante e severa de uma sociedade civil justa e democrática” (EZLN, 1994: 161-162).

Estreitar as relações com a “sociedade civil” era parte do plano estratégico que combinava a luta pela democracia (principal ideal das ONGs) como única forma de lançar bases para a solução dos outros problemas sociais e a visão de que esta luta só poderia ter êxito convertendo-se em uma luta nacional. Então nesses dias, aproveitando a proximidade física com tantas ONGs, esses foram os principais temas abordados pelo discurso zapatista além daqueles que se referiam diretamente ao andamento dos diálogos: o enraizamento indígena e popular do zapatismo, a

justificação da necessidade que se teve de recorrer às armas, a democracia interna no EZLN, a democracia para o país e a importância da sociedade civil para uma transição democrática. Ao mesmo tempo era um discurso que expressava a angústia diante das dificuldades e riscos para se vencer o isolamento, a necessidade da guerra e de se alcançar finalmente uma paz com dignidade. Um discurso emotivo, que como mostra Hernández<sup>109</sup> (1994: 91) e Reygadas (1994: 80) exercia grande poder de comoção sobre os ativistas das ONGs. É o caso, por exemplo, do informe de Marcos na tarde do dia 23 de fevereiro no interior da Catedral:

“Vocês têm nos dito para dar uma oportunidade à paz, e nós viemos aqui com ânimo verdadeiro e honesto. Se há outro caminho ao mesmo lugar, onde esta bandeira faça ondas com democracia, liberdade e justiça, mostrem-no. Não jogaremos com o sangue dos nossos. Se é possível conseguir que esta bandeira, nossa bandeira, a bandeira de vocês, se eleve com dignidade, sem que seja necessária a morte que aduba o solo em que se planta, seja.

Abriremos essa porta e seguiremos caminhando com outros passos. Se é possível que não sejam já necessárias nem as armas nem os exércitos, sem que haja sangue e fogo para lavar a história, seja. Mas se não. E se voltam a nos fechar todas as portas? E se a palavra não consegue saltar os muros da soberba e da incompreensão? E se a paz não é digna e verdadeira, quem – perguntamos – nos negará o sagrado direito de viver e morrer como homens e mulheres dignos e verdadeiros? Quem nos impedirá então de nos vestirmos outra vez de guerra e morte para caminhar a história? Quem?

Vocês têm a palavra: os que governam e os governados, os povos todos deste mundo. Respondam vocês, saberemos escutar. Pedimos-lhes que dêem um lugar no coração de vocês para nosso pensamento; não nos deixem sós<sup>110</sup>.

Como vocês, tudo somos. Sem vocês, somos outra vez esse canto sujo e esquecido da pátria.

Nós, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, temos vindo com a mesma esperança com que viemos no dia primeiro de janeiro deste ano; não a esperança do poder, não a esperança do benefício para uns quantos, mas a esperança de uma paz com justiça, dignidade, democracia, liberdade.

---

<sup>109</sup> Diretor do Centro de Encontros e Diálogos (CED).

<sup>110</sup> Esta passagem no discurso de Marcos possivelmente fez surgir o lema da sociedade civil “no están solos” para afirmar a solidariedade ao EZLN.

Por isso nos fizemos soldados, para que um dia não sejam necessários os soldados. Escolhemos este caminho suicida de uma profissão cujo objetivo é desaparecer: soldados que são soldados para que um dia já ninguém tenha que ser soldado” (EZLN, 1994: 165-166).

O discurso zapatista durante os diálogos mostrava o êxito e dava continuidade ao plano estratégico que começou a se esboçar nos comunicados das semanas anteriores. Refletia o sucesso do *cinturón de paz* e também as dificuldades enfrentadas na aproximação com o governo. O EZLN continuava a não ser reconhecido como força beligerante: o máximo que conseguiu foi que Camacho, enquanto procurava criar condições para o diálogo, tivesse se referido a ele como uma “força política em formação”. O Exército Mexicano continuava a fortalecer o cerco às posições zapatistas, e durante os diálogos a resposta governamental foi assumindo aquilo que seria o eixo da estratégia governamental em relação ao EZLN nos anos seguintes: atender as demandas econômicas e evitar as políticas, circunscrever o conflito a uma dimensão local, e evitar o envolvimento do resto do país. Esse era o teor da resposta final de Camacho ao EZLN, formalizada nos 34 pontos dos “compromissos de paz”, que este se comprometeu a levar às comunidades para a sua aprovação ou recusa como condição para que se chegasse ao acordo de paz. Tempos depois, Marcos (Yo, Marcos, 1994: 102-104) afirmou que nos diálogos houve mais comunicação com a sociedade civil, “através dos meios [de comunicação]”, do que com o governo, pois os delegados não entendiam o que falava Camacho: primeiro tentou falar com Marcos “e com o que supostamente estava atrás de Marcos, falou como político”. Os representantes do governo chegaram a propor que os zapatistas não se desarmassem, mas que dissessem que entregariam as armas. Que assinassem os acordos de paz, mas não fizessem a paz. Que aceitassem ajuda econômica, e não dissessem que era ajuda do governo. O “problema com o EZLN”, segundo Marcos, é que para a guerrilha mais do que parecer honesto importa ser honesto. Por trás dessas palavras, estava o cuidado em evitar a cooptação cuja tradição é tão arraigada no Estado mexicano. E também a busca do EZLN em se diferenciar da política tradicional e ganhar a simpatia dos cidadãos comuns e ativistas atuantes fora dos partidos políticos entre os quais, assim como para os indígenas, há

pouca familiaridade com a ‘racionalidade instrumental’ da política moderna e a redução que este tipo de política faz das massas a meros objetos de seus planos estratégicos.

Em relação aos partidos políticos, o EZLN vinha mantendo publicamente uma certa distância e neutralidade. Num comunicado de 14 de fevereiro (EZLN, 1994: 145-147), convidou os candidatos às eleições que se realizariam no segundo semestre para assistir os diálogos na Catedral, antevendo que algum deles seria eleito e por isso seria bom que já estivesse acompanhando os diálogos e possíveis acordos. Não havia um discurso forte para o movimento operário, mas também o tradicional sindicalismo corporativo não deixava muito espaço para o EZLN. Como relatam Reyes e Zebadúa (1995: 47), o quase centenário líder sindical Fidel Velázquez pediu o extermínio dos zapatistas, no mesmo dia em que Camacho saía da secretaria de relações exteriores para chefiar a comissão de paz. Enrique de la Garça (notas de campo, cidade do México, 6/12/1998), sociólogo do trabalho, comentou anos depois que faltava ao EZLN uma proposta para os operários. Apenas alguns sindicatos se somaram à chamada mobilização da sociedade civil. Vale destacar a presença do Movimento Proletário Independente (MPI), do sindicato Rota 100 e da União Nacional de Trabalhadores (UNT) na Coordenadora Nacional de Ação Cívica para a Libertação Nacional (CONAC-LN), uma aliança de cinquenta organizações sindicais, camponesas e estudantis que iria se tornar representante legal do EZLN<sup>111</sup> (La Jornada, 10/3/94 *em*: Díaz & López, 1997). Reyes e Zebadúa (1995: 48) relatam ainda o descontentamento das igrejas evangélicas com o papel privilegiado da Igreja católica nas atividades de mediação. A tendência desses grupos religiosos iria ser a oposição ao zapatismo, contribuindo para dividir ainda mais as comunidades chiapanecas. Os setores em que o EZLN encontrava as melhores ressonâncias eram as camadas médias urbanas, particularmente as ONGs, e os movimentos indígenas independentes.

---

<sup>111</sup> A rápida intimidade do EZLN com a CONAC-LN levanta a questão sobre a possibilidade de esta Coordenadora ou parte dos seus membros terem tido relações com as células das FLN que estavam fora de Chiapas. Uma hipótese plausível é que essas ramificações das FLN tenham se convertido ao ativismo pacífico e civil que deu amplitude nacional ao EZLN.

Conta Huchim (1994: 180-182) que logo após o fim dos diálogos, no dia seis de março, milhares de indígenas e camponeses, apoiados por trezentos *maestros* (professores de ensino básico e médio) de Oaxaca, marcharam em San Cristóbal de Las Casas pedindo a “desmilitarização do estado, a destituição dos 121 prefeitos, a integração de um novo Congresso mediante eleições que se celebrariam simultaneamente com as federais em 21 de agosto, e em apoio ao EZLN”. Ao mesmo tempo passeatas similares eram realizadas em Tapachula e Tuxtla. A convocatória vinha do Conselho Estatal de Organizações Indígenas e Camponesas de Chiapas (CEOIC), formada em janeiro e que constituía a aliança mais ampla e poderosa de movimentos do campo já vista no estado. Em resposta, no dia seguinte cerca de dois mil dos chamados “autênticos coletos”<sup>112</sup> se reuniram em um centro de convenções, e foi elaborada uma carta aos três poderes da união demandando a desocupação de prédios e espaços públicos e privados na cidade e fora dela, a assinatura dos acordos de paz em outra localidade, a expulsão dos “estrangeiros perniciosos que não credenciem sua legal estadia no município e no país”, a imparcialidade das comissões de direitos humanos e ONGs “por sua marcada tendência partidária em favor dos infratores e delinqüentes”, a transferência do bispo e outros membros da teologia da libertação após concluída a função de mediação e o fechamento temporário de todos os templos católicos por ter sido desvirtuado o seu uso.

Harvey<sup>113</sup> (1998: 219-220, 273) afirma que a rebelião zapatista reanimou os movimentos camponeses independentes. No final de janeiro formou-se o CEOIC, que incluía tanto organizações independentes quanto afiliadas ao PRI: as mais ativas eram a OCEZ-CNPA<sup>114</sup>, a CIOAC e a Xi’Nich. Esta articulação contou com o apoio do governador interino Javier López Moreno, que pretendia ilhar o EZLN e cooptar os líderes mais influentes do movimento indígena. Mas segundo o autor o objetivo fracassou, pois “as organizações independentes logo se mobilizaram para expressar pleno apoio às exigências dos zapatistas e criticaram abertamente Salinas quando este visitou Tuxtla no começo de fevereiro”. A ampla mobilização envolveu mais de oito

---

<sup>112</sup> “Coletos” é a palavra que identifica os naturais de San Cristóbal de Las Casas, e “autênticos coletos” é a expressão que designa as famílias tradicionais, racistas e conservadoras.

<sup>113</sup> O autor baseou suas análises em entrevistas com os dirigentes indígenas do Conselho Estatal de Organizações Indígenas e Camponesas (CEOIC).

mil solicitantes de terra de onze organizações, e apenas nos primeiros seis meses de 1994 foram ocupadas trezentas e quarenta propriedades privadas correspondentes a cinquenta mil hectares. Em alguns casos com confrontos violentos, e em março foi assassinado um dirigente do CEOIC. O governador promoveu uma negociação com o CEOIC e as associações pecuaristas, e em 14 de abril se assinou um acordo pelo qual se comprometia a pesquisar cada caso de solicitação de terras, e enquanto isso o CEOIC se comprometia a parar com as ocupações e os proprietários ganhavam indenizações mensais do equivalente a cerca de 13 dólares por hectare “invadida” enquanto durasse a ocupação. Mas o acordo não foi respeitado, e os pecuaristas acusaram o CEOIC de promover novas invasões. Em julho os pecuaristas assinaram com o governo um acordo unilateral em que este se comprometia em desocupar todas as propriedades invadidas se o CEOIC não aceitasse as ofertas de mudança para outros terrenos. Mas o governo não fez muito: o delicado contexto político o fez desalojar apenas quatro propriedades, o que irritou os pecuaristas. O CEOIC, por sua vez, declarou rompido o acordo de 14 de abril com as desocupações, prisões e assinalando a incapacidade do governo do estado para pesquisar e solucionar as demandas por terra.

O impasse vinha se dando porque os proprietários se negavam a vender as terras, e o governo se negava a expropriá-las como demandavam alguns dirigentes do CEOIC: a reforma do artigo 27 deixava ainda a possibilidade de expropriação “em benefício social”, o que era utilizado para a prospecção de empresas estatais como a Petróleos Mexicanos (PEMEX) e a CFE. Por outro lado, o CEOIC vinha sofrendo também com a divisão interna. Organizações moderadas ou filiadas ao PRI como a Solidariedade Camponesa Magisterial (SOCAMA), a CNC e a ARIC – União de Uniões criticavam a CIOAC, a OCEZ – CNPA e a Xi’Nich de monopolizarem a direção do CEOIC e adotarem um plano estratégico de confrontação sem o consenso de todas as organizações. A divisão ficou mais marcante durante as negociações posteriores ao acordo de 14 de abril, quando cada organização começou a apresentar projetos separadamente. A SOCAMA teve aprovado um projeto que envolvia subsídios e crédito para a compra de terras e, com os fundos que restassem,

---

<sup>114</sup> OCEZ filiada à CNPA.

financeira projetos produtivos. A CNC, embora também ocupasse terras, afirmava ser contrária a uma estratégia de confronto e acusava as organizações radicais de apoiarem o candidato a governador pelo PRD. E a ARIC, que tinha uma importância especial na tática governamental para enfraquecer a radicalização gerada pelo EZLN, recebeu grandes quantidades de novos recursos para projetos produtivos. No entanto isso não levou a uma diminuição do apoio recebido pelos zapatistas, e a posição cada vez mais moderada dos líderes da ARIC acabou levando ao racha da organização. Um dos motivos foi a nomeação do presidente da ARIC para disputar as eleições como candidato a deputado federal pelo PRI. Formaram-se assim a ARIC – oficial e a ARIC – independente, que passaram a disputar os escritórios que tinham em Ocosingo e as comunidades em Las Cañadas. Janis (entrevista, Chiapas, 4/1/1999) relata que o INI foi o articulador da formação do CEOIC. Eram mais de trezentas organizações, desde independentes, oficiais, até organizações que tinham entre seus militantes vários paramilitares:

“Era tão heterogêneo que não poderia dar em algo bom. Porque simplesmente estão falando idiomas diferentes, cada um tem intenções diferentes, o que pude observar é que a maioria da dirigência tinha interesses particulares, pessoais. Havia dirigentes muito honestos, dos quais vários morreram assassinados – a maioria foi assassinada. A maioria da dirigência era natural, camponeses, que não tinham formação política, que não tinham um pensamento estruturado, que tinham muitas demandas econômicas, que tinham se mobilizado de maneira muito espontânea e não obedecia mas ‘a ver o que se pode conseguir’, e é claro que aos quatro, cinco meses já tinham se dividido e a maior parte das organizações já tinha passado à oficial. Ou seja, dessas trezentas e tantas organizações, já havia ficado apenas trinta e duas independentes que continuam até agora” (Janis, entrevista, Chiapas, 1999).

No mesmo período, segundo Harvey (1998: 223-224) o governo estatal procurou também obter apoio para uma nova lei agrária para Chiapas, em resposta à demanda zapatista por reforma agrária. Mas a nova lei ia muito pouco além da lei agrária federal de 1992, pois embora prevísse o exame de denúncias sobre a existência de latifúndios, era pouco provável que estes fossem afetados, já que era prática antiga dividi-los entre familiares ou pessoas de confiança. A iniciativa foi apoiada pelas organizações oficiais, mas gerou insatisfação entre grande parte da

população afetada. Para a ala radical do CEOIC, era necessário que a elaboração da lei partisse das propostas surgidas das assembleias regionais e comunitárias. O governo passou a enfrentar a luta pela terra de duas maneiras: implementando programas para a compra de terras de proprietários privados e efetuando desocupações com o apoio das guardas brancas. O problema da terra ficou sem solução, devido à corrupção no primeiro caso, e devido à violência na outra alternativa. Por outro lado, foram pagos aproximadamente quinze milhões de dólares entre maio e dezembro de 1994 como indenizações para os que estavam com suas terras ocupadas.

Talvez tenha faltado ao EZLN, em sua atuação pública, uma tática mais clara e com a mesma atenção dada às ONGs em relação aos movimentos indígenas de Chiapas. Ou talvez uma atuação pública semelhante à dirigida às camadas médias urbanas não fosse possível, já que grandes parcelas das populações indígenas e camponesas não tinham acesso à educação nos moldes ocidentais, à eletricidade e aos meios de comunicação de massa, particularmente os meios impressos. O mais importante veículo nos campos chiapanecos era o rádio, o que explica a demanda zapatista por uma emissora. Anos depois seria montada uma rádio clandestina, a Rádio Insurgentes<sup>115</sup>. Para Janis (entrevista, Chiapas, 4 e 8/1/1999) o discurso zapatista se baseia na cosmovisão maia. No entanto, os indígenas raramente entendem o que está nos comunicados, que utilizam uma linguagem de origem urbana. “O idioma que se usa nos comunicados não chega à maioria indígena, fica num nível de elite urbana, pois os indígenas raramente entendem os comunicados, os contos, os relatos – não sabem ler” (Janis, entrevista, Chiapas, 4/8/1999). Apesar dessas limitações da tática de comunicação que vinha se consolidando no EZLN, o avanço militar e a saída da total clandestinidade de antes de 1994 levou muitas comunidades a se unirem ao movimento. A comunicação com as comunidades era basicamente aquela propiciada pelas formas de organização interna do próprio EZLN

---

<sup>115</sup> Durante a pesquisa de campo em Chiapas não houve um questionamento específico sobre o tema, mas também não foi encontrado qualquer sinal da existência de emissoras clandestinas ligadas ao EZLN em todas as obras e documentos pesquisados ou na pesquisa de campo. Em contrapartida, os entrevistados mencionaram várias vezes as rádios comerciais e em particular a do INI, onde camponeses podiam veicular recados, inclusive mensagens cifradas, relacionadas com as articulações dos movimentos. Apenas em 2003, por e-mail, foi possível tomar conhecimento que estava sendo lançada a Rádio Insurgentes.

e o proselitismo das suas lideranças indígenas por novas adesões. Uma aliança com os movimentos independentes, por outro lado, esbarrava na disputa por essas adesões e nas negociações paralelas destes movimentos com o governo. Havia uma concorrência anterior a 1994, senão com o EZLN, ao menos com o movimento que o encobria: a ANCIEZ. E o apoio aos zapatistas declarado pelos outros movimentos indígenas se dava no contexto das vitórias iniciais do levante e dos espaços que ele abria no Estado e nas cidades. Apoiar as demandas do EZLN era uma forma de fortalecer os movimentos. Os zapatistas também procuraram se dirigir à CEOIC em dois comunicados logo após os diálogos, utilizando um tom de irmanamento das lutas indígenas. Mas por trás dessas aproximações retóricas havia uma diferença estratégica crucial. Para o EZLN o objetivo primordial era o fim do regime e a transição para a democracia, sem o que as outras demandas não teriam solução verdadeira. Para os movimentos indígenas independentes o principal objetivo era a retomada da reforma agrária, e estavam dispostos a negociar sem a exigência de transformações políticas, no que coincidiam com os movimentos oficialistas.

“Que falem agora nossos irmãos que andam outros caminhos para levar nossa dor a novos solos. Que fale a voz de nossos irmãos do CEOIC, que digam sua palavra os indígenas todos destas terras, que não cale o camponês pobre, que grite o operário nas cidades, que este canto guerreiro não esqueça a voz dos *maestros* e estudantes, dos empregados e dos pequenos em todos os sentidos” (EZLN, 1994: 194).

“Nós nos levantamos em armas e em nossas frentes para dizer ao governo usurpador que já estamos cansados de tantas mentiras, nos têm vendido uma grande farsa todos esses anos e agora querem coroa-la com a *careta*<sup>116</sup> de uma paz humilhante. Não a queremos, conhecemos essa paz a quinhentos anos, conhecemos o que custa e o fraco benefício para nosso solo e nossa gente. A nossas montanhas quer chegar agora o que nunca lá esteve, querem nos comprar com esmolas em troca de deixar sós nossos irmãos de outras terras e cores, querem comprar nossa luta e nosso sangue com arremedos de justiça, com esmolas de liberdade e promessas de democracia.

Nós queremos saudar o andar de vocês, nós os mais pequenos e sem rosto, nós queremos pedir-lhes que já que estão aí frente ao soberbo palácio do usurpador e o mal

---

<sup>116</sup> “Careta, *s.f.* careta, caraça, máscara ou mascarilha, de cartão ou doutra matéria, para cobrir a cara; máscara, peça para defesa da cara, nos combates de esgrima ou limpeza de colmeias” (Dicionário, 1999: 236).

governo lhe digam, por favor, que os zapatistas não se vendem, que os zapatistas não traem, que os zapatistas não se rendem; expliquem-lhe vocês ao mal governo o que é ser zapatista, esclareçam suas dúvidas, gritem com agente as verdades, tomem nossa voz, irmãos nossos, para falar a todos os mexicanos. Diga-lhes que a nossa disposição de paz, o supremo governo responde com sinais de guerra, que à nossa verdade opõem a mentira, que continuam nos detendo injustamente, que continuam enchendo suas prisões com sangue indígena, que continua o nosso sangue aflorando nessas terras. Mente o governo, irmãos! Segue sua guerra contra nossas causas, é falsa a brancura das suas mãos pois seguem ensangüentadas do sangue irmão” (EZLN, 1994: 200-201).

Com efeito, durante os diálogos o EZLN demonstrava uma porosidade maior com suas próprias bases e com setores democráticos das camadas médias urbanas, ao anunciar as consultas sobre as propostas do governo em suas bases e na sociedade civil. Anunciou que seus delegados não tinham poder de decisão, e que iriam levar os “compromissos de paz” do governo para serem debatidas e referendadas nas assembléias comunitárias, pois “se a guerra se decidiu dessa forma democrática, a paz não pode fazer menos que seguir o mesmo caminho para que seja verdadeira, se é que se chega a ela” (EZLN, 1994: 169). E anunciou também a realização de uma consulta à sociedade civil com a ajuda de ONGs (EZLN, 1994: 172). Se o levante havia imprimido uma enorme velocidade à agenda política do país, nos diálogos o EZLN anunciava um novo ritmo, mais lento, o ritmo das consultas. No lançamento do livro organizado por Di Felice e Muñoz (1998) com traduções ao português de uma coletânea de comunicados zapatistas, realizada em São Paulo em 1999, um dos representantes da EZLN presentes, Edur Velasco, foi interrogado sobre qual influência tinha a cultura indígena sobre a política zapatista. O representante afirmou que os indígenas tinham um outro tempo para fazer as coisas, um ritmo menos apressado (notas de campo, São Paulo, 1999).

Para explicar a consulta às suas bases, no informe de 24 de fevereiro Marcos abordou a organização democrática do EZLN:

“Então os companheiros me pedem que explique isso. Os companheiros que são nomeados delegados estão nomeados por quatro grupos de comitês clandestinos revolucionários indígenas, controlados por quatro etnias principalmente. São eles os que

mandam e por sua vez têm que perguntar às distintas regiões; as regiões têm que perguntar aos povoados; nos povoados se reúnem os homens, as mulheres e as crianças, e decidem, segundo a informação que têm, que caminho vão seguir.

Logo vem o caminho inverso: os habitantes dizem aos seus encarregados de comunidade para irem à reunião regional; a regional diz ao Comitê Clandestino dessa etnia e esse diz ao seu delegado qual é a resposta. É um processo algo complicado mas lógico para nós, lógico para o Exército Zapatista de Libertação Nacional e é o que nos faz invencíveis em todo caso.

Enquanto nós respeitamos o acordo e a razão de nossas gentes, nada poderá nos destruir; se os traímos ou seguimos outro caminho, ou começamos a tomar acordos sem consulta-los, igualmente não teríamos nenhuma autoridade de nenhum tipo sobre eles. Isso é o que nós queremos lhes explicar para que tragam mais filmes para as câmaras, cassetes ou peçam um adiantamento para os hotéis ou o que tenham que fazer, porque vai demorar isto. Não é tão rápido como se poderia pensar” (EZLN, 1994: 169-170).

E a consulta à sociedade civil fica bem exemplificada com a experiência de Hernández R. (1997: 141-144), que relata que era estudante na época e acompanhava os acontecimentos pela imprensa. “Tudo parecia suceder-se de maneira vertiginosa, mesmo em nossa distante cotidianeidade cidadina”. Em 15 de março o CCRI-CG tinha assinado um comunicado em que aceitava a assessoria jurídica da Coordenadora Nacional de Ação Cívica para a Libertação Nacional (CONAC-LN), que tinha oferecido ajuda através de uma carta publicada no jornal La Jornada. Foi a CONAC-LN, a pedido do EZLN, que iniciou a “mesa da sociedade civil”, como era chamada a consulta nacional e internacional sobre os “compromissos de paz”. A primeira mesa foi instalada no Zócalo (praça central) da cidade do México, e depois muitas outras foram espalhadas no país e no exterior (EUA, Espanha, França, Alemanha, Itália, Brasil, etc). O estudante foi participar da consulta, e acabou sendo convidado a se tornar um voluntário para ajudar nas atividades. Na mesa em que colaborou durante semanas, havia uma exposição com fotos doadas por um repórter, era mostrado o vídeo da entrevista com Marcos produzido pelo Canal 6 de Julho, e conversava-se com os transeuntes da “forma como a CONAC-LN havia se convertido em representante legal do EZLN e a importância de se expressar através da consulta (...) do EZLN, do diálogo, de Salinas de Gortari, do Bispo Samuel Ruiz”, para então

convidá-los a responder ao questionário. O estudante conversou com todo tipo de gente, jovens e velhos, homens e mulheres, estudantes e trabalhadores. “Enfim, pessoas que pouco a pouco descobriam que eram parte da Sociedade Civil, desconhecida para a maioria das pessoas antes que o Exército Zapatista nos falasse da sua existência”. Com essa experiência Hernández começou a fazer amigos entre os voluntários, que eram majoritariamente estudantes e alguns trabalhadores. “O mais reconfortante era ver que as pessoas se interessavam e respondiam ao questionário, viam as fotografias e os vídeos, falavam e escutavam e, mais ainda, em ocasiões manifestavam disposição para difundir a consulta do EZLN entre os seus. *Vaya*, dentro de nossas possibilidades, participávamos.” Segundo o *La Jornada* (10/3/94 em: Díaz & López, 1997), a CONAC-LN planejava ainda ganhar novos adeptos entre pessoas que concordassem com as demandas básicas do EZLN presentes na Primeira Declaração, e a realizar uma caravana que atravessasse o país recolhendo as demandas da sociedade civil que chegaria até Los Angeles, para tratar do problema dos imigrantes sem visto.

O começo da consulta do EZLN em suas bases foi acompanhado pelo acirramento dos conflitos e da polarização política em Chiapas. As ocupações se proliferavam por todo o estado, e por outro lado os “autênticos coletes” hostilizavam a Igreja católica e as associações pecuaristas se mobilizavam contra as ocupações e pediam medidas repressivas mais duras por parte do Estado enquanto incrementavam e acionavam suas guardas brancas. Além disso, o Exército Mexicano ia fortalecendo e estreitando o cerco às posições zapatistas. Em meados de março o CCRI-CG destinou dois de seus comunicados à CEOIC. Se com a realização dos diálogos na Catedral se havia dito que chegara o momento da iniciativa da sociedade civil, procurava-se agora ressaltar o CEOIC como parte desse amplo movimento nacional que se procurava instigar. O EZLN demonstrava também ceticismo com a possibilidade de uma solução rápida para o conflito, criticava a mentira governamental por este falar em “acordos” da Catedral quando houve apenas diálogo, seu discurso de paz enquanto aumentavam os “sinais de guerra” e ameaçava com a possibilidade de ser levado a voltar a uma iniciativa armada. Sinal de que os líderes do EZLN começavam os procedimentos da consulta já com uma disposição pouco

favorável à aprovação das propostas governamentais. Enquanto o CEOIC negociava com o governo e com os proprietários de terra, o EZLN sugeria sutilmente que os movimentos indígenas não aceitassem “escolas”, não se deixassem cooptar com ofertas materiais. A distância entre a ênfase do EZLN pela transição democrática e o foco dos movimentos indígenas de Chiapas na luta pela terra era evidente. Por outro lado, talvez pela distância geográfica e a ausência de um histórico de disputas com o próprio EZLN, este teria mais facilidade em se aproximar de movimentos camponeses e indígenas de outros estados.

Mas o momento mais delicado desta fase foi o assassinato do então candidato a presidente pelo PRI, Luis Donaldo Colosio Murrieta, em 23 de março. Para Castañeda (1994: 63-68), foi a inauguração da crise política mexicana mais grave desde os anos vinte. O assassinato do cardeal Posadas, de Guadalajara, em maio de 1993, a morte de mais de uma centena de ativistas de oposição durante o mandato de Salinas, o levante zapatista que “tinha feito tremer as expectativas e a confiança do país”, e o seqüestro de um dos donos do maior banco mexicano, mostravam que “a maquinaria de segurança, o mecanismo sucessório, as lealdades e instituições que garantiram por tanto tempo a estabilidade mexicana, se tornaram obsoletos”. Nunca se chegou a explicações conclusivas sobre o magnicídio. O sistema apenas aceitava a teoria de uma culpa individual, e a opinião pública se inclinava por teorias conspiratórias. Colosio vinha se distanciando de Salinas, e dando ênfase a um discurso por reformas democráticas. Assim, para muitos, os setores mais retrógrados do sistema teriam matado o candidato. Segundo o autor, nunca foi crível a tese de que a presidência tenha dado a ordem para o assassinato. Não teria havido nenhum acontecimento político de tal magnitude que justificasse uma ação com tão fortes repercussões. Os setores do sistema que vinha ganhando a anos e décadas com sua vigência, e que teriam motivos suficientes para cometer o assassinato eram o “narco, a narcopolítica, setores empresariais ligados ao narcotráfico e a corrupção, os novos ricos regionais ligados ao narco e as privatizações que serviram de tinturaria de luxo, as frações do partido oficial vinculados com o narco e com narcoempresários”.

O CCRI-CG (EZLN, 1994: 201-204) interpretou o assassinato como uma “provocação” da “linha dura e militarista dentro do governo federal” para impedir

qualquer tentativa pacífica de “democratização da vida política nacional”. Tratava-se de um “prelúdio” para uma grande ofensiva militar que o governo estaria preparando contra o EZLN e a guerra suja contra “todos aqueles seres honestos que buscam, por caminhos distintos, a mesma bandeira que nós buscamos”. Eram assinalados como antecedentes desta expectativa bombardeios realizados no dia 19 de março próximo à estrada que liga Comitán a Altamirano, a desconfiança de guerra química<sup>117</sup>, a detenção e desaparecimento nos centros urbanos de Chiapas de civis suspeitos de simpatizar com o EZLN, um aumento evidente desde o dia 20 das tropas governamentais que já estariam chegando ao dobro das que havia em janeiro e sua locomoção ameaçadora nas zonas urbanas. Acusava-se ainda oficiais do Exército Mexicano de aceitar subornos de latifundiários para patrulharem suas propriedades. No discurso, os zapatistas procuravam enfatizar o contraste entre o seu esforço de paz e a atitude beligerante do governo. E na prática, se viram obrigados a suspender momentaneamente a consulta interna, a entrada “indiscriminada” de jornalistas, e declararam o alerta vermelho para as suas tropas. O EZLN avisava estar preparado para o ataque iminente, que lutariam até o último homem e que os acessos estavam minados. Havia uma certa dose de blefe nestas afirmações do CCRI-CG. Como lado mais fraco de uma possível solução militar ao conflito, era preciso parecer o mais forte possível, como já tinha feito nas táticas militares de janeiro. Era preciso fazer parecer que seria muito alto para o governo o custo de uma ofensiva. Nas redondezas da comunidade Cruz del Rosario, que estava dentro da área controlada pelo EZLN, Arturo Hernández (notas de campo, Chiapas, 02/1999) relata que os zapatistas colocaram vários avisos de campo minado, mas as minas não existiam.

A ofensiva militar governamental não iria ocorrer até fevereiro de 1995, já com o novo presidente eleito. Mas o Exército Mexicano ia fortalecendo as suas posições. Os aviões e helicópteros que sobrevoavam as comunidades indígenas passaram a ter uma presença constante nas crônicas e piadas de Marcos, e também dos desenhos das crianças zapatistas que iriam circular o mundo. Num comunicado sobre o cerco militar assinado por Marcos (EZLN, 1994: 222) em 21 de abril, este se referia também ao bloqueio militar à entrada de ajuda humanitária. Segundo

---

<sup>117</sup> Os quatro artefatos lançados teriam produzido incêndios e “gazes estranhos”.

Condearena (1997: 98), em 4 de junho uma mãe com três filhas de 20, 18 e 16 anos foram detidas num bloqueio militar e, acusadas de zapatistas, as três foram violentadas por trinta soldados, caso que rendeu críticas de feministas ao EZLN por não ter aparecido em seus comunicados.

Durante o primeiro semestre os comunicados continuaram voltados principalmente à sociedade civil. E surgiram alguns personagens nas cartas de Marcos e do CCRI-CG que se tornariam célebres. Em 10 de abril, aniversário do assassinato do herói da Revolução Mexicana Emiliano Zapata, o CCRI-CG (EZLN, 1994: 210-213) se referiu pela primeira vez a Votán-Zapata, um sincretismo do deus maia com o espírito de Zapata, que ironicamente era apresentado como o que estaria por trás do EZLN, em resposta aos que especulavam sobre conspirações com estrangeiros ou com setores do PRI.

“Desde a hora primeira desta longa noite em que morremos, dizem nossos mais longínquos avós, houve quem reparou em nossa dor e nosso esquecimento. Houve um homem que, caminhando sua palavra desde longe, à nossa montanha chegou e falou com a língua dos homens e mulheres verdadeiros. Era e não era dessas terras o seu passo, na boca dos mortos nossos, na voz dos sabedores anciãos, caminhou a sua palavra até o nosso coração. Houve e há, irmãos, quem sendo e não sendo semente destes solos à montanha chegou, morrendo, para viver denovo, irmãos, viveu morrendo o coração deste passo próprio e alheio quando casa fez na montanha de noturno teto. Foi e é o seu nome nas nomeadas coisas. Se detém e caminha em nossa dor sua palavra terna. É e não é nessas terras: Votán Zapata, guardião e coração do povo” (EZLN, 1994: 211-212).

Outras datas comemorativas celebradas por Marcos no primeiro semestre foram o primeiro de maio e o dia das crianças, 30 de abril. Em uma carta assinada em 10 de abril por Marcos (EZLN, 1994: 217-219) a uma menina que havia lhe enviado um desenho, e que graças ao desenho foi promovida a ‘subcomandanta’, apareceu pela primeira vez nas cartas de Marcos um dos seus personagens mais cômicos e filosóficos: Durito, um escaravelho que usa óculos, fuma cachimbo, ostenta dotes intelectuais e não disfarça uma certa arrogância, além de ser um sonhador. Marcos notou sua presença quando percebeu o sumiço do seu tabaco, e ao procurá-lo achou um pouco caído e uma fileira que ia até Durito, que estava compenetrado em seus estudos sobre o neoliberalismo e sua estratégia de dominação para a América Latina e

pediu para não ser incomodado. Marcos soube do escaravelho que ele queria descobrir se a luta zapatista seria vitoriosa e quanto tempo levaria, para saber por quanto tempo os bichinhos iriam estar tento que tomar cuidado para não serem esmagados pelas botas zapatistas. Marcos prometeu que ordenaria às suas tropas que evitassem pisar em escaravelhos, mas alertou o pequeno que tomassem cuidado, “pois meus *muchachos* são muito distraídos e nem sempre olham onde colocam os pés”. Marcos com isso se referia às contradições de sua luta, que muitas vezes prejudicava pessoas inocentes, e manifestava a preocupação em evitar o quanto fosse possível esses prejuízos. Os diálogos com Durito, que seriam retomados apenas no ano seguinte, seriam fecundos em reflexões, piadas, fantasias e conclusões morais. Seriam como diálogos de Marcos com seu alterego, ou a possibilidade de ironizar a si mesmo neste personagem que era a sua caricatura, desconstruindo mais uma vez os seus atributos de caudilho. Em cartas posteriores, Marcos seria caracterizado como escudeiro de Durito, em clara referência a Don Quixote.

Outro personagem que se tornaria célebre seria o velho Antônio, que segundo Marcos existiu realmente e que, companheiro desde os primeiros anos de formação do EZLN, teria sido seu mestre sobre as tradições orais e a cosmovisão indígenas. A primeira carta sobre Antônio, assinada em 28 de maio por Marcos (EZLN, 1994: 239-245) foi por ocasião da morte deste senhor sábio e enigmático. Nesta, como nas que viriam depois, eram elaboradas cenas da vida de Marcos nas comunidades indígenas, em que ele aparece rodeado por crianças que brincavam e brigavam com ele, e que pediam a ele que lhes contasse algum conto. Marcos começava então a relatar, colocando entre aspas, os contos do velho Antônio. No primeiro conto falava-se que os deuses tinham se reunido em assembléia e chegaram ao acordo de criar os homens, que primeiro foram feitos de ouro, e eram fortes e brilhantes. Mas esses primeiros homens, como eram muito pesados, não podiam se mover e nem trabalhar. Então os deuses criaram homens de madeira, mas estes acabaram sendo escravizados pelos homens de ouro. Os deuses ao verem que as coisas não iam bem, chegaram ao acordo de criar os homens de milho, “as gentes boas, os homens e mulheres verdadeiros”. Os homens de ouro eram os ricos, os de madeira os pobres, e ambos desde então aguardam a chegada dos homens de milho, os primeiros com medo e os outros com

esperança. “Perguntei ao velho Antônio de que cor era a pele das gentes de milho, e ele me mostrou vários tipos de milho, de cores diversas, e me disse que eram de todas as peles mas que não sabia bem, porque as gentes de milho, os homens e mulheres verdadeiros, não tinham rosto”. Ao contar essas histórias para as crianças indígenas, essas cartas se inscreviam nos ciclos de vida e das gerações. E os personagens infantis também ganhavam vitalidade própria: Toñita, Heriberto, Eva, todos com aproximadamente cinco anos, davam graça e um ar familiar ao ambiente vivido pelo comando do EZLN. O próprio Marcos, no comunicado do dia das crianças assinado pelas crianças zapatistas, se equiparava às crianças: “o sup diz que ele, quando for grande, vai ser criança outra vez” (EZLN, 1994: 229).

O período de consultas garantia ao EZLN também um tempo para discutir internamente as reformulações táticas e os planos estratégicos do movimento. E a consulta externa, em particular, dava a oportunidade para avaliar as possibilidades de aproximação com a chamada sociedade civil. Numa ação que sinalizava a abertura para a possibilidade de conquistas pela via eleitoral, o EZLN convidou Cuauhtémoc Cárdenas para visitar a guerrilha na Selva. Em 15 de maio, o candidato a presidente pelo PRD e outros líderes do partido se encontraram com os líderes zapatistas. O discurso de Marcos na ocasião da visita, assinado pelo CCRI-CG (EZLN, 1994: 235-239), relatava como muitos indígenas haviam caminhado dias para poder ver o candidato. Mas a despeito de todos os elogios, o EZLN não deixou de fazer críticas às formas tradicionais de se fazer política: “temos visto com preocupação que o PRD tende a repetir em seu seio aqueles vícios que envenenaram desde o seu nascimento o partido no poder. Aqueles que lutam por democracia praticam em seu interior a intriga palaciana, o acordo de cúpula, o eterno trair-se, a mentira, o pior ajuste de contas: a traição”. O EZLN não escondia a sua preferência por aproximar-se das ONGs e dos movimentos sociais não partidários, e enfatizava o desejo por “um mundo novo com uma nova maneira de fazer política” baseada no princípio do “mandar obedecendo”.

No dia 28 de maio, o EZLN anunciou o fim das consultas, e no comunicado do CCRI-CG (EZLN, 1994: 249-251) de 1 de junho foi apresentado um relatório das respostas externas recebidas pelos zapatistas. Embora não haja especificações sobre o

conteúdo desse *feedback*, é possível traçar uma geografia dos seus principais aliados em potencial no período, com destaque para a presença mais forte de apoios nos estados do sul do país, que compartilham uma realidade econômica e social parecida com a de Chiapas, e depois os estados do centro, onde estão as maiores concentrações urbanas. O norte, mais industrializado e influenciado pelo *american way of life*, demonstrava um interesse menor. Das respostas internacionais, chama a atenção a grande proporção de respostas que chegaram da América do Norte, seguidas da Europa. O EZLN recebeu através da CONAC-LN, da CONAI e diretamente:

“a) 64,712 opiniões sobre a proposta de acordos. Além disso, foram recebidas críticas, solicitações de apoio, conselhos, poemas, vídeos, canções, livros, obras de teatro, música gravada, obra gráfica, solicitações de ingresso, apoios econômicos e adesões, em números que não foi possível quantificar.

(...)

e) Por setores sociais, a consulta nacional apresenta que:

48% das comunicações são de camponeses e indígenas.

6% de operários e empregados.

37% são do setor popular (donas de casa, estudantes, *maestros*, colonos, ONGs).

1,9% são de artistas e intelectuais.

3% são de mexicanos no exterior.

2% são de crianças.

0,08% da iniciativa privada.

0,02% são de escritórios governamentais.

2% são de partidos políticos.

f) Por regiões da república mexicana, as comunicações vieram:

Do norte do México com 10%.

Do centro do país com 20%.

Do ocidente com 10%.

Dos estados do Golfo com 20%.

Do sul, sudeste e península de Yucatán com 40%.

*Terceiro.* Foram recebidas também comunicações de outros países: Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Itália, França, Gran Bretanha, Áustria, El Salvador, Suíça, Brasil, Holanda, Chile, Noruega, Japão, Porto Rico, Panamá, África do Sul e Irlanda.

Por zonas internacionais, as comunicações vieram:

Da América do Norte com 80%.

Da Europa com 18%.

Da América Latina com 1,3%.

Da Ásia com 0,5%.

Da África com 0,2%.” (EZLN, 1994: 250-251)

No dia 10 de junho, o CCRI-CG (EZLN, 1994: 257-259) revelou o resultado da contagem dos votos da consulta interna: 2,11% eram favoráveis a se assinar a proposta de acordos de paz do governo e 97,88% se manifestaram contrários. No caso de não se aceitar a proposta do governo, sobre o passo seguinte 3,26% votaram pela “volta das hostilidades”, e 96,74% votaram “pela resistência e convocatória de um novo diálogo nacional e com todas as forças honestas e independentes”. Com isso dava-se por terminado o diálogo em San Cristóbal, não sem um agradecimento especial aos esforços de Camacho, Ruiz e da imprensa por uma solução pacífica ao conflito. Se a sociedade civil já tinha sido tão elogiada por barrar a guerra em janeiro, agora este mérito era atribuído também à mídia. “Lhes pedimos públicas desculpas se, em nossa torpe política de meios [de comunicação], os ferimos ou desconfiamos do seu profissionalismo. Esperamos que compreendam que nunca antes fizemos uma revolução e que estamos aprendendo. Reiteramos que, graças ao esforço da imprensa, foi possível deter a fase militar da guerra”. E um agradecimento especial foi dirigido às ONGs, “vanguarda da sociedade civil”. O EZLN dizia não à proposta do governo, mas se colocava aberto ao diálogo, avisava que não iria obstruir o processo eleitoral que se aproximava, e anunciava que iria resistir ao cerco apenas com a ajuda do “povo mexicano”, sem aceitar ajuda governamental. Era a maneira de mostrar coerência diante da recusa dos auxílios materiais contidos na proposta de acordos da Catedral e da reafirmação das demandas políticas.

Após todos os improvisos táticos que vieram depois da fase militar da guerra, o EZLN já tinha tido tempo para reelaborar o seu plano estratégico. Um balanço geral da luta zapatista e as linhas gerais do novo plano de transformação social eram a tônica da Segunda Declaração da Selva Lacandona, que abriria a nova fase da luta zapatista a ser tratada no próximo capítulo. Segundo Reyes e Zebadúa (1995: 78-82),

a recusa das propostas governamentais dos diálogos na Catedral não deixou de desconsertar Samuel Ruiz e Camacho. No dia 1 de junho Ruiz havia viajado à cidade do México para se encontrar com Camacho, que na ocasião afirmou que “a possibilidade de um novo avanço em favor da paz não só está nas mãos do EZLN; está também nas mãos do governo e da sociedade civil. Este é o momento para que se expressem os que estão verdadeiramente a favor da paz”. E Ruiz dizia que “neste compromisso pela paz me mantereí, com todas as forças do coração, no seio da minha Igreja e no acompanhamento dos cristãos e pessoas de boa vontade, por cima das dificuldades, pondo meu grão de areia para que se escreva a página da história que todos desejamos viver”. No dia 11 chegou a mensagem do EZLN de que havia prevalecido o não às propostas do governo e, para piorar o clima aos que esperavam por uma resposta positiva, no mesmo dia explodiu um carro-bomba em frente a um hotel em Guadalajara, num ajuste de contas entre narcotraficantes. Diante da resposta zapatista, Ruiz passou a dar declarações “erráticas”, procurando ressaltar o lado positivo de que ao menos a guerrilha mantinha o cessar fogo e não impediria o processo eleitoral. Mas após tantas declarações otimistas o seu discurso perdia força. Dois dias depois Camacho renunciou, alegando diferenças com o novo candidato do PRI à presidência, Ernesto Zedillo. E Ruiz anunciou também que, ao menos no momento, seu trabalho como mediador havia terminado, e que não iria participar da Convenção Nacional Democrática (CND), grande diálogo com a sociedade civil que o EZLN anunciava na Segunda Declaração da Selva Lacandona. Ajudou, porém, a chamar a sociedade civil para participar do encontro.



## 14. A Esperança de Uma Segunda “Derrota”

Na Segunda Declaração da Selva Lacandona (EZLN, 1994: 269-278), publicada em 12 de junho, o CCRI-CG deplorava que os poderes legislativo e judiciário tivessem ignorado a demanda para que assumissem a responsabilidade de impedir a “política genocida” imposta pelo executivo e instaurassem um governo de transição, com base no artigo 39 da Constituição que diz que a soberania emana do povo. Levaram, assim, à guerra civil. Por isso o CCRI-CG se dirigia desta vez à sociedade civil, aquela que foi capaz de deter a guerra, e que compartilhava da idéia de que era necessário acabar com o regime autoritário do PRI. “É na SOCIEDADE CIVIL que reside a nossa soberania, é o povo quem pode, em todo tempo, alterar ou modificar nossa forma de governo e ele já está assumindo isso”. O CCRI-CG anunciava o prorrogamento unilateral do cessar fogo, para dar tempo para que a sociedade civil se organizasse para alcançar a transição à democracia, e condenava a militarização do país nas vésperas das eleições, que sinalizava a intenção do governo se manter no poder através da “cultura da fraude”. E anunciou um novo plano estratégico: o chamado aos partidos políticos independentes a se pronunciarem “por assumir um governo de transição política à democracia”, e a convocatória aos “elementos honestos” da sociedade civil a participar de um “Diálogo Nacional pela Democracia, a Liberdade e a Justiça para todos os mexicanos”. O EZLN convocava a realização de uma “Convenção Nacional Democrática”, “soberana e revolucionária”, que contasse com representantes de todos os estados e de distintas “forças patrióticas”, que fosse presidida por civis com “reconhecido prestígio”, organizada a partir das bases através de comitês locais, regionais e estatais, e que fosse democrática na tomada de decisões, valendo-se de “consultas nacionais”. Um chamado ao diálogo civil e à unidade, porém mantendo o princípio de que todas as formas de luta eram necessárias. E o propósito da CND seria elaborar as propostas para um governo de transição à democracia, e para uma nova Constituição, já que “o supremo governo usurpou também a legalidade que herdamos dos heróis da Revolução Mexicana”.

Na avaliação do EZLN (1994), as propostas do governo não tocavam o “ponto essencial do problema: a falta de justiça, de liberdade e democracia”, pois isso implicaria em acabar com o próprio regime. “É esse sistema de cumplicidade que torna possível a existência e beligerância de caciques, o poder onipresente dos pecuaristas e comerciantes e a penetração do narcotráfico”, setores que já se agitaram apenas com o anúncio dos “chamados Compromissos para uma Paz Digna em Chiapas”. O governo tinha que “manobrar num reduzido horizonte”, pois não podia contrariar aqueles setores sem atentar contra si próprio, e não podia deixar as coisas como estavam sem gerar a revolta camponesa e indígena. “Por suicídio ou fuzilamento, a morte do atual sistema político mexicano é condição necessária, ainda que não suficiente, do trânsito à democracia em nosso país.” E somente com democracia seria possível resolver o problema da pobreza. Assim, da CND emanaria um “governo provisório ou de transição, seja mediante a renúncia do executivo ou mediante a via eleitoral”, para dar passo à democracia. Qual democracia? O EZLN apostava numa ruptura com o sistema vigente, e na construção de uma democracia que dependia da organização da sociedade civil e do cultivo de uma nova cultura política:

“Propor novamente o problema do poder neste marco da Democracia, Liberdade e Justiça obrigará a uma nova cultura política dentro dos partidos. Uma nova classe de políticos deverá nascer e, sem dúvida, nascerão partidos políticos de um novo tipo.

Não estamos propondo um mundo novo, apenas algo muito anterior: a ante-sala do novo México. Neste sentido, esta revolução não concluirá em uma nova classe, fração de classe ou grupo no poder, senão em um ‘espaço’ livre e democrático de luta política. Este ‘espaço’ livre e democrático nascerá sobre o cadáver fedorento do sistema de partido de Estado e do presidencialismo. Nascerá uma relação política nova. Uma nova política cuja base não seja uma confrontação entre organizações políticas entre si, senão a confrontação de suas propostas políticas com as distintas classes sociais, pois do apoio REAL destas dependerá a titularidade do poder político, não seu exercício. Dentro desta nova relação política, as distintas propostas de sistema e rumo (socialismo, capitalismo, social-democracia, etcétera) deverão convencer a maioria na nação de que sua proposta é a melhor para o país. Mas não só isso, também se verão ‘vigiados’ por esse país que conduzem de modo que estejam obrigados a prestar contas regulares ao que dite a nação

com respeito à sua permanência na titularidade do poder ou sua remoção. O plebiscito é uma forma regulada de confrontação Poder-partido político-Nação e merece um lugar relevante na máxima lei do país” Segunda Declaração da Selva Lacandona (EZLN, 1994: 272-273).

Se nos diálogos da Catedral o EZLN já tinha por interlocutor privilegiado a sociedade civil que acompanhava do lado de fora e através da imprensa, ela agora era convidada a entrar na Selva e se somar à resistência, assumindo a iniciativa da transição democrática.

“A esperança com gatilho teve o seu lugar no início do ano. É preciso agora que espere. É preciso que a esperança que anda nas grandes mobilizações volte ao lugar protagonista que lhe corresponde por direito e razão. A bandeira está agora nas mãos dos que têm nome e rosto, as gentes boas e honestas que caminham rotas que não são a nossa, mas cuja meta é a mesma que desejam nossos passos. Nossa saudação a estes homens e mulheres, nossa saudação e nossa esperança de que levem esta bandeira para onde deve estar. Nós estaremos esperando, de pé e com dignidade. Se esta bandeira cai, nós saberemos levantá-la denovo...

Que a esperança se organize, que caminhe agora nos vales e nas cidades como ontem nas montanhas. Lutem com suas armas, não se preocupem com nós. Saberemos resistir até o último. Saberemos esperar... e saberemos voltar se se fecham denovo todas as portas para que a dignidade caminhe.

(...)

Falem a palavra dos outros mexicanos, encontrem do coração o ouvido daqueles pelos que lutamos. Convidem-nos a caminhar os passos dignos dos que não têm rosto. Chamem todos a resistir, que ninguém receba nada dos que mandam mandando. Façam do não vender-se uma bandeira comum para a maioria. Peçam que não cheguem apenas palavras de alento para nossa dor. Peçam que compartilhem, peçam que com vocês resistam, que rechacem todas as esmolos que do poderoso vêm. Que as gentes boas todas destas terras organizem hoje a dignidade que resiste e não se vende, que amanhã essa dignidade se organize para exigir que a palavra que anda no coração dos majoritários seja verdadeira e tenha a aceitação dos que governam, que se imponha o bom caminho de que o que mande, mande obedecendo.

(...)

Que a dignidade rompa o cerco com o qual as mãos sujas do mal governo nos asfíxiam. Todos estamos cercados, não deixam que a democracia, a liberdade e a justiça entrem a terras mexicanas. Irmãos, estamos todos cercados, não nos rendamos!, resistamos!, sejamos dignos!, não nos vendamos!” Segunda Declaração da Selva Lacandona (EZLN, 1994: 275-278).

A transição democrática proposta vinha em nova versão, adaptada à conjuntura que se abriu durante o primeiro semestre. Se na Primeira Declaração tratava-se de um avanço militar em direção à capital do país, instaurando o direito dos povos liberados de escolher seus governantes, e forçando a deposição do executivo pelos poderes legislativo e judiciário para a formação de um governo de transição, na Segunda Declaração se apostava na desobediência civil. Na organização da sociedade civil e na mobilização que levasse à renúncia do governo do PRI ou que, no caso de uma vitória do PRD nas eleições, tornasse efetiva a democracia, forçando “o que manda a mandar obedecendo”. Apostava em uma transição democrática construída e impulsionada a partir das bases da sociedade (EZLN, 1994), enquanto setores da elite democrática, como é o caso do grupo de San Ángel que, formado por políticos de vários partidos, inclusive de dentro do governo, alguns movimentos pela democratização e intelectuais de prestígio<sup>118</sup>, procurava articular uma transição democrática a partir das cúpulas, de uma maneira que guardaria semelhanças com as transições pactuadas chilena, argentina, espanhola e salvadorenha (Castañeda, 1994: 80-81).

O EZLN procurava também se fortalecer aproximando-se ainda mais da sociedade civil, ainda através da fórmula em que esta era apresentada como mediadora ou sujeito de uma transição pacífica alternativa à solução armada, e à qual os zapatistas ofereciam a maneira de somar as suas forças: a criação da CND. Como nas cantigas de amor medievais, em que o amador se apresenta como servo à senhora amada, para conquistá-la para uma relação extraconjugal em que o homem, porém, é ainda socialmente o polo dominante, o EZLN se colocava a serviço de uma sociedade civil disposta a radicalizar a oposição ao regime, mas oferecia o espaço e ditava o

programa aglutinador dessas forças que reascendiam de um estado anterior de apatia e fragmentação. O êxito desta travessia, porém, encontraria os seus limites.

Em apenas 28 dias o EZLN construiu na Selva as instalações que albergariam a primeira sessão da Convenção Nacional Democrática, nas proximidades da comunidade de Guadalupe Tepeyac, onde havia sido construída a primeira casa de segurança do EZLN na década anterior. E este foi o tempo também para que se mobilizasse “o país inteiro (...) em plena campanha eleitoral”, para um encontro ao qual confluíram seis mil pessoas (García de León *em*: EZLN, 1994: 279). Durante este período ainda houve alguns acontecimentos importantes. Entre os dias 13 e 14 de junho chegou à Selva a Caravana das Caravanas, com dezenas de ônibus trazendo ativistas e ajuda humanitária, e Marcos anunciava que “o cerco foi rompido”, e que para fazer frente a esta invasão que “passava por cima de dois exércitos” o EZLN havia reforçado as suas defesas organizando um baile (prática habitual de confraternização com visitantes). No dia 8 de julho o CCRI-CG reconheceu Jorge Madrazo como novo *Comissionado para la Paz y la Reconciliación*, especificando que a comunicação com os zapatistas deveria continuar mediada pela CONAI. Em outro comunicado, o bispo Ruiz foi novamente convidado a compor essa comissão. O EZLN reafirmava a sua “vontade de diálogo”. Mas o ambiente político não era dos melhores: num comunicado assinado em 28 de julho, o CCRI-CG denunciava os boatos de que a CND não se realizaria, o aumento da presença militar e o “acidente” com “características de atentado” cometido contra Amado Avendaño, “candidato da sociedade civil” através do PRD ao governo de Chiapas (EZLN, 1994: 281-295).

E chegou a CND. O nome reservado ao local do encontro suscitou novos debates historiográficos sobre a Revolução Mexicana: Aguascalientes, nome da cidade em que, reunindo-se no teatro Morelos, teve início a Soberana Convenção Revolucionária em 1914. Se o EZLN vinha se apropriando dos símbolos e heróis que haviam dado legitimidade ao regime priísta, apenas com um nome conseguiu se posicionar mais finamente sobre as interpretações da Revolução, contrapondo-se à

---

<sup>118</sup> Entre eles o atual presidente Vicente Fox, e intelectuais como Carlos Fuentes, Enrique Krauze e o ex-ministro do Exterior Jorge G. Castañeda. Fuentes chegou a publicar a conversa epistolar que teve com Marcos ao ser convidado a participar da CND, em sua obra “Novo Tempo Mexicano” (1994).

história oficial. Segundo Héau-Lambert e Rajchenberg (1995: 7-12, 17-18), a história da Convenção sofreu com o silêncio, devido à “convicção de que só devem ser lembrados os acontecimentos e projetos sociais que passaram por baixo do arco do triunfo”, e porque os vencedores são os que contam a história. Os vencidos são os derrotados nos campos de batalha, os que povoam as prisões e os silenciados do novo poder, e quando voltam a falar já há uma história sedimentada nos imaginários cuja perspectiva eles mesmo chegam a assumir. A história oficial detalha o Congresso Constituinte de Querétaro, cujas resoluções tomadas exclusivamente por seguidores de Venustiano Carranza se tornaram vigentes, mas reserva pouco espaço à Soberana Convenção Revolucionária (1914-1916) que, “da perspectiva dos protagonistas foi (...) a que refletiu mais intensamente a diversidade de idéias político-sociais dos muitos Méxicos”. Nela estiveram presentes os delegados do Exército Constitucionalista, mais ou menos próximos a Carranza, da Divisão do Norte, liderada por Francisco Villa e do Exército Libertador do Sul de Emiliano Zapata, cuja participação estava condicionada à aceitação prévia do seu Plano de Ayala pelos convencionistas. Apesar da posição dos zapatistas de abrir a Convenção a civis, já que o exército do sul era ele mesmo composto pela população do estado de Morelos militarizada, e organizado de maneira que os oficiais fossem escolhidos pelos soldados, esta posição não foi aceita. Os trabalhos começaram em 10 de outubro, e no final do mês já havia sido aceita a condição para a participação dos zapatistas e feita a petição de renúncia de Carranza, então presidente provisório, que seria substituído por um constitucionalista radical chamado Eulalio Gutiérrez. “Foi o momento mais alto de convergência política durante os anos revolucionários. Os caudilhos, com exceção de Carranza, ofereceram seus interesses pessoais ao projeto de institucionalização do poder recém conquistado (...) a ‘redenção da pátria’ requeria o abandono dos personalismos”. Carranza não aceitou sua destituição e começou a ascender a generais os oficiais médios do seu exército para manter o controle sobre ele. E se Villa liderava o maior exército, Carranza contava com o apoio dos EUA. Este fugiu com parte dos convencionistas para o estado de Veracruz, enquanto a Convenção mudou para a cidade do México para assumir simbolicamente o poder e dar início a seus trabalhos legislativos. A condução do país ainda estava sendo

decidida, pelo menos até 1915, nos campos de batalha. Com as adversidades do conflito militar, a Convenção teve que mudar ainda para Cuernavaca, depois para a cidade do México novamente, e depois a Jojutla, quando já reduzida aos seus elementos zapatistas.

Para Héau-Lambert e Rajchenberg (1995: 12-25), a interpretação oficial mais apoiada é a que vê na Convenção uma luta entre os caudilhos Carranza e Villa. “Todo caudilho baseia o seu poder, entre outras coisas, na posse de traços pessoais valorizados pelas massas que o seguem. As relações entre caudilhos são por isso forçosamente conflituosas e assumem uma auréola de rivalidade interindividual em que as massas *acaudilladas* parecem seguir irracionalmente o seu chefe na disputa com seu contricante, seja qual for a causa da refrega.” Os autores, porém, rechaçam que se possa pensar nessas disputas sem levar em conta o processo coletivo. Em 1989 o governo realizou a comemoração dos 75 anos da Convenção, com vários atos, conferências, mesas redondas e espetáculos. Nas palavras dos “homens do poder” presentes, a Convenção aparecia como antecedente da Constituição de 1917, como se assim pudesse emprestar à Constituinte a legitimidade que emana da pluralidade política e ideológica que já não estava mais presente em sua elaboração. Os autores assinalam que “os moldes políticos que organizavam a questão educativa, da terra e do trabalho no Programa de Reformas, de um lado, e na Carta Magna, de outro” são “profundamente” diversos. Além disso, o binômio tradição e modernidade foi aplicado à história da Revolução destacando-se Zapata como exemplo da tradição, e Carranza representando a modernidade, de maneira que seria inevitável a vitória deste último. Na interpretação de Héau-Lambert e Rajchenberg, as deliberações da Convenção eram transformadoras e inovadoras. As principais linhas de trabalho eram: “assegurar um governo civil que tivesse autoridade sobre as forças armadas e evitar o caudilhismo”, “resolver o problema da terra que não apenas seguiu vigente ao longo do século XIX como se tornou mais agudo” e “afiançar um sistema político democrático que garantisse os direitos dos cidadãos”, entendidos como sendo aqueles tradicionais que haviam permanecido apenas em teoria na Constituição de 1857, mas também e sobretudo os direitos sociais. Para além das disputas individuais, o que estava em jogo eram maneiras distintas de se pensar e executar as reformas sociais,

especialmente as agrárias, num país em que a população rural era 80% do total. Ao contrário de Carranza, que pretendia adiar as reformas para depois da Revolução, Zapata no sul e, em menor escala, Villa no norte, apoiavam a imediata repartição das terras pelos camponeses. Por outro lado, se no sul a terra era vista como herança indígena com títulos que remontam aos tempos de colônia, que deveriam ser restituídas sob a forma de *ejidos*, no norte se via a terra como conquistas retiradas dos indígenas nômades e que deveriam ser repartidas sob a forma de pequenas propriedades. As duas formas de se ver a repartição de terras foram contempladas pelo Programa, mas a primeira foi a que forneceu preferencialmente os conceitos do artigo 27 da Constituição de 1917. E os convencionistas tinham ido além, prevendo também bancos e estradas para apoiar os pequenos agricultores, antecipando assim as reformas cardenistas. Além do direito à terra, a Convenção também decidiu por direitos políticos e sociais: o sufrágio universal, a autonomia municipal inclusive com relação ao poder judicial. “A nova administração deveria exercer-se da província ao centro”. Aprovou-se a melhora e a extensão da educação, e até mesmo o divórcio, para “favorecer a emancipação da mulher” (ponto assinado em Cuernavaca). E a Convenção também antecipou as reformas cardenistas ao criar uma lei contra os monopólios, especialmente sobre recursos naturais. E previa o direito de greve, a legalização dos sindicatos e leis de proteção ao trabalhador, que se tornaram ainda mais amplas na fase de Jojutla.

Em 6 de agosto de 1994 teve início a primeira sessão da CND em San Cristóbal de Las Casas, que terminaria na Selva, no dia 10. As cinco mesas de trabalho tratavam da “transição à democracia e o fim do partido de Estado”; “vias pacíficas da democracia, eleições, resistência civil e defesa da vontade popular”; “formulação de um projeto nacional que responda às necessidades e interesses do povo mexicano”; “características do governo de transição”; e “um projeto para a realização de um novo congresso constituinte”. Após dois dias de debates, os mais de seis mil participantes entraram na Selva, para a plenária que se realizaria nas instalações do novo Aguascalientes. Mais de trinta horas de viagem e a passagem pelos bloqueios militares e zapatistas, para chegar ao anfiteatro com capacidade para oito mil pessoas que, pelo formato da lona que o cobria, se parecia com um navio.

Havia ainda dormitórios, um centro de imprensa, biblioteca, clínica, e lugares para se comer e tirar xerox (Condearena, 1997: 100-101). O primeiro dia na Selva foi marcado pelos espetáculos do EZLN e da natureza. O Aguascalientes foi aberto com os discursos do comandante Tacho e de Marcos, que logo em suas primeiras palavras, em nome do EZLN, se referiu ao simbolismo daquele local:

“Aguascalientes, Chiapas, um quartel, um *búnker*, uma fábrica de armas, um centro de treinamento militar, um armazém de explosivos. Aguascalientes, Chiapas, a Arca de Noé, a Torre de Babel, o barco selvático de Fitzcarraldo, o delírio do neozapatismo, o navio pirata” (EZLN, 1994: 305).

Marcos já havia iniciado, numa carta a alguns órgãos de imprensa assinada no dia 3 de agosto e publicada no dia 6, uma nova tópica à qual ele ainda voltaria bastante: o navio, a frota, Marcos pirata e, sobretudo, a travessia, que no discurso zapatista vem fortemente associada à idéia de esperança. O sentido de ruptura de janeiro tinha catapultado o EZLN para a cena política nacional e internacional, e agora a guerrilha procurava aproveitar o espaço e as simpatias conquistadas para catalisar um trabalho de organização, mobilização e construção de um novo projeto de nação, através do sentido de travessia. Quem eram os passageiros? Embora flertasse com o PRD, esta mesma carta assinalava quem eram os passageiros preferenciais nesta viagem: os sem partido, os que não fazem cobranças por sua solidariedade.

“Com os desorganizados sim, com os sem rosto, como nós, com os sem nome, como nós, com os desprezados e marginalizados por não ter partido nem projeto político ‘histórico’, com eles sim. A partir de agora a história terá que toma-los em conta, terá que tomar-nos em conta...” (EZLN, 1994: 302).

No discurso de abertura do Aguascalientes, o EZLN através de Marcos sintetizava quais eram os desafios para o êxito da CND: enfrentar o medo e o comodismo que desmobilizam e a enorme fragmentação e diversidade dos grupos e pessoas que se aproximavam, das quais se dizia que não poderia sair um acordo comum. O mesmo discurso afirmava que a CND foi permitida porque havia sido subestimada, achava-se que ela abortaria por si mesma. Para enfrentar o medo, Marcos disse que maior ainda era o medo de se tornarem “espectadores da história”,

que era preciso tentar, “o fracasso estaria em não tentar”. Para lidar com a diversidade, dizia que “o problema da Torre de Babel não estava no projeto mas na falta de um bom sistema de enlace e uma equipe de tradução”. E era feito um apelo para que não fossem esquecidas as diferenças, mas que fossem guardadas por um momento e que houvesse um esforço para que fosse procurado “o que nos une”. Como inimigo comum a contribuir para esta aliança era apresentado o PRI e seu regime autoritário. E para dar um sentido de urgência a esta aliança, era evocado o fantasma da guerra. O EZLN voltava a recusar o papel de vanguarda, e como demonstração disso afirmou que não indicaria ninguém para a presidência da CND e que participaria das deliberações com apenas vinte delegados. “Lutem, lutem sem descanso. Lutem e derrotem o governo. Lutem e derrotem-nos. Nunca será tão doce a derrota como se a transição pacífica à democracia, à dignidade e à justiça resulte vencedora” (EZLN, 1994: 305-312).

Após os discursos de abertura, e diante de mais de seiscentos jornalistas, desfilarão “homens, mulheres, meninas e anciãos, com um fuzil de madeira e o rosto coberto por *paliacates*”, apresentados como “bases de apoio” que ajudaram guardando o segredo e provendo com alimentos o EZLN. Depois desfilou a tropa, com seus uniformes, *pasamontañas* e “armas mais ou menos novas” que traziam fitas brancas em seus canos e que, segundo Marcos, “significa como tudo aqui um paradoxo: armas que aspiram ser inúteis” (Condearena, 1997: 101-102). Em seguida começaram a cair as primeiras gotas de um forte temporal, que seria um tema recorrente de crônicas e ensaios sobre o evento. O vento, a chuva, a lama, figuras recorrentes dos comunicados zapatistas, agora era experimentado na pele por milhares de simpatizantes. E eles mesmos não deixaram de tecer suas próprias interpretações sobre a tormenta. Segundo Elena Poniatowska (La Jornada, 16 de agosto de 1994 *em*: EZLN, 1994: 324-328), uma senhora na biblioteca dizia: “que bom que isto está acontecendo para que saibamos o que têm sofrido os zapatistas!”.

O sociólogo Enrique de la Garza (notas de campo, cidade do México, 7/12/1998) contou que qualquer um podia ir à CND. Em seu ônibus, um dos cerca de 200 que o EZLN havia conseguido providenciar para o traslado de San Cristóbal à Selva, havia duas antropólogas comerciantes, muitos estudantes e até um americano

fazendo sua tese que entrevistava a todos e despertava desconfianças: poderia ser da CIA? Foi muito impressionante serem recebidos pela população local que mostrava cartazes dando boas vindas aos visitantes e se dizendo zapatistas. Na chegada todos foram revistados, e quando no final do encontro Marcos foi questionado pela imprensa sobre o que havia sido encontrado na revista, ele afirmou que acharam seis mil camisinhas. Mulheres gritavam: “Marcos, te levo para a minha casa!” E o sociólogo contou também uma das muitas interpretações sobre a tormenta: no primeiro dia a discussão estava muito difícil, com os grupos trocando acusações e procurando controlar um ao encontro. Depois veio a ventania e a chuva, e para muitos não havia onde buscar proteção. Daí a lenda de que os deuses aplacaram assim o espírito maligno da esquerda. No dia seguinte, o que parecia impossível no dia anterior, as discussões fluíram e foram feitas muitas negociações. Monsiváis (Processo, 15 de agosto de 1994 *em*: EZLN, 1994: 313-323) relata que a CND se compôs de pessoas muito representativas e outras que “com dificuldades se representavam sozinhos”. Eram líderes de colonos, politólogos, líderes de movimentos camponeses, alguns poucos líderes operários, acadêmicos, “marxistas aposentados e renascidos”, estudantes, feministas, membros de organizações de defesa do voto, lésbicas e gays, escritores, “escassíssimos empresários”, ativistas do PRD e “militantes da esquerda e da esquerda da esquerda”. Para Monsiváis, se “a viagem a Aguascalientes não tem proporções esmagadoras sua representatividade é inegável”. Nas mesas de debate, prevaleceram a “esquerda eleitoral e a sociedade civil”. A maioria dos presentes era cardenista, pessoas que começavam a ver a si mesmos como “sociedade civil”, e que passavam a adotar o tom radical presente nas propostas do EZLN e a somá-las a outras elaboradas a partir de suas organizações: renúncia de Salinas, convocação de uma constituinte, expulsão do partido de Estado, “que se chame a votar e que não se chame, que se organizem manifestações contra a fraude se esta se consuma”, o juízo político de Salinas, Carpizo e Gonzáles Garrido, reconhecimento do EZLN como força beligerante, eliminação do sistema de Segurança Nacional, esclarecimento do “acidente” de Avendaño, “que se exorte aos candidatos a não assumir a presidência se os abstencionistas são maioria”, combate à homofobia, representação própria dos indígenas em todos os níveis de governo... “em

caso de dúvida se recorre, canonicamente, aos Onze Pontos do EZLN e à fórmula casuística: se aprova tudo em geral e nada em particular. E logo os dirigentes escolherão o que é geral e o que é particular”.

O relato de Arturo Hernández (entrevista, Chiapas, 3/2/1999) mostra o ponto de vista dos indígenas que não tinham aderido ao EZLN. Na comunidade de Cruz del Rosario, o espetáculo mais impressionante era a passagem de tantos veículos. Na Selva a CND era uma demonstração de força dos zapatistas, que ostentavam assim o forte apoio que tinham no país e no mundo. Diante do medo dos indígenas não zapatistas, de que pudessem perder as suas terras e seus pertences, Arturo lia na bíblia que é pecado tocar nos bens dos inimigos. Um rei, segundo ele, perdeu a guerra porque pegou a comida dos inimigos. Quando pecavam perdiam as guerras, quando eram corretos venciam.

O novo Aguascalientes era, de certa forma, o avesso do primeiro. Como afirmam Héau-Lambert e Rajchenberg, a população rural mexicana de 40% (durante a Revolução Mexicana era 80%) era ainda muito significativa se comparada à de outros países industrializados (5% na Europa e 3% nos EUA), graças ao sistema *ejidal*. Mas já não se tratava mais de um país rural. Além disso, a primeira Convenção havia sido um esforço por substituir a violência pelo processo democrático, no momento em que o aparato repressivo do Estado porfirista já havia sido desmantelado, para formular e institucionalizar um novo projeto de nação. “Se chegou inclusive a um acordo sobre a essência simbólica da nação que teria posteriormente um enorme impacto cultural. O índio mexicano foi exaltado, revalorizado, e outorgou sentido ao conceito de povo pelo qual todas as forças revolucionárias asseguravam lutar” (Héau-Lambert & Rajchenberg, 1995: 21-28). A nova Convenção era convocada no momento de crise do regime autoritário que havia emergido com a derrota da primeira. Mas o regime permanecia de pé, e sobreviveria ainda ao menos até as eleições presidenciais de 2000. Num país já não mais agrário, a CND era composta pela “sociedade civil”, o que apenas incluía os indígenas. O êxito do novo Aguascalientes foi o de ajudar a catalisar um processo novo de organização da sociedade civil do país e até do mundo e, ao estreitar os laços do EZLN com ela, fortalecer uma via pacífica e radical em alternativa ao conflito armado. Para muitos,

foi como um ritual de iniciação ao novo zapatismo, em busca de novas maneiras de se fazer política. Não obstante, tal qual a primeira Convenção que tinha os seus caudilhos também reproduzia, em parte, os vícios de uma cultura política autoritária: diversos grupos procuravam se impor como vanguardas políticas.

Num comunicado de 15 de agosto e publicado no dia 17, o EZLN anunciou as medidas para facilitar o processo eleitoral em seus territórios, entre elas o recuo de suas tropas para as “posições de montanha” e a desativação de seus bloqueios militares zapatistas. E no comunicado do dia 18, e publicado no dia 21, os zapatistas anunciavam assumir as resoluções da primeira CND, o que incluía a não realização de ações armadas em caso de fraude eleitoral, um chamado ao povo mexicano a responder à convocatória da CND para a participação na “luta cívica eleitoral (...) votando contra o sistema de partido de Estado, vigiando em todo momento a limpeza do processo eleitoral e organizando-se para defender o voto popular”. E os zapatistas ainda pediam às outras organizações armadas do país a assumirem a mesma postura do EZLN em relação à CND e às eleições (EZLN, 1995: 25-28). Horas antes das eleições, no dia 21 de agosto, a presidência da CND fez a convocatória para que se organizassem “atos de insurgência civil” a partir do dia 22, que se votasse contra o PRI e em Chiapas se recomendava o voto em Amado Avendaño “por ser o único candidato que assumiu o programa da CND”. Mas a oposição foi derrotada. O candidato oficial Ernesto Zedillo venceu com 48,77%, Fernández Ceballos do PAN ficou com 25,94% e Cárdenas do PRD com 16,60%. Segundo Condearena, as eleições foram marcadas pelo forte apoio dos meios de comunicação ao candidato oficial, e pela fraude. Teria havido irregularidades em 60% das urnas em todo o país, com alterações das cifras das atas, somas forjadas, mais votos que votantes, pessoas votando mais de uma vez, mortos que votavam, anulação de votos na oposição, apagões durante a contagem, e a *operación tamal*, que é a realização de um bom café da manhã em bairros pobres e depois levar os eleitores para votar. No entanto, apenas em Chiapas foi colocado em prática o plano de “insurgência civil”. No resto do país se manteve a desmobilização e a “aparente calma” até o dia 10 de outubro, quando o EZLN anunciou a ruptura do diálogo com o Governo (Condearena, 1997: 103-105).

A Igreja de Ruiz, a CND, o EZLN e o PRD haviam condenado as fraudes eleitorais e apoiavam a mobilização da sociedade civil pela legalidade (Reyes e Zebadúa, 1995).

Castañeda (1994: 49-58, 115-156), ex-colaborador na campanha de Cárdenas e escrevendo pouco tempo após a realização das eleições, fez uma análise abrangente desta etapa do processo político mexicano. Para ele, as eleições de 1994 não foram tão marcadas pela fraude como a de 1988. Com efeito, nem Cárdenas e nem o candidato do PAN, Diego Fernández de Cevallos, diziam ter sido “despojados de um triunfo que moral e legalmente lhes pertencia”. Com o tempo foram se verificando a ocorrência e inúmeras irregularidades, mas não houve algo descomunal como a queda do sistema eletrônico de contagem de 1988. Além disso, se a fraude de 1988 havia “provavelmente” alterado o resultado das eleições, as irregularidades de 1994 dificilmente alteraram a ordem de colocação final dos candidatos. Serviram, porém, para ampliar as diferenças em favor da situação, alterando a correlação de forças e desmoralizando a oposição, criando um clima de continuidade para o sistema. A vitória de Ernesto Zedillo foi possível por razões estruturais e conjunturais. Embora Salinas tivesse se preocupado em esboçar algumas reformas eleitorais, impulsionadas entre outras coisas pelo levante zapatista, e a mídia tivesse sido um pouco mais aberta com os opositores, os grandes “vícios” do sistema permaneciam. O autor assinala com destaque a simbiose entre o PRI e o Estado: a eleição de 1994 não se deu “entre vários partidos, mas entre o Estado e seu partido, por um lado, e a oposição (dividida), pelo outro.” Além disso, num país sem tradição de leitura da imprensa escrita e onde 90% dos domicílios possui televisores, a Televisa e seu monopólio sobre as comunicações exercia uma forte influência pró-governamental. Por fim, os pequenos partidos sem representatividade social significativa dividiram os espaços, recursos e a atenção do público, se prestando à manipulação governamental para enfraquecer o PAN e o PRD.

Entre os fatores conjunturais, Castañeda (1994: 115-156) destaca que Salinas não cometeu os mesmos erros do PRI que quase o levou a perder as eleições de 1988. Conteve qualquer possibilidade de disputa interna entre pré-candidatos que pudesse levar a dissidências em suas fileiras, como houve na eleição anterior, em que Cárdenas saiu do PRI e liderou uma frente de oposição que, pegando o sistema

desprevenido, sairia vitoriosa não fosse a fraude descomunal. E assim que assumiu sua candidatura após a morte de Colosio, Zedillo conseguiu reunificar as correntes do PRI realizando uma campanha tradicional e contando com o apoio da televisão, que procurou inculcar o medo da mudança e do caos na população e desenhou o candidato da situação como o representante da estabilidade. Quem mais teve chance de vencer a situação foi o candidato do PAN, que possuía um bom desempenho na frente das câmaras. Após o debate entre os candidatos realizado em 12 de maio, em várias pesquisas Diego Fernández passou à frente na disputa. Mas então, misteriosamente passou a adotar um discurso mais moderado e se ausentou da campanha por cerca de um mês, tempo em que caiu nas pesquisas passando cerca de 10% dos seus votos para o PRI. “Se Diego adoeceu, devia ter dito; se foi ameaçado, devia ter se retirado, sendo substituído por outro candidato de seu partido ou declinado em favor de um dos candidatos restantes. E se negociou nas trevas, introduziu o maior e pior elemento de distorção da vontade popular de todo o processo eleitoral.” Outro trunfo para a situação foi a divisão das oposições: não tiveram força as alternativas que levassem a uma aliança entre o PRD e o PAN. E se o PRD culpou a fraude por sua derrota, o autor assinala o que teriam sido os erros estratégicos do partido: primeiramente a ambigüidade frente as eleições. As melhores alternativas, segundo o autor, teriam sido ou não participar do processo eleitoral alegando a falta de garantias de equidade, ou fazer como o PAN, ou seja, somar-se a ela na negociação de reformas eleitorais e forçar um acordo com o governo que garantisse condições mais favoráveis para participar da disputa. Expressando a dificuldade para optar entre uma dessas alternativas, o PRD ficava no meio termo. Desde 1989 “Cárdenas subestimou a disposição e a capacidade do regime de fazer todo o necessário para evitar que ele e seu partido conquistassem qualquer posição eleitoral”. A cada eleição “Cárdenas e o PRD denunciavam de antemão e com plena justificação o processo, para logo participar nele; o governo atuava exatamente como haviam previsto; perdiam e então protestavam denovo”. Isso passava uma imagem de negativismo e impotência, gerando um “desgaste indubitável”. A outra ambigüidade que foi custosa para Cárdenas foi deixar em suspenso a questão do alvo eleitoral. Sua campanha nunca ordenou prioridades, e o discurso “se dirigia a todos, ou seja, a nenhum setor

específico”. Oscilava entre apoiar os mais desfavorecidos ou as camadas médias, entre um discurso de esquerda ou de avanço sobre o eleitorado de centro. O candidato também foi muito centralizador na condução da campanha, se recusando a delegar poderes para uma equipe coordenadora, e sobrecarregando a si mesmo, com desvantagens para uma preparação mais cuidadosa das várias tarefas e do seu próprio desempenho diante do público. Além disso, dedicou grande parte do seu tempo viajando por pequenos povoados em zonas rurais, onde ganhou muitos votos, mas também onde a fraude era mais intensa. E se descuidou da presença na mídia. Vale destacar que o PAN passou o PRD nas pesquisas após o debate de maio. A mídia televisiva, por sua vez, enfatizou o lado mais radical da imagem de Cárdenas, associando-o à instabilidade e ao caos. Com esta finalidade foi aproveitado, por exemplo, o encontro de Cárdenas com Marcos, e depois o candidato não aproveitou a oportunidade de se encontrar com Salinas poucas semanas antes das eleições, o que lhe ajudaria a contrapor a imagem que lhe era imputada pela Televisa. Por fim, o PRD havia incrementado a sua força em estados do sul do país, e perdido grande parte dos votos que tinha nos setores médios das grandes cidades.

No CEOIC, em meados de 1994 e após o fracasso das conversas com o governo estatal para resolver as disputas agrárias, já estava clara a divisão entre os grupos que privilegiavam os objetivos setoriais e os objetivos políticos. Os grupos que permaneciam mais independentes apoiaram o chamado do EZLN pela formação de um governo de transição e uma assembléia constituinte, e com isso se consumou o racha e a formação do CEOIC-oficial e o CEOIC-independente. A partir daí esta última se integrou à Assembléia Estatal Democrática do Povo Chiapaneco (AEDPCH), cuja maioria dos líderes apoiava a candidatura de Amado Avendaño para o governo do estado. Após a fraude de agosto, e seguindo a linha da AEDPCH, o CEOIC-independente se recusou a reconhecer a vitória de Eduardo Robledo Rincón, candidato do PRI, e as ocupações de terras e prefeituras passou a integrar a insurgência cívica mais geral. O período pós-eleitoral foi marcado pelo aumento da repressão às organizações independentes: em setembro um dirigente do PRD foi assassinado em Jaltenango la Paz, agentes de segurança pública fizeram desocupações violentas em Suchiate e policiais judiciários impediram uma reunião da

OCEZ-CNPA em Chicomuselo (Harvey, 1998: 225). Em 12 de outubro, uma grande passeata indígena em San Cristóbal de las Casas comemorou os 502 anos de resistência, na qual Amado Avendaño disse que não aceitaria que Robledo tomasse posse do governo de Chiapas. O CEOIC-independente, por sua vez, anunciou a criação de nove municípios autônomos e pluriétnicos, assinalando que não se tratava de separatismo, mas da formação regional por parte dos indígenas de seus próprios governos de transição à democracia. Não pagariam mais impostos, água, luz e compromissos creditícios ao “governo usurpador”, até que fosse reconhecido o governo de Avendaño. E se apropriaram das instalações do INI nos municípios rebeldes (Condearena, 1997: 105-106).

Segundo Reyes e Zebadúa (1995: 91-97), o clima que se instalou após as eleições era o de que a guerra poderia estalar a qualquer momento. Aumentavam as ocupações, que começaram a atingir também as grandes propriedades, e a repressão. O bispo Ruiz trabalhava incansavelmente, mas com pouco êxito, para tentar promover o diálogo entre o EZLN e o governo. Por outro lado, tendo passado as eleições e com seu papel como mediador enfraquecido, foi novamente alvo de acusações e da ameaça de ser afastado de seu cargo. No Vaticano eram reavivadas as críticas por “erros pastorais e de doutrina” e por “usar a ciência marxista em suas análises da situação dos indígenas”, notícia que chegou ao bispo novamente através do nuncio Prigione. E as acusações não vinham apenas do Vaticano. Um pouco antes, em julho, o deputado do PRI Cuahutémoc López e o general Ramón Mota Sánchez o haviam acusado de financiar o EZLN. Em 21 de setembro, os habitantes conservadores de San Cristóbal mais uma vez o hostilizaram, justo quando ia celebrar uma missa juntamente com os bispos da Comissão Episcopal pela Paz. Mas havia também quem o defendesse: Ruiz era novamente postulado como candidato para receber o Prêmio Nobel da Paz.

Os comunicados do EZLN (1995: 36-45) após as eleições também expressavam o aumento das tensões. Em dois comunicados de três de setembro, o primeiro dos quais vinha com a epígrafe “vem a guerra, atrás da mentira ela vem”, afirmava ser falso o discurso do governo de que este estaria fazendo investimentos sociais em comunidades zapatistas (eletricidade, sementes, fertilizantes, lojas da

Conasupo e projetos agrícolas), e convidava a imprensa a verificar a denúncia. “Não, não entenderam a mensagem de janeiro. Não se dão por aludidos. Agora apostam no cansaço, na fadiga, no doce escapismo do “cada um na sua”, no esquecimento. Triunfarão? Por quanto tempo?”. Num comunicado interno do EZLN de 15 de setembro, publicado no dia 17, se comemorava o dia da independência reverenciando-se a história e os antepassados, num tom ameaçador:

“Hoje devemos olhar para a montanha, onde vivem nossos mortos, para ouvir sua palavra. Votán-Zapata, guardião e coração do povo, volta a entonar o seu canto de guerra e morte para os filhos menores destas terras, voltam a soar os tambores da luta no coração e na mente dos homens e mulheres verdadeiros, na palavra que de noite anda, que na montanha vive. O sangue dos nossos mortos, os de ontem, os de janeiro, os desses 250 dias de cerco, os dos próximos dias, o sangue dos nossos, nosso sangue nos está falando. Devemos aquietar nossa dor um momento para poder escutar a palavra que caminha na morte dos nossos mortos.

(...)

Hoje o tirano não escuta o canto guerreiro que fala a montanha, a honra e a dignidade que vivem na morte dos guerreiros sem rosto e sem *mañana*<sup>119</sup>, em nós os mortos de sempre, os que temos que morrer para viver.

Hoje o mau governo prepara suas forças para calar nosso grito rebelde, para encher de sangue e morte estas terras em rebeldia.

Hoje estamos prontos.

Hoje isso queremos dizer: estamos prontos.”

(CCRI-CG *em*: EZLN, 1995: 43)

Em outro comunicado também do dia 15, destinada ao povo mexicano, povos e governos de todo o mundo e à imprensa nacional e internacional, o CCRI-CG declarava o estado de alerta vermelho e prontidão de suas tropas. Acusava Salinas de enganar a opinião pública ostentando a vontade de diálogo, enquanto preparava a solução militar elevando as forças militares em Chiapas já a 50 mil efetivos, intimidando a população civil e forçando o fim da trégua militar com patrulhas

---

<sup>119</sup> Em espanhol significa tanto manhã como amanhã, duplo sentido explorado por Marcos, já que em suas palavras os zapatistas habitam a longa noite de injustiças e autoritarismo do país, e são os que não têm futuro, pois entregam suas vidas por um mundo melhor, o que também se expressa no lema “para todos tudo, nada para nós”.

militares e manobras de vôo rasante no território zapatista, e reprimindo e assassinando ativistas populares através de grupos paramilitares. “Nas altas esferas governamentais se decidiu já a solução militar do conflito e só esperam o momento oportuno para assaltar posições zapatistas” (EZLN, 1995: 46). Pela primeira vez nos comunicados era feita a referência aos grupos paramilitares, cuja presença iria se incrementar especialmente a partir de 1995.

Em 22 de setembro foi publicado um longo texto de Marcos, chamado “A longa travessia da dor à esperança”, contendo uma extensa análise das eleições, das classes sociais, dos partidos políticos e das perspectivas de mudança no México, além de poemas, formas irreverentes de redação, piadas, citações, mais um conto do Velho Antônio a pedido da garotinha indígena chamada Toñita e uma estrutura que lembra o texto “Chiapas: o sudoeste em dois ventos, uma tormenta e uma profecia”, que começou a circular nos subterrâneos daquele estado em 1992 quando se decidia por uma iniciativa armada, e que ficou famoso após o levante. O novo texto falava da nação, era mais extenso, e incluía uma variedade maior de estilos e personagens criados ao longo de 1994. A análise social, como de costume contida numa estrutura de texto que lembra mais a literatura do que obras acadêmicas, agora tinha espaço para se mostrar mais complexa do que na Primeira Declaração, em que o país aparecia dividido entre pobres e uma elite aliada a interesses econômicos externos. Um EZLN mais envolvido com a política nacional passava a expressar, através de Marcos, uma visão mais complexa do país, com quatro ‘andares’: no de cima se chega de avião, é um México cada vez menos numeroso e de pessoas cada vez mais ricas governando um país cada vez mais endividado, é o México da “modernidade”, da “lei das selvas”, da “lei de mercado” que produz cada vez mais monopólios e menos empregos, dos “escritórios governamentais onde se administra o neoliberalismo, os clubes empresariais onde é cada vez mais difusa a bandeira nacional, os centros *vacacionales* [de férias] cuja verdadeira vocação é ser o espelho de uma classe que não quer ver o que há sob seus pés: uma longa escada, caracol e labirinto, que baixa até o México do sótão, o de a pé, o do lodo”. No andar do meio se chega de carro: a classe média, urbana e individualista, é marcada também pelos valores estrangeiros, pelos desejos individuais de se assemelhar aos vizinhos do

norte. Em permanente conflito com o México do meio está o México de baixo, que vive lutas e derrotas por espaços, serviços, empregos e que “tem vocação de luta”, é “solidário” e outros adjetivos que tendem a idealizar as camadas pobres. E por fim, chega-se à pé ao México do sótão, o indígena, que “acumula tradições e misérias” e são os mais marginalizados. “Entre lodo e sangue se vive e morre no sótão do México. Oculto, mas na sua base, o desprezo de que padece este México lhe permitirá organizar-se e sacudir o sistema inteiro”. Estas quatro camadas sociais são então associadas a categorias políticas: a mais alta corresponde ao governo, a do meio aos partidos de oposição, a baixa ao “resto dos cidadãos” e os indígenas seriam “cidadãos em formação”, numa ironia que faz referência à ocasião antes dos diálogos da Catedral em que Camacho se referiu ao EZLN como “força política em formação”. O texto anda fala das mulheres, das eleições, da mídia, mas a maior novidade está na análise dos partidos políticos, sinalizando uma nova postura do EZLN. Pela primeira vez num comunicado era reconhecida a tradição de luta democrática do PAN, e se dizia abertamente que a candidatura de Cárdenas significava a única esperança de uma transição pacífica e democrática. Embora neste texto a transição pacífica continue ‘navegando’ com a CND, estes comentários já sinalizavam o esforço futuro (em janeiro de 1995) que os zapatistas fariam para ampliar o leque de alianças na luta pela democracia, incluindo partidos políticos. Ainda continuava, porém, o tom de frustração com as eleições e a vaga ameaça de uma retomada dos conflitos violentos. O conto do velho Antônio contava a história de quando os deuses decidiram numa assembléia que era preciso levar o fogo para o céu, para que também houvesse dia. Nenhum deles queria, porém, levar o fogo, pois nenhum deles queria morrer. Então Ik’al (Senhor Negro), que era o mais negro e mais feio dos deuses, se ofereceu e assim se sacrificou para que se fizesse a luz. Teria sido por isto, segundo Marcos nesta peça literária, que se escolheu o *pasamontañas* escuro para cobrir o rosto dos zapatistas (EZLN, 1995: 49-80).

O período pós-eleitoral foi marcado por esta ambigüidade do EZLN entre a esperança na luta pacífica da sociedade civil e uma crescente ameaça de retomada da violência, agravada ainda mais com o assassinato de Ruiz Massieu, secretário geral do PRI, que segundo o CCRI-CG num comunicado de 29 de setembro, mostrava a

incapacidade do governo para resolver suas brigas internas pelo diálogo e confirmava a necessidade da renúncia de Salinas. No território zapatista, o próprio EZLN reconhecia dificuldades para coibir abusos praticados por zapatistas contra civis, e convidou as ONGs para ajudarem na observação e denúncia de casos deste tipo<sup>120</sup>, enquanto continuava a amadurecer as práticas de autonomia e participação. E as tensões militares e dificuldades de comunicação com o governo eram crescentes, levando a guerrilha a romper o diálogo num comunicado assinado em 8 de outubro (EZLN, 1995: 67-100). O rompimento colocou o EZLN novamente no primeiro plano das notícias, gerando a reação do governo, da CND, do comissário para a paz Madrazo e de Ruiz, todos pedindo a retomada do diálogo. Para Ruiz, era como voltar à situação de janeiro: “estamos na fragilidade dos primeiros dias de janeiro”. O bispo preparou uma nova iniciativa, e em 13 de outubro propôs uma nova CONAI e a participação da sociedade civil para se conseguir a retomada do diálogo. A “Iniciativa Para a Paz” incluía “o regresso do Exército Mexicano e do EZLN às suas posições, tal como se havia pactuado nos diálogos de paz de 23 de março”, “a solução satisfatória do problema pós-eleitoral, com a participação de todos os atores implicados”, e “a necessidade da vontade do EZLN para retomar o diálogo”. No último dia de outubro Ruiz chegou até a se encontrar com Salinas, que disse apoiar a CONAI e prometeu ajuda econômica a Chiapas. Mesmo assim, em novembro o estado “entrou num ambiente de ingovernabilidade, propiciada pela violência que imperava em quase todo o estado”. E Salinas mostrava a indiferença de quem

---

<sup>120</sup> Uma autocrítica mais clara pode ser achada no comunicado comemorativo de 11 anos de formação do EZLN, assinado em 17 de novembro de 1994. “Dentro do território rebelde foram cometidos, também, não poucos erros e excessos de nossos companheiros. O respeito aos direitos humanos dos civis, ao que nos obriga nosso apego às leis de guerra aprovadas na Convenção de Genebra, não tem sido cumprida totalmente entre a população não zapatista. Em algumas ocasiões houve ameaças para que se integrassem ao Exército Zapatista de Libertação Nacional habitantes que não compartilham nosso caminho de luta. Nestes assuntos não podemos ser juiz e parte, não podemos repetir o erro do governo, contra o qual combatemos, de querer vigiar as arbitrariedades próprias. Por isso temos nos dirigido a organizações não governamentais de direitos humanos para lhes solicitar respeitosamente que vigiem o respeito aos direitos fundamentais de todos os seres humanos dentro da zona em conflito, sem importar sua filiação política, seu credo religioso, sua raça ou classe social. Temos recebido já a resposta positiva de alguns organismos e somente o clima de *zozobra* [inquietação] e de guerra iminente é o que nos impede regularizar esta relação. Por outro lado, no que se refere a bom governo, o apego às leis revolucionárias de 1993 não tem sido o desejado. Em algumas ocasiões foram afetadas pequenas propriedades que não excedem a extensão reconhecida pelas leis agrárias revolucionárias. O Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional se encontra agora em um processo de ajuste para garantir o respeito aos direitos humanos e que não sejam afetados os pequenos proprietários” (EZLN, 1995: 136-137).

pretendia deixar o problema ao sucessor. A iniciativa de Ruiz caiu no vazio (Reyes e Zebadúa, 1995: 99-105)

E a CND também ‘navegava’ com dificuldade. Se o EZLN se referia à CND como um espaço marcado pela participação da juventude, e cujo caminhar teria de passar por “novas formas de ser político, de fazer política (...) uma nova moral política”, não deixava também de criticar a busca pelo poder em seu interior: “todos querem mandar sem obedecer”. Em oito de outubro, o EZLN propunha que na seguinte sessão da CND, que se realizou na capital de Chiapas, em 4 de novembro, com a participação de mais de mil e quinhentas pessoas, a nova presidência a ser nomeada fosse coletiva e representativa das organizações que se comprometessem com as resoluções da Convenção. Além disso, sugeria que o programa da CND se ativesse à luta por democracia, liberdade e justiça, que combinasse a luta política mais geral com as lutas setoriais por demandas “materiais e sociais mais sentidas” (trabalho, terra, teto, alimentação, educação e saúde), que fortalecesse a sua união por um lado, e por outro a organização de base com a formação de comitês locais e estaduais, e tivesse planos de comunicação e conexão entre os vários movimentos, propaganda, além de reconhecer a “validade de todas as formas de luta” (EZLN, 1995: 88-96). Num comunicado assinado em 2 de novembro, o EZLN detalhava os movimentos que gostaria de ver representados na nova presidência da CND, e pedia que os participantes da nova sessão “não repitam o vício do desgaste interno em ajustes de contas, que não se desgastem em brigas e desqualificações que impeçam a chegada a acordos fundamentais” e que olhassem como inimigo o sistema de partido de Estado. Em outro comunicado, do mesmo dia, se evidenciava a existência de um racha na CND, que levou o EZLN a desconhecer a CONAC-LN como sua representante legal, pois esta estaria sem contato com a guerrilha desde junho, e desde a primeira CND teria se afastado do seu processo organizativo e estaria promovendo outro, paralelo, que considerava representante do “autêntico espírito da CND” (EZLN, 1995: 124-127).

O tom das propostas da presidência da CND para a segunda sessão não se distanciava muito das propostas do EZLN. No documento, a presidência observava que a luta da CND era pela democratização do país e contra a “política neoliberal de

modernização excludente”, e que a primeira sessão havia sido marcada pela aposta nas eleições como forma de alcançar um governo de transição e uma nova constituinte. Após eleições fraudulentas, o que se via era a reprodução do autoritarismo e o começo de um novo ciclo ainda mais fechado. Diante disto, aqueles objetivos deveriam continuar em pauta, porém o caminho para alcançá-lo passaria agora a se concentrar na “construção da democracia partindo-se de baixo”, impulsionando as “convenções locais e estaduais”, criando um movimento para “libertar paulatinamente os espaços sociais do corporativismo, do caciquismo e da opressão”. A CND dava uma ênfase maior ao fortalecimento das bases, não se referindo à necessidade de união. E se o EZLN enfatizava as demandas mais gerais, a CND era mais específica em afirmar a necessidade de combinar a luta pela democracia com a “convergência de organizações reivindicativas de caráter gremial”, formando-se para isso as convenções setoriais. A nova presidência da CND deveria se compor de representantes das convenções estaduais e setoriais, além de manter a atuação dos notáveis (que haviam formado a primeira presidência) através de um corpo consultivo, assessores ou presidentes de honra (Chiapas, 1995, v1: 181-186).

Nos comunicados do EZLN do mês de outubro, aumentava ainda mais a ameaça do EZLN retomar a iniciativa militar. Algumas passagens sugerem que os zapatistas talvez estivessem considerando a necessidade de repetir o efeito de propaganda e mobilização que havia gerado o levante de janeiro. Exemplos disso são o comunicado assinado por Marcos em 8 de outubro, em que afirmava que a calma pós-eleitoral e a “euforia dos altos índices econômicos” tornava o período similar àquele reinante em dezembro de 1993. “O vento de baixo volta a recorrer as *cañadas* e vales, começa a soprar forte. Haverá tormenta...”. Num comunicado de 27 de outubro, Marcos assinou com “O Sup saindo de moda ao perder-se atrás daquele pico onde, alguém duvida?, chove...” (EZLN, 1995: 97-115). Num comunicado de 17 de novembro, comemorando os onze anos da formação do EZLN, afirmava-se que o zapatismo havia crescido após o levante de janeiro, contando já com “mais povoados, mais regiões e mais zonas”, que a sua causa já encontrava eco em todos os cantos do país e que havia zapatismos armados em todo o país preparados para entrar em ação. Além disso, avisava que suas tropas estavam prontas e esperando ordens, e naquele

mesmo dia houve uma cerimônia em que Marcos recebeu o “bastão de mando”, o que também havia ocorrido antes do levante de janeiro. A posse de Ernesto Zedillo Ponce de León, no primeiro dia de dezembro, mereceu um comunicado especial de Marcos assinado no dia três ao novo presidente, que começava com “bem vindo ao pesadelo”. Neste comunicado se dizia que com a posse se “completou o enterro que se iniciou ainda antes de 21 de agosto, a sepultura da esperança de uma mudança pacífica à democracia, liberdade e justiça”. Marcos acusava o governo de cometer a “imbecilidade” de levar à polarização, de tentar isolar o EZLN, mas que a guerrilha crescia em dezenas de milhares, e assim o governo apenas “oxigenava um fogo que irá consumi-lo cedo ou tarde”. E talvez o EZLN ainda apostasse na capacidade de forçar uma queda do PRI, pois pedia mais uma vez que o presidente, agora Zedillo, renunciasse (EZLN, 1995: 131-152).

“Vocês devem desaparecer, não só por representar uma aberração histórica, uma negação humana e uma crueldade cínica; devem desaparecer também porque representam um insulto à inteligência. Vocês nos fizeram possíveis, nos fizeram crescer. Somos seu outro, seu contrário siamês. Para desaparecermos, devem desaparecer vocês.

(...)

Saiba você que temos feito todo o possível para manter o conflito dentro dos limites políticos, evitando a todo custo o reinício das hostilidades. Temos nos dirigido a distintas personalidades políticas nacionais convidando-as a uma iniciativa que encabece, por vias políticas e civis, o descontentamento que agora transbordará na via violenta. Se estas personalidades agora se negam a arriscar seu capital político no que é justo exigindo: a anulação das eleições, um governo de transição e um novo processo eleitoral, já não haverá remédio e o horror será já inevitável. México não tem, hoje, políticos que estejam dispostos a pagar o preço de sua imagem pública em troca de ser conseqüentes com a luta pela democracia. No entanto, que hoje não existam não significa que amanhã não aparecerão homens e mulheres para os quais a política não seja sinônimo de cinismo e claudicação disfarçada de gradualismo” (EZLN, 1995: 147-148).

Estaria o EZLN se afastando das deliberações da CND e do estilo próximo ao PRD que vinha predominando em suas assembléias? Iria voltar o derramamento de sangue, correndo-se o risco de perder o apoio da chamada sociedade civil que estava, em grande parte, condicionado ao desejo de paz tão enfatizado pelo EZLN desde o

fim de janeiro? Paradoxalmente, era anunciada também a nova tática para uma transição pacífica. Numa carta assinada em 4 de dezembro e dirigida à CND e a Cárdenas, Marcos comentava que ambas as forças vinham lutando separadamente pela democracia, e convidava-as a se unir para convocar um amplo movimento opositor que fosse uma alternativa ao “gradualismo”. “Eu os convido a lutar para fazer desaparecer os extremos desta luta; por um lado um governo ilegal e vendepátrias, e pelo outro um movimento armado rebelde igualmente ilegal”. Para o EZLN havia muita gente disposta à insurgência civil, e só faltava alguém que os convocasse: isso seria possível com a aliança entre a CND e Cárdenas (EZLN, 1995: 150-151). E com a ação armada que anunciava, esperava ser capaz de estimular esta mobilização civil. Os modelos já estavam dados: além do efeito do levante de janeiro, a insurgência civil e a declaração de autonomia de comunidades que vinha se dando ao redor da CIOAC-independente e do ex-candidato pelo PRD ao governo de Chiapas Amado Avendaño, reconhecido pelo EZLN num comunicado assinado pelo CCRI-CG (EZLN, 1995: 183-184) em 25 de dezembro como autêntico governador no lugar de Robledo, que assumira o posto oficialmente. Com efeito, este foi também o modelo para a ação armada que o EZLN realizou. No dia 8 o CCRI-CG assinou os comunicados em que encerrava o compromisso de cessar fogo e dava por terminada a trégua. Em várias ações realizadas entre os dias 11 e 19 de dezembro, o EZLN contornou as posições do Exército Mexicano e, sem disparar um único tiro, ocupou posições correspondentes a 38 municípios de Chiapas, rompendo o cerco que havia ao seu redor. E anunciou uma geografia política nova, com a criação de 30 municípios rebeldes, que passariam a nomear suas próprias autoridades (EZLN, 1995: 169-182). O EZLN contava com a possibilidade de acabar se enfrentando com o Exército Mexicano, ou do contrário não teria anunciado a ruptura da trégua. Mas ao anunciar o resultado do avanço das suas tropas, não deixava de destacar que haviam mantido o “cessar fogo”. Nenhum dos exércitos queria ser o primeiro a disparar. Era como se a própria dimensão militar do EZLN tivesse sido transposta também para o campo simbólico. Por outro lado, havia feito uma enorme demonstração de apoio popular, já que haviam ocupado e depois abandonado cerca de um terço (38 de 110) dos municípios do estado, anunciando depois os 30 municípios rebeldes. Estava

demonstrada a influência do EZLN nas regiões da Selva, Altos, Norte e Fronteira de Chiapas.

Para impedir o risco da guerra, Ruiz começou uma greve de fome em 19 de dezembro. Note-se que, na imprensa, o avanço do EZLN sobre os 38 municípios virou notícia apenas no dia 20. O bispo voltou a receber sinais de apoio e críticas, e o caso envolvia já não mais apenas os casos “Chiapas” e “Ruiz”, mas também a própria Igreja, pois ele havia convidado os outros bispos a seguir seu exemplo e aderir à greve de fome. Na cidade do México, a atriz Ofelia Medina e mais algumas dezenas de pessoas começaram uma greve de fome em apoio ao bispo, ao lado do monumento Angel de la Independencia. E também religiosos em todo o país aderiram. Dessa vez a iniciativa pareceu render frutos: já em 26 de dezembro o novo governo, com Zedillo, reconheceu a CONAI e a importância de Ruiz para se alcançar a Paz. Mas neste mesmo dia um outro tema deslocou Chiapas do centro das atenções. A vertiginosa desvalorização do peso, que afetou duramente os mexicanos e fez cair muito a credibilidade do novo presidente. A greve de fome terminou em quatro de janeiro, quando Ruiz afirmou que o risco de guerra já se afastava novamente (Reyes e Zebadúa, 1995: 108-113). Um dia depois, segundo Condearena (1997: 110), começou a greve de fome nacional que contou com a participação de mais de 600 pessoas.

## 15. Todas As Formas de Luta

No aniversário de um ano do levante zapatista, o EZLN lançou a sua Terceira Declaração da Selva Lacandona, onde fazia um balanço do seu primeiro ano atuação pública e lançava um terceiro plano estratégico, incorporando as mudanças de rumo que já há alguns meses vinham se esboçando diante do que considerava um fracasso parcial da orientação apresentada na Segunda Declaração. A fraude nas eleições de agosto, a polarização e o aumento da repressão após as eleições justificavam a continuidade da descrença de que pudesse haver uma mudança significativa sem uma ruptura radical com o sistema de partido de Estado, e o EZLN atacava a visão de que a mudança pudesse vir gradualmente. O clima de “esquecimento e o desinteresse em relação aos habitantes originais destas terras” (EZLN, 1995: 190) por parte do governo e do país ao se aproximar o final de 1994 havia levado a guerrilha a voltar à iniciativa. E a visão de que o regime ruía era uma das inspirações para que o EZLN apostasse num plano mais radical, que incluía uma ostentação maior da ameaça de ações violentas. Os assassinatos de grandes nomes do PRI, chamado de “braço político do crime organizado e do narcotráfico” (EZLN, 1995: 190) eram o sinal de que este partido vinha se “decompondo”, e a crise econômica com a desvalorização do peso “explodiu a farsa econômica com que o salinismo havia enganado a Nação” (EZLN, 1995: 191). “Hoje, depois de ter chamado primeiro às armas e posteriormente à luta civil e pacífica, chamamos o povo do México a lutar POR TODOS OS MEIOS, EM TODOS OS NÍVEIS E EM TODAS AS PARTES, pela democracia, liberdade e justiça” (EZLN, 1995: 191).

Mas se o EZLN radicalizava o seu discurso, e sinalizava talvez simbolicamente a possibilidade de usar novamente as armas, o seu principal objetivo era ampliar o alcance da iniciativa em relação à sociedade civil, ao convocar a formação do Movimento pela Libertação Nacional (MLN). Este incluiria tanto a CND, aglutinadora de forças não partidárias, quanto os partidos de oposição, e Cárdenas era convidado a assumir a liderança do movimento. Por outro lado, a experiência das chamadas comunidades e municípios que haviam se declarado autônomos em Chiapas inspirava o EZLN a combinar este modelo de desobediência

civil com a continuidade da CND e com a nova proposta de formação do MLN. Com a formação do novo movimento o EZLN declarava retirado do governo a “custódia da Pátria”, colocava os símbolos nacionais (bandeira, hino e Escudo Nacional) sob os cuidados das “forças em resistência até que a legalidade, a legitimidade e a soberania sejam restauradas em todo o território nacional” (EZLN, 1995: 192), reconhecia a Constituição “original” de 1917 incorporando-se as Leis Revolucionárias de 1994 enquanto não houvesse uma nova constituinte, e passava a considerar “governo de transição em rebeldia” todas as comunidades e organizações sociais e políticas que se incorporassem ao MLN. Este assumiria a postura de desobediência civil e a meta de formação de um governo de transição cujas responsabilidades abarcariam a liquidação do sistema de partido de Estado com a separação entre este e o PRI, a reforma das leis eleitorais, a convocação de uma constituinte, a adoção de uma política econômica orientada a favorecer os setores mais pobres e o reconhecimento da autonomia para os povos indígenas. Para o EZLN o reconhecimento da autonomia indígena, ou seja, das “características próprias em sua organização social, cultural e política” (EZLN; 1995: 190), não seria possível sem uma “transformação RADICAL do pacto nacional” (EZLN, 1995: 190). E afirmava que as autonomias não são a separação, mas a forma de integrar à nação com “justiça e dignidade” as populações indígenas tão marginalizadas, respondendo aos que acusavam ou temiam que a luta pela autonomia fosse ou se convertesse em um movimento separatista.

Nos primeiros comunicados do EZLN de 1995, nota-se como eram altos a tensão e o risco de que se reiniciasse o conflito armado. No primeiro dia do ano, um comunicado para saudar os insurgentes e milicianos que haviam rompido o cerco militar em dezembro declarava também uma trégua temporária até o dia seis, na esperança de que o governo oferecesse “condições justas para uma trégua estável” (EZLN, 1995: 195). No comunicado do dia sete, o CCRI-CG acusava as forças governamentais de não cumprirem com a ordem de não realizar avanços sobre as suas posições, de realizar vôos rasantes, intimidações e patrulhas provocadoras nas regiões rebeldes e de continuar com as detenções arbitrárias contra a população civil. Apesar disso, e por causa dos apelos da CONAI e de Amado Avendaño, declarava a prorrogação da trégua por mais seis dias (EZLN, 1995: 196-197).

Reyes e Zebadúa (1995: 115-117) relatam como a paisagem chiapaneca tinha se transformado com um ano de conflito. A diminuição da presença de turistas dava lugar à presença de 50 mil militares, e com eles havia aumentado a prostituição, os bares, os centros noturnos, e discotecas para atender à demanda dos soldados. Quando Ruiz parou sua greve de fome, não havia nada ainda que indicasse a possibilidade de uma solução efetiva para o conflito. O bispo realizava reuniões, entrevistas, telefonemas e viajava à cidade do México para as atividades da CONAI enquanto esperava um sinal, até que finalmente no dia 12 de janeiro um comunicado do EZLN anunciou um “eminente encontro” com o governo. No dia 15 o ministro do Interior Esteban Moctezuma, junto com Ruiz, foi até a Selva realizando o primeiro contato direto entre o novo governo e o EZLN. Após o encontro, que durou cerca de três horas, o bispo relatou o seguinte diálogo entre Marcos e Moctezuma:

“- Façam-nos impossível o uso das armas... e desapareceremos – disse o subcomandante Marcos ao ministro do Interior.

- Mas vocês quando vão deixar as armas; alguns dizem que não querem a guerra, mas que tão pouco querem a paz; que vão ficar com as armas para estarem ameaçando constantemente durante todo o mandato – respondeu Esteban Moctezuma.

- Não – voltou a dizer o subcomandante Marcos -; esta é uma leitura equivocada... Neste mútuo acordo, no qual vocês devem desaparecer do poder como partido e nós das armas como levantados, não temos mais que um caminho, que é o diálogo e a convergência para uma saída política e não militar. Façam-nos impossível o caminho militar e desapareceremos” (Reyes e Zebadúa, 1995: 117).

Do encontro saíram alguns acordos de distensão, “que se bem eram temporários ao menos serviam para manter a trégua” (Reyes e Zebadúa, 1995: 117). O governo se comprometeu a reduzir a patrulha militar em algumas zonas e reconheceu oficialmente a CONAI (Reyes e Zebadúa, 1995: 118). Num comunicado do mesmo dia 15, o CCRI-CG responsabilizou a CONAI pelo êxito em aproximar o EZLN e o governo, declarou que iria tomar medidas pertinentes para a distensão do clima beligerante e que reiniciava o esforço para encontrar uma solução “política, justa e digna”. Reconheceu também “os esforços sérios e o ânimo sincero dos representantes governamentais para encontrar caminhos verdadeiros ao diálogo e à

paz justa e digna” (EZLN, 1995: 204). No dia seguinte, outro comunicado era assinado com a declaração de uma trégua por tempo indeterminado.

Reyes e Zebadúa (1995: 118-119) afirmam que as semanas seguintes não foram tão vantajosas ao EZLN. A estafa econômica herdada do governo Salinas era o grande tema nacional, colocando o EZLN num segundo plano. Não apareciam sinais sobre a continuidade do diálogo, e o EZLN acusava o governo de não cumprir os acordos do dia 15: se os soldados já tinham saído de alguns municípios, habitantes locais observavam a sua substituição por policiais da Segurança Pública. Outras forças políticas faziam coro a estas denúncias, e Amado Avendaño ameaçava com o reinício das mobilizações de resistência civil.

No dia 31 de janeiro o EZLN (1995: 205-210) assinou um comunicado para a CND, que estava para realizar sua terceira sessão nos primeiros dias de fevereiro. Neste era feito mais um apelo para que as forças progressistas fossem capazes de se aliar, apesar das diferenças e superando o sectarismo, em torno da derrubada do inimigo comum – o sistema de partido de Estado. E a proposta de formação do Movimento de Libertação Nacional vinha acompanhada de uma novidade: se o EZLN vinha pedindo ao governo o seu reconhecimento enquanto força beligerante, agora pedia à sociedade civil o seu reconhecimento enquanto força política, para estar ao lado da CND e do cardenismo no MLN. Isso reforça a interpretação de que o belicismo revigorado do EZLN voltava com uma conotação mais espetacular do que efetivamente militar. A concepção do MLN se inspirava também na ideologia zapatista: como um movimento destinado a morrer assim que a democratização fosse alcançada. E a identidade mais forte entre o EZLN e um certo zapatismo civil era o efeito da passagem em que a CND era descrita como “a voz dos sem voz”, “o rosto dos sem rosto”, etc. Por outro lado, o costume do EZLN de dar respostas explícitas a seus interlocutores nos comunicados nos oferece pistas sobre as divisões e críticas que o EZLN recebia de seus aliados: nota-se que havia a preocupação de que a CND viesse a se subordinar aos partidos (leia-se ao PRD), e também a crítica de que o EZLN, embora defendesse a autonomia da CND, na última hora fazia passar suas propostas, ‘sabotando’ os acordos trazidos pelas delegações estatais. Com relação a esta última crítica, a resposta do EZLN foi fazer “apenas duas propostas” ao invés

das várias sugestões que fizera por ocasião de outros encontros: as propostas eram a formação do MLN e a aceitação da atuação do EZLN como força política nacional e não como uma “força regional indígena”. O EZLN ressaltava o êxito da formação da CND sobretudo “nas províncias” e pedia que ela não atuasse apenas em resposta ao risco de guerra e para pedir para que o EZLN dialogue com o governo.

O MLN, porém, estava fadado ao fracasso. Se o êxito da CND ocorria principalmente na organização de base, como saltar para a formação de um MLN bem mais amplo? Se com a exceção de Chiapas, onde Avendaño liderou forças em ações de desobediência civil, a CND tinha uma atuação mais passiva e voltada para a reação contra o risco de guerra, como esperar uma mudança significativa com a formação de um MLN sob a liderança de um partido que já tinha uma agenda própria? Segundo Condearena a terceira sessão da CND, realizada em Querétaro, contou com a participação de 4 mil pessoas. Apesar de divisões patentes, foi aprovada a proposta de formação do MLN. O principal embate foi entre a proposta de que o movimento fosse amplo e plural e a de que fossem aceitas apenas organizações com “demandas de classe” (Condearena, 1997: 110). Após o contra-ataque policial, propagandístico e militar do governo mexicano em fevereiro, nunca mais a CND voltou a se reunir num grande encontro. Mas a solidariedade com Chiapas e o processo de organização da sociedade civil a partir das bases com influência do zapatismo continuou se fortalecendo.

No dia 5 de fevereiro, mesmo dia do encerramento da terceira sessão da CND, Zedillo pronunciou um discurso durante a comemoração oficial de 78 anos da Constituição, retransmitido na TV, em que chamava o EZLN à via política, afirmava que a desconfiança não era justificativa para atrasar o diálogo e que, se essa via não funcionasse, convocaria o Congresso num período extraordinário para a solução do conflito. Apenas quatro dias depois começou o que seria chamado, nos círculos zapatistas, a “traição de fevereiro”<sup>121</sup>. No Distrito Federal e Veracruz 8 pessoas supostamente zapatistas foram presas sob as acusações de sedição, motim, rebeldia,

---

<sup>121</sup> A ofensiva do EZLN em dezembro havia sido precedida de ameaças, comunicados, e do ritualizado rompimento do diálogo e da trégua, ao contrário do governo que procurou dar um golpe de surpresa na

conspiração, terrorismo e porte de armas de fogo. O ministério do Interior apresentou 10 pistolas, uma metralhadora e material explosivo para ‘mostrar’ que o EZLN se preparava para a guerra, e não para o diálogo. E circulou pelo mundo a imagem do Procurador Geral da República revelando uma foto de Rafael Guillén, apresentado como sendo o subcomandante Marcos. As ordens de prisão incluíam ainda Fernando Yáñes (comandante Germán), Silvia Fernandez (Sofia), Javier Elorriaga (Vicente) e sua esposa Gloria Benevides (Elisa). No dia seguinte, sob o pretexto de prender os dirigentes do EZLN, o Exército avançou com milhares de homens sobre territórios controlados pelo EZLN em onze municípios, enquanto a guerrilha “em uma ordenada retirada desaparecia ante o avanço oficial” (Condearena, 1997: 112). Cerca de 26 mil indígenas se retiraram de suas comunidades, numa fuga em massa que havia sido previamente planejada pelo EZLN. Mas logo começaram a enfrentar os fantasmas da fome e das doenças. O Exército Mexicano ocupou os principais bastiões zapatistas, como La Garrucha em Ocosingo, Morelia em Altamirano e Guadalupe Tepeyac em Las Margaritas, onde as instalações do Aguascalientes foram destruídas. Após a meia noite, em San Cristóbal de Las Casas os militares invadiram o local da CONPAZ. No dia 13 foi a vez da casa de Amado Avendaño ser invadida, com a apreensão de seu computador e de cartas enviadas pelo EZLN. No dia 20, enquanto Ruiz e a CONAI vinham se esforçando pela retomada do diálogo, a Frente Cívica Sancristobalense (FCS) atacou a Catedral pedindo a expulsão do bispo e agredindo civis que mantinham um cordão de segurança no local, com a cumplicidade negligente das forças de segurança. Apesar da ofensiva, a única morte oficial da operação foi a do coronel do Exército Mexicano Hugo Monterola, que teria morrido aparentemente por um franco atirador no caminho para Guadalupe Tepeyac, embora alguns testemunhos afirmem que chegaram vários corpos à base militar de Comitán. Além disso, 20 pessoas foram presas nas regiões ocupadas e denunciaram a prática de torturas, das quais 17 permaneciam presas quando a obra de Condearena foi finalizada (Condearena, 1997: 112-113, 117, 115, 120).

---

guerrilha para tentar capturar os seus líderes. Além disso, o governo rompia sem avisar os acordos que começavam a ser estabelecidos com o EZLN em janeiro.

No dia 11 milhares de pessoas já começavam a ir às ruas em todo o país para protestar contra a ofensiva governamental, como em janeiro de 1994. No Distrito Federal, mais de 100 mil pessoas respondiam à suposta revelação da identidade de Marcos com o lema “todos somos Marcos”. Nos dias seguintes, várias caravanas de jornalistas, ONGs e Igreja eram impedidas de entrar na área da operação do Exército, com a exceção da Televisa, que um ano antes havia sido proibida de entrar na zona rebelde pelo EZLN, e cujas câmaras agora “passeavam nos helicópteros militares mostrando as imagens que convinham ao Exército Federal” (Condearena, 1997: 115). Enquanto isso, os militares iam tomando posições nas comunidades “conquistadas”, enquanto que mais de mil kaibiles, o corpo de elite do exército da Guatemala, se instalava na fronteira para impedir uma possível fuga de zapatistas para este país. Em Chiapas, a Frente Cívica de Autodefesa (FCA), formada por pecuaristas e comerciantes, pediam a expulsão de líderes identificados com o EZLN: os principais alvos eram Ruiz e Avendaño. No dia 12 veio a público um comunicado do CCRI-CG que pedia à sociedade civil para deter a “guerra genocida” (Condearena, 1997: 113-115).

Se a mobilização da sociedade civil no México mostrava a mesma força de janeiro de 1994, começava a ser importante também a mobilização internacional, especialmente nos EUA e Europa, onde ecoavam as demandas zapatistas e pedia-se aos governos que pressionassem o presidente mexicano a parar com a ofensiva militar (Condearena, 1997: 15). Para Avilés, o que fez Zedillo “tremar” após a ofensiva militar não foi tanto a mobilização popular mexicana, que o “fazia rir”, mas a demonstração do prestígio que o EZLN já havia alcançado internacionalmente e que ficou patente com as assinaturas de personalidades em cartas de solidariedade enviadas de países latino americanos, da Espanha ou França. A carta dos Italianos, por exemplo, vinha com nomes como Dario Fo, Umberto Eco, Gillo Pontecorvo, Bernardo Bertolucci, Gabrielle Salvatore, Franca Rame, Dacia Maraini, Pino Cacucci e Gianni Minà (Avilés & Minà, 1998: 97-98).

No dia 14, Zedillo anunciou a ordem às forças governamentais para “não realizar nenhum enfrentamento”. Pediu também para o governador de Chiapas, Eduardo Robledo, licenciar-se do cargo. Vale lembrar que a “imposição” do

governador havia sido qualificada pelo EZLN, meses antes, como uma “declaração de guerra oficial”. Embora a licença fosse de 11 meses, ele saiu afirmando que procurava com isso sensibilizar o EZLN para depor as armas. E finalmente a imprensa pôde entrar nas regiões ocupadas pelo governo, onde encontrou as comunidades desertas com casas invadidas, saqueadas e destruídas. Houve ainda mais duas passeatas grandes na capital do país, e aos poucos foram se renovando as condições para a retomada dos diálogos com a mediação da CONAI, até que começassem as negociações que ficariam conhecidas como os “diálogos de San Andrés”. A região ocupada pelo governo, porém, permaneceria militarizada até os dias de hoje, com gastos que seriam suficientes para acabar com a marginalização social (Condearena, 1997: 116-117).

Por que se adotou a opção pela repressão violenta? Condearena destaca que na terceira semana de fevereiro um artigo no jornal *El Financiero* revelou a presença de oito jazidas de petróleo na região antes controlada pelo EZLN. Elas teriam sido descobertas entre 92 e 93 de maneira sigilosa, para que fossem anunciadas após a aprovação do TLC e exploradas em condições mais vantajosas, mas que acabaram ficando na zona rebelde (Condearena, 1997: 118). Segundo López (1996: 91-92) havia a pressão dos grupos financeiros internacionais, e a autora cita como exemplo um relatório interno do banco americano Chase Manhattan onde uma passagem dizia que “o governo mexicano deveria eliminar a insurgência zapatista com o fim de demonstrar seu efetivo controle do território nacional e da política de segurança”. Ela cita ainda um estudo de Roett, para quem as principais ameaças ao compromisso de estabilização da economia para receber os empréstimos internacionais eram, nesta ordem de importância, Chiapas, as eleições estaduais por vir e o papel dos sindicatos, afirmando que embora Chiapas não represente “uma ameaça fundamental à estabilidade política mexicana, muitos na comunidade financeira internacional vêm assim. O governo terá que eliminar os zapatistas para demonstrar seu efetivo controle do território nacional e da política de segurança”.

Fazio realizou entrevistas com o embaixador Gustavo Iruegas, que participou como estrategista na equipe de Moctezuma para o conflito de Chiapas, e que atuou desde que foi chamado em 22 de dezembro de 1994 até o final de setembro de 1995.

Iruegas teria revelado que se inspirava nas negociações entre a guerrilha e o governo em El Salvador onde, após se chegar a um equilíbrio de forças militar, a primeira se converteu em força política. Na sua interpretação, o que o EZLN poderia obter através de negociações seria uma tradução da sua força militar e, a exemplo do caso da guerrilha guatemalteca, não poderia esperar muito. Segundo o estrategista, o exército tinha se preparado no decorrer de 1994 para exterminar o EZLN, mas este não era o objetivo em fevereiro de 1995. Uma ação deste tipo poderia dar amplitude nacional ao conflito e fazer aparecerem células de guerrilha urbana, o que também atrairia a intervenção dos EUA, com quem acabavam de se comprometer com um empréstimo de dezenas de bilhões de dólares para tirar o México da crise econômica em que mergulhava. Além disso, nem mesmo o EZLN estaria interessado num conflito militar, o que teria demonstrado com sua ausência na “linha de fogo” quando as tropas oficiais avançaram (Fazio, 1996: 78-103). Disso poderíamos depreender mais dois possíveis objetivos: tentar prender os líderes da guerrilha e, se isso não fosse possível, cercar ainda mais o EZLN e debilitar suas posições militares para enfraquecer o seu poder de barganha em futuras negociações.

Para Reyes e Zebadúa (1995: 120) a Operação Arco-íris, como foi chamada a ofensiva, foi um golpe que tinha como finalidade promover um espetáculo que recuperasse a imagem do governo que estava já muito deteriorada, satisfazendo o Exército Mexicano no Dia da Lealdade ao poder civil, e desviando a atenção da derrota do PRI para o PAN em Jalisco, dos conflitos pós eleitorais de Tabasco e Veracruz, da crise econômica e das condições do empréstimo norte americano. Se para estes autores o governo mexicano promovera um espetáculo, vale dizer que também procurou desarranjar o espetáculo zapatista, “desmascarando” e criminalizando os seus líderes. Foi quando começaram a vir à tona as versões sobre a história das FLN, suas ligações com Ruiz e outros detalhes já apresentados na parte anterior desta dissertação.

Com relação à identidade de Marcos e ao passado do EZLN ligado às FLN, não houve um desmentido muito claro. Num comunicado do CCRI-CG assinado em 9 de fevereiro e publicado no dia 13, este afirmava que no EZLN tinham entrado membros de várias organizações, e citava também como antecedentes do EZLN todas

as organizações guerrilheiras dos anos 60 e 70, bem como Emiliano Zapata, Francisco Villa, Vicente Guerrero, José María Morelos e muitos outros, deslocando a resposta para a disputa dos símbolos nacionais com o governo. Porém, negava que o EZLN tivesse outro comando que o CCRI-CG (EZLN, 1995: 219-222). Em outros comunicados, negou o vínculo entre o EZLN e os supostos zapatistas presos, Ruiz, e outros “aliados” que de maneira efetiva ou moral passavam a ser criminalizados. Possivelmente esta foi considerada a única maneira de proteger essas pessoas e grupos que não estavam atrás das ‘barricadas’. Uma linha importante da argumentação era mostrar que o EZLN vinha se esforçando para obter o diálogo, que estava em plena fase de consulta às comunidades sobre os passos a dar nas negociações e que o governo, ao contrário, apenas ganhava tempo para preparar sua ofensiva, relacionada com as condições do empréstimo norte-americano e com o petróleo que havia no território rebelde. Junto com as denúncias de assassinatos de crianças, violação de mulheres e destruição de comunidades, o EZLN invertia as acusações do governo qualificando este como terrorista e narcotraficante (EZLN, 1995). O lema “todos somos Marcos”, na voz de milhares de pessoas já no dia 11, mostrou que as versões do governo apenas apimentaram o espetáculo zapatista.

Durante o período de tensão militar entre dezembro e janeiro houve uma redução na presença dos aspectos mais poéticos e humorísticos dos comunicados, como se o esforço dedicado a outras táticas levasse naturalmente a um ofuscamento da eloquência dos textos. Mas em plena ofensiva governamental, a dramaticidade dos comunicados e seus aspectos literários voltaram com toda força, e a importância da comunicação se consolidou na estratégia zapatista. Num comunicado assinado em 9 de fevereiro por Marcos e que foi publicado no dia 13, a identidade zapatista elaborada em seus discursos se ampliou para equivar à maioria dos mexicanos: o estilo irreverente faz do corpo principal da carta uma longa lista de destinatários que são sempre os mesmos: “aos zapatistas”, sempre definidos como sendo todos aqueles que não são os corruptos, vendepátrias, sanguinários, mentirosos, dominadores estrangeiros do BID, etc, e que são os esquecidos, “os menores”, os dignos dispostos a morrer pelo país. “Aos zapatistas, nós, vocês, todos os que não são eles”. Depois, apenas insinuando a morte iminente, numa omissão que intensifica a emoção do

texto, afirma que, “passe o que passe”, e que se pudessem voltar atrás “o relógio da história, por nenhum segundo duvidaríamos em voltar a fazer o que temos feito. Uma, mil vezes, voltaríamos a dizer ‘já basta!’” (EZLN, 1995: 218). Finalmente, no *post script* da mensagem ia uma resposta bem humorada, fantasiosa e romântica à revelação da sua identidade:

“P.S.: que aplaude a ponto de enfurecer-se o novo ‘êxito’ da polícia governamental: escutei que já descobriram outro Marcos<sup>122</sup> e que ele é tampiquenho. Não soa mal, o porto é bonito. Me lembro quando estive trabalhando como tirador de bêbados num bordel da Cidade Madero na época em que La Quina fazia com a economia regional o que Salinas fez com a Bolsa de Valores: injetar-lhe dinheiro para ocultar a pobreza. Fui embora do porto porque a umidade me dá sono e os mariscos o tiram.

P.S.: que não abandona, apesar das circunstâncias, seu narcisismo: bom, e sobre tudo isso, esse novo *subcomandante Marcos* é bonito? É que ultimamente me apresentam *puros* feios e me arruinam toda a correspondência feminina.

P.S.: que conta as munições e o tempo: tenho 300 tiros, assim que procurem trazer mais de 299 soldados e policiais para me agarrarem. (Diz a lenda que não falho, querem averiguar?) Por que 299 se são 300 balas? Bem, esta última é para um servidor. Acontece que um se entenece com coisas como essa, e uma bala parece ser o único consolo para tão solitário peito.

*Vale de nuevo. Salud* e haverá um pedacinho no peito dela para uma lembrança?

*El Sup* retocando-se com macabra coqueteria o *pasamontañas*” (EZLN, 1995: 218).

Após brincar mais uma vez com as revelações sobre a sua identidade, e também com o símbolo sexual que havia se tornado, Marcos traça um perfil de si próprio que lembra os heróis do faroeste americano e o romantismo dos mártires que dão a vida por uma causa. A despeito da exaltação momentânea das virtudes no gatilho, nesse momento ocorria uma mudança importante no discurso: o EZLN parou de fazer ameaças claras de uma possível retomada de ações guerrilheiras e, no que diz respeito à dimensão bélica do conflito, passou a se concentrar apenas na tentativa de manter a sociedade civil nacional e internacional vigilante para impedir os mais

variados atos de repressão em geral ou a repetição de uma ofensiva militar em grande escala contra o EZLN e suas bases sociais. Nos anos seguintes, várias vezes o CCRI-CG voltaria a declarar o alerta vermelho que ecoaria através da *internet* por todo o mundo, por causa de movimentações suspeitas das forças do governo ou em situações de grande tensão. E de fato, o governo mexicano nunca mais ousou repetir uma grande ação militar. Observando-se esses dados em retrospectiva, nota-se que naquele momento as redes de comunicação e solidariedade com o EZLN se consolidaram como elemento vital para a própria sobrevivência do zapatismo, e ficou comprovada a sua eficácia para impedir e substituir a guerra em grande escala pelo combate à repressão e a luta política.

Após a ofensiva de fevereiro, Marcos continuou com a elaboração de personagens que faziam referência a pessoas reais ou inteiramente fictícias, o senso de humor, as referências à cultura maia, à natureza, à história e símbolos da nação, assim como as irreverências estilísticas. Mas a nova situação geográfica da guerrilha, que não tinha mais o controle sobre um território e tinha que esconder seus insurgentes nas montanhas, afetou também os comunicados mais literários de Marcos. Não havia mais neles aquele ambiente da vida comunitária, onde entretia as crianças da comunidade com os contos do velho Antônio. Uma das formas de comover a sociedade civil foi contar como as crianças Eva, Heriberto e Toñita tinham fugido com suas famílias para a montanha. Uma das casas destruídas pelo Exército Mexicano era a de Toñita. O velho Antônio não deixou de aparecer, mas seus contos começaram a ser narrados fora daquele cenário da comunidade e das crianças. Marcos começou a se mostrar mais solitário, muitas vezes se revelava conversando com seu “outro eu”, e reapareceu para ficar, e com grande destaque, outro dos seus personagens mais célebres: o escaravelho Durito. Como um Dom Quixote de la Mancha, Durito toma Marcos como seu escudeiro. E o personagem é também uma paródia do próprio Marcos, fumando cachimbo e exibindo um arrogante virtuosismo intelectual de esquerda. Através dele Marcos podia tanto fazer piadas com aspectos da sua própria personalidade, desconstruindo a sacralização ou o culto à sua

---

<sup>122</sup> Vale lembrar que muitos “Marcos” já haviam sido “descobertos” pelas forças de segurança, retirando a credibilidade sobre esta nova versão. Apenas com o passar dos anos foi se sedimentando a opinião de que esta

personalidade, como apresentar análises teóricas mais ousadas. É interessante notar como é através de Durito que Marcos inicia uma reflexão mais específica sobre o neoliberalismo. E Durito foi também o primeiro zapatista a ir até a capital do país, montado em uma tartaruga, naquele segundo ano de espetáculo da guerrilha: Marcos expressava por meio da ficção a renovação do objetivo de “avançar até a capital”, o que já tinha uma conotação cada vez mais simbólica e ligada à tática de manter a luta zapatista no plano das disputas nacionais. Na capital, por exemplo, o pequeno escaravelho não deixou de fazer críticas ao movimento sindical. Personagem cômico, Durito faz o papel do bufão<sup>123</sup> que tem licença para falar as ‘verdades’ que, ditas de outra maneira, poderiam suscitar reações indesejadas. Faz também o papel do militante romântico, o idealista incurável que apesar de todos os seus defeitos ganha o coração dos leitores. E se na sua aparição em 1994 Durito já simbolizava “os menores”, aqueles que poderiam ser esmagados pelas botas militares se não houvesse cuidado, agora Marcos se via na posição de escudeiro, seu subordinado e defensor (EZLN, 1995). Esta passagem é uma parte do comunicado assinado em 11 de março, na qual reaparece Durito após 11 meses da sua primeira e efêmera aparição:

“Ei, cuidado!

Não vi nada a princípio, mas me detive e esperei. Quase imediatamente começou a se mover uma folhinha e dela, saiu um escaravelho que começou a reclamar:

- Por que não presta atenção onde coloca suas botas? Esteve a ponto de me esmagar! – gritou.

(...)

- A verdade é que estamos recuando o governo lançou uma ofensiva contra nós...

- Você saiu correndo! - Disse Durito.

- Bem, sim, saí correndo e daí? – Disse incomodado mais comigo mesmo do que com ele.

Durito não insistiu. Ficou calado um bom instante. Só a fumaça dos dois cachimbos tendia sua ponte. Minutos depois disse:

- Parece que há algo mais que te incomoda, e não só a ‘retirada estratégica’.

- ‘Recuo’, ‘recuo estratégico’ – lhe corrigi. Durito esperou que eu continuasse:

---

“descoberta” era a definitiva.

<sup>123</sup> Sobre o papel do bufão como crítico do poder na política ver Balandier (1980).

- A verdade é que me incomoda que não estávamos preparados. E não estávamos preparados por minha culpa. Eu acreditei que o governo queria sim o diálogo e então tinha dado a ordem para que começassem as consultas para os delegados. Quando nos atacaram nós estávamos discutindo as condições do diálogo. Nos surpreenderam. Me surpreenderam... – disse com pena e coragem.

Durito continuava fumando, esperou que eu terminasse de lhe contar tudo o que tinha acontecido nos últimos dez dias. Quando terminei, Durito disse:

- Espere-me.

E se meteu debaixo de uma folhinha. Num instante saiu empurrando seu pequeno escritório. Depois buscou uma cadeirinha, se sentou, tirou uns papéis e começou a revisá-los com ar preocupado.

Mmmh, mmh – dizia a cada tanto de papéis que lia. Depois de um tempo exclamou:

- Aqui está!

- Aqui está o que? – perguntei intrigado.

- Não me interrompa! – disse sério e solene Durito. E agregou:

- Presta atenção. O seu problema é o mesmo que têm muitos. Se refere à doutrina econômica e social conhecida como ‘neoliberalismo’...

‘É o que me faltava... agora aulas de economia política’, pensei. Parece que Durito escutou o que eu pensava porque me deu uma bronca:

- Sssht! Essa não é uma aula qualquer! É a cátedra por excelência.

Me pareceu exagerado isso de ‘cátedra por excelência’, mas me dispus a escutá-lo. Durito continuou depois de alguns ‘mmmh, mmmh’.

- É um problema metateórico! Sim, vocês partem de que o ‘neoliberalismo’ é uma doutrina. E por ‘vocês’ me refiro aos que insistem em esquemas rígidos e quadrados como sua cabeça. Vocês pensam que o ‘neoliberalismo’ é uma doutrina do capitalismo para enfrentar as crises econômicas que o mesmo capitalismo atribui ao ‘populismo’. Certo?

Durito não me deixa responder.

- Claro que certo! Bem, acontece que o ‘neoliberalismo’ não é uma teoria para enfrentar ou explicar a crise. É a própria crise transformada em teoria e doutrina econômica! É dizer que o ‘neoliberalismo’ não tem a mínima coerência, não tem planos nem perspectiva histórica. Enfim, pura merda teórica...

- Que raro... nunca tinha escutado ou lido essa interpretação – disse com surpresa.

- Claro! Como que me acaba de me ocorrer neste instante! – disse com orgulho Durito.

- E isso que tem a ver com nossa fuga, perdão, com nosso recuo? – perguntei duvidando já de tão inovadora teoria.

- Ah! Ah! Elementar, meu querido Watson Sup! Não há planos, não há perspectivas, apenas i-m-p-r-o-v-i-s-a-ç-ã-o. O governo não tem constância: um dia somos ricos, outro dia somos pobres, um dia quer a paz, outro dia quer a guerra, um dia jejua, outro dia ataca, enfim. Entendeu? – me interroga Durito.

- Quase – eu titubeio e coço a cabeça.

- E então? – pergunto eu ao ver que Durito não continua com sua dissertação.

- Vai explodir. Pum! Como bexiga que se infla demais. Isso não tem futuro. Vamos ganhar – diz Durito enquanto guarda seus papéis.

- Vamos? – pergunto com malícia.

- Claro que ‘vamos’! Está claro que não poderão sem minha ajuda. Não, não tente consertar. Necessitam um superassessor. Já estou aprendendo francês, por aquilo da continuidade.

Eu fico calado. Não sei o que é pior: descobrir que nos governa a improvisação ou imaginar Durito de supersecretário de governo de um improvável governo de transição” (EZLN, 1995: 256-268).

O EZLN havia perdido o controle sobre o território que manteve desde janeiro de 1994 e isso era um indicador de fragilidade militar. Segundo Arturo Hernandez (notas de campo, Cruz del Rosario, 2/2/99), líder indígena não zapatista de uma comunidade que havia permanecido no interior do território rebelde, os zapatistas armados que guardavam a fronteira de seu território fugiram desesperados quando viram avançar os aparelhos de guerra das tropas oficiais. Seja como for, o esforço em evitar o derramamento de sangue era importante para o EZLN manter e continuar ampliando o seu prestígio político, e isso explica em parte que tivesse recuado e a ausência de resposta com fogo à ofensiva do governo. Mas a presença militar clandestina e sobretudo política nas comunidades de Chiapas continuaria a crescer. Num comunicado assinado em 24 de março, Marcos ressaltava como certos costumes do EZLN não haviam se perdido com a nova situação geográfica: contando sobre uma polêmica sobre o que fazer com uma imagem da Virgem de Guadalupe entre os habitantes deslocados de Guadalupe Tepeyac, Marcos assinalava a continuidade da

prática da assembléia nas comunidades acoissadas pelos militares (EZLN, 1995: 289-294). Além disso, a solidariedade e alianças com a sociedade civil haviam se revigorado, e ficava nítido que já tinham ganhado uma dimensão internacional importante. Esse fortalecimento do apoio internacional fez com que Marcos dirigisse um comunicado especialmente em agradecimento aos estrangeiros, mas o internacionalismo do EZLN ainda permanecia bem pouco amadurecido, e a solidariedade de outros países era interpretada em termos nacionalistas: assinado em 17 de março, dia de São Patrício, comparava o apoio internacional ao Batalhão de São Patrício que, formado por estrangeiros, ajudou a defender o México da invasão norte americana no século XIX (EZLN, 1995: 283-288).

A proposta de formação do MLN, porém, não vingou como se havia esperado. Segundo Avilés, os seus dirigentes eram os mesmo da CND que apenas parecia mudar de nome (Avilés & Minà, 1998). Num comunicado assinado em 15 de abril, em que Durito andava fazendo suas estripulias pelo Distrito Federal, Marcos também elaborou uma reflexão sobre a CND: partindo da crítica de que ela lutava mais consigo própria do que com seu inimigo – o sistema de partido de Estado- afirmava que o mais importante era a sua autonomia em relação ao EZLN e em relação ao sistema político-partidário, bem como o seu caráter amplo, plural e criativo, capaz de realizar “despropósitos” como o “o diálogo em meio aos tanques” e “campanhas humanitárias em meio a uma crise profunda” em defesa dos indígenas. Se a CND não fosse crescer muito, importava mais a qualidade do que a quantidade. E, como que profetizando o fim da CND, afirmava que se ela não fosse o “espaço amplo” para este movimento da sociedade civil, esta “construirá seus próprios espaços de encontro”. “Há que aprender muito todavia. Este país tem muito o que aprender sobre si mesmo” (EZLN, 1995: 314-322). Se a CND começava a fazer água, a solidariedade com os indígenas zapatistas se incrementava: em 19 de março a CONPAZ e o Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas anunciaram a instalação de nove Acampamentos Civis pela Paz na “zona de conflito”, como era chamada a área anteriormente controlada pelo EZLN. Até a finalização da obra de Condearena, os “acampamentos de paz” já chegavam a mais de 30 (Condearena, 1997: 120). Com a finalidade de criar escudos humanos e postos avançados de observação de direitos

humanos, com o tempo os acampamentos se tornaram também centros que serviam para atrair milhares de visitantes do país e do mundo e para irradiar informações sobre o zapatismo. O vigor do interesse da sociedade civil em manter laços a guerrilha se expressou, também, numa caravana com ONGs que, segundo Condearena (1997: 121), foi barrada pelo Exército no final de março ao tentar chegar em Guadalupe Tepeyac para reconstruir o Aguascalientes que ficava nesta comunidade. Por outro lado, o movimento indígena independente de Chiapas que havia se aproximado mais do EZLN por ocasião da radicalização pós-eleitoral e dos atos de desobediência civil, começou novamente a se afastar. A preocupação zapatista com sua projeção internacional e sobretudo nacional era, talvez, mais forte do que o interesse em manter e fortalecer esta aliança com outros movimentos indígenas de Chiapas.

Em 8 de março mais 3 mil indígenas chiapanecos haviam chegado na capital do país após uma caminhada de 1.100 km. e que durou 17 dias, numa jornada em que receberam várias atos de solidariedade, e que culminou com uma manifestação liderada por Amado Avendaño no *zócalo* da cidade do México para exigir a retirada das tropas oficiais (Condearena, 1997: 117, 120). Esta mobilização, em meio aos protestos da sociedade civil nacional e internacional, seria um dos últimos momentos de forte confluência entre os movimentos indígenas independentes e o EZLN. Harvey (1998: 225-226) afirma que em 1995 houve um recrudescimento da repressão aos movimentos indígenas de Chiapas. Em maio a Comissão Nacional de Direitos Humanos pediu a investigação sobre o assassinato de seis camponeses em 10 de janeiro no povoado de Chicomuselo. Um grupo de camponeses havia ocupado pacificamente a prefeitura, e foram expulsos violentamente pela polícia, com o apoio de *guardias blancas* e proprietários de terra locais. Além dos mortos muitos foram feridos. Entre abril e maio, houve mais desocupações violentas e mortes em Salto de Agua, Venustiano Carranza, Suchiate e Jaltenango. E em junho, três sacerdotes estrangeiros foram expulsos a pedido dos caciques locais. Nesse contexto a CEOIC-independente acabou aceitando negociar com Dante Delgado, representante do governo federal para os programas de desenvolvimento social em Chiapas. As negociações foram pouco frutíferas e os líderes denunciaram Delgado por impor

condições políticas, exigindo o alinhamento das comunidades com o EZLN ou com o governo para obter acesso aos recursos e apoio na solução das disputas agrárias. A militarização de áreas fora da zona de conflito tinha também o objetivo de intimidar os movimentos camponeses. Ativistas políticos e qualquer pessoa ligada a organizações comunitárias, como promotores de saúde, eram acusados de serem zapatistas.

Essas negociações também criaram tensões na AEDPCH, pois era colocada a questão da conveniência de aceitar negociações paralelas num contexto em que o EZLN estava sendo atacado, e precisava se fortalecer para as negociações com o governo. Dirigentes da CEOIC e da AEDPCH disseram que queriam coordenar suas lutas com o EZLN, mas não tiveram respostas às solicitações para um encontro com os comandantes da guerrilha. Além disso, os camponeses que estavam enfrentando desocupações violentas não podiam esperar até a assinatura de um acordo de paz entre o EZLN e o governo: o EZLN e a CEOIC tinham dinâmicas diferentes de luta. Por outro lado, o Governo Autônomo em Rebelião de Amado Avendaño vinha sofrendo golpes sucessivos. A imposição de Robledo havia feito com que dificilmente a o governo autônomo pudesse ser mais que um símbolo de resistência. E a situação piorou ainda mais com a ofensiva de fevereiro, quando o Exército começou a patrulhar não apenas as comunidades zapatistas como também as regiões autônomas pluriétnicas, o que encorajou ainda mais as hostilidades de latifundiários e suas *guardias blancas*. A luta de Avendaño por reconhecimento ao governo rebelde, com suas conferências nos EUA em busca de solidariedade internacional, não parecia apontar alguma solução. E como falharam as tentativas de coordenar suas lutas com o EZLN, a AEDPCH e a CEOIC aceitaram por voto majoritário negociar com Dante Delgado. A notícia foi apresentada ao EZLN como se fosse uma traição, e um comunicado condenatório de Marcos escrito em maio caiu mal entre as lideranças independentes. Essas relações não iriam melhorar (Harvey, 1998: 226-227).

Segundo *Janis* (entrevista, Chiapas, 4/1/99), o governo rebelde “não foi nada”: “nunca vi um programa de trabalho ou atividades governamentais”. A AEDPCH tinha um conselho de governo que nunca funcionou como tal. E por fim ela se dividiu, o governo de Avendaño se retirou da AEDPCH e ficaram apenas os

poucos dirigentes camponeses que sobraram. Quando começaram as negociações com Delgado, “um homem muito hábil e que não tinha exatamente uma história de trabalho muito limpa”, ela chegou a participar de duas assembléias para ver como estavam as coisas. Então se deu conta de que os dirigentes estavam tendo hotel, comida, e o tempo que passavam nas assembléias pagos pelo governo. Delgado atrasava para chegar, depois adiava os encontros, e então os dirigentes não tinham o que fazer e matavam o tempo em bares e parques. Isso para ela já era um grande desgaste, e ela achava que cedo ou tarde o movimento camponês iria terminar. Foi então que algumas pessoas, “no meu ponto de vista”, levaram informações deturpadas ao CCRI-CG, falando que a dirigência camponesa já tinha se rendido, se corrompido (em maio). “Eu considero que até esse momento ainda não tinha acontecido isso, e que isso poderia ter sido evitado se essas pessoas que se encarregaram de levar as intrigas não o tivessem feito. Se bem que alguns já haviam sido cooptados, havia muitos que ainda não tinham sido”. Outra tática de desgaste por parte do governo foi afirmar, no começo, que pela falta de recursos iria financiar um projeto por organização. “Houve muito descontentamento, discussão por um longo tempo e no final aceitaram. Quando aceitaram, a delegação governamental disse que não, que agora seriam 12.000 pesos por organização. Novamente as discussões, e então aceitaram. Aí a delegação governamental diz que agora são 6.000 pesos”. *Janis* conta ainda que certa vez interpelou uma pessoa da delegação governamental para questionar se não era ilógico gastar tanto dinheiro com a hospedagem dos dirigentes (chegaram a falar-lhe em 120 milhões de pesos mensais), e a resposta que ela escutou foi que “não, não é ilógico, é mais fácil controlá-los aqui, pois sabemos onde estão, do que permitir que voltem às suas comunidades para organizar as pessoas”. Esse processo de desgaste e cooptação durou quase 8 meses.

*Janis* (entrevista, Chiapas, 4/1/99) afirmou que o movimento camponês chegou a pedir para entrar nas negociações do EZLN e incluir aí suas demandas, mas este não quis, afirmando que eles é que tinham que dialogar e apenas lhes pediam apoio. “Além disso já haviam dirigentes que a essas alturas já tinham se vendido, e iriam bloquear os Diálogos de San Andrés”. E quando o grupo próximo a Avendaño levou as intrigas ao EZLN produziu-se uma ruptura entre este e os líderes

camponeses independentes. Uma das conseqüências disso foi a redução da presença em massa de indígena para fazer a segurança e como sinal de força nos diálogos de San Andrés, pois segundo *Janis* muitas vezes as bases do EZLN coincidem com as bases da CEOIC. “Pelo o que eu pude observar, o movimento camponês tinha demandas econômicas e o EZLN tinha demandas políticas, e creio que a partir daí não puderam chegar a um acordo e desde o começo se deu a falta de unidade”. Essa última observação desta dirigente de mulheres indígenas explica melhor a dificuldade em se consolidar esta aliança, pois coloca o problema estrutural que remonta às disputas entre o EZLN e os movimentos independentes ao menos desde o final dos anos 80. O EZLN, ao optar por colocar as demandas políticas nacionais no primeiro plano, pagava o preço de inviabilizar uma aliança com os movimentos que insistiam em privilegiar demandas econômicas, o que levava também a uma corrosão em suas próprias bases.

As condições para o diálogo do EZLN com o governo começaram a se concretizar em 3 de março, quando o Senado recebeu do executivo o projeto de Lei para o Diálogo e a Paz chiapaneca, que suspendia as ordens de prisão contra os dirigentes zapatistas por 30 dias, criava a Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA) formada por legisladores para conseguir um acordo entre o governo e o EZLN e criava a Comissão de Seguimento e Verificação que garantiria o seu cumprimento. Uma semana após o Senado aprovar a Lei, com 10 alterações em 8 artigos, Zedillo ordenou a retirada das tropas das comunidades para permitir a lenta volta dos mais de 26 mil deslocados. O EZLN queria que as negociações se dessem na cidade do México, mas acabou cedendo e aceitou um local em Chiapas. No dia nove de abril sete comandantes zapatistas se encontraram com a delegação governamental em San Miguel, numa zona controlada por mais de 12 mil soldados e com a presença vigilante de 500 indígenas e ativistas da sociedade civil. Após 12 horas assinaram o Protocolo de Bases para o Acordo de Concórdia e Pacificação e definiram a cabeceira do município de San Andrés Larrainzar como sede permanente das negociações (Condearena, 1997: 120-122).

Os cinco primeiros encontros em San Andrés, entre a delegações zapatistas, sem a presença do subcomandante Marcos, e a governamental, liderada por Marco

Antônio Bernal, foram muito pouco frutíferas. No dia 19 de abril chegaram nove comandantes do EZLN para o primeiro encontro, mas o diálogo só começou no dia seguinte, pois Bernal se recusou a dialogar enquanto não saíssem da cidade os sete mil indígenas que chegaram com os comandantes. A CONAI foi acusada pelo governo de mobilizar os fiéis católicos, o que foi respondido por Tacho, que criticou o racismo implícito de que os indígenas não fossem capazes de se mover sem que alguém lhes desse a mão. A concessão foi feita pelos zapatistas, os indígenas se retiraram, e criou-se a prática de formar três *cinturones de paz* ao redor do local das negociações: no primeiro encontro eles eram compostos por 260 soldados, 50 jovens da cruz vermelha e 150 homens e mulheres da sociedade civil a cada turno. No segundo encontro, que começou no dia 12 de maio, chegou ainda a haver um quarto cinturão, composto por centenas de indígenas da região. Neste apareceu também na delegação zapatista a comandante Trinidad representando “todas as mulheres mexicanas indígenas e não indígenas”, num tipo de gesto que repetia o surgimento da comandante Ramona nos diálogos de San Cristóbal de Las Casas. Entre um encontro e outro, uma pausa de quase um mês dava tempo para que a delegação zapatista consultasse suas bases sobre as negociações, mas esse mecanismo funcionava com dificuldade por causa da militarização crescente. Por ocasião do segundo encontro os zapatistas denunciaram que havia sido quase impossível realizar a primeira consulta, devido à presença das tropas governamentais. No terceiro encontro, realizado em 8 de junho, mais uma vez apareceu uma comandante mulher: Andrea. Por outro lado, como havia ocorrido em relação aos diálogos da Catedral, a delegação zapatista acusou a governamental de pedir sigilo sobre toda ou ao menos parte das negociações (Condearena, 1997: 122-125). O EZLN ia seguindo uma tática nessas negociações que poderíamos chamar de tática da ‘revelação’. Era preciso manter vivo o espetáculo, com novidades como a apresentação das comandantes femininas, denúncias sobre a atuação do governo, e detalhes sobre as discussões que levassem ao maior envolvimento possível da imprensa e da opinião pública. Isso caía bem diante de uma sociedade cansada da falta de transparência com que a política tradicionalmente se dava nas cúpulas governamentais e corporativas. O governo, porém, procurava ainda solucionar o impasse conjugando a força militar com sua

experiência em táticas de desgaste, cooptação, e procurando ofuscar a importância das negociações fosse através de uma maior discricção ou restringindo o conflito ao marco local.

O clima repressivo aumentava. Em 22 de junho houve a expulsão dos três sacerdotes estrangeiros<sup>124</sup> já mencionados por Harvey, que eram acusados de envolvimento com o EZLN e cujos nomes apareciam em uma lista com 2.725 pessoas de 47 municípios que sofriam a mesma acusação. Em 28 de junho, 17 camponeses de Guerrero que se locomoviam para uma manifestação foram emboscados por policiais judiciais em Aguas Blancas, por ordens do governador Rubén Figueroa, o que levou ao recrudescimento posterior das mobilizações populares e da repressão naquele estado. Até então as negociações de San Andrés haviam girado em torno a propostas infrutíferas de distensão militar. No quarto encontro, que começou no dia 4 de julho, o EZLN levou uma proposta de quinze mesas e seis plenárias sobre saúde, educação, terra, alimentação, trabalho, moradia, cultura, informação, liberdades políticas, liberdades democráticas, liberdade e democracia eleitoral, justiça, bom governo, direitos das mulheres e fim das hostilidades. Mas o governo preferia condensar os temas em menos blocos e se recusava a negociar temas políticos nacionais. No quinto encontro iniciado em 14 de julho o diálogo voltou à estaca zero, após duras trocas de acusações: a delegação zapatista acusava a governamental de fazer intimidações, ameaças e até tentar suborná-los, e esta retrucava que os indígenas eram mentirosos, insolentes e tolos. Bernal afirmou ainda que se o EZLN não queria resolver a problemática indígena, que deixasse isso com o governo, “temos já há vários meses um pacote econômico preparado”. A presença de uma comissão da CEM, por sua vez, dava a impressão de que havia o objetivo de mostrar que Ruiz não representava o conjunto de opiniões da Igreja (Condearena, 1997: 126-129).

O impasse nas negociações estava na diferença de cálculo das partes. O governo media a correlação de forças a partir das suas recentes prospecções militares, e tentava utilizar isso para desarmar o EZLN e incorpora-lo ao sistema político

---

<sup>124</sup> Eles eram Loren Riebe, dos EUA, Jorge Alberto Barón, argentino, e o vasco Rodolfo Izal (Condearena, 1997: 126).

institucional, sem se dispor a fazer concessões significativas. A guerrilha, por sua vez, percebia a vitalidade do seu carisma e apoio político e não poderia renunciar às demandas políticas nacionais que tinha privilegiado desde o levante, e que o governo se negava a debater. A sua tentativa de derrubar o governo e implantar um regime democrático através do impulso dado à organização e à mobilização civil, porém, foi um fracasso. O MLN nem mesmo chegou a existir de fato, assim como o governo estadual rebelde de Avendaño. E a CND sobrevivia às duras penas. Um ano e meio depois Avilés afirmou que a organização se autodestruíu por causa das brigas internas entre os grupos que tentavam ganhar o seu controle político (Avilés & Minà, 1998: 49).

Foi então que veio a público a guinada tática que colocou o EZLN numa fase de importantes êxitos políticos. No dia 8 de junho foi publicado o comunicado em que o CCRI-CG convocava a sociedade civil a realizar uma grande consulta nacional e internacional. Avaliando que a CND tinha fracassado em unir a “força social” que se manifestou para deter a guerra em 1994, devido à falta de “um programa e um plano de ação comum” que acabou fazendo com que o “horizonte eleitoral se convertesse em uma barreira para o desenvolvimento da CND”, ressaltava porém que a bandeira da luta civil e pacífica contra o sistema de partido de Estado continuava viva. Mais do que isso, via-se o surgimento de “frentes de massa, coordenadoras, associações civis, comitês cidadãos, alianças organizativas”. O EZLN ainda considerava necessária a união das forças emergentes e formação de uma grande frente política como o MLN, mas resolveu consultar a sociedade civil para tomar as suas decisões (EZLN, 1995: 360-364). As perguntas que foram apresentadas dariam uma enorme legitimidade nacional às demandas fundamentais do EZLN, à luta pela democracia, norteariam a guerrilha sobre os seus próximos passos em relação à articulação de uma nova organização política nacional e contavam já com a perspectiva de um futuro abandono definitivo das armas:

“1. Você concorda que as principais demandas do povo mexicano são: terra, moradia, trabalho, alimentação, saúde, educação, cultura, informação, independência, democracia, liberdade, justiça e paz?”

2. Devem as distintas forças democratizadoras unirem-se em uma ampla frente de oposição e lutar pelas treze demandas principais?

3. Deve ser feita uma reforma política profunda em termos que garantam: equidade, participação cidadã, incluídas a não partidárias e a não governamental, respeito ao voto, registro dos eleitores confiável e reconhecimento de todas as forças políticas nacionais, regionais ou locais?

4. Deve o EZLN converter-se em uma força política independente e nova?

5. Deve o EZLN unir-se a outras forças e organizações e formar uma nova organização política?” (EZLN, 1995: 363).

Após receber uma série de críticas o texto dessas perguntas recebeu alterações, mas o que fez realmente diferença foi a ampliação das treze demandas para dezesseis, incluindo-se a “segurança, combate à corrupção e defesa do meio ambiente”, bem como a inclusão de uma de uma sexta pergunta: “Deve-se garantir a participação equitativa das mulheres em todos os postos de representação e responsabilidade nos órgãos civis e no governo?”. Marcos esclareceu, porém, que a decisão de abandonar as armas não estava em consulta e que essa decisão cabia somente ao EZLN, e que não estava em questão a possibilidade de formação de um partido político, e sim se a nova organização não partidária seria independente ou seria formada através da aliança com organizações já existentes. A organização da consulta nacional foi realizada pela Aliança Cívica, que já tinha realizado duas consultas: uma contra o governo Salinas e outra sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento, que contaram com a participação de 600 mil e 300 mil pessoas, respectivamente. A CND ficou com a promoção e difusão da consulta nacional e com a organização da consulta internacional. E a participação foi espantosa. Cerca de 80 mil pessoas participaram das atividades de organização da consulta. No dia 27 de agosto, 1.088.094 pessoas votaram no México e 81 mil no exterior. O apoio às demandas do EZLN e à proposta de formação de uma frente foi esmagador, com porcentagens acima dos 90. A única questão polêmica foi a que colocou 52,6 % dos mexicanos ao lado da proposta de formação de uma organização independente e 48,7% favorável à aliança com outras organizações. Entre os estrangeiros, 65% apoiava uma organização independente. Em 13 de setembro foi a vez da consulta juvenil, que incluía mais 2 questões relativas à defesa da educação pública e gratuita,

da autonomia das instituições de ensino superior e da liberdade dos jovens na escola, e ao rechaço à redução da idade penal para os 16 anos. Participaram 200 mil jovens entre 12 e 17 anos, dos quais muitos participaram da organização da consulta junto com a Aliança Cívica, e os resultados foram semelhantes aos da consulta aos adultos, com a única diferença de que houve uma incidência maior da resposta “não sei” (Condearena, 1997: 129-133).

Após a Consulta os diálogos de San Andrés começaram a dar frutos. No sexto encontro, que começou no dia 5 de setembro, o EZLN e o governo concordaram em organizar o diálogo separando os temas em 4 mesas: “1. direito e cultura indígena”, “2. democracia e Justiça”, “3. bem estar e desenvolvimento” e “4. direitos da mulher em Chiapas”. Além disso, cada parte poderia levar convidados e assessores para participar das discussões. Os senadores e deputados da COCOPA, por sua vez, convidaram o EZLN a participar do Diálogo Nacional para a Reforma do Estado, em que os quatro partidos com representação no Congresso discutiriam as soluções para tirar o México da crise econômica e social em que se encontrava, e que nunca chegou a dar resultados, pois com frequência o PAN e o PRD se retiravam das discussões por causa do que consideravam uma atuação autoritária do PRI. No final do mês, Marcos reapareceu pela primeira vez em público desde a ofensiva do governo em fevereiro, numa reunião com integrantes da CONAI, da COCOPA e da sociedade civil, com a finalidade de dar uma resposta à Consulta e reunir-se com os legisladores. Foi quando respondeu à COCOPA que o EZLN não estava interessado em discutir com o governo e os partidos, pois isso já estava ocorrendo nos diálogos de San Andrés, mas que em contrapartida propunha dois níveis de diálogo: um em San Andrés e outro nacional, no qual participariam as organizações da sociedade civil, e para o qual se contava com a contribuição da COCOPA na organização, participação, e como elo que levasse os resultados para o governo e para os partidos. No sétimo encontro de San Andrés o governo e o EZLN acertaram as medidas de segurança para as reuniões da mesa “Direitos e Cultura Indígena”, que seria dividida em 6 grupos de discussão: “1. comunidade e autonomia: direitos indígenas”, “2. garantias de justiça”, “3. participação e representação política”, “4. situação, direitos e cultura da mulher indígena”, “5. acesso aos meios de comunicação” e “6. promoção e desenvolvimento

da cultura indígena”, dos quais o primeiro se realizaria em San Andrés e os outros cinco em San Cristóbal. E o EZLN apresentou uma lista com 106 nomes de convidados e assessores, entre os quais estavam intelectuais, indígenas de vinte etnias e os dezesseis supostos zapatistas presos. A primeira fase da mesa Direitos e Cultura Indígena, em que foram expostas e debatidas as propostas com a participação de 76 convidados e 59 assessores do EZLN e 95 convidados e 22 assessores do governo, começou no dia 18 de outubro. E a segunda fase, em que se procurou elaborar textos comuns, começou em 13 de novembro. Dessa vez o EZLN convocou a realização de um Fórum Nacional Indígena para reunir amplos setores da sociedade civil e debater os temas da mesa, antes que se chegasse a um acordo final com o governo (Condearena, 1997: 133-154).

Mas se o diálogo começava a caminhar, e o EZLN ia inventando novos mecanismos de participação para a sociedade civil, iam surgindo novos obstáculos e focos de tensão. Em 15 de outubro houve eleições em Chiapas, e tanto a guerrilha como a CONAI defenderam que este tema não se convertesse num obstáculo para os diálogos. Novamente houve fraude, mas a tática que o EZLN escolheu para essa eleição foi a chamada ao não comparecimento às urnas: a participação foi de 30% “em termos reais” e 40% segundo cifras oficiais, e o peso da orientação da guerrilha se refletiu na baixa votação que teve o PRD. Logo depois de ter se encerrado a primeira fase da mesa de Direitos e Cultura Indígena, o governo anunciou que tinha acabado de prender Fernando Yáñez, o suposto comandante *Germán*. Isso levou o EZLN a declarar alerta vermelho temendo uma nova “caça às bruxas”, e ele não reconheceu e nem desmentiu o pertencimento de Yáñez às suas filas. A COCOPA, o PRD e o PAN condenaram essa prisão. E quando começou a segunda fase da mesa Direitos e Cultura Indígena, ao mesmo tempo começava uma nova onda de repressão ao movimento camponês. Uma desocupação no município de Nicolás Ruiz, governada pelo PRD e cujos habitantes se diziam simpatizantes dos zapatistas deixou várias pessoas mortas, desaparecidas, feridas e detidas. No dia em que terminava a segunda mesa um confronto entre indígenas católicos e protestantes deixou seis mortos em Chamula, a menos de 15 kms de San Andrés. E no dia quatro de dezembro um novo encontro entre o EZLN e a COCOPA foi cancelado, por causa da

movimentação excessiva de tropas governamentais, acabando por se realizar dez dias mais tarde. Por outro lado, a sociedade civil começava também a tomar iniciativas em resposta à Consulta, e no começo de dezembro foi realizado em Tepoztlan, perto da cidade do México, o Encontro Nacional de Comitês de Diálogo em que cerca de 100 organizações discutiram a formação de uma Frente Ampla Opositora inspirada no EZLN (Condearena, 1997: 136-155).



## 16. A Palavra e o Silêncio

Segundo Avilés, governo Zedillo terminou seu primeiro ano de mandato com um saldo bastante negativo. Haviam quebrado neste período mais de 45 mil pequenas empresas, um milhão de pessoas ficaram desempregadas e os índices de criminalidade aumentavam nas principais cidades. Para compensar o “efeito tequila” da crise mexicana, os EUA articularam um empréstimo de 50 milhões de dólares, e para entregar os primeiros 10 milhões exigiu como garantia direitos sobre as exportações mexicanas de petróleo<sup>125</sup>. E o governo Clinton cobrou também a militarização dos estados de Guerrero, Oaxaca, Tabasco, Veracruz, Campeche, Puebla e as selvas do Golfo do México, onde havia um forte descontentamento social sobre um subsolo fértil (Avilés & Minà, 1998: 64-65).

Pouco antes do natal de 1995, o ministro do Interior Emilio Chuayffet, que havia substituído Moctezuma em junho, recebeu um informe que afirmava a construção por parte do EZLN de “quartéis ou edificações com aspecto aparente de base militar guerrilheira”, nas comunidades de Oventic, nos Altos de Chiapas, em La Realidad e La Garrucha, da Selva Lacandona e em Roberto Barrios, no Norte do estado. “Fotos aéreas demonstram que no suposto quartel de Oventic, os rebeldes colocaram uma enorme estrela vermelha de cinco pontas” (Avilés & Minà, 1998: 31-33). Durante os primeiros encontros do EZLN e o governo em San Andrés, a saída do Exército Mexicano e a reconstrução do Aguascalientes de Guadalupe Tepeyac, símbolo do envolvimento do EZLN com a sociedade civil, foi um ponto em que o governo se manteve intransigente, levando a guerrilha a prometer a construção de novos Aguascalientes. A construção dos Aguascalientes de Morelia, La Garrucha, La Realidad e Oventic, nos municípios de Altamirano, Ocosingo, Las Margaritas e San Andrés veio a público na segunda quinzena de dezembro, e se fez acompanhar pela construção de outros Aguascalientes pela sociedade civil em Tijuana, na fronteira com os EUA e na cidade do México (Condearena, 1997: 120-122). Os novos Aguascalientes em Chiapas demonstravam o forte empenho para fortalecer a dimensão política do conflito, a presença da sociedade civil em Chiapas e o diálogo

---

<sup>125</sup> A estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX) era um dos símbolos do nacionalismo histórico do país.

no interior da sociedade civil e entre esta e a guerrilha. Nos anos posteriores, a sociedade civil fundaria outros Aguascalientes não só no México mas também em outras partes do mundo.

Avilés, que procurou desvendar os bastidores da crise que se desatou no final de 1995, afirma que quando o Exército Mexicano destruiu o Aguascalientes de Tepeyac<sup>126</sup>, “os sociólogos do exército federal que analisaram roupas, livros, medicamentos tais como espermicida e outros indícios deste tipo” qualificaram Tepeyac como uma “base estratégica” conectada por “túneis subterrâneos à base de adestramento chamada Aguascalientes”, justificando assim a construção de um enorme acampamento militar no local. Quando em julho Chuayffet substituiu Moctezuma, encontrou este informe sobre o primeiro Aguascalientes e era com base nele que debatia nos bastidores governamentais a maneira de lidar com o novo problema. O ministro do Interior ligou para o mediador Samuel Ruiz, que por sua vez enviou um mensageiro a Marcos com um ultimato em que o governo exigia o abandono dos novos Aguascalientes em 24h ou estes seriam ocupados pela força ” (Avilés & Minà, 1998: 31-33).

Os novos Aguascalientes, que segundo Avilés já eram de domínio público desde novembro, mas foram detectados pelos serviços de segurança apenas no mês seguinte, tinham sido o resultado da decisão das comunidades zapatistas de renovar o esforço de uma solução pacífica que já tinha se manifestado na construção do Aguascalientes de Tepeyac e na Segunda Declaração da Selva Lacandona. Durante 1995, as comunidades zapatistas tinham tido reduzidas as suas extensões de terras plantadas por causa da presença militar, e só tinham sobrevivido graças à solidariedade nacional e internacional que enviou “toneladas de milho, feijão, roupas e medicamentos”. Diante disso as autoridades políticas do EZLN propuseram que as famílias zapatistas contribuíssem com seus membros mais fortes para a construção dos Aguascalientes, de maneira a retomar o combate ao PRI sem o derramamento de sangue. Os homens e mulheres maiores de 12 anos que participaram das consultas aceitaram a proposta, o que não significava apenas dizer “sim” ou “não”, mas o

---

<sup>126</sup> Carolina (notas de campo, cidade do México, 12/99) relata que os habitantes de Tepeyac, após a fuga para as montanhas, passaram a viver em La Realidad.

comprometimento com a doação de horas de duro trabalho para comunidades que estavam enfrentando uma difícil situação econômica” (Avilés & Minà, 1998: 43-49).

No dia 19 de dezembro um comboio militar se dirigiu a Oventic e foi detido pela manifestação de milhares de homens, mulheres e crianças indígenas, o que nos jornais apareceu como um “risco de uma intifada indígena”. Nos dias seguintes os protestos se intensificaram em Oventic, e em La Realidad os militares “assediam por terra e por ar mas não atacam: são impedidos por um punhado de jovens estrangeiros, que ante o perigo visível fundam o primeiro acampamento internacional pela paz”. A crise se intensificava, e o ministro do Interior estava sem o apoio dos generais, que não queriam respaldar o ultimato, do governador de Chiapas, que já se referia aos Aguascalientes como “centros culturais”, e Ruiz enviou dois poetas para tentar acalmá-lo. Chuayffet ficou mais irritado ainda quando em 26 de dezembro o EZLN convidou a sociedade civil a comemorar o segundo aniversário do levante nos novos Aguascalientes, mas uma situação nova fez com que Zedillo pedisse a Chuayffet o prolongamento dos diálogos: após um ano de grave crise econômica, manter a aparência de que a situação em Chiapas estava sob controle era necessário para manter calmos os mercados financeiros. Em 29 de dezembro, Chuayffet tentou encontrar uma solução para a crise com os legisladores da COCOPA. Ele já alimentava a estratégia de fortalecer a importância da COCOPA como instância mediadora, e com isso deslocar a CONAI que era considerada aliada do EZLN. Mas foi através dos poetas da CONAI que chegou a solução: os guerrilheiros propuseram tirar de Oventic a estrela de cinco pontas como sinal de paz e isso foi aceito por todos. “A COCOPA melhorou suas relações com dom Samuel, através dos poetas; o chefe da política interior se fortaleceu ante seus colegas. O Exército federal avançou com suas posições táticas em torno dos novos Aguascalientes, mas os grandes triunfadores da batalha foram os povos indígenas” (Avilés & Minà, 1998: 54-77).

Os Aguascalientes eram cenários bastante peculiares para o encontro com a sociedade civil, construídos com os antigos métodos que os maias usavam para construir suas pirâmides. Oventic tinha uma espécie de “praça de touros pensada como barco pirata em memória do primeiro teatro grego da Selva Lacandona de Guadalupe Tepeyac” como espaço público, doze dormitórios, um salão para teatro,

uma biblioteca, um museu e uma cozinha como nove fogões (Avilés & Minà, 1998: 58-59 e 77). Telmo Carrillo, um uruguaio que chegou a participar das atividades da sociedade civil mexicana durante os diálogos de San Andrés e nos encontros de 1996, afirmou que os Aguascalientes de Chiapas se tornaram permanentes pontos de encontro efervescentes de militantes do mundo inteiro (Telmo Carrillo, entrevista, Belém, 12/99). Segundo Avilés, que estava em Oventic, à zero hora e cinco minutos do primeiro dia de 1996 a multidão indígena que dançava já por duas noites seguidas se silenciou até que o comandante David disse que já podiam se abraçar: “já acabou o ano, algum dia tinha que acontecer”. E em seguida apareceram “jovens evocando o Exército Libertador do Sul, o de Zapata, armados, sim, mas com ferozes violões para saudar o ano novo cantando *Las mañanitas zapatistas*”, e depois a major Ana Maria, à frente de 26 comandantes do CCRI-CG começou a ler a Quarta Declaração da Selva Lacandona. Em La Realidad, cerca de 100 pessoas assistiam através de um vídeo Marcos lendo o mesmo documento, cena que se repetia nos outros Aguascalientes, menos em Morelia, ainda em construção, onde a Declaração foi escutada através de um gravador a pilhas que falhava várias vezes (Avilés & Minà, 1998: 77-79).

Uma das características mais marcantes da Quarta Declaração da Selva Lacandona, e expressiva da adoção definitiva da comunicação e da criação de mecanismos de participação como elementos centrais do plano estratégico do EZLN, é que nela abundam os recursos estilísticos poéticos. Se até então esses recursos apareciam de maneira dominante apenas em parte dos comunicados cotidianos, pela primeira vez dominaram o conteúdo de uma das declarações da Selva Lacandona, nas quais o EZLN lançava as orientações gerais dos seus planos estratégicos para a sociedade civil. Um plano estratégico político pode ser, ao invés de uma construção racional, uma poesia?

“Não morrerá a flor da palavra. Poderá morrer o rosto oculto de quem a nomeia hoje, mas a palavra que veio do fundo da história e da terra já não poderá ser arrancada pela soberba do poder.

Nós nascemos da noite. Nela vivemos. Morreremos nela. Mas a luz será *mañana* para os que são mais, para todos aqueles que hoje choram a noite, para quem hoje se nega

o dia, para quem é um presente a morte, para quem está proibida a vida. Para todos a luz. Para todos tudo. Para nós a dor e a angústia, para nós a alegre rebeldia, para nós o futuro negado, para nós a dignidade insurgida. Para nós nada.

(...)

Nosso sangue e a palavra nossa acenderam um fogo pequenino na montanha e o caminhamos rumo à casa do poder e do dinheiro. Irmãos e irmãs de outras raças e outras línguas, de outra cor e mesmo coração, protegeram nossa luz e nela beberam seus respectivos fogos.

Veio o poderoso a nos apagar com seu forte sopro, mas nossa luz cresceu em outras luzes. Sonha o rico em apagar a luz primeira. É inútil, há já muitas luzes e todas são primeiras.

Quer o soberbo apagar a rebeldia que sua ignorância localiza no amanhecer de 1994. Mas a rebeldia que hoje tem rosto moreno e língua verdadeira não nasceu agora. Antes falou com outras línguas e em outras terras. (...)

(...)

Por trabalhar nos matam, por viver nos matam. Não há lugar para nós no mundo do poder. Por lutar nos matarão, mas assim faremos um mundo onde caibamos todos e todos vivamos sem morte na palavra. Nos querem tirar a terra para que já não tenha solo nosso passo. Nos querem tirar a história para que no esquecimento morra nossa palavra. Não nos querem índios, mortos nos querem.

Para o poderoso nosso silêncio foi seu desejo. Calando morríamos, sem palavra não existíamos. Lutamos para falar contra o esquecimento, contra a morte, pela memória e pela vida. Lutamos pelo medo de morrer a morte do esquecimento.

Falando em seu coração índio, a Pátria segue digna e com memória” (EZLN, 1997: 80-81).

Assim começa a Quarta Declaração. Se na Primeira o EZLN tinha chamado a atenção através das armas e da disposição de morrer por uma causa, na Segunda colocou as armas em ritmo de espera para dar lugar à palavra, e na Terceira convocou uma ofensiva através de “todas as formas de luta”, a luta agora se resumia na caminhada da palavra. E essa expressão, “palavra”, se desdobrava em vários significados neste texto. Era o elo entre as lutas do passado e do presente, e entre os diversos povos e suas lutas em diferentes línguas, que através da palavra não morriam no esquecimento e também com ela começavam a construir “um mundo onde

caibamos todos”. Embora o EZLN não tivesse retirado a declaração de guerra de 1994, a ameaça de violência já não era praticada pela guerrilha desde março de 1995 e a única ameaça presente na nova declaração era a da já impossível morte da palavra. O texto fazia referência ao lobo mal que através do seu sopro tentava derrubar as casas dos três porquinhos para devorá-los, e comparava a palavra aos tijolos necessários para a construção de um novo mundo. O contexto mais próximo dessa declaração era a mesa de Direitos e Cultura Indígenas, e por isso os vários povos mencionados explicitamente nesta declaração eram os povos indígenas do México. Mas de maneira poética o EZLN colocou como seu objetivo mais importante não só um novo México, mas um novo mundo construído com os tijolos da palavra. E as ações propostas nesta Declaração indicavam que a construção deste novo mundo se fazia diretamente nos próprios meios da ação: os novos Aguascalientes, uma série de encontros, entre eles um encontro intercontinental, a formação da Frente Zapatista de Libertação Nacional e ainda a tentativa de dar vida ao Movimento de Libertação Nacional. Já não havia mais menção à CND, mas com base nos resultados da Consulta era anunciado com destaque a formação da FZLN, que se formaria a partir de comitês civis de diálogo: já haviam cerca de 200 em todo o país. A idéia era que fosse uma organização “de um novo tipo”, cujos membros não pudessem ter cargos políticos e que não tivesse como objetivo a busca do poder, mas que ajudasse a organizar as demandas sociais para que “o que manda mande obedecendo”, e que buscasse também a solução local dos problemas coletivos sem a intervenção do Estado, pois “não precisamos pedir permissão para ser livres”. Uma organização que lutasse contra a concentração das riquezas e do poder, e que se organizasse de baixo para cima, a partir dos comitês civis de diálogo, e que incorporasse vários níveis de participação e formas de luta. Com relação ao autoritarismo no México, o EZLN já não falava mais em governo de transição, mas ainda defendia o fim do regime de partido de Estado, a adoção de plebiscitos por parte do governo com relação a temas importantes e a realização de uma constituinte (EZLN, 1997: 79-89).

“Com a unidade organizada dos zapatistas civis e dos combatentes zapatistas na Frente Zapatista de Libertação Nacional, a luta iniciada em primeiro de janeiro de 1994 entrará em uma nova etapa. O EZLN não desaparece, mas seu esforço mais importante irá

pela luta política. Em seu tempo e condições, o EZLN participará diretamente na formação da Frente Zapatista de Libertação Nacional.

Hoje, primeiro de janeiro de 1996, o Exército Zapatista de Libertação Nacional assina esta *Quarta Declaração da Selva Lacandona*. Convidamos o povo do México a que a subscreva” (EZLN, 1997: 88).

De acordo com Avilés, a Declaração teve uma repercussão positiva em quase todos os setores da sociedade. Para os grupos mais reacionários o EZLN estava com medo, e para a esquerda tradicional era inconcebível a transformação social sem a busca do poder político. Mas o EZLN finalmente apontava para a possibilidade de se converter numa força política civil, e o governo reagiu afirmando que o importante é que tinham optado pela via pacífica. Mesmo assim, logo no dia 3, iniciou-se uma nova crise: Marcos anunciou que iria até San Cristóbal para participar do Fórum Nacional Indígena, que o EZLN promoveu com a proteção da COCOPA. O ministro do Interior, procurando enfraquecer o papel da CONAI, afirmou que os militares não queriam a presença de Marcos em San Cristóbal, pois sabia que Ruiz não tinha interlocução com eles. Dessa vez foi a COCOPA que conseguiu mediar a crise e Marcos atingiu seu objetivo. Além disso, por trás da facilidade com que se permitiu a ida de Marcos a San Cristóbal estava um outro objetivo que acabava de se desenhar nos bastidores do poder. Tinha acabado de se tornar público que o PIB mexicano tinha diminuído 7% em 1995, o governo precisava de alguma conquista política a qualquer custo após “13 meses contínuos de se fazer de ridículo” e como se aproximava a etapa final da mesa de Direitos e Cultura Indígenas ele resolveu chegar a um acordo com o EZLN a qualquer custo (Avilés & Minà, 1998: 81-85).

Condearena afirma que o Fórum Nacional Indígena, que começou no dia 3 de janeiro, tinha sido precedido por quinze reuniões preparatórias ou fóruns regionais até mesmo fora do país para reunir demandas e propostas. E contou com a participação de 490 pessoas, 178 organizações indígenas, representantes de 32 povos indígenas dos 56 existentes no país, embora quase metade das pessoas presente não fosse indígena. E estavam presentes 24 comandantes homens e mulheres do EZLN, além da CONAI e a COCOPA. Na “longa e desafortunada” plenária final foi aprovado um programa de ação que incluía a manutenção do Fórum em sessão permanente através

de mecanismos de ação comunal, regional, estatal, nacional e internacional, a aliança entre os indígenas e outros grupos sociais, a construção de uma rede de solidariedade e apoio, a realização de ações para deter a repressão e a militarização das comunidades indígenas, a criação de uma comissão especial entre a CONAI, a COCOPA e o EZLN para a libertação dos presos indígenas, a difusão das experiências de autonomia e a ampliação do Fórum para os outros povos indígenas. A formação de uma comissão de seguimento para colocar em prática esse plano de ação ficou pendente por causa dos desacordos sobre a sua composição, e por fim se decidiu que ela seria nomeada pelo EZLN. O encerramento, com um dia de atraso, contou com a presença de Marcos. Teve grande força a imagem dele entregando sua arma a Samuel Ruiz: sua presença sem arma era uma condição acordada para que ele pudesse estar presente, mas passou a simbolizar a escolha da via política. Os dirigentes do EZLN não deixaram de lembrar, porém, que o desarmamento da guerrilha ainda não estava em pauta e as armas eram mantidas para eventuais ações defensivas (Condearena, 1997: 161-164).

Dezessete dos comandantes que estavam no Fórum Nacional Indígena se dirigiram diretamente para San Andrés, onde começava a terceira fase da mesa de Direitos e Cultura Indígenas. Esta foi cansativa, longa, mas resultou em três documentos de consenso entre as delegações do governo e do EZLN. Sobre as mulheres indígenas, chegou-se apenas a uma série de propostas genéricas, “mais destinadas a cobrir o expediente no papel” do que em abrir a possibilidade de mudanças efetivas. Em relação ao âmbito de Chiapas, “foram propostas mudanças em doze artigos da Constituição chiapaneca, assim como nos códigos e leis orgânica, civil, penal e eleitoral; o reconhecimento do direito de livre autodeterminação e autonomia; a ampliação da participação e representação política com a possibilidade de criar municípios indígenas eleitos de acordo com os usos e costumes; com respeito ao acesso à justiça, a garantia de se poder usar a própria língua nas declarações e testemunhos assim como a nomeação de um intérprete”. Seria criada uma comissão para a reforma municipal integrada por deputados e representantes do EZLN e das comunidades, haveria a revisão da situação dos indígenas presos e se constituiria uma mesa agrária com a participação do EZLN. E, finalmente, os acordos nacionais: “1-

Reconhecer os povos indígenas na Constituição geral e promover o desenvolvimento da sua livre determinação; 2 – Ampliar a participação e representação política dos indígenas mediante o impulso de mudanças jurídicas e legislativas, favorecendo um novo federalismo; 3 – Garantir o acesso pleno à justiça, promovendo o reconhecimento por parte do direito mexicano das formas, tradições e costumes indígenas; 4 – Promover as manifestações culturais; 5- Assegurar a educação e a capacitação; 6 – Impulsionar a satisfação das necessidades básicas com uma política social de programas prioritários em alimentação, saúde e moradia; 7 – Motivar a produção e o emprego com estratégias de desenvolvimento provenientes do acordo entre os próprios indígenas; 8 – Proteção dos indígenas e migrantes em território nacional e internacional”. Esse documento tinha três limitações importantes: adiava a discussão sobre a reformulação do artigo 27 da Constituição que havia mercantilizado os *ejidos*, negava o “pluralismo jurídico” dentro do país e restringia o conceito de autonomia às comunidades e municípios (Condearena, 1997: 164-167). Segundo Harvey (1998), o fato de esses acordos terem deixado de fora a demanda por autonomia regional, para além das comunidades e municípios, seria um posterior elemento de atrito entre o movimento zapatista e movimentos indígenas. Condearena (1997: 167-174) afirma que a delegação zapatista se retirou para consultar as suas bases sobre os documentos. No dia 10 de fevereiro, em protesto à ofensiva do governo um ano antes, ocorreu a primeira marcha zapatista na Selva Lacandona que se dirigiu até Guadalupe Tepeyac, e no mesmo dia o EZLN começou uma série de reuniões com 30 assessores para planejar a participação do diálogo com o governo que começou no dia 13 de fevereiro. Veio a público então o resultado da consulta interna do EZLN, que rechaçava a falta de solução para as demandas a respeito do artigo 27, de autonomia regional e do “direito à informação, justiça e direitos políticos que foram especificadas nas fases 1 e 2 da mesa de Direitos e Cultura Indígena”. Por outro lado, 96% dos consultados aprovavam que fossem assinados os acordos “mínimos, os primeiros neste longo processo de construção de uma paz justa e digna”, que incluíam os documentos de consenso sobre as reformas para Chiapas e para o país.

Avilés afirma que em 16 de fevereiro de 1996, e apesar da hostilização das comunidades zapatistas pelo exército, foram assinados os Acordos de San Andrés. O maior êxito do EZLN tinha sido transformar uma negociação bilateral com o governo em um debate com a sociedade. A delegação governamental declarou que o diálogo tinha sido “o método mais eficaz para se alcançar ‘um acordo sobre o conceito de territorialidade indígena como forma de expressar uma singularidade e uma diferença, como forma de promover uma identidade e impulsionar as estratégias de um desenvolvimento próprio’”. E dois representantes do governo iniciaram em seguida uma séria de conferências, entrevistas e conversas privadas na Europa, para “projetar, pela primeira vez na história do México, o nome de Zedillo unido à idéia de êxito” (Avilés & Minà, 1998: 90-91). A guinada política do EZLN, porém, o afastou dos grupos de esquerda mais ortodoxos. Como relata Condearena (1997: 168-169), no dia 27 de janeiro ocorreu em Acapulco, no estado de Guerrero, o Terceiro Encontro pela Unidade e o Diálogo Nacional, que contou com a participação de 1500 delegados de 250 organizações de toda a República. Diante dos delegados foi lida uma carta de Marcos em que este dizia que um ano antes tinha proposto a criação de um Movimento de Libertação Nacional, e que este poderia ter qualquer nome desde que fosse amplo, unitário, sem uma burocracia pesada, mas que fosse flexível para incorporar uma grande diversidade de grupos e pessoas. Este encontro marcou, porém, a separação definitiva entre o EZLN (e a FZLN que estava começando a impulsionar) e a “chamada esquerda radical” que a partir dali deu marcha ao Frente Amplo para a Construção do Movimento de Libertação Nacional (FAC-MLN).

Na reunião intermediária em março para o começo dos trabalhos da segunda mesa, as diferenças com o governo ficaram patentes, pois o EZLN apresentou demandas que incluíam “uma ampla reforma político-eleitoral para todo o país, enquanto a parte governamental se concentrou, mais uma vez, só em questões chiapanecas e em iniciativas de participação cidadã e de justiça, sem maior incidência política ou eleitoral a nível nacional”. Sobre a formação de uma Comissão de Seguimento e Verificação para a aplicação dos primeiros acordos o EZLN queria a inclusão de representantes de ambas as partes, do governo e do congresso de Chiapas, de ONGs, da CONAI e da COCOPA, enquanto o governo aceitava apenas um

número reduzido de representantes diretos e que nenhum deles fossem “mascarados”. Embora se registrassem poucos avanços nas negociações, o EZLN aproveitou para realizar reuniões para acertar datas e lugares para encontros com a sociedade civil. Lançou três propostas importantes: o II Encontro Nacional de Comitês Cívicos de Diálogo, e a nomeação de 20 pessoas para a Comissão Especial de Promoção da Frente Zapatista de Libertação Nacional; a criação do Fórum Nacional Indígena Permanente que não se prenderia aos Acordos de San Andrés, cuja Comissão Nacional Promotora seria formada um representante de cada organização que participou do Fórum Nacional Indígena e se reuniria em Abril em algum Aguascalientes de Chiapas, e que seguiria os princípios de “servir e não servir-se”, “representar e não suplantar”, “construir e não destruir”, “obedecer e não mandar”, “propor e não impor”, “convencer e não vencer”, “baixar e não subir”; e a realização de um Fórum Continental contra o Neoliberalismo e pela Humanidade entre 3 e 8 de abril em La Realidad. Em 8 de março, milhares de mulheres indígenas realizaram uma marcha até San Cristóbal de Las Casas (Condearena, 1997: 175-181).

Avilés afirma que a mesa de Cultura e Direitos Indígenas era apenas a primeira de seis mesas, cuja última abordaria a distensão militar. Para a mesa de Democracia e Justiça o EZLN propôs uma lista com 500 assessores, dos quais cerca de 350 chegaram a participar (“muitos eram sumamente pobres, não tinham empregos, sobreviviam no setor mais difuso dos esquemas abstratos de Zedillo”), entre “dirigentes de partidos, homens disfarçados de super herói, médicos bruxos, advogados sindicalistas, vítimas da usura bancária, acupunturistas, coletivos de mulheres, de jovens, de vegetarianos, de homossexuais, de protetores do meio ambiente”. Toda uma diversidade de atores unidos contra o neoliberalismo e que reivindicavam, assim como os povos indígenas, o direito à diferença. Dessa vez, porém, o objetivo do governo era não fazer nenhuma concessão, enquanto negociava com os quatro partidos políticos nacionais uma modernização do sistema eleitoral “cuja credibilidade estava destruída”. Em maio o EZLN abandonou as negociações para exigir a libertação de Javier Elorriaga, que acabara de ser preso e em seguida foi solto através da mediação da COCOPA. E os cinco meses que duraram essas negociações foram infrutíferas, resumindo-se quase exclusivamente à troca de

acusações, queixas, insultos, ameaças e represálias entre as delegações negociadoras. Marcos, em compensação, aproveitou as circunstâncias para “articular uma vasta rede de contatos com organizações e personalidades do México e do mundo, e envolver com ela, como se fosse o casulo de uma borboleta, o embrião da FZLN” (Avilés & Minà, 1998: 91-94).

O Encontro Continental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo começou com um dia de atraso, e 4 de abril, por dificuldades com o transporte e porque um bloqueio do Instituto Nacional de Migração (INM) registrava os dados de todos os participantes. Eram mais de 300 pessoas de 82 organizações do Canadá, EUA, México, Guatemala, Costa Rica, Venezuela, Porto Rico, Equador, Brasil, Peru, Chile e Argentina. Com o eixo central de discutir a vida sob o neoliberalismo e as formas de luta foram organizadas cinco mesas sobre os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e sobre os povos indígenas, nas quais foram apresentados 74 documentos. Foram lidos comunicados de apoio de personalidades como Noam Chomsky, Rigoberta Manchu e Eduardo Galeano. E Marcos apresentou seu documento “pela Humanidade”, em que Durito discorria sobre o neoliberalismo. Os debates se mesclavam com atividades culturais de uma “mistura de culturas e músicas nunca vista nas montanhas do sudoeste mexicano (...) que recordaram às pessoas presentes a necessidade de intercalar teoria com prática, debates com música e tristezas com risos e alegrias”. Nas resoluções do encontro estavam o rechaço à reforma salinista do artigo 27, a exigência da libertação dos 18 supostos zapatistas presos e a convocação para o primeiro de maio de uma “jornada continental pela paz, o emprego e a democracia”, na qual se demandaria a redução da jornada de trabalho, a saída do Exército de Chiapas, a desmilitarização do continente, liberdade, democracia e justiça, a libertação de todos os presos políticos e a apresentação dos desaparecidos (Condearena, 1997: 186-196). Na cerimônia de encerramento o discurso do EZLN fez um apelo à solidariedade:

“A mensagem de inauguração satisfez uns e preocupou outros. A exposição de Durito incomodou alguns e a outros recordou que estes zapatistas têm aviões, helicópteros e tanques em cima, mas sabem rir e se vêm com humor no espelho. Porque nós pensamos que isto de fazer um mundo novo é uma coisa muito séria e, se não rirmos, vai sair de nós

um mundo tão quadrado que não vai haver maneira de se dar a volta ao outro lado... Não pedimos a vocês que tenham pena. Nós dizemos ‘já basta!’ à injustiça, à escravidão, à falta de democracia, mas também dizemos ‘já basta!’ à lástima.

Tão pouco pedimos que nos idealizem, que vejam em nós todas as virtudes que imaginaram ou que quiseram ver em um ser humano. Somos homens e mulheres como quaisquer outros, com nossas baixeiras e egoísmos, com nossas debilidades e desacertos. Não somos o homem e a mulher novos. O zapatismo não é um mundo novo. O zapatismo é um esforço, uma instituição, umas ganas de lutar por mudar tudo inclusive nós mesmos. Não pedimos a vocês que vejam em nós o que gostariam de ser ou o que supõem que deveriam ser. Apenas pedimos que não nos esqueçam. Apenas pedimos que levem La Realidad onde quer que forem, que a façam de vocês assim como ela é, com seus claros-escuros, com seus extremos, com suas insatisfações, com suas limitações, com esses reflexos que têm dessa realidade que não queremos e que nos tem feito rebeldes, mas também com suas esperanças, com essas que se consegue intuir apenas entre o calor e a lama. Pedimos a vocês que, onde quer que vão, defendam La Realidad como o que ela é, de vocês” (EZLN *em*: Condearena, 1997: 196-197).

Após a forte presença de organizações internacionais a tensão em Chiapas voltou. Em 13 de abril, 400 soldados passaram por Oventic sob o pretexto de uma ação contra o narcotráfico, colocando as bases zapatistas em estado de alarme. Na terceira semana de abril a situação voltou a se acalmar, pois os comandantes do EZLN receberam várias visitas ilustres: Régis Debray, Danielle Mitterrand e a banda vasca Negu Gorriak, que se somaram à iniciativa de Oliver Stone que esteve com o EZLN em março. Em cinco de maio estalou um conflito no município de Chilón, entre *guardias blancas* e grupos ligados ao PRI com apoio estatal e os habitantes ligados ao PRD que governavam o município, deixando um saldo de seis mortos, uma ferida, 25 casas e 6 veículos incendiados e o êxodo de centenas de camponeses que tiveram que abandonar suas casas e terras sob ameaça de morte. Mas a maior surpresa estava para acontecer não em Chiapas, mas em Guerrero. Em 28 de junho um ato político popular em Aguas Blancas para lembrar a matança de 17 ativistas indígenas que tinha ocorrido um anos antes foi interrompido pelo aparecimento de cerca de 100 homens e mulheres armados com fuzis Ak-47 e Ar15, mascarados e uniformizados com roupas verdes que traziam em vermelho a sigla do Exército

Popular Revolucionário (EPR). Leram um manifesto em que se afirmava que no México não havia um estado de direito, que a “violência institucionalizada” pela qual estavam passando era equivalente àquela enfrentada por Genaro Vázquez Rojas e Lucio Cabañas Barrientos, e que declarava a luta pela derrota do governo para “restituir a soberania popular e os direitos fundamentais do homem, exercendo o legítimo direito do povo a alterar ou modificar a forma do seu governo”, por políticas sociais e mudanças econômicas, por “relações justas com a comunidade internacional” e para o “castigo aos culpados da opressão política, repressão, corrupção, miséria, fome e crimes cometidos contra o povo”. E depois de lerem o mesmo manifesto na língua náhuatl, fizeram 17 salvas de tiro em homenagem aos camponeses assassinados um ano antes. O massacre, realizado a mando do então governador Rubén Figueroa, chegou a ser tema de um vídeo produzido pela Televisa cuja repercussão foi capaz de levar à queda do governador. Mas os outros responsáveis continuavam impunes. A aparição do EPR, porém, levou a uma militarização muito maior do estado de Guerrero, e os militares e policiais iniciaram operações repressivas que atingiam sobretudo ativistas sociais e políticos independentes e de partidos de oposição (Condearena, 1997: 197-210).

Em 30 de junho começou em San Cristóbal de Las Casas o Fórum para a reforma do Estado, que contou com a participação de cerca de 1150 pessoas de 29 estados mexicanos e 130 organizações, e com uma presença importante de políticos do PRD, entre eles Cárdenas. Os debates foram divididos em oito mesas: “1 - Para uma organização política de novo tipo [FZLN], 2 – Projeto econômico alternativo e as 16 demandas fundamentais do povo mexicano, 3 – Transição à democracia no México, 4 – Novo constituinte e nova constituição, 5 – Pela humanidade e contra o neoliberalismo, 6 – Novo pacto social, 7 – Cultura e meios de comunicação no trânsito à democracia, 8 – Justiça e direitos humanos no trânsito à democracia”. O EZLN aproveitou a ocasião para tentar selar alianças: no segundo dia do Fórum foi anunciado um acordo entre o PRD e EZLN para as eleições gerais de 1997 que “não significa que este participe com candidatos (...) mas impulsionar uma alternativa política para freiar o desenvolvimento do bipartidarismo de direita do país”, em referência ao PRI e ao crescimento do PAN. No entanto esta aliança foi desautorizada

pelo então presidente do PRD, Porfirio Muñoz Ledo, que afirmou que o assunto não tinha sido discutido pelo Comitê Executivo do Partido. No encerramento do Fórum Marcos anunciou um acordo com a Coordenadora Intersindical, de um milhão e meio de filiados, que consistia na organização de uma Consulta Nacional sobre Trabalho e Liberdade Sindical. E as principais propostas que resultaram do Fórum foram a transição à democracia, a formação de uma Frente Ampla Opositora (FAO), a convocação de uma nova constituinte, reformas eleitorais, o reconhecimento do referendo e do plebiscito, a inclusão de candidaturas independentes, a mudança do modelo econômico neoliberal e a continuidade dos trabalhos para a formação da FZLN. Javier Elorriaga já despontava como principal líder do zapatismo civil e já haviam se formado até então cerca de 400 comitês civis locais em todo o país com cerca de 5000 ativistas, embora apenas 136 comitês tenham participado do Fórum. No dia seguinte ao encerramento as propostas foram entregues à COCOPA (Condearena, 1997: 210-222).

Chiapas tinha se tornado um espaço que fervilhava em encontros políticos. Entre os dias 19 e 21 de julho o movimento El Barzón, que reunia mais de um milhão de “setores empresariais e camponeses, donas de casa e pequenos comerciantes” que tinham ficado endividados com a crise econômica de 1995, realizou um encontro no Aguascalientes de La Realidad com a presença de 300 delegados. E no final do encontro foi anunciado um acordo de apoio mútuo entre o movimento e o EZLN, e a organização de uma Consulta Nacional durante as eleições de 1997 sobre “modelo econômico, segurança pública, corrupção e impunidade, e código de bom governo”. Em 23 de julho reuniu-se o segundo Fórum Nacional Indígena Permanente no Aguascalientes de Oventic, que contou com 135 delegados de 44 organizações indígenas e 28 grupos “educativos, sociais e políticos”. Várias delegações não puderam chegar, o que levou os seus participantes a declarar que isso “confirma que pesem as declarações oficiais, as comunidades indígenas de praticamente todo o país vivem em estado de sítio” (Condearena, 1997: 225-227).

No dia 27 de julho começou o Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, que contou com a participação de mais de 3000 convidados de 42 países, e personalidades como Danielle Miterrand, Eduardo Galeano, Carlos

Mosiváis, Alain Touraine, Douglas Bravo, Pablo Gonzáles Casanova e Hugo Blanco. Após a abertura no Aguascalientes de Oventic, iniciaram-se os trabalhos em cinco mesas espalhadas pelos Aguascalientes zapatistas: em La Realidad o tema 1 era “que política temos e que política necessitamos”, com quatro grupos de discussão sobre “o poder global que todos padecemos - como se exerce e se reproduz a dominação”, “como se resiste ao poder global – formas de organização”, “que fazer com o passado, as ideologias, os muros que se levantaram com a caída do muro de Berlim” e “novas formas de fazer e dizer a política, inovações para as lutas no fim do século, o mandar obedecendo, os meios e os fins”; a mesa 2 em Roberto Barrios foi sobre “a questão econômica, histórias de horror”, e os 4 grupos de discussão versaram sobre “neoliberalismo: o poder financeiro e seus sicários, os indicadores macroeconômicos, formas de perverter a realidade”, “é possível uma alternativa ao sistema?”, “o progresso: a especulação como desenvolvimento, o negócio da guerra, do narcotráfico e da saúde” e “trabalho, ditadura do livre mercado, dívida, pobreza”; em Morelia a mesa 3 era sobre “todas as culturas para todos, e os meios [de comunicação] Das pintas ao ciberespaço”, e os 4 grupos se chamavam “a comunicação como caminho para a liberdade”, “educação e ciência com rosto humano”, “as artes e a criatividade como resistência: literatura, poesia, pintura, escultura, teatro, música e cinema, artes aplicadas” e “das culturas diversas à sociedade do espetáculo”; a mesa 4, em Oventic, abordou “que sociedade que não é civil?”, e os grupos debateram “sociedade civil organizada, que acontece com o sindicalismo, as ONGs, a autonomia, a autogestão, os movimentos urbanos e camponeses”, “a sociedade civil excluída: mulheres, homossexuais, soropositivos, toxicômanos, anciãos e crianças”, “a sociedade civil *versus* a máquina de morte: antimilitarismo e ecologia” e “repressão e resistência, as prisões e os manicômios, a luta pelos direitos humanos”; e a quinta mesa, em La Garrucha, era sobre “neste mundo cabem muitos mundos”, e os subtemas eram “a realidade como barbárie: autoritarismo, genocídio, etnocídio, guerra civil”, “novas e velhas identidades, os índios do mundo inteiro”, “muralhas dividem o planeta: migração e exílio” e “resistência e solidariedade, do local ao global” (Condearena, 1997: 227-231). A Segunda Declaração de La Realidad pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo,

documento final do encontro, convocava ativistas do mundo inteiro a formar uma “rede intercontinental de resistência”, para que as diversas lutas locais se apoiassem mutuamente e se interligassem através de canais de comunicação, mas sem uma estrutura organizativa, sem um centro diretor e nem decisório, sem direção e sem hierarquias. Convocava também a realização de uma consulta no mundo inteiro na primeira quinzena de dezembro para que outros subscrevessem esta Declaração e para assim difundir ainda mais a proposta, e anunciava um Segundo Encontro Intercontinental que ocorreria em algum lugar de Europa em 1997 (EZLN, 1997: 349-351).

Enquanto a criação de mecanismos de comunicação e participação pelo EZLN conseguia aglutinar amplos setores, os avanços eram nulos nos diálogos de San Andrés. E por outro lado o EPR começava a demonstrar uma força e amplitude maior do que se podia imaginar. Segundo Condearena (1997: 247-248), no dia 9 de agosto o EPR deu uma entrevista para a imprensa em que declarava a formação do Partido Democrático Popular Revolucionário, que se posicionava pela conquista do poder e contra um possível diálogo com o governo. E no final do mês o EPR realizou uma ofensiva com ações violentas nos estados de Tabasco, Guerrero, Guanajuato, Estado de México, Oaxaca e Chiapas. As mais violentas foram em Guerrero e Oaxaca, onde houve mais de uma dúzia de mortos e quase trinta feridos. Houve um forte impacto nos meios de comunicação, que salientaram que o governo tinha subestimado a nova guerrilha. E intensificou-se a militarização em mais de dez estados, levando ao aumento da repressão contra ativistas sociais que eram presos sob a acusação de envolvimento com a guerrilha.

No dia dois de setembro o EZLN anunciou que após uma consulta às comunidades se havia decidido romper as negociações com o governo. Em março, na primeira fase da mesa de Democracia e Justiça, a delegação governamental tinha adotado a tática de apenas escutar em silêncio e se negou a levar assessores e convidados ao diálogo. Na segunda fase esta delegação falou tão pouco que, quando se chegou na plenária da mesa, apenas o EZLN tinha feito pronunciamentos substantivos. As ofertas do governo mostravam que se pretendia “levar o zapatismo a uma rendição política incondicional”, e ainda não havia qualquer sinal de

cumprimento dos acordos da mesa 1 sobre Direitos e Cultura Indígenas. Por outro lado, o EZLN procurou explicitar que não tinha relações com o EPR. Este fez uma declaração em que afirmava que, se o EZLN deixasse o diálogo por algum motivo, receberia o seu apoio. E o EZLN respondeu com um comunicado em que dizia que não queria o apoio do EPR, destacando as diferenças entre as duas guerrilhas: o EZLN não lutava pelo poder e quando possível dialogaria com o governo (Condearena, 1997: 252-258).

Com a interrupção dos diálogos de San Andrés a capacidade de articulação do EZLN com a sociedade civil começou a se reduzir, mas em 1996 houve ainda mais um acontecimento espetacular, embora não violento. Condearena (1997: 258-266) relata que em 8 de outubro começou na cidade do México o Congresso Nacional Indígena (CNI), com a participação de 600 delegados, e que retomava a proposta de buscar uma nova relação entre o Estado e os povos indígenas sob o lema “nunca mais um México sem nós”. O governo não queria permitir que zapatistas mascarados saíssem de Chiapas, e o EZLN desafiou o governo enviando como representante a comandante Ramona, uma mulher baixinha e que sofria de uma doença em estado terminal. Marcos anunciou que enviava “a arma mais beligerante, mais agressiva, mais intransigente e que representa o nosso maior sinal de guerra”. Mais de 3000 pessoas se mobilizaram em turnos de vigiância para impedir que ela fosse presa. Após o encerramento do CNI, que se tornou uma organização permanente para a luta dos povos indígenas, realizou-se uma grande manifestação nas ruas da capital com a participação de Ramona. Ela simbolizava o rompimento do cerco militar.

De acordo com Avilés, o EZLN se retirou da mesa de negociações porque paralelamente o governo chegou a um acordo de reforma eleitoral com os partidos políticos, e não estava disposto a aceitar a criação de mecanismos de participação como o referendo, o plebiscito e as candidaturas independentes: “os partidos, coordenados pelo governo, decidem uma reforma que obrigará a sociedade a fazer política unicamente dentro dos partidos” (Avilés & Minà, 1998: 107-109). Na imprensa começou uma nova ofensiva de opinião contra Samuel Ruiz, e a COCOPA despontava mais uma vez como única mediadora possível. Após restabelecer contato com a guerrilha, e num contexto de pesada pressão militar em Chiapas, a Comissão

de legisladores propôs ao EZLN uma nova versão dos Acordos de San Andrés (da mesa 1) para que fosse levada ao Congresso para uma reforma constitucional. O EZLN aceitou a proposta, mas o governo não. No começo de 1997, este apresentou uma nova versão que esvaziava o conteúdo negociado no ano anterior. Nunca mais se restabeleceu o diálogo com o governo (Avilés & Minà, 1998).

Com o fim das negociações, e cercado em Chiapas, o EZLN teve reduzida a sua capacidade de articulação política com a sociedade civil. Além do isolamento geográfico e militar, o fracasso da mesa de 2 mostrou que o EZLN talvez não fosse capaz de forçar o governo a fazer concessões às demandas levantadas com os movimentos sociais como parecia ter conseguido ao chegar aos acordos sobre Cultura e Direitos Indígenas. Com isso houve ainda mais algumas mudanças na estratégia do EZLN: a sucessão frenética de encontros e comunicados deu lugar à alternância entre períodos em que o EZLN se manteve em silêncio e outros em que voltava a lançar comunicados, e passou a se concentrar na organização de alguns poucos eventos, porém cada vez mais espetaculares. Em 1997, organizou a marcha motorizada que levou 1111 zapatistas à cidade do México para participar do congresso de fundação da FZLN. Na Espanha, as redes e comitês de solidariedade ao EZLN organizaram o II Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo. Em 1999 realizou-se a segunda grande consulta nacional, que contou com a saída de 5 mil zapatistas para visitar e dialogar com a sociedade civil em todas as partes do país. Nesta consulta perguntava-se para os cidadãos se estavam de acordo com o cumprimento dos Acordos de San Andrés, e se desejavam a desmilitarização de Chiapas. Dessa vez participaram mais de 3 milhões de pessoas respaldando os zapatistas. Em relação ao governo o EZLN tinha afunilado as suas exigências, mas mesmo assim não se chegou a um acordo ou ao menos a uma retomada das negociações. Para anunciar a sua segunda grande consulta o EZLN lançou a Quinta Declaração da Selva Lacandona em 1998, que foi também a última. De certa forma esta declaração apenas complementava a Quarta, pois as mudanças mais importantes nos padrões das práticas, formas de organização e discursos do zapatismo, que a essa altura já incluíam vastas redes de comunicação e solidariedade, já estavam dadas em 1996 e a Quarta Declaração já tinha colocado a opção pela via política. Uma

novidade estava na desistência de formar um zapatismo civil unificado em uma única organização, pois o EZLN procurava um leque de alianças o mais amplo possível e a diversidade ideológica, política e social dos seus simpatizantes era grande demais. Nota-se isso no fato de que, na Quinta Declaração, ao invés de se mencionar a FZLN comenta-se sobre as “pontes” que o EZLN estabeleceu com os mais variados grupos, as amplas redes de comunicação e solidariedade que o zapatismo teria ajudado a criar ao redor do mundo e um movimento cultural recente na luta por um mundo novo. Em relação ao governo, assumia o cumprimento dos Acordos de San Andrés da versão elaborada pela COCOPA e a desmilitarização como suas principais demandas. E de maneira poética, se referia ao silêncio como complemento da palavra. A Quinta Declaração afirmava que se após o levante o EZLN tinha transformado a palavra em arma, depois a arma foi o silêncio:

“Vimos que o nosso silêncio foi escudo e espada que feriu e desgastou o que quer a guerra e a guerra impõe. Vimos que o nosso silêncio fez resvalar uma e outra vez um poder que simula a paz e bom governo, e cuja poderosa máquina de morte uma e outra vez se estatelou contra o silencioso muro da nossa resistência. Vimos que em cada novo ataque menos ganhava e mais perdia. Vimos que não lutando lutávamos.

E vimos também que a vontade de paz também calando se afirma, se mostra e convence” (EZLN *em*: [www.ezln.org](http://www.ezln.org)).

Com a consulta, o EZLN se dirigia a todos para pedir que falassem: outra vez era o momento da palavra.

## (In)conclusões: Os Paradoxos do EZLN

De acordo com Castañeda (1995: 105-106), no México dos anos 70 havia “condições maduras para o surgimento de um movimento armado importante”: estudantes radicalizados, camponeses empobrecidos, um governo repressivo, o começo de uma contração econômica, a tradição revolucionária, uma cultura da violência e falta de alternativas. Não havia para as guerrilhas deste país, no entanto, uma outra condição indispensável para o êxito da luta armada na América Latina: o apoio externo que normalmente era Cuba que oferecia.

O isolamento peculiar que sofria a guerrilha no México, ao lado das outras “condições maduras” apontadas por Castañeda, contribuíram para o surgimento de uma luta armada original. Em circunstâncias que dificultavam a obtenção de armamentos, treinamentos, e qualquer tipo de apoio, as FLN lograram sobreviver através da ênfase no “trabalho político”. Com um plano estratégico de preparação lenta para uma revolução, podiam evitar as outras formas clássicas de obtenção de recursos por guerrilhas, tais como seqüestros e assaltos, e não realizavam ações de propaganda armada que também poderiam ter atraído o esforço de aniquilação do Estado. Ao contrário da maior parte dos grupos armados dos anos 60 e 70, conseguiram escapar à repressão, não sem sofrer importantes baixas.

A ênfase no trabalho político, por sua vez, teve implicações importantes na estratégia tomada na acepção elaborada para esta dissertação: padrões da prática, da organização e do discurso que estão relacionados à sobrevivência e aos objetivos do movimento. Embora esta guerrilha estivesse organizada de maneira hierárquica e de acordo com preceitos militares, desde o princípio não se tratava de uma hierarquia rígida, já que as práticas cotidianas eram sobretudo políticas, e também por ela depender dos seus próprios militantes para prover-se de todos os recursos. O principal fator de poder entre os seus membros era a diferença de preparo intelectual entre uma direção formada por intelectuais e profissionais liberais de um lado, e de outro operários e camponeses que recebiam uma intensa e secreta formação política e militar. O que garantia a unidade hierárquica e o segredo eram os rituais de passagem e a possibilidade de ascensão progressiva nos vários graus de inserção para dentro e

para cima nesta sociedade secreta. Para operários e camponeses, era também a oportunidade para receber instruções com professores das melhores universidades do país. O isolamento, a composição encabeçada por intelectuais bastante inspirados na história mexicana e a instalação de aparelhos em lugares remotos como Chiapas, tornou possível o caráter heterodoxo de uma ideologia menos agarrada às teorias consagradas do que à reflexão sobre a história e mais permeável às influências culturais dos seus recrutas operários e camponeses.

Essa adaptação ao contexto peculiar da luta armada no México dos anos 60 e 70 não levou à revolução que os primeiros militantes imaginavam. E na maior parte do país não levou a êxitos organizativos importantes: apenas o órgão instalado em Chiapas cresceu e se desenvolveu, o EZLN.

No oriente do estado de Chiapas, fronteira agrícola, onde os serviços públicos e a incorporação nas estruturas corporativas do Estado pós-revolucionário não haviam chegado antes que o regime começasse a entrar em crise, a diocese de San Cristóbal de Las Casas de Samuel Ruiz, ligada à teologia da libertação, começara nos anos 70 a voltar as suas atividades para o atendimento das populações indígenas que migravam aos milhares formando novas comunidades na Selva Lacandona. A Igreja atraía e facilitava a entrada de laicos e religiosos que desenvolvessem trabalhos sociais e ajudassem os indígenas a organizar movimentos sociais que combatessem as carências que enfrentavam. A formação de milhares de catequistas indígenas, originalmente planejada para impedir a penetração das religiões protestantes, se tornou o principal acesso à educação para essas comunidades e ampliava a influência da Igreja. Esta substituíra naquela região o papel formal do Estado que, em Chiapas, estava intimamente imbricado com uma das elites regionais mais conservadoras e racistas do país. A Igreja era a principal intermediária entre as comunidades e o mundo exterior, num contexto em que estas enfrentavam o conflito cada vez mais intenso com as elites chiapanecas, formadas por grandes e médios proprietários que também avançavam sobre as terras da fronteira agrícola até que elas se esgotaram no final dos anos 80, por comerciantes que chegavam a usar a força para manter o monopólio das intermediações comerciais, funcionários e burocratas muitas vezes

corruptos e a política de desenvolvimento oficial de Chiapas que desde o século XIX esteve voltada para uma modernização com base nas grandes propriedades privadas.

A Igreja contribuiu para a reestruturação política das comunidades que iam se formando na Selva, que passaram a assumir formas de organização independentes em relação às práticas clientelistas do regime pós-revolucionário. O sistema corporativo tinha levado à formação dos *caciques*, elites políticas e econômicas no interior das comunidades tradicionais e cujo poder dependia não mais das relações sociais comunitárias, mas da inserção nas estruturas corporativas do regime. E as novas comunidades independentes, com o auxílio de laicos e religiosos que chegavam de outras partes do país e do mundo, puderam formar vigorosos movimentos sociais nos anos 70. Mas ao contrário do que ocorreu com o município de Mazatlán Villa de Flores de Oaxaca, onde apesar da violência dos caciques locais e regionais não se mencionou a presença de disputa por terras ou de latifundiários, e onde a mobilização pacífica foi capaz de alcançar, aos poucos, o atendimento de demandas políticas e econômicas no contexto da luta pela democracia dos anos 90, os movimentos independentes de Chiapas foram enfrentando condições cada vez mais adversas nos anos 70 e 80. Estavam muito mais isolados do centro político do país, enfrentavam a redução progressiva das políticas sociais com o começo das políticas neoliberais em 1982, sobretudo após a eleição de Salinas em 1988, e se deparavam com o aumento da repressão com as *guardias blancas* e a militarização do estado justificada pela proximidade da guerrilha guatemalteca.

A entrada das FLN e outros grupos de esquerda na Selva Lacandona foi facilitada pela Igreja e, diante da repressão crescente, a oferta de treinamento para a autodefesa das comunidades foi o que permitiu as FLN passarem do recrutamento individual para a tomada de comunidades inteiras que começavam a constituir o exército popular que se havia planejado sob a sigla EZLN. A massificação da guerrilha levou à sua primeira grande transformação: o envolvimento das comunidades seria impossível sem que fossem absorvidos os padrões das práticas políticas que vinham se estabelecendo nas comunidades da Selva e nos movimentos independentes desde os anos 70. E o fato de ser uma guerrilha que não apenas treinava para a guerra, mas que no dia a dia priorizava o trabalho político, garantiu

que a sua hierarquia fosse suficientemente frouxa para estender-se para o interior das comunidades ao mesmo tempo em que começava a absorver as suas práticas políticas. Além disso, se originalmente as FLN dependiam dos seus militantes para se prover de recursos, o seu órgão chamado EZLN dependia quase inteiramente das comunidades, primeiro para que deixassem passar os suprimentos e mantivessem o segredo sobre a sua presença, e depois para abastecer diretamente com alimentos os acampamentos em que já havia dezenas e depois centenas de guerrilheiros profissionais. Estes formavam o topo da hierarquia militar, se dedicavam todos os dias à preparação militar e ao proselitismo político, e treinavam a população civil para compor as bases do exército popular.

Para as comunidades o projeto de formação de um exército popular era desconhecido, e tratava-se da preparação para a autodefesa e da formação de um exército das comunidades. Por outro lado, o rígido e intenso processo de formação política pelo qual passaram os primeiros quadros do EZLN e que garantia uma hierarquia baseada no grau de envolvimento, capacitação e conhecimento dos segredos da guerrilha não poderia ser aplicado em grande escala, o que era mais um fator de afrouxamento dos aspectos verticais da organização. Na medida em que se ampliava o trabalho de proselitismo e recrutamento nas comunidades, esse trabalho passou a depender cada vez mais dos quadros indígenas e do seu discurso cada vez mais marcado pela cultura indígena. Como intermediárias entre as comunidades e a cúpula das FLN, as lideranças indígenas haviam se tornado um poder real dentro de uma guerrilha cujas ramificações urbanas e em outras partes do país não haviam prosperado.

Na virada para os anos 90 vários fatores começaram a contribuir para deteriorar a importância dos saberes revolucionários da elite das FLN e a força da hierarquia em que se inscrevia o EZLN. A crise do socialismo real no mundo e o avanço dos ideais democráticos no país levaram ao desânimo ou à prudência e enfraqueceram as ramificações urbanas e as células em outras partes do país que não haviam conseguido se desenvolver como o EZLN. Em Chiapas a guerrilha começou a ter que lidar com a competição com a Igreja, que a havia protegido, e os movimentos independentes no interior dos quais tinha crescido, pois entre eles se fortalecia a luta

democrática e eleitoral e porque o crescimento do EZLN levou à disputa política por áreas de influência. E esta concorrência obrigou o EZLN a começar a incorporar os valores democráticos necessários para enfrentar os tradicionais aliados que começavam a se afastar em nome desses valores. Por outro lado era necessário apressar os preparativos para uma guerra, pois tanto o contexto internacional como o nacional pareciam cada vez mais desfavoráveis, era cada vez maior o risco de que um EZLN de grandes proporções fosse detectado e aniquilado antes de começar a sua luta, e era preciso corresponder às expectativas das lideranças e comunidades mais engajadas e conhecedoras dos objetivos da guerrilha que vinham dedicando tanto esforço para uma revolução que nunca chegava. Para as comunidades indígenas isoladas em Chiapas e frustradas na expectativa alimentada por décadas de reforma agrária oficial e que chegava ao fim com a reforma constitucional de 1992, a queda do socialismo real significava nada ou quase nada. A consulta às comunidades zapatistas sobre o início de um levante foi articulada por Marcos e pelas lideranças indígenas, que estavam afinadas com ele, e levou a um enfraquecimento ainda maior da autoridade das FLN sobre o EZLN.

Talvez a fase de preparação para o levante tenha sido aquela em que o EZLN tenha sido, de fato, mais autoritário em suas relações internas e com as comunidades sob a sua influência, já que por definição um esforço de guerra leva ao fortalecimento dos aspectos militares de uma organização. A mobilização para o levante serviu, num primeiro momento, para tornar possível as mudanças formais na estrutura da guerrilha que impediam Marcos e as lideranças indígenas, com as quais estava bem afinado, de exercer livremente no EZLN o poder que já estava em suas mãos. Ao mesmo tempo, porém, essas mesmas estruturas formais começavam a assumir feições mais participativas, mudança que garantiu o lastro de legitimidade necessário para garantir a coesão das comunidades num esforço de guerra.

Os aspectos democráticos do EZLN foram um trunfo fundamental para conquistar a simpatia de grande parte da sociedade civil a partir de janeiro de 1994. O subcomandante Marcos, cujo pensamento político sofreu a influência de cerca de 10 anos de vivência na Selva e na vida comunitária das comunidades, foi provavelmente um dos poucos capazes de prever a importância que teriam os valores democráticos e

étnicos na tentativa de se estabelecer uma aliança com a sociedade civil durante o levante, pois os documentos das FLN de 1993 ainda eram fortemente ortodoxos. Embora a Primeira Declaração da Selva Lacandona, redigida antes do levante, colocasse em primeiro plano um projeto ainda marcado pelo tom revolucionário clássico, nos primeiros comunicados de Marcos e do CCRI-CG os dirigentes do EZLN se mostravam definitivamente à vontade<sup>127</sup> para propor valores democráticos radicais e marcados pela cultura indígena, através de um discurso cujas raízes remontam àquele formado no proselitismo das lideranças indígenas do EZLN nas comunidades. Os aspectos de um discurso calcado em valores morais e voltado para as comunidades, se somaram aos recursos estilísticos literários ocidentais utilizados por Marcos para atingir a sociedade civil: menos a literatura científica do que a poesia e a prosa. Quase não sobrou nada dos tradicionais discursos da esquerda revolucionária, embora os valores dos mais variados segmentos progressistas e populares fossem contemplados. E o discurso evocava também o tradicionalmente forte nacionalismo mexicano e os símbolos de uma nação que Estado vinha trocando por um discurso modernizador neoliberal.

Os aspectos da conjuntura que contribuíram para o êxito do EZLN em seduzir a opinião pública e começar a estabelecer vínculos com a sociedade civil foram tantos que certamente não foram previstos por viva alma: a deterioração das condições de vida da população, especialmente no campo, na medida em que o Estado foi abandonando as políticas sociais que remontam especialmente ao cardenismo dos anos 30 e o novo populismo dos anos 70, e que eram uma das grandes marcas do regime pós-revolucionário; o aumento do autoritarismo com a crise dos modelos político e econômico pós-revolucionários, com o enfraquecimento do controle corporativo e o aumento da violência política e das fraudes eleitorais; o processo de organização independente da sociedade civil e da esquerda democrática, que eram fustigadas por fraudes eleitorais e assassinatos políticos, estavam desmotivadas com o êxito de propaganda do governo Salinas que prometia a entrada do México no

---

<sup>127</sup> É uma questão no mínimo curiosa saber o que aconteceu com as FLN após o levante. Talvez dados como esse já estejam começando a ser revelados, mas na bibliografia e pesquisas de campo utilizadas nesta dissertação não foi possível encontrar elementos sobre este tema, a não ser o destino de um ou outro personagem.

primeiro mundo através do TLC, e que viram no tema do levante uma brecha por onde fazer avançar a contestação do autoritarismo e do modelo econômico neoliberal; a existência de ONGs em Chiapas, particularmente as de direitos humanos, que já conectavam o estado ao país e ao mundo em grande parte graças à atuação da Igreja, e que foram o embrião dos intercâmbios políticos e de informação intensos que se desenvolveriam entre as comunidades zapatistas e a sociedade civil nacional e internacional a partir do levante; o envelhecimento dos símbolos e discursos de esquerda que foram particularmente fortes até os anos 70 e o refluxo da esquerda no mundo após a queda do socialismo real, contexto no qual o EZLN trazia novos símbolos e uma energia renovada; a presença das modernas tecnologias de comunicação à disposição, senão do EZLN isolado nas comunidades e montanhas, da grande imprensa que encontrou um excelente produto para os seus consumidores, e da sociedade civil que passou a fazer amplo uso da *internet* e outras formas de comunicação alternativa para fazer circular discursos, imagens, sons, e inventar novas formas de debate e articulação política; e os aspectos lúdicos da guerrilha que a tornavam um tema com maior capacidade de penetração nos meios de comunicação grandes e pequenos.

O levante nos primeiros dias teve um efeito em cascata de ações violentas, que chegaram a atingir até embaixadas mexicanas no exterior. Mas o efeito que determinou o rumo dos acontecimentos foi a mobilização em massa nas principais cidades do país pedindo paz e renovando as demandas por democracia e justiça social. O então presidente Salinas, preocupado com as fissuras que começavam a se dar na imagem pomposa que o país vinha mantendo, abriu a possibilidade para que se instalasse a trégua e tivessem início as negociações com a guerrilha, facilitadas também graças ao papel mediador e de luta pela paz que assumiu o bispo Samuel Ruiz. O EZLN, cujo plano estratégico era realizar uma ação armada suficientemente impressionante para alcançar êxitos de propaganda e forçar a queda do regime autoritário, aproveitou as circunstâncias para começar a se aproximar da sociedade civil, cuja presença em San Cristóbal foi organizada pelas ONGs de Chiapas. Ao mesmo tempo, teve uma política de comunicação ativa, procurando criar boas relações com alguns dos principais jornais de circulação nacional, fornecendo

comunicados e eventos cuja difusão chegou a aumentar as vendas dos jornais, e procurando impedir o trabalho da Televisa, cuja cobertura era francamente desfavorável à guerrilha. A possibilidade que se abriu para o EZLN de se aliar com uma sociedade civil contrária à luta armada, e os êxitos que começou a colher com sua política de comunicação, levaram a guerrilha a uma nova etapa na lenta transformação da sua estratégia.

No decorrer de 1994 a estratégia do EZLN passou a se compor de uma aliança mais ou menos tácita com vários setores da sociedade civil, que se via majoritariamente na posição de mediadora para encontrar uma solução pacífica que incluísse reformas democráticas e econômicas, enquanto a guerrilha adotou um discurso em que renunciava ao menos momentaneamente à solução armada em “obediência” ao desejo popular. O papel de mediação conferia uma importância política cada vez maior à Igreja, às ONGs de direitos humanos e outras, gerava uma mobilização e um tema que os grupos de esquerda e o cardenismo em particular procuraram capitalizar para se fortalecerem e para atacar o governo neoliberal. A estratégia do EZLN também tinha uma forte política de comunicação e de ações espetaculares já não mais violentas, e que contava não só com a capacidade de penetrar na grande mídia, mas também com a circulação cada vez mais difusa de informações e debates sobre o zapatismo através da *internet* e outros meios de comunicação alternativos. E o EZLN começava a tentar estimular a união dos movimentos sociais de todo o país na CND, que teria o papel de derrubar o regime pacificamente e encaminhar uma transição democrática. O plano estratégico que corresponde a esta etapa é o que aparece para a sociedade civil na Segunda Declaração da Selva Lacandona, mas após as eleições presidenciais de 1994 o EZLN começou a tomar um novo rumo.

A CND tinha sido bem sucedida em fortalecer a participação social de base, mas as organizações mais fortes que entraram nela começaram uma luta fratricida pelo poder e por suas diferenças sociais e ideológicas. Além disso, o EZLN tinha dificuldade em aglutinar o setor sindical, para o qual não tinha um discurso específico e que estava quase inteiramente viciado pelas estruturas corporativas do regime, os fortes movimentos indígenas de Chiapas, que adotavam uma estratégia econômica

que contrastava com a ênfase do EZLN na transformação política nacional, e mantinha uma posição de distância crítica em relação aos partidos de oposição, por valorizar a participação direta e formas alternativas de representação. E se o EZLN imaginava que através da aliança nacional poderia criar um movimento civil capaz de derrubar o regime, o que ocorreu foi que, paradoxalmente, predominou na CND a opção pelo empenho na via eleitoral nos moldes do cardenismo. Após as eleições a luta adotada pela CND se viu frustrada não só por não se poder culpar de maneira convincente as fraudes eleitorais pela derrota de Cárdenas que ficara em terceiro lugar, como também porque os planos de “insurreição civil” no caso de fraude ficaram esvaziados. Não tinha havido uma grande fraude como em 1988, e sim muitas pequenas fraudes cujas denúncias foram vindo à tona com o tempo. O período pós-eleitoral foi de volta à apatia no nascente zapatismo civil, enquanto o Exército Mexicano ia apertando o seu cerco militar em Chiapas. E o EZLN percebia que sua posição de espera de uma ação civil comprometia a necessidade de lançar iniciativas que renovassem a sua penetração na mídia.

Se o plano de insurreição civil da CND havia fracassado no país, teve êxito em Chiapas, onde os movimentos indígenas que permaneciam independentes, aliados com o PRD, anunciaram a autonomia de nove municípios pluriétnicos e do estado com o governo em rebeldia de Amado Avendaño. Demonstrando afinidade com essa iniciativa, o EZLN começou a colocar em marcha as novas táticas que redefiniam a sua estratégia: retomou a ameaça de recurso à violência declarando sucessivamente o rompimento dos diálogos, o fim da trégua e o início de uma ação militar, que consistiu numa ação espetacular em que suas tropas apareceram fora da região que controlava militarmente, mas evitando a violência e declarando a autonomia de 36 municípios. E enquanto isso começou a se aproximar de Cárdenas, e propôs à sociedade civil a ampliação do seu leque de alianças de maneira a aglutinar no MLN a participação ativa do EZLN, da CND e do PRD com a liderança de Cárdenas, renovando a proposta de que uma ampla aliança nacional seria capaz de derrubar o regime e formar um governo de transição. No discurso do EZLN, a declaração oficial que expressa o plano estratégico formulado a partir da correção de rumos que vinha se esboçando nas práticas e discursos dos meses anteriores foi a Terceira Declaração

da Selva Lacandona. Nela vinha o lema da transformação através de “todas as formas de luta”, o que incluía da ameaça de violência do EZLN à atuação partidária.

Essa estratégia se viu frustrada rapidamente, com a ofensiva militar e espetacular do governo em fevereiro de 1995. O EZLN perdeu o seu controle militar sobre parte do território de Chiapas, passou a impressão de não ter um grande poder de fogo, e ficou explícito que a guerrilha já estava presa numa situação paradoxal: precisava do apoio da sociedade civil para se proteger da repressão, para manter esse apoio não podia passar a ações violentas, e sem essas ações ia ficando cada vez mais despreparado para combates militares e o cerco do Exército Mexicano ia se apertando e fragilizando cada vez mais as suas posições militares. Por outro lado, a imediata renovação das grandes mobilizações populares, que já mostravam uma identificação mais forte com o zapatismo, a primeira importante demonstração de força dos movimentos de solidariedade com o EZLN ao redor do mundo, e a conseqüente reabertura das negociações com o governo nos diálogos de San Andrés, levaram à consolidação das transformações estratégicas que levariam ao zapatismo que existe até os dias de hoje.

O vínculo do EZLN com a sociedade civil começou a se tornar mais estreito e orgânico, primeiro com a abertura dos acampamentos de paz e depois com os novos Aguascalientes, mantendo um cada vez mais eficiente sistema de observação de direitos humanos combinado com um fluxo permanente de ajuda humanitária que ajudava o EZLN a manter a sua liderança local. Os alimentos, roupas, projetos sociais e produtivos ajudavam as comunidades a enfrentar o cerco militar e eram alternativas aos programas sociais usados pelo governo como forma de cooptação. A visita crescente de ativistas do país e do mundo aumentava a força da divulgação do zapatismo, e começou a transformar Chiapas numa espécie de Meca da esquerda internacional. E a longa duração dos diálogos de San Andrés permitiu ao EZLN se tornar um assunto que se renovava a cada fase das negociações, além de facilitar o contato com lideranças e intelectuais de todo o país para se articular uma série de eventos e encontros que tinham também fortes repercussões. A Consulta Nacional e a incorporação do pensamento de líderes sociais e intelectuais na formulação das demandas e posições do EZLN nas negociações com o governo iam ampliando a

identidade, a legitimidade e representatividade do zapatismo. E os encontros da sociedade civil tais como o Fórum Social Indígena e o Fórum Para a Reforma do Estado foram substituindo a fracassada CND na formação de novas organizações e alianças da sociedade civil. Levaram à formação do Congresso Nacional Indígena, que foi capaz unificar amplos setores dos movimentos indígenas, e lançaram as bases para a formação da Frente Zapatista de Libertação Nacional, que apontava para a possibilidade de que o EZLN abandonasse definitivamente as armas. E os primeiros encontros americano e intercontinental não só consolidaram Chiapas como uma Meca da esquerda internacional como impulsionaram as redes ativistas internacionais de comunicação e solidariedade horizontal que se tornaram possíveis com a *internet* e que constituem atualmente os famosos movimentos anticapitalistas e as mobilizações sincronizadas ao redor do mundo: o forte nacionalismo do EZLN tinha passado a se combinar, paradoxalmente, com um forte internacionalismo. Essa transformação estratégica do EZLN corresponde à Quarta Declaração da Selva Lacandona, que confirmava a renúncia que vinha desde março de 1995 a qualquer ameaça explícita da possibilidade de opção pela a luta armada e enfatizava a busca pela conversão do EZLN em força política. A estratégia do EZLN passava a se centrar na “palavra”, expressão com o duplo significado de participação e comunicação. E ia para o primeiro plano a valorização da diversidade, expressa no lema “por um mundo onde caibam muitos mundos”.

Entre 1995 e 1996 o zapatismo tinha ganhado um forte impulso nacional e internacional, e o EZLN teve garantida uma renovação quase permanente da sua visibilidade na grande mídia. Com a interrupção dos diálogos com o governo, porém, o EZLN teve reduzido o seu contato com as lideranças e intelectuais e voltou ao isolamento atrás de suas armas. Claro que já havia os Aguascalientes e os acampamentos de paz, mas perdeu a capacidade de aglutinação e articulação que as negociações com o governo propiciavam. Além disso, a negativa do governo à proposta de reforma constitucional da COCOPA deixou claro que o governo não estava disposto a ceder em nada e que o desarmamento só seria possível através do que para os zapatistas seria uma rendição. Por outro lado, a posição favorável à proposta da COCOPA reduzia as demandas efetivas do EZLN àquelas relativas aos

povos indígenas e à luta pela autonomia. Essas circunstâncias levaram às últimas mudanças na estratégia que o EZLN mantém até os dias de hoje. Ao invés de buscar a renovação permanente da sua visibilidade e de iniciativas para fomentar espaços de comunicação e participação, passou a concentrar os seus esforços em alguns poucos porém muito espetaculares eventos, e surgiram também os períodos de “silêncio”, em que o EZLN passa longas temporadas sem lançar comunicados. E em relação ao governo, passou a se concentrar nas demandas pela desmilitarização de Chiapas e o cumprimento dos Acordos de San Andrés. Em 1998 lançou a Quinta Declaração da Selva Lacandona, que foi também a última. Esta declaração não expressava uma mudança significativa de plano estratégico, mas completava a Quarta Declaração de maneira poética: se uma tinha anunciado a “palavra” como forma de luta, esta anunciava o “silêncio”. Um silêncio que corresponde à capacidade de escutar e aceitar o discurso e a participação do outro, de deixar espaços para que os movimentos sociais se organizem sem a onipresença do EZLN, e um silêncio que na prática ajudava a evitar o desgaste da exposição permanente e fortalecia as esporádicas grandes ações da guerrilha. Nesta Declaração saiu também do primeiro plano a tentativa de unir em uma mesma organização todos os seus simpatizantes do EZLN, e se passou a celebrar os laços de solidariedade e comunicação diversificados que constituíam o zapatismo civil. A Quinta Declaração era uma convocatória à segunda grande consulta do EZLN, ocorrida em 1999. No fim do mesmo ano realizou-se no Brasil, graças ao PT, o Segundo Encontro Americano Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo. E em 2001 Marcos foi à cidade do México, numa marcha do EZLN que contou com inúmeros comícios, encontros e até um discurso no Congresso.

O zapatismo é um fenômeno de muitos paradoxos: uma guerrilha que não realiza ações violentas, revolucionários que não querem o poder, e muitos outros cuja beleza poética aparece nos comunicados do EZLN ou na invenção dos seus simpatizantes mundo afora. Mas há um paradoxo fundamental cujas conseqüências passaram a ocupar talvez a maior parte do trabalho de divulgação e solidariedade com as comunidades zapatistas. Se o espetáculo da guerra havia garantido a entrada do EZLN na arena política dos meios de comunicação, o que permitiu ao movimento

iniciar sua lenta transformação para uma estratégia da “palavra e do silêncio”, a capacidade de resistência do Estado mexicano às suas investidas e demandas encurralou a guerrilha e as comunidades zapatistas numa situação de forte repressão, controle, agravamento das condições sociais e dos conflitos comunitários. E foi justamente a declaração de guerra do EZLN que impulsionou a militarização não só de Chiapas, mas de todo o país. Quando finalmente a guerrilha encontrou um rumo eficaz para adotar um programa político, o surgimento do EPR justificou a continuidade da militarização. Fazio (1996: 210) afirma que segundo dados do Pentágono o México teve um gasto militar total de dois bilhões e 246 milhões de dólares em 1994, 40% a mais que em 1993. E segundo dados oficiais mencionados por Carlos Acosta, em 1995 o gasto teria sido de sete bilhões e 685 milhões com o Exército e a Aeronáutica, e 2 bilhões e 657 milhões com a marinha. Em 1996 esses gastos teriam passado a 11 bilhões e 122 milhões de pesos para o Exército e Aeronáutica e 3 bilhões e 849 milhões de pesos para a marinha, ou seja, aumentos respectivos de 44,7% e 44,8%.

Em Chiapas, a ofensiva governamental de fevereiro de 1995 marcou o começo da política de contra-insurgência: sessenta mil<sup>128</sup> soldados se posicionaram de maneira a isolar os grupos armados nas montanhas, enquanto grupos paramilitares começaram a expandir a sua atuação a partir do norte do estado. Originários das guardas brancas, bandas armadas ligadas aos proprietários de terra e utilizados em seus conflitos durante décadas, os paramilitares são milícias profissionais com o apoio não assumido do Estado, cujo papel é fazer o “trabalho sujo” de levar o terror às comunidades ligadas ou simpatizantes do EZLN. Os conflitos assim intensificados servem, por sua vez, para justificar a presença militar cujo papel seria levar a ordem e impedir os conflitos que ocorrem “entre os próprios indígenas”. Situação que não mudou até os dias de hoje (Saint-Pierre, 1999: 110-123). A expressão corrente utilizada em quase toda a bibliografia e no discurso cotidiano para se referir à política de contra-insurgência mexicana é “guerra de baixa intensidade” (GBI)<sup>129</sup>, que tem a

---

<sup>128</sup> O sociólogo Jorge Luis Cruz Burguete mencionou a presença de 70 mil soldados em conversa anotada durante a pesquisa de campo em 1999.

<sup>129</sup> Saint-Pierre (1999) elabora uma crítica da utilização deste conceito, afirmando que ele se refere às ações armadas em que é mobilizada uma pequena parte da capacidade bélica de um país e que, portanto, nem toda

vantagem de permitir às ONGs e aos intelectuais a manutenção da palavra “guerra” numa situação em que o governo procura passar a imagem de não ser um agressor e de estar contribuindo com suas forças para a manutenção da ordem e da paz em Chiapas. E a referência à “baixa intensidade” acentua a necessidade do governo manter o seu objetivo de aterrorizar as comunidades zapatistas numa escala que dificulte a revelação destas ações através da mídia e a denúncia dos observadores da sociedade civil. A hostilização constante com casos isolados de prisões, estupros e assassinatos pode passar despercebida pela maior parte da opinião pública, enquanto que um massacre levaria ao escândalo e facilitaria a ativação internacional das redes de solidariedade zapatistas.

Os limites colocados para a intensidade da guerra que o governo e as elites de Chiapas travam contra as comunidades zapatistas se manifestaram em dois momentos cruciais. A forte mobilização após a ofensiva de fevereiro de 1995 mostrou até que ponto o governo poderia lançar mão das suas forças de segurança oficiais, e a necessidade de limitar a intensidade das ações dos grupos paramilitares se revelou com o massacre de Acteal: em 22 de dezembro de 1997 um grupo paramilitar tirou a vida de 45 pessoas, na maioria mulheres e crianças, durante um culto no interior de uma Igreja, o que gerou a primeira grande ação global com as características que atualmente vemos nos movimentos anticapitalistas. Em 12 de janeiro foram realizadas ações de protesto sincronizadas em 130 cidades de 27 países nos cinco continentes. Até mesmo o Vaticano e o Parlamento Europeu divulgaram documentos de condenação ao atentado. Já estava consolidada a malha de redes de comunicação e solidariedade nacional e internacional que impedia que a repressão ao EZLN tivesse um desfecho como os massacres da Guatemala no começo dos anos oitenta ou a intensidade do combate às FARC e ELN atualmente na Colômbia. Redes cuja vitalidade não se deve apenas à gravidade das condições sociais e da repressão, mas também à atração que passou a exercer o discurso, as práticas democráticas radicais e as imagens lúdicas do zapatismo, a ponto de oferecer um novo referencial ideológico e até uma nova linguagem para os ativistas de esquerdas.

---

GBI é uma guerra de contra-insurgência e nem toda guerra de contra-insurgência é uma GBI. Por isso o autor considera mais adequada a utilização da expressão contra-insurgência para o caso de Chiapas.

Em todo o ativismo de divulgação da solidariedade a Chiapas nota-se a tendência à idealização do EZLN e das suas comunidades autônomas e o esforço em carregar nas tintas pretas o perfil obscuro do governo mexicano, sem o que seria difícil gerar a simpatia e a piedade que mobiliza milhares de pessoas ao redor do mundo no respaldo à estratégia do EZLN e do zapatismo civil. O lema “*para todos todo, nada para nosotros*”, um dos mais célebres do zapatismo, se refere à disposição romântica de morte por uma causa, que exerce um forte impacto no público; também ao desapego aos valores individualistas e retoma o ascetismo cristão de esquerda vinculado à doação pessoal contra a miséria e o sofrimento dos outros; remete ao desapego em relação ao poder, impulsionando a crítica ao vanguardismo e aos planos estratégicos de busca da hegemonia; e evoca a piedade cristã que junto com a simpatia despertada pelo EZLN mobiliza milhares de pessoas. Este lema, porém, combina perfeitamente com uma outra característica paradoxal da luta zapatista: suas conquistas têm se dado com mais força longe de Chiapas e suas maiores dificuldades se localizam justamente em suas comunidades. Todas as revoluções até hoje sempre visaram conquistas sociais para as regiões onde elas foram travadas e podiam anunciar também uma vocação transformadora mais universal que correspondia à extensão internacional do processo revolucionário, e de fato o EZLN vem procurando implantar a autonomia em seus municípios rebeldes, democratizar social e politicamente o México e estimular o combate internacional do neoliberalismo. Mas há um contraste entre o que se tem alcançado em Chiapas e em outras partes do mundo graças ao zapatismo.

A formação de um exército popular, que incorporou segmentos importantes da população indígena em uma hierarquia militar e nos treinamentos para a guerra coloca um limite difícil de definir para os mecanismos democráticos estabelecidos nos municípios autônomos. Pois embora os representantes das comunidades sejam nomeados em assembléias, e haja uma preocupação em formar a direção do movimento com líderes comunitários, há uma hierarquia militar vertical que permeia as comunidades e cuja importância corresponde à intensidade da repressão que elas sofrem. Isso provavelmente não afeta todas as comunidades, já que muitas se uniram politicamente ao EZLN após o levante de 1994, e podemos formular a hipótese

bastante razoável de que seus habitantes não sejam obrigados a receber treinamentos militares e a se incorporar aos postos da hierarquia militar. Além disso, a ênfase na transformação política através de um esforço de guerra enfraqueceu as estratégias de desenvolvimento econômico das comunidades, as colocou na dependência da solidariedade internacional numa situação que colocou limites políticos para o acesso aos programas governamentais, e têm ainda que prover de recursos as tropas escondidas nas montanhas. E como indicam os dados da pesquisa de campo, a precariedade econômica das comunidades dificulta o amadurecimento da participação política dos indígenas e de suas formas de organização democráticas.

A repressão combinada com os esforços de cooptação do governo força o EZLN a exercer um controle sobre as relações e os canais de comunicação entre as comunidades zapatistas e o exterior. Certa vez disse ao guerrilheiro *Erasmus* (notas de campo, Chiapas, 1/99) que poderia colocar ele em contato com movimentos sociais brasileiros para conseguir apoio para as suas atividades sociais, e ele recusou afirmando que “toda comunicação com o exterior passa por Marcos”. E há punições para os zapatistas que passam informações sem autorização. Isso implica que a circulação horizontal de informações, necessária para o fortalecimento das bases de uma organização em relação aos seus líderes, fica comprometida. E a transparência das atividades da direção, outro fator que permitiria o controle por parte das bases, estão também limitadas pelos riscos de que informações vitais cheguem ao inimigo. O EZLN procura compensar isso com os mecanismos de consulta e as assembléias municipais e regionais. Mas mesmo esses mecanismos são afetados com o cerco militar. Em 1995, o próprio EZLN denunciou que a movimentação de tropas estava inviabilizando o processo de consultas para a retomada dos diálogos. E *Noemi* (entrevista, Chiapas, 1/99), a autoridade política de uma comunidade zapatista que teve a oportunidade de entrevistar, relata a situação do seu município autônomo, onde o aumento da presença militar tornou inviável a realização de assembléias municipais.

Uma situação muito diferente é a que encontramos no chamado zapatismo civil. Embora a efêmera tática do EZLN de estimular a formação de uma organização nacional que unisse de forma democrática os ativistas e movimentos sociais

independentes do México tenha fracassado, deu lugar a um tipo novo de coordenação de pessoas e movimentos particularmente propiciado pelo advento da *internet*. No final de 1998 o sociólogo Enrique de la Garza descreveu a prática dos movimentos sociais independentes do México: combinavam suas lutas particulares (feminismo, luta estudantil pela universidade, etc) com ações conjuntas relacionadas a grandes temas como os protestos contra a repressão em Chiapas (Garza, notas de campo, cidade do México, 12/98). Antes do levante esses movimentos estavam fragmentados, e as novas mobilizações eram de um tipo diferente da mobilização popular contra a fraude de 1988, por exemplo, pois esta tinha o PRD como eixo. A renúncia do EZLN a se colocar como vanguarda ou direção de um movimento nacional pode ter contribuído para o fracasso da CND, mas propiciou o surgimento desta nova modalidade de coordenação horizontal dos movimentos sociais sem a necessidade de uma direção ou da coordenação entre as direções de grandes organizações. É verdade que os ativistas entrevistados ressaltavam o magnetismo simbólico do EZLN como elemento aglutinador e uma certa incapacidade para a realização de grandes ações coordenadas a não ser como resposta às iniciativas do governo e do EZLN. O mesmo pode ser dito sobre as redes de comunicação e solidariedade internacionais de alguma forma relacionadas com o zapatismo. Mas o movimento anticapitalista que se coordena dessa mesma maneira, cujas redes foram inicialmente impulsionadas pela articulação da solidariedade com o EZLN na Europa e nos EUA, e que começou a ter uma identidade difusa porém própria a partir dos protestos no mundo inteiro em sincronia com Seattle em 1999, demonstra que a nova modalidade de coordenação dos movimentos sociais é capaz de amadurecer dinâmicas próprias. O EZLN impulsionou as novas formas de coordenação horizontal entre as lutas particulares e locais do pós socialismo real que imprimem as suas marcas, por exemplo, no Fórum Social Mundial – ao menos no que se refere à busca de espaços de comunicação e debate em detrimento da deliberação sobre programas políticos - e continuam a amadurecer e a assumir formas variadas pelo mundo afora. O advento da *internet* foi a condição fundamental para esse fenômeno, mas o zapatismo surgiu ao mesmo tempo em que ocorria a expansão explosiva desse novo meio de comunicação e, atualmente, talvez não exista ainda um movimento no

mundo tão eficiente na produção, organização e difusão horizontal de informação como as redes zapatistas, com a exceção do movimento anticapitalista.

Por outro lado, o zapatismo contribuiu para difundir a idéia de que a participação política não deve restringir-se ao voto e ao protesto, mas estender-se também para a solução local dos problemas coletivos. Trata-se de um tipo de prática política que corresponde à redução da importância do Estado do período neoliberal e que é anterior ao zapatismo, mas esta sua visão ajudou a fortalecer ONGs e movimentos locais. E também contribuiu para a invenção de novas práticas políticas locais, e um exemplo disso é a nova valorização da arte como fenômeno político. O discurso e o espetáculo zapatista, a ênfase na imagem, símbolos, poesia e em valores morais, abriram um horizonte que sinaliza para um novo tipo de independência da política em relação à capacitação acadêmica e técnica das burocracias partidárias, dos grandes movimentos sociais e até mesmo das ONGs. Pois se os movimentos sociais e partidários continuarão necessitando desses atributos para, por exemplo, questionar e propor políticas públicas, por outro lado começou a ficar para trás a noção iluminista de que a política está necessariamente vinculada à razão e à ciência. Começou a se popularizar a idéia de que ela pode ocorrer também através da arte, o que antes só era compreendido por artistas. Não uma arte subordinada à administração racional da propaganda política ou que se alia a ela. Mas a arte que pode ser praticada por qualquer um e com finalidades sociais para além da expressão da subjetividade individual. A condição fundamental para isso, mais uma vez, está no avanço dos modernos meios de comunicação de massa e no acesso cada vez maior a técnicas de som e imagem, como a produção de vídeos com pequenos aparelhos e as rádios livres. No Brasil temos o exemplo das manifestações dos “cara pintada” para a derrubada de Collor, que é anterior ao zapatismo, em que a arte se popularizou como forma de prática política. É uma prática popular que tem seu início nos anos 60 com os *hippies* e nos anos 70 com os *punks*, e que atualmente no Brasil se manifesta nas periferias com os movimentos de hip hop. Mas o zapatismo ajudou a difundir nos meios de esquerda valores políticos que colocam essas formas de participação no mesmo grau de importância que a atuação de uma ONG com grande capacidade técnica para enfrentar algum problema ambiental específico.

Outro tipo de invenção de novas práticas políticas locais com a influência do zapatismo está na difusão da imagem idealizada das assembleias indígenas e seus valores. *Silvio*, um ativista suíço que estava levantando informações não só sobre direitos humanos em Chiapas como também sobre a atuação de multinacionais suíças que seriam utilizadas nos protestos europeus, fazia parte de uma ocupação chamada Molino. Por influência do zapatismo, os fundadores do Molino ocuparam um moinho abandonado e criaram uma moradia coletiva que era também centro cultural e político, e que se organizava através de assembleias semanais análogas às das comunidades indígenas de Chiapas (*Silvio*, entrevista, Chiapas, 1/99). É verdade que o movimento de ocupações deste tipo é anterior ao zapatismo, mas há inúmeros casos no mundo de formas de organização inspirados nas imagens difundidas sobre as comunidades autônomas. Outro exemplo é a rádio Muda, uma rádio livre de Campinas que existe há cerca de 13 anos e que recentemente começou a substituir a votação pelo “consenso” como forma de deliberação em suas assembleias. O consenso significa que os temas devem ser debatidos até que se chegue a um consenso, ou ao acordo de toda a comunidade. É uma prática tradicional indígena que foi reinventada nos discursos do zapatismo civil, que foi aplicada, por exemplo, na organização da FZLN, e teve uma difusão internacional particularmente forte entre grupos anarquistas.

A difusão da imagem idealizada das comunidades autônomas, e o senso comum apenas parcialmente correto de que o discurso dos comunicados do EZLN é indígena constituem, por sua vez, um precedente histórico importante. Pois fortaleceu a valorização da diversidade cultural na política: a visão de que a população mundial com menor acesso à formação intelectual nos moldes ocidentais deve ter espaços e visibilidades próprias, pois é capaz de fazer contribuições diretas para as transformações da civilização, e não só através da mediação de intelectuais e políticos profissionais do ocidente.

Mas se o zapatismo em geral colhe mais frutos longe de Chiapas do que no seu local de origem, há exceções. A mais importante é a valorização da mulher e dos jovens pelo EZLN. *Flavia* e *Elena* (entrevista, Chiapas, 1/99), as italianas que visitavam Chiapas no ano novo de 1999, notaram em sua visita pelo México que a

atuação das guerrilheiras contrastava com a quase total ausência de movimentos feministas da capital do país: “são umas duas organizações com cerca de meia dúzia de militantes”. Os Aguascalientes se tornaram centros efervescentes e permanentes de encontro entre ativistas do mundo inteiro, e ampliaram as possibilidades de contato entre os indígenas e outras culturas, apesar das medidas de controle. E algumas crianças de Chiapas conseguiram algo excepcional: graças a uma iniciativa da FZLN, tiveram a oportunidade de ver seus desenhos num livro que foi publicado ao menos no México e no Brasil e que se chama “As Vozes do Espelho”. É verdade que os desenhos são ilustrados por prosas e poesias de autores como José Saramago, Vázquez Montalbán, subcomandante Marcos, Bañuelos, João Cabral de Melo Neto e muitos outros que escreveram especialmente para esta publicação, num diálogo entre a literatura dos grandes nomes e os desenhos daquelas crianças. Mas esse fato aparentemente tão sem importância é impressionante quando se considera que antes do zapatismo estas crianças estavam entre as mais esquecidas do mundo.

Outro desdobramento do paradoxo fundamental do zapatismo que é preciso ser avaliado é a contribuição do EZLN e do zapatismo civil para a democratização do México. Como já vimos, a guerrilha teve um papel ambíguo, pois ao mesmo tempo em que fomentou a “palavra” (comunicação e participação) como forma de luta, e contribuiu para o fortalecimento dos movimentos sociais independentes cuja existência é um dos elementos fundamentais para o funcionamento de uma democracia, por outro lado contribuiu para a hipertrofia das forças armadas mexicanas num contexto em que a transição democrática vinha caminhando lentamente e temia-se a possibilidade de uma guerra civil ou um retrocesso autoritário. A crise do regime pós-revolucionário e seus mecanismos corporativos e a política econômica neoliberal implicavam simultaneamente na deterioração das condições de vida da população e no aumento das fraudes e da repressão. Grupos de poder se digladiavam no interior do Estado, políticos importantes eram assassinados, e surgiram guerrilhas importantes como o EZLN e o EPR.

Um dos maiores golpes contra a esperança de democratização do país foi a fraude que derrotou Cárdenas em 1988. Como afirma Gurza, o emprego da fraude não era tão importante nos anos dourados do PRI, mas aumentou na medida em que

se incrementava a competitividade eleitoral. Entre 1940 e 1970, cerca de 20% da Câmara dos Deputados era reservada para os outros partidos. Com as reformas políticas dos anos 70, foi nessa casa que houve espaço para a ampliação da representação desses partidos e, nos anos 80, o PRI permitiu que o PAN (ligado ao empresariado) obtivesse vitórias inéditas em estados do norte do país. A crise do regime levou, em 1988, à cisão do PRI em que Cárdenas abandonou o partido para apostar na mobilização civil e na formação de um partido democrático de centro-esquerda que viria a ser o Partido da Revolução Democrática. Após vencer as eleições através da fraude, o presidente Salinas procurou restaurar a sua legitimidade com a criação do Instituto Federal Eleitoral, instituição pública e autônoma que passou a organizar as eleições, lançando a perspectiva de futuras eleições limpas (Gurza, 2000: 13-25). Foi apenas em 1997, quando pela primeira vez a Câmara dos Deputados deixou de ter uma maioria absoluta do PRI, que o IFE começou a ter uma autonomia efetiva, pois o seu Conselho tinha membros indicados pela Câmara. Mas a eleição presidencial de 1994, logo após o levante do EZLN, já foi mais limpa do que a de 1988. Era cada vez mais evidente que o Estado teria que se democratizar para substituir as formas de institucionalização da política que antes funcionavam através do sistema corporativo. O rumo que tomou o zapatismo pode ter dividido o cardenismo e complicado a situação da luta eleitoral para o PRD, mas de uma maneira geral fortaleceu e deu uma dimensão internacional para a luta civil pela democratização do país. Além disso, num contexto autoritário o zapatismo emergiu como uma alternativa radical que ajudou a cortar pelo lado da esquerda o círculo vicioso da violência que poderia comprometer a transição democrática que está em curso no país, e que serve de inspiração para outros movimentos que enfrentam regimes autoritários no mundo.

Gurza comemora a primeira vitória da oposição em eleições presidenciais no México, que levou ao poder Vicente Fox do Partido da Ação Nacional. Com isso deu-se início a alternância de poder no México mas, como afirma o autor, ainda falta muito para a consolidação de um regime democrático (Gurza, 2000). Durante a campanha eleitoral, Fox fez grande alarde de seu objetivo de resolver pelo diálogo o problema de Chiapas e, após sua vitória, iniciou-se uma nova fase no conflito que

traz a única novidade de um cuidado maior do governo com a sua imagem. Fox anunciou uma diminuição da presença militar em Chiapas para atender às condições exigidas pelo EZLN para a retomada das negociações, e encabeçou uma reforma constitucional cujo papel seria cumprir com os Acordos de San Andrés. O EZLN passou a denunciar que os movimentos do Exército Mexicano no estado visavam apenas passar a impressão para a imprensa de que estava em curso uma distensão, mas que na prática a densidade militar permanecia a mesma. Além disso, o EZLN e seus aliados viram na reforma constitucional iniciada pelo governo diferenças importantes em relação à proposta elaborada em 1996 pela COCOPA. O chamado zapatismo civil passou a combater essa reforma na justiça e vem dando continuidade às denúncias sobre a “guerra suja” contra as comunidades de Chiapas.

A história continua e talvez somente após muitos anos se poderá realmente avaliar o significado do zapatismo. Enquanto isso o mundo continua a absorver as experiências e lições destes atores da política contemporânea: certa vez um guerrilheiro bem jovem e determinado, muito desconfiado das minhas intenções e que nunca me concedeu uma entrevista, indagou sobre os meus objetivos; embora eu tenha tentado expor meus ideais, não deixou de alimentar as suas desconfianças; finalmente tive a idéia de perguntar o que é que **ele** esperava do meu trabalho: “que nunca mais aconteça o que se passa aqui”.

## Siglas

AEDPCH – Assembléia Estatal Democrática do Povo Chiapaneco

ANCIEZ – Aliança Nacional Camponesa Emiliano Zapata

ARIC – Associação Rural de Interesse Coletivo

ARIC-UU – Associação Rural de Interesse Coletivo – União de Uniões

CCRI-CG – Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comando Geral

CED – Centro de Encontros e Diálogos

CEM – Conferência do Episcopado Mexicano

CEOIC – Conselho Estatal de Organizações Indígenas e Camponesas de Chiapas

CENCOS – Centro Nacional de Comunicação Social

CFE - Comissão Federal de Eletricidade

CFE – Comissão Federal Eleitoral

CIHMA – Centro de Investigaciones Históricas de los Movimientos Armados

CIOAC – Central Independente de Obreros y Campesinos

CLCH – Coordinadora de Luchas de Chiapas

CNC – Confederação Nacional Camponesa

CND – Convenção Nacional Democrática

CNI – Congresso Nacional Indígena

CNPA – Coordinadora Nacional Plan de Ayala

CNPO – Confederação Nacional de Organizações Populares

COCOPA – Comissão de Concórdia e Pacificação

CONAC - LN – Coordenadora Nacional de Ação Cívica para a Libertação Nacional

CONAI – Comissão Nacional de Intermediação

CONASUPO - Companhia Nacional de Subsistências Populares

CONPAZ – Coordenação de Organismos não Governamentais de San Cristóbal de Las Casas pela Paz

CTM – Confederação dos Trabalhadores Mexicanos

DAAC – Departamento de Assuntos Agrários e Colonização

DESMI – Desarrollo Económico Social de los Mexicanos Indígenas

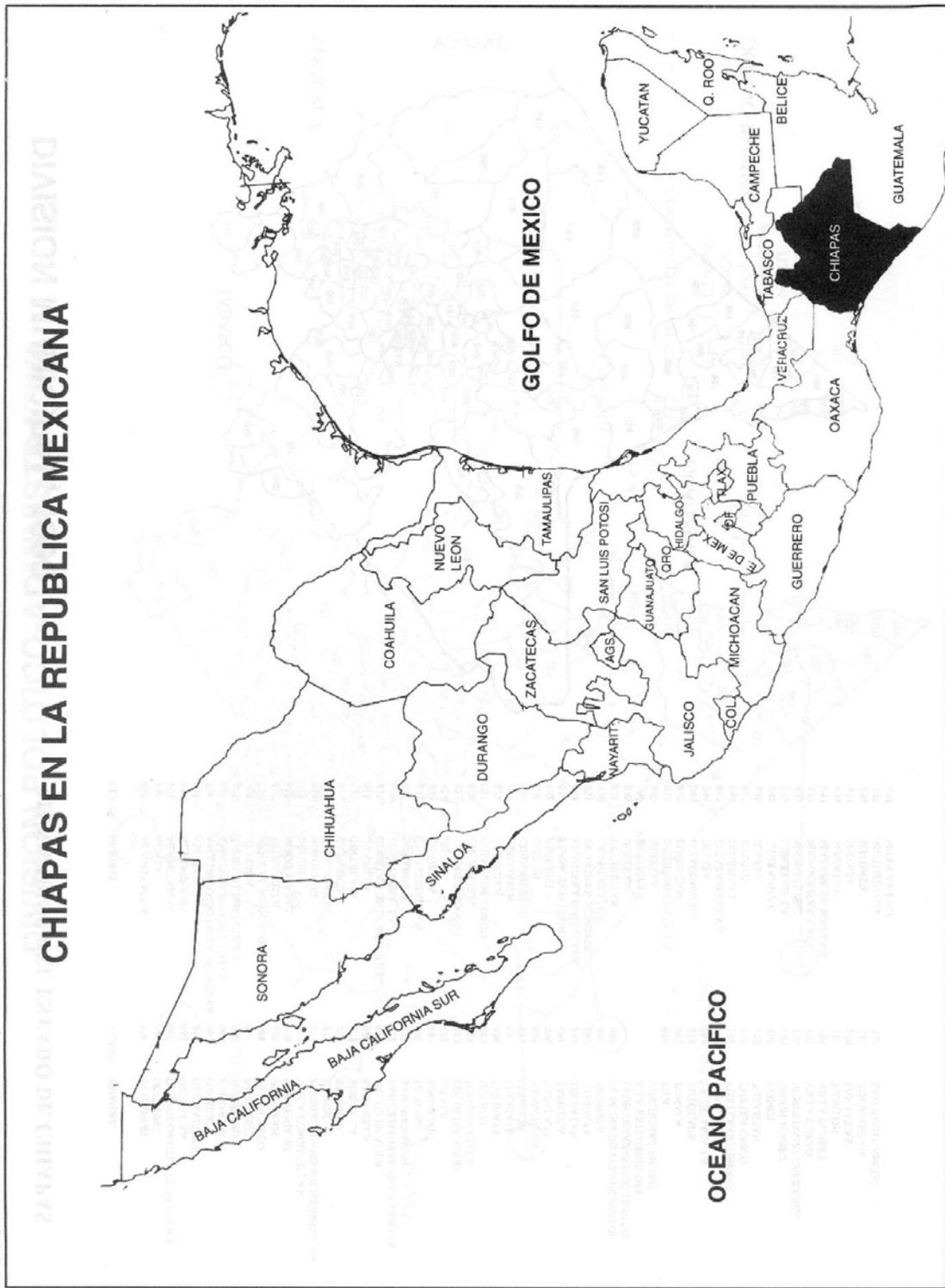
DF – Distrito Federal  
ECOSUR - El Colegio de La Frontera Sur  
EIM – Ejército Insurgente Mexicano  
EPR – Ejército Popular Revolucionário  
ESPAZ – Espaço Civil Pela Paz  
EZLN- Ejército Zapatista de Libertação Nacional  
FAM – Fórum de Apoio Mútuo  
FAO – Frente Ampla Opositora  
FCS – Frente Cívica San Cristobalense  
FCA – Frente Cívica de Autodefesa  
FDN – Frente Democrática Nacional  
FLN- Forças de Libertação Nacional  
FOSCH – Frente de Organizações Sociais de Chiapas  
FZLN – Frente Zapatista de Libertação Nacional  
GBI – guerra de baixa intensidade  
IFE – Instituto Federal Eleitoral  
INI – Instituto Nacional Indigenista  
INMECAFÉ - Instituto Mexicano do Café  
LP – Linha Proletária  
MLN – Movimento pela Libertação Nacional  
MPI – Movimento Proletário Independente  
OCEZ – Organização Camponesa Emiliano Zapata  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAN – Partido da Ação Nacional  
PARM – Partido Autêntico da Revolução Mexicana  
PCM – Partido Comunista Mexicano  
PEMEX - Petróleos Mexicanos  
PGR – Procuradoria Geral da República  
PNR – Partido Nacional Revolucionário  
PP – Política Popular  
PPS – Partido Popular Socialista

PRA – Programa de Rehabilitación Agraria  
PRD – Partido da Revolução Democrática  
PRI – Partido Revolucionário Institucional  
PRM - Partido da Revolução Mexicana  
PROCUP - PDLP – Partido Revolucionário Operário Clandestino União do Povo - Partido dos Pobres  
PRONASOL – Programa Nacional de Solidariedade  
PT – Partido dos Trabalhadores (Brasil)  
SEDESOL – Secretaria de Desenvolvimento Social  
SOA – Sindicato de Obreros Agrícolas  
SOCAMA – Solidariedade Camponesa Magisterial  
SRA – Secretaria de Reforma Agrária  
SUTAUR – Sindicato Único de Trabalhadores do *Autotransporte* Urbano

Rota 100

TLC – Tratado de Livre Comércio da América do Norte (em inglês: NAFTA)  
UAM – Universidade Autônoma do México  
UCIRI – União de Comunidades Indígenas da Região do Istmo  
UEs – uniões de *ejidos*  
UNACH - Universidade Autônoma de Chiapas  
UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México  
UNT – União Nacional de Trabalhadores  
UP – União do Povo  
UU – Unión de Uniones Ejidales y Grupos Campesinos Solidarios de Chiapas





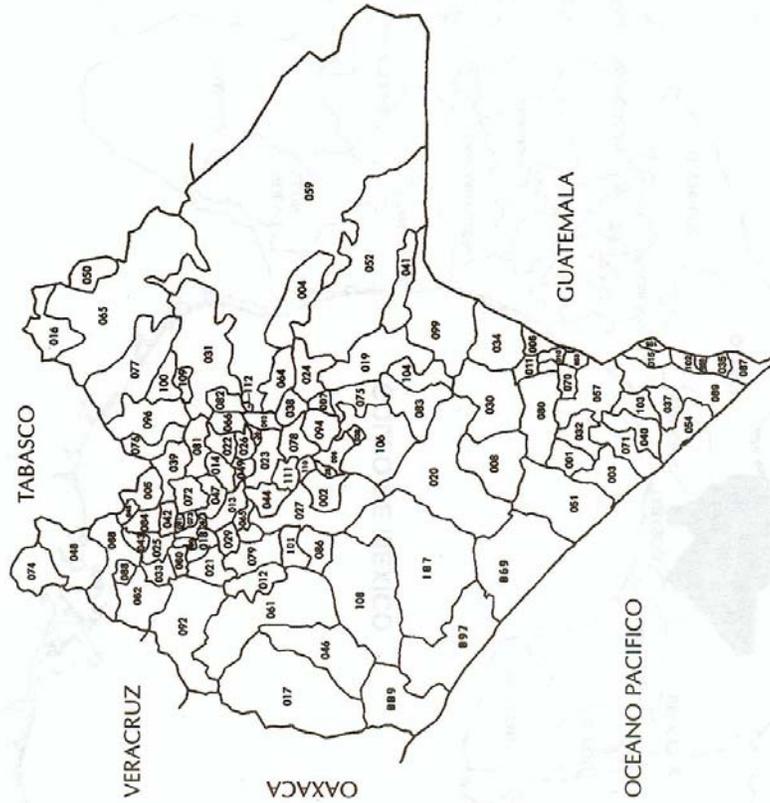
FONTE: INEGI (Para Entender Chiapas, 1997)



# DIVISION MUNICIPAL, 1990

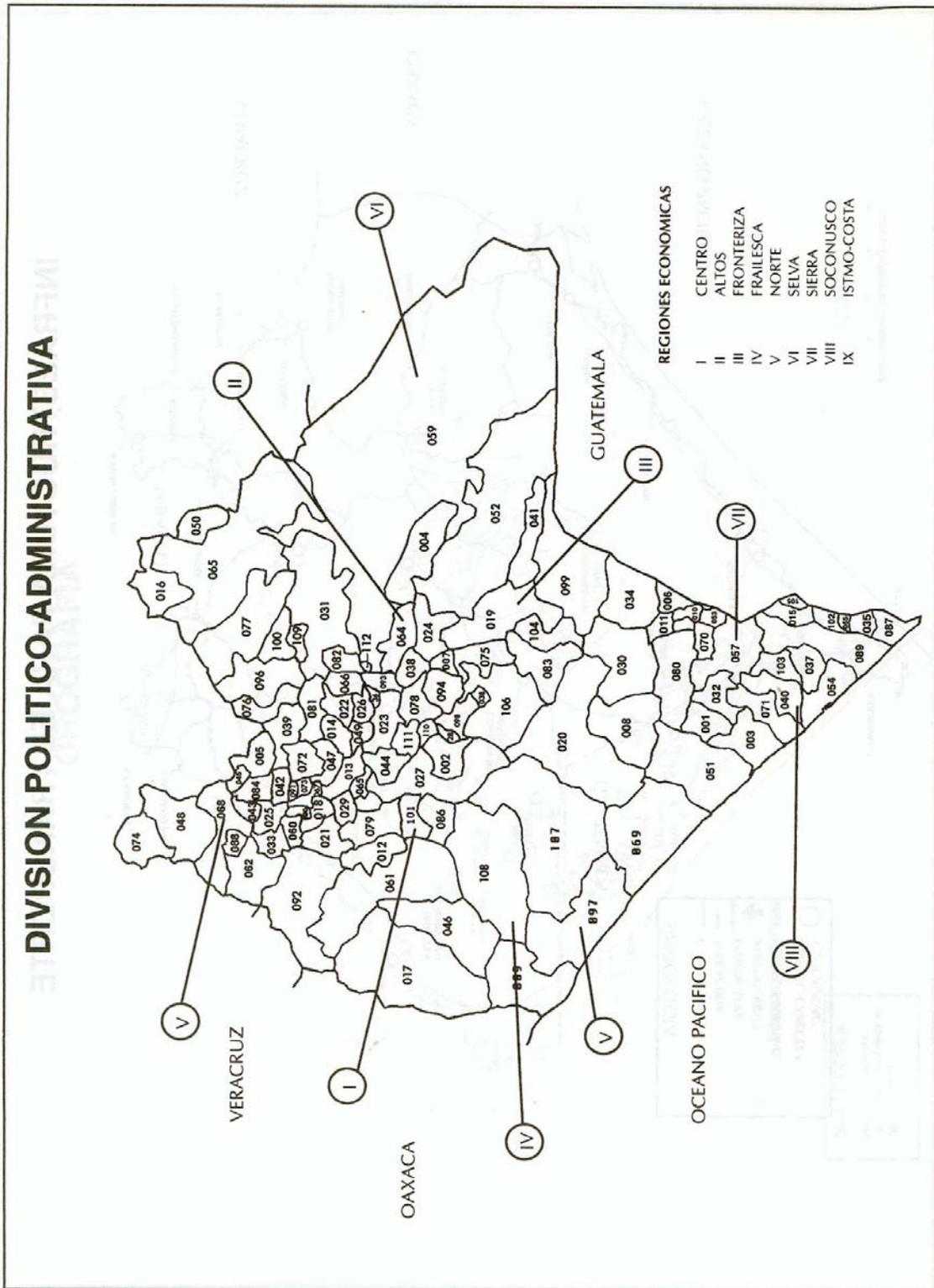
## MUNICIPIOS DEL ESTADO DE CHIAPAS

CLAVE	NOMBRE	CLAVE	NOMBRE
001	ACAOYAGUA	059	OCOSINGO
002	ACALA	060	OCOTEPEC
003	ACAPETAHUA	061	OCZOCOAUTLA DE ESPINOSA
004	ALTAMIRANO	062	OSTIACAN
005	AMATAN	063	OSIQUINTA
006	AMATENANGO DE LA FRONTERA	064	OSIQUINTA
007	AMATENANGO DEL VALLE	065	PALENQUE
008	ARAGON	066	PANTEPEC
009	ARRIAGA	067	PANTEPEC
010	BEHUCA DE OCAMPO	068	PICHUCALCO
011	BELLA VISTA	069	PIDHAPAN
012	BERRIOZABAL	070	PORVENIR, EL
013	BOCHIL	071	VILLA COMALITLAN
014	BOSQUE, EL	072	PUEBLO NUEVO SOLISTAHUACAN
015	CACAHOTAN	073	RAYON
016	CATAZAJA	074	REFORMA
017	CINTALAPA	075	ROSAS, LA
018	COAPILLA	076	SABANILLA
019	COMITAN DE DOMINGUEZ	077	SALTO DE AGUA
020	CONCORDIA, LA	078	SAN CRISTOBAL DE LAS CASAS
021	COPAINALA	079	SAN FERNANDO
022	CHALCHIHUITAN	080	SILTEPEC
023	CHAMOLA	081	SIMONVEL
024	CHAMAL	082	SIJALA
025	CHAPULTENANGO	083	SOCOLTEENANGO
026	CHENALHO	084	SOYUUCHIAPA
027	CHIAPA DE CORZO	085	SUCHIAPA
028	CHICHILEN	086	SUCHIAPA
029	CHICOMUSILO	087	SUCHIATE
030	CHILON	088	SUNIAPA
031	ESCLUNTLA	089	TAPACHULA
032	FRANCISCO LEON	090	TAPALAPA
033	FRONTERA COMALAPA	091	TAPULULA
034	FRONTERA HIDALGO	092	TECPATAN
035	GRANDEZA, LA	093	TENEJAPA
036	HUEHUETAN	094	TEOPISCA
037	HUEHTAN	095	EL MUNICIPIO FRANCISCO DE LEON DESAPARECIO DEBI DO A LA EXPLOSION DEL CHECHONALEN 1992
038	HUITUPAN		
039	HUIXTLA		
040	INDEPENDENCIA, LA	096	TILA
041	IXHUATAN	097	TONALA
042	IXTACOMITAN	098	TOTALAPA
043	IXTAPA	099	TRINITARIA, LA
044	IXTAPANGADAYA	100	TUMBALAA
045	JQUIPILAS	101	TUXTLA GUTIERREZ
046	JITOTUL	102	TUXTLA RUBEN
047	JUARBE	103	TUZAN
048	JUARBE	104	TZAMUJ
049	LARRAINZA	105	UNION TIAREZ
050	LIBERTAD	106	VENUSTIANO CARRANZA
051	MAGUIETAS, LAS	107	VILLA CORZO
052	MAZAPATA DE MADREO	108	VILLA FLORES
053	MAZAPAN	109	YAJALON
054	METAPA	110	SAN LUCAS
055	METAPA	111	ZINACANTAN
056	MITONTIC	112	SAN JUAN CANCUC
057	MOTOZINTLA		
058	NICOLAS RUIZ		



FONTE: INEGI (Para Entender Chiapas, 1997)





FONTE: GOBIERNO DEL ESTADO DE CHIAPAS (Para Entender Chiapas, 1997)



## Pesquisas de Campo

- Entrevistas e notas realizadas no México entre 12/1998 e 2/1999.
- Entrevista com Alejandro Buenrostro e Maria Barbosa, São Paulo, 7/7/1999.
- Entrevistas e notas realizadas no II Encontro Americano Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, Belém – PA, 12/1999.
- Entrevistas e notas realizadas no I Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 1/2001.
- Entrevistas e notas realizadas nas manifestações anti-capitalistas, São Paulo, 20/4/2001 e 26/9/2001.
- Coggiola, palestra no lançamento do livro “Chiapas: Construindo a Esperança”, notas de campo, São Paulo, 10/06/2002.

## Referências Bibliográficas

- ABREU Gomez, Ermilo (autor da versão). *Las leyendas del popol vuh*. 16ªed. Madrid: Espasa-Calpe Mexicana, 1951 (1ªed). 145p.
- AGOSTINI, Christine de. Del encuentro de Alain Touraine con el Comandante David. In: MEMORIAL de Chiapas; pedacitos de historia. México D.F.: La Jornada, 1997. p19 a 21.
- ANCIEZ, *Documento básico*, México, 1991.
- ANGUIANO, Arturo. *Entre el pasado y el futuro; la izquierda de México, 1968-1995*. México D.F.: Universidad Autonoma Metropolitana, 1997. 214p.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- ARISTÓTELES. Poética. In: ARISTÓTELES. *Aristóteles (II)*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Col. Os Pensadores. p.241-269.
- ARVIDE, Isabel. *La guerra de los espejos; lo que todos callan del conflicto chiapaneco*. México D.F.: Oceano, 1998. 223p.
- AVILÉS, Jaime & MINÀ, Gianni. *Marcos y la insurrección zapatista*. México D.F.: Grijalbo, 1998. 197p.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 1982. 78p.

- BARTRA, Armando. *Los herederos de Zapata; movimientos campesinos posrevolucionarios en México 1920 - 1980*. México D.F.: Era, 1985. 164p.
- BELAUSTEGUIGOITIA Rius, Marisa. Máscaras y posdatas; estrategias femeninas en la rebelión indígena de Chiapas. *Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, v.4, n.2, p.402-417, 2.sem. 1996..
- BENJAMIN, Thomas. *Chiapas, tierra rica, pueblo pobre*. México D.F.: Grijalbo, 1995. 388p.
- BURBACH, Roger. Roots of the postmodern rebellion in Chiapas. *New Left Review*, London, n.205, p.113-124, mai. jun. 1994.
- CALVO Sánchez, Angelino. Historia de Erasto Urbina. In: CUENTOS y relatos indígenas. Chiapas: UNAM, UNACH, 1998. v.7, p183-187.
- CAMPA Mendoza, Víctor. *Las insurrecciones de los pueblos indios de México, la rebelión zapatista en Chiapas*. Guadalajara, Jal., México: Ed. Cuéllar, 1999. 473p.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *La utopía desarmada*. 2ed. rev. aum. México D.F.: Contrapuntos, 1995. 579p. (1ed. de 1993)
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Sorpresas te da la vida; México, fin de siglo*. México D.F.: Aguilar, 1994. 230p.
- CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (2 volumes)
- CHIAPAS el alzamiento. México D.F.: La Jornada, 1994. 490p.
- CHIAPAS. México D.F.: Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM) e Era, 1995-2001. Vols 1-11.
- COLLIER, George. *¡Basta!; tierra y rebelión zapatista en Chiapas*. Tuxtla Gutiérrez: UNACH, 1994. 207p.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999. 421p.
- CONDEARENA, Luis. *Chiapas: el despertar de la esperanza*. España: Tercera Prensa, 1997. 428p.
- CRÓNICAS intergalácticas – EZLN – I Encuentro Intercontinental por la Humanidad y Contra el Neoliberalismo. Chiapas: 1996. 279p.
- CRUZ Burguete, Jorge Luis. *Identidades en fronteras, fronteras de identidades; elogio de la intensidad de los tiempos en los pueblos de la frontera sur*. México D.F.: El Colegio de México, 1998. 358p.

- CUENTOS y relatos indígenas. Chiapas: UNAM, UNACH, 1998. 306p.
- DE LA GRANGE, Bertrand & RICO, Maite. *Marcos, la genial impostura*. México: Aguilar, 1997. 472p.
- DEBRAY, Régis. A guerrilla with a difference. *New Left Review*, London, n.218, p.128-137, jul. ago. 1996.
- DESCUBRE México. León: Editorial Everest. 288p.
- DI FELICE, Massimo & MUÑOZ, Cristobal (orgs.). *A revolução invencível; Marcos e EZLN: cartas e comunicados*. São Paulo: Boitempo, 1998. 255p.
- DÍAZ A., Víctor & LÓPEZ T., Adriana (comp.) *Chiapas para la historia; antología hemerográfica*. México D.F.: UAM, 1997. (três volumes)
- DICCIONARIO DEL ESPAÑOL USUAL EN MÉXICO. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996. 941p.
- DICIONÁRIO DE ESPANHOL – PORTUGUÊS; DICIONÁRIOS EDITORA. Porto: Porto Ed., 1999. 1068p.
- EL DESPERTADOR MEXICANO, organo informativo del EZLN. México, n.1, dezembro de 1993.
- ESTEVA, Gustavo. Sentido y alcances de la lucha por la autonomia. In: reunión de la Latin American Studies Association, 1997, Guadalajara, México.
- ETNICIDAD, democracia y autonomia. México D.F.: UNAM, 1995. 189p.
- EZLN documentos e comunicados n-1. México D.F.: Era, 1994. 332p.
- EZLN documentos e comunicados n-2. México D.F.: Era, 1995. 471p.
- EZLN documentos e comunicados n-3. México D.F.: Era, 1997. 471p.
- FAZIO, Carlos. *El tercer vínculo; de la teoria del caos a la teoria de la militarización*. México D.F.: Joaquín Mortiz, 1996. 285p.
- FAZIO, Carlos. *Samuel Ruiz*. México D.F.: Espasa Calpe, 1994. 328p.
- FLORES Estrada, Francisco. *Fue Chiapas por Don Sam*. 2ªed. San Cristóbal de las Casas: editorial “La Noticia”, 1994. 139p.
- FUENTES, Carlos. *Nuevo tiempo mexicano*. México D. F.: Aguilar, 1994. 271p.
- FUSER, Igor. Guerrilheiros do século XXI. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, n.28, p.48-57, mar. abr. mai. 1995.

- FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Scritta, 1995. 245p.
- GARCÍA de León, Antonio. *Resistência y Utopía*. 2ed. México D.F.: Era, 1997. 542p.
- GELMAN, Juan. “Nada que ver con las armas”; Entrevista exclusiva com o subcomandante Marcos. *Chiapas*. México D.F.: Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM) e Era, Vol. 3, p.127-137, 1996.
- GIDDENS. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GILLY, Adolfo, MARCOS, GINZBURG, Carlos. *Discusión sobre la história*. México D.F.: Taurus, 1995. 142p.
- GILLY, Adolfo. *Chiapas; la razón ardiente*. México D.F.: Era, 1997. 126p.
- GLASER & STRAUSS. *The Discovery of Grounded Theory*. Chicago: Aldine Publishing, 1967.
- GOBIERNO de la Republica y Gobierno del Estado de Chiapas, Plan Chiapas, Poder Ejecutivo Federal, México, 1983.
- GORDILLO Y ORTIZ, Octavio. El EZLN: una aproximación bibliográfica. In: SORIANO Hernández, Silvia (coord.). *A proposito de la insurgencia en Chiapas*. México: ADICH, 1994. p123-142.
- GOSSEN, Gary H. Maya Zapatistas Move to the Ancient Future. *American Anthropologist*, American Anthropological Association, v.98, n.3, p.528-538, set. 1996.
- GOSSEN, Gary. From Olmecs to Zapatistas: A Once and Future History of Souls. *American Anthropologist*, American Anthropological Association, v.96, n.3, p.553-570, set. 1994.
- GUILLEN T., J. C. *Chiapas: la guerra o la paz*. Tuxla Gutiérrez: Editorial Diálogo, 1995. 59p.
- GUILLÉN, Diana (org.). *Chiapas; la modernidad inconclusa*. México D.F.: Instituto Mora, 1995. 192p.
- GURZA Lavalle, Adrian. A longa transição: eleições e regime político no México. *Novos Estudos*, n. 58, p.5-28, nov. 2000..
- HARVEY, Neil. *La rebelión de Chiapas*, la lucha por la tierra y la democracia. México, DF: Era, 1998. 301p
- HÉAU & GIMÉNEZ. El cancionero insurgente del movimiento zapatista en Chiapas; ensayo de análisis sociocrítico. *Revista Mexicana de Sociología*, año LIX, n.4, p.221-244, oct.-dic. 1997.

- HÉAU-LAMBERT, Catherine & RAJCHENBERG, Enrique. 1914-1994: Dos Convenciones en la historia contemporánea de México. In: CHIAPAS. México D.F.: Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM) e Era, 1995. vol. 1. p7-28.
- HERNÁNDEZ N., Luis & VERA H., Ramón (comp.). *Acuerdos de San Andrés*. México D.F.: Era, 1998. 238p.
- HERNÁNDEZ R., Gerardo. Testemunho: A Mesa da Sociedade Civil. In: MEMORIAL de Chiapas; pedacitos de historia. México D.F.: La Jornada, 1997. p.141-144.
- HERNÁNDEZ, Moisés. Destino Chungo Cruel y Canalla (o la verídica historia de cómo se hizo el cerco de Paz en San Cristóbal de Las Casas, Chis.). In: MONROY, Mário B (recomp.). *Pensar Chiapas, repensar México*; reflexiones de las ONGs mexicanas sobre el conflicto. México: Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia, 1994. p87-95.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o Breve Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWN, Eric. *O Novo Século*, Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 196p.
- HUCHIM, Eduardo. *México 1994: la rebelión y el magnicidio*. México D.F.: Nueva Imagen, 1994. 337p
- KANOUSI, Dora (comp.). *El zapatismo y la política*. México D.F.: Plaza y Valdés, 1998. 203p.
- KNIGHT, Alan. *La revolución mexicana; del porfiriato al nuevo régimen constitucional*. México D.F.: Grijalbo, 1996. (dois volumes)
- LARA, Luis Fernando (dir). *Diccionario del Español Usual en México*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Lingüísticos y Literarios, 1996. 941p.
- LE BOT, Yvon. *La gerra en terras mayas*. México D.F.: , Fondo de Cultura Económica, 1995. 327p.
- LE BOT, Yvon. *Subcomandante marcos; El sueño zapatista*. Barcelona: Plaza & Janés, 1997. 376p. (as entrevistas são fontes primárias, mas há também o ensaio do autor)
- LENKERSDORF, C. & VAN DER HAAR, G. (orgs). *San Miguel Chiptik; testimonios de una comunidad tojolabal*. México D.F. y Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1998. 191p.
- LENKERSDORF, Carlos. *Los Hombres Verdaderos; voces y testimonios tojolabales*. México D. F.: Siglo XXI, 1996. 197p.

- LLOYD, Jane-Dale & PÉREZ Rosales, Laura (org.). *Paisajes rebeldes, una larga noche de rebelión indígena*. México, D.F.: Universidad Iberoamericana, 1995. 291p.
- LÓPEZ A., Martha Patricia. *La guerra de baja intensidad en México*. México D.F.: U. Iberoamericana & Plaza y Valdes, 1996. 318p.
- LÓPEZ Gómez, Josías. (sem título) In: CUENTOS y relatos indígenas. Chiapas: UNAM, UNACH, 1998. v.7, contracapa.
- LÓPEZ P., Rosalía & JARQUÍN S., María Elena. Organizaciones de mujeres: entre la manipulación y la toma de conciencia; el caso de la Frailesca, Chiapas. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas e Sociales*, año XLI, n.164, p.171-190, abr.-jun. 1996.
- LOS TORRENTES de la sierra: rebelión zapatista en Chiapas. México D.F.: Aldus, 1994.
- MELGAR A., M.; RUIZ Massieu, J. F. & SOBERANES F., J. L. (coord.) *La Rebelión en Chiapas y el derecho*. México D.F.: UNAM, 1994.268p.
- MEMORIAL de Chiapas; pedacitos de historia. México D.F.: La Jornada, 1997. 313p.
- MEYER, Lorenzo. *Fin de regimen y democracia incipiente*. México D.F.: Oceano, 1998. 283p.
- MILITARIZACIÓN y violencia en Chiapas. México D.F.: Compaz, Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas e Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia, 1996. 91p.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 3ed. R. de Janeiro: Zahar, 1972. 246p.
- MONROY, Mário B (recomp.). *Pensar Chiapas, repensar México*; reflexiones de las ONGs mexicanas sobre el conflicto. México: Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia, 1994. 259p.
- MONTEMAYOR, Carlos. *Chiapas; La rebelión indígena de México*. México, D.F.: Joaquín Mortiz, 1997a. 191p.
- MONTEMAYOR, Carlos. *Guerra en el paraíso*. México D.F.: Seix Barral, 1997b. 378p.
- MUJERES y hombres sin rostro; cronología, comunicados (...). México D.F.: SIMPRO, 1995. (três volumes)
- NACH, June. The Fiesta of the Word; The Zapatista Uprising and Radical Democracy in Mexico. *American Anthropologist*, American Anthropological Association, v.99, n.2, p.261-274, jun. 1997.
- NOTICIAS indigenistas. In: AMÉRICA INDÍGENA. México D.F.: Instituto Indigenista Interamericano, 1994.

- OPPENHEIMER, Andres.. *México: en la frontera del caos*. México D.F.: Vergara, 1996. 368p.
- OROZCO Zuarth, Marco A.. *Síntesis de Chiapas*. Chiapas: Edysis,1994. 171p.
- ORTIZ, Pedro. Ya Basta!; entrevista com o subcomandante Marcos. *Revista Atenção*, São Paulo, n.8, p.40-45, set., 1996.
- PARA ENTENDER CHIAPAS; Chiapas en cifras. México: CIACH, CONPAZ, SIPRO, 1997. 150p.
- PAYNE, Douglas. Between hope and history; mexico`s indians refuse to disappear. *Dissent*, p.61-66, summer 1996.
- PAZOS, Luis. *¿Por que Chiapas?* México D.F.: Diana, 1994. 156p.
- PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco*. 2ªed. México D.F.: Era, 1998. 281p.
- REYES F., A. & ZEBADÚA, C. M. A. *Samuel Ruiz; su lucha por la paz en Chiapas*. México D.F.: Milenio, 1995. 126p.
- REYES Ramos, María Eugenia. Colonización de Tierras en Chiapas. *CIHMECH (Centro de Investigaciones Humanísticas de Mesoamérica y el Estado de Chiapas - UNAM)*, San Cristóbal de las Casas, v.4, n. 1 e 2, p53-71, janeiro-dezembro de 1994.
- REYGADAS Robles Gil, Rafael. Espacio Civil Por La Paz. In: MONROY, Mário B (recomp.). *Pensar Chiapas, repensar México*; reflexiones de las ONGs mexicanas sobre el conflicto. México: Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia, 1994. p.77-85.
- ROBLEDO Hernández, Gabriela. *Disidencia y religión: los expulsados de San Juan Chamula*. Tuxla Gutiérrez: Univ. Autónoma de Chiapas, 1997. 116p.
- ROJAS, Rosa. *Chiapas; la paz violenta*. México D.F.: La Jornada, 1995. 331p.
- ROSSET, Peter e CUNNINGHAM, Shea. *Understanding The Chiapas Revolt In México*. Em <http://www.virtualschool.edu/mon/News/ChiapasRevoltMexico>
- SAINT-PIERRE, Hector Luis. *A Política Armada; Fundamentos da Guerra Revolucionária*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. 238p.
- SAINT-PIERRE, Hector Luis. Guerra de contra-insurgência em Chiapas. *Crítica Marxista*, n.9, p110-123. São Paulo: Xamã, 1999.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público; as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SORIANO Hernández, Silvia (coord.). *A proposito de la insurgencia en Chiapas*. México: ADICH, 1994. 227p.

- STRAUSS, Anselm L. *Qualitative analysis for social scientists*. Cambridge University Press, 1987.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. *A 4ª guerra mundial já começou*. Porto: Campo das Letras, 1997. 65p.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. *Desde las montañas del sureste mexicano*. México D.F.: Plaza & Janés, 1999. 406p.
- SUBCOMANDANTE MARCOS. *Relatos de el viejo Antonio*. San Cristóbal de Las Casas: CIACH, 1998. 127p.
- TELLO Díaz, Carlos. *La rebelión de las Cañadas*. 8ed. México D.F.: Cal y Arena, 1996. 247p.
- THOMPSON, John B.. *A Mídia e a modernidade; uma teoria social da mídia*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1998. 261p.
- TREJO Delarbre, Raúl. *Chiapas: la comunicación enmascarada; los medios y el pasamontañas*. México D.F.: Diana, 1994. 383p.
- VERA Reyer, Rodrigo. En qué país estoy?. In: MEMORIAL de Chiapas; pedacitos de historia. México D.F.: La Jornada, 1997. p.296-298.
- VOS, Jan de. Las rebeliones de los indios de Chiapas en la memoria de sus descendientes. In: LLOYD, Jane-Dale & PÉREZ Rosales, Laura (org.). *Paisajes rebeldes, una larga noche de rebelión indígena*. México, D.F.: Universidad Iberoamericana, 1995. p.239-270.
- WOMACK Jr., John. *Rebellion in Chiapas, an historical reader*. New York: The New Press, 1999. 372p
- YO, Marcos. México D.F.: Ediciones del Milenio, 1994. 136p.
- ZABADUA Carbonell, Juan Pablo. Fin de año de 1993. In: MEMORIAL de Chiapas; pedacitos de historia. México D.F.: La Jornada, 1997. p.304-307.